UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALINA SILVA SOUSA DE MIRANDA

**“UNIÃO INDISSOLÚVEL E PERPÉTUA?”:
Modernidade e expressões familiares à época da secularização dos casamentos
(1890-1930)**

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALINA SILVA SOUSA DE MIRANDA

**“UNIÃO INDISSOLÚVEL E PERPÉTUA?”:
Modernidade e expressões familiares à época da secularização dos casamentos
(1890-1930)**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo
2012

NOME: MIRANDA, Alina Silva Sousa de

TÍTULO: “UNIÃO INDISSOLÚVEL E PERPÉTUA?”: Modernidade e expressões familiares à época da secularização dos casamentos (1890-1930)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado
Bacellar

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Concluir esse percurso entusiasmo mais pelo que ele representa em termos de futuro e menos pela boa sensação de ver uma etapa (difícil) concluída. Difícil porque descobri que um doutorado é feito junto com a vida. Ela não se desconecta para você realizá-lo. Ainda me lembro quando, em 2008, recebi o comprovante de matrícula. Temi ao ver o prazo que ele continha – quatro anos. Naquele momento, com o mestrado recentemente concluído, pensei: darei conta? Hoje, após o pedido de prorrogação de prazo, vejo que resisti a quase cinco. E surpreendi-me, muitas vezes, torcendo para o tempo parar.

Ao final de um percurso longo é comum sermos atingidos pelos afetos lembrando de cada passo dado e dos encontros que o caminho favoreceu. É o momento de recordar dos amigos, das pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com a pesquisa, da família, da instituição, das orientações e apoios recebidos. São alegrias, tristezas e aflições que tingiram de muitas cores a estrada. É comum avaliarmos o que passou e sopesar o saldo final: o aprendizado e o amadurecimento.

Apesar desse passado presentificar-se de forma tão intensa, neste espaço quero enfatizar o que este caminho percorrido significa em termos de futuro. Esse é o valor de tudo que se relaciona a ele ou que por ele é aglutinado. E isso se traduz na continuação do meu encontro com a História, musa que me enfeitiçou há anos. Este trabalho aprofundou e solidificou minhas relações e meu amor por esta disciplina. Este ciclo encerrado é, nesse sentido, um futuro que garante o passado. É um futuro que se abre para o passado. Nessa medida, quero agradecer àqueles que colaboraram para que este futuro se presentificasse.

Primeiro, à minha grande família, em nome da minha mãe, Esmeraldina Sousa, pelo esforço de colaborar com minha formação; e à pequena que formei nesse caminho: ao meu esposo, Wandefilson Miranda, pela presença, apoio e dedicação indizível. Depois, ao Prof. Carlos Bacellar, por todos esses oito anos de orientação, pelo compromisso, pela confiança e pelo espaço de autonomia cedido – o aprendizado generosamente possibilitado extrapola as questões científicas. À CAPES, pela bolsa de estudo desde o mestrado. Aos funcionários do arquivo e da USP, sempre dispostos a ajudar e a facilitar os trâmites, especialmente de quem não mora em São Paulo. E, por fim, aos amigos que compartilharam das expectativas e confortaram nos momentos de tensão. A todos, agradeço de coração.

A família é um fato natural, o casamento é uma convenção social. A convenção é estreita para o fato, e este então se produz fora da convenção. O homem quer obedecer ao legislador, mas não pode desobedecer à natureza, e por toda a parte ele constitui a família, dentro da lei, se é possível, fora da Lei, se é necessário. Virgílio de Sá Pereira (apud COELHO, 1956, p. 18)

RESUMO

MIRANDA, Alina Silva Sousa de. **“UNIÃO INDISSOLÚVEL E PERPÉTUA?”**: Modernidade e expressões familiares à época da secularização dos casamentos (1890-1930). 2012. 262 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O tema mais geral desta pesquisa é a *família* na Primeira República brasileira. Reconhecido como o período de secularização por excelência, questionamos a modernização desta instituição no combate à histórica influência católica e na longínqua interferência dos costumes. Analisando diversas fontes como jornais de época, legislações do período e documentação policial enfrentamos o desafio de procurar indícios das convivências e da forma como elementos, às vezes opostos, alinhavaram-se na experiência de fato da população. Destacando a especificidade do processo de modernização brasileiro e como ele atingiu a instituição familiar, alinhavamos os discursos sobre esta instituição às práticas ou táticas da população em relação a ela. Em relação a esse último aspecto, enfatizamos a diferente incorporação discursiva pelos sujeitos históricos, fator gerador de conflitos e experiências familiares dos mais diversos tipos. No fim, a instituição mais disputada na tribuna, mais requisitada pelos valores morais e mais panfletada como garantia de futuro seguro foi experimentada para além da sua conceituação civil legítima: “indissolúvel e perpétua” – conceito contraditório que denota as convivências, as exclusões e as limitações das tentativas de controle das experiências; bem como a importância de retornarmos ao passado e oferecer outra narrativa sobre ele.

Palavras-chave: Família. República. Casamento civil. Modernização. Experiências.

ABSTRACT

MIRANDA, Alina Silva Sousa de. **“INDISSOLUBLE AND PERPETUAL UNION?”**: Modernity and familiar expressions in the period of secularization of marriages (1890-1930). 2012. 262 f. Thesis (PH. D.) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The general theme of this research is the *family* in the Brazilian First Republic. It is recognized as the secularization period by excellence and we question the modernization of this institution in its fight against the historical Catholic influence and in the distant interference of customs. Analyzing old newspapers, laws of the period and police documentation we faced the challenge of searching clues about acquaintanceships and the manner how elements, sometimes opposites, blend into the experience of the population indeed. Highlighting the specificity of Brazilian modernization process and how it achieved the family institution, we analyze the speeches about this institution and related them to the practices or tactics of the population. Regarding this last point, we emphasize the different discursive incorporation by historical subjects, the generator factor of many types of family conflicts and experiences. In the end, the most disputed institution in the tribune, the most institution ordered by moral values and the most disclosed as a guarantee of future insurance was experienced beyond their legitimate civil concept: "indissoluble and perpetual union" – contradictory concept that denotes the acquaintanceships, the exclusions and the limitations of the attempts to control the experiences; as well as the importance of returning to the past and provide another narrative about it.

Palavras-chave: Family. Republic. Civil marriage. Modernization. Experiences.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O TEMA, AS FONTES E METODOLOGIA E O ESPAÇO DA PESQUISA	25
1.1. A família legítima e ilegítima na historiografia	25
1.1.2. Família e modernidade: preocupações civis e penais na disciplinarização dos comportamentos	44
1.2. Legislações, jornais e inquéritos policiais: possibilidades de estudo da família	52
1.3. Estratégias discursivas e táticas de sobrevivência: uma discussão metodológica	62
1.4. O espaço da pesquisa: São Luís no irradiar do sol republicano	77
2. FAMÍLIA CIVIL INDISSOLÚVEL, CONVIVÊNCIAS E EXCLUSÕES	86
2.1. A sacramentalização do contrato de casamento e a naturalização do poder da Igreja	91
2.2. A imprensa e a questão do casamento no século XIX: contornos do debate	106
2.3. Secularização/modernidade e religião: conceitos rivais	115
2.4. Estado e Igreja: aproximações / releituras	125
2.5. Casamento civil: primeiras discussões	138
2.6. Casamento civil indissolúvel: convivências e exclusões	146
3. EXPRESSÕES FAMILIARES, CONTROLE E VIVÊNCIAS	162
3.1. Cotidiano e família nas camadas populares: o senso comum das representações	169
3.2. O Código Penal de 1890 e o poder da polícia: linhas e entrelinhas	176
3.3. A questão da família: múltiplas vivências, exemplos não exemplares	187
3.3.1. A família na casa e na rua: autoridade, distinção e (re)significados	190
3.3.2. A boemia, a honra familiar e a administração dos conflitos	200
3.3.3. Autoridade, controle e desobediência na família	215
3.3.4. Tolerância e respeito ao desgoverno na família?	226
3.3.5. Convivência, atrito e conciliação na família	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
FONTES DE PESQUISA	248
REFEFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252

INTRODUÇÃO

Aos quinze dias do mês de novembro de 1892, José Luiz de Britto foi convocado à delegacia de polícia de São Luís para responder a uma acusação feita por Raymunda Francisca de Jesus, sua sobrinha, filha de sua única irmã por parte de mãe, Maria, da qual havia se distanciado desde a época da abolição. José Luiz de Britto afirmou então ter quarenta anos de idade, ser casado, negociante, morar à Rua Vinte e oito de julho, ser natural do Estado do Maranhão e não saber nem ler nem escrever. A acusação era por ter ele tentado dar “palmatoadas” em Raymunda e, na recusa desta de estender-lhe a mão, teria ele dado-lhe uma “sova de velho não só dentro de casa como até no meio da rua”.

O motivo desta atitude logo seria explicado pelo próprio acusado no auto de perguntas feito pelo chefe de polícia do Estado, o cidadão Dr. Antônio Martiniano Lapemberg. No documento está escrito que há mais ou menos um mês, tendo ele se encontrado com Raymunda Francisca, esta teria, em dias seguintes, mandado um recado afirmando ser sua parenta, o que o acusado estranhara, julgando que isso deveria ter sido feito pessoalmente em virtude daquele encontro. Dias depois, procurando saber onde Raymunda morava, dirigiu-se até a casa informada e, na ocasião, foi atendido pelo amásio de sua sobrinha, visto que esta não se encontrava em casa. Além da ausência da sobrinha, José Luiz de Britto observou que a casa estava desarrumada. Mediante o desencontro, voltou à noite ao endereço e tendo encontrado Raymunda Francisca, convocou-a até sua casa com a justificativa de que precisava dar-lhe uns conselhos. Raymunda Francisca concordou, dirigiu-se até a casa do seu tio e quando lá chegou, José Luiz disse que queria “dar-lhe uma duziazinha de bollos porque ela não lhe tratava em publico da maneira como deveria trata-lo”. Diante da recusa de Raymunda em estender-lhe a mão, o acusado pegara “uma envira e com esta deu-lhe umas trenchadas”.

A continuação do interrogatório de José Luiz Brito é curiosa. Primeiro foi-lhe perguntado o que eram “trenchadas”, ao que foi respondido que “passou a mão na envira e com esta bem em Raymunda Francisca”. Em seguida foi-lhe perguntado se tal envira era de corda ou o que era, ao que José respondeu que eram “embiras dobradas de amarrar lenha”. Em seguida lhe foi perguntado quantos irmãos e irmãs ele tinha, ao que respondeu que só tinha uma irmã chamada Maria. Quando perguntado se Maria era filha da mãe ou do pai dele, disse ser da mãe. Perguntado onde nasceu essa irmã, respondeu que em Caxias. Perguntado quantos filhos teve essa irmã, disse que apenas Raymunda Francisca. Perguntado desde

quando estava distante da sua irmã, disse que desde a época da abolição. Por fim, perguntado se ele criava Maria ou era responsável por sua educação, ele disse que não.

Nada mais foi perguntado a José Luiz Britto e o desfecho deste caso não está anexado ao início do inquérito, localizado no Arquivo Público do Estado do Maranhão, na parte de documentação avulsa. Porém, a leitura deste auto de perguntas deixou algumas interrogações que atravessam a preocupação desta pesquisa. É um inquérito que envolve a questão da família em seus múltiplos aspectos e podemos citar alguns: no aspecto conceitual (o que é a família ou como esta é entendida por seus membros), no aspecto jurídico e no costume (a autoridade e o tratamento dispensado ao “chefe” e o direito de posse dos membros da família), no aspecto formal (o casamento legítimo e ilegítimo, a convivência entre amásios) e no aspecto do papel feminino nesta instituição (a ocupação do espaço público pelo feminino e o trabalho doméstico sob sua responsabilidade).

Afinal, não seriam esses elementos que seriam acionados ao se perguntar por que José Luiz Britto julgou que deveria “aconselhar” Raymunda Francisca ou por que ele “estranhou” o fato de sua sobrinha “ter mandado recado” em vez de dizer-lhe pessoalmente sobre o parentesco? Ou ainda ao inferir que José Luiz julgou que Raymunda devia-lhe satisfações na ausência de sua irmã, mesmo não tendo contato nem com esta nem com sua sobrinha há uns cinco anos (a data da denúncia é de 15/01/1892 e a abolição ocorrera em 1888)? Não seriam questões conceituais, formais, jurídicas, de gênero e de costume que são lançadas quando se pergunta por que José alegou que Raymunda não “o tratava em público como deveria tratá-lo” ou por que José bateu em Raymunda “tanto dentro quanto fora de casa”? Não seriam acionadas estas questões quando se infere que José Luiz pode ter se incomodado com a casa desarrumada ou com a presença de seu amásio na casa e de Raymunda na rua? Por que o chefe de polícia questiona José Luiz sobre sua composição familiar, se ele é responsável pela educação de Maria, mãe de Raymunda Francisca ou se aquela é filha do seu pai ou de sua mãe? Acaso fosse o responsável, teria ele o direito de, na ausência do pai de ambas, de “aconselhar” sua sobrinha? Autorizava ou legitimava o episódio ser Maria filha “de sua mãe”, uma vez que a ausência do pai de ambos e do pai de Raymunda permitia uma vacância de autoridade que pudesse ou devesse ser ocupada por outro membro do sexo masculino mais próximo da família? Por outro lado, não seria por não reconhecer a autoridade de Luiz, seu tio, que Raymunda foi à polícia denunciá-lo pelas agressões em casa e em público? A autoria da denúncia não causa estranheza? Não haveria neste episódio um choque entre a compreensão de Raymunda e a de Luiz em relação ao que é a família? No fim, todos esses

elementos não deixariam indícios de representações sociais e interpretações individuais acerca da família?

Trazar os fragmentos deste inquérito a público e a este texto objetiva muito mais levantar estas questões que apresentar respostas a elas. Ao final, não se sabe mesmo o desfecho desta história. Mas o fato materializado nas páginas que sobraram deste inquérito relança à questão da instituição familiar no início do período republicano, envolve a população iletrada, das camadas populares e demonstra como apesar das normas estabelecidas socialmente, e que este período é emblemático em pronunciá-las, as vivências eram múltiplas e as convivências, muitas. Apesar de já instituído o casamento civil, Raymunda Francisca experimentava o amor fora dos padrões legítimos, convivia com um amásio, em regime de concubinato e pode ter sido castigada, se inferirmos as questões acima, não pelo aparato religioso ou estatal por isso, mas pelo seu tio, que não era próximo nem era responsável pelo seu sustento, mas era *da família*. E sendo assim, o inquérito permite inferir que este tio entendia que deveria ter um tratamento distinto, provavelmente respeitoso e obediente, porque ele compartilhava dessa condição familiar - o que indicaria elementos de costumes antigos, de patriarcalismo, ainda que este não fosse o pai, mas um tio, um homem mais velho, da família.

Afinal, qual o significado da *família*?

A resposta para esta questão exige o cuidado de saber para quem ela se lança, qual o período que ela é feita e ainda assim nem sempre será possível uma resposta única, fechada. Para a Igreja, para o Estado, para o Judiciário e para a população nos seus mais diversos segmentos sociais, ela adquire importância e significados distintos. Com o exemplo de Raymunda Francisca, pode-se dizer que a família existe para além da fronteira da legislação, a despeito da cerimônia que a formaliza, ela existe mesmo na ilegitimidade, ela se concretiza no amor e nas trocas cotidianas entre as pessoas que convivem. Com o exemplo de José Luiz, que disse ser casado e cujas ações parecem indicar um apego à autoridade e aos membros da família, esta adquire contornos mais formais, cujo significado parece estar mais próximo do concebido pelo aparato legal para o qual a família existe a partir dos laços religiosos ou civis que a regem. Mas para José Luiz, a mesma também parece materializar-se, independente da convivência, nos laços naturais que a forjam. O que fica então exposto a partir deste documento policial é a impossibilidade de se pensar em um conceito rígido, nos restando apenas questionar, problematizar o tema da família no período republicano.

Ao final, as palavras de Virgílio de Sá Pereira (apud COELHO, 1956, p. 18) podem ser esclarecedoras:

A família é um fato natural, o casamento é uma convenção social. A convenção é estreita para o fato, e este então se produz fora da convenção. O homem quer obedecer ao legislador, mas não pode desobedecer à natureza, e por toda a parte ele constitui a família, dentro da lei, se é possível, fora da Lei, se é necessário.

A constituição da família, pela citação acima, aparece como algo imperativo. Aproveitando-a para refletir sobre a Primeira República brasileira, deixa claro que apesar da intensa propaganda religiosa e estatal desenvolvida neste período sobre a família, forjando discursos estratégicos para conformar a população ou conter seus atos e experiências dentro das regras sociais, o conceito não comporta, porém, a complexidade da sociedade. Para além dos discursos, para além do que é estrategicamente pensado e programado, a vida acontece e extrapola as regras a partir de táticas zombeteiras...

As páginas que seguem tratam da família à época da Primeira República em São Luís do Maranhão. Este é, pois, nosso tema, nosso corte cronológico e nosso espaço de pesquisa.

Mesmo ao leitor não especializado, falar da família no momento da chegada do período republicano no Brasil costuma relançar a algumas ideias já pré-estabelecidas e trazer à tona, de imediato, algumas noções *a priori*. Tornou-se comum associar a chamada “república velha” aos coronéis e ao poder familiar no qual estavam apoiados. Também é largamente divulgada a ideia comteana de que a família é a célula-mater da sociedade republicana, sem a qual esta não poderia ser organizada e controlada. Ainda que para leitores mais especializados, são igualmente conhecidos, apesar de muitas vezes genericamente, os muitos discursos, seja médico, jurídico ou religioso, que se voltaram para esta instituição nos idos de 1889 a 1930. Falando nesses termos, a tese que ora se apresenta já parece, como seu próprio corte cronológico, “velha”.

Somado a isso, independente da temática, falar do primeiro período republicano brasileiro tem gerado pouco entusiasmo e expectativa, porque se tornou lugar-comum imaginar esse período como algo autoexplicativo, cristalizado em também velhas expressões. Como afirma Renato Lessa (1999), a Primeira República (1889-1930) parece sofrer de invisibilidade e tal desatenção a esse período deve-se à crença de que o ambiente sociopolítico dele é simples, de modo que estudá-lo exigiria poucos investimentos analíticos pelas dinâmicas já estabelecidas e facilmente apreensíveis pelo observador: “A exposição de oligarcas agrários, seu assalto ao Tesouro, as falcatruas eleitorais, o folclore coronelista, tudo isso deu alento à surrada hipótese de que o exercício do poder político é um efeito do predomínio econômico e social” (LESSA, 1999, p. 17). Assim, o consenso em relação a esse período é que ele se faria sob o signo da ausência e da falência – o Brasil experimentava a antítese do que o termo representa, o avesso das liberdades anunciadas pela propaganda republicana e esta falência já estaria não só bem conhecida como totalmente explicada.

Essa simplicidade atribuída ao período, seja naquilo que ele envolve a instituição familiar ou não, tem resultado no nosso desconhecimento acerca dele e no predomínio de imagens estereotipadas, o que por si só justifica o esforço de estudá-lo – a família na Primeira República (o período e o tema escolhido) está mais desgastada que conhecida. Deve-se notar ainda que, no conjunto da história republicana brasileira, esse período que vai da proclamação até a Revolução de 30 é o de maior durabilidade política e institucional, mas isso não tem dado destaque ao período. E se falarmos do tema trabalhado nesta tese, a família, – se compararmos os estudos de família desenvolvidos em relação à Colônia e ao Império –, a história da família do período republicano ainda está por ser feita. Nessa medida, se a história da Primeira República sofre de invisibilidade, a história da família durante a Primeira República o sofre mais ainda.

Para a então possível pergunta, por que uma pesquisa sobre a família na Primeira República, afinal? A primeira resposta que se pode apresentar é esta: a produção historiográfica que contempla este período ainda é pequena, a que contempla esse tema é menor ainda e ambas são marcadas por pré-noções que precisam ser, senão revisadas, pelo menos descentradas, o que pode ocorrer se nos lançarmos ao estudo desse período não só à luz dos novos caminhos historiográficos, como também à luz das preocupações do nosso presente histórico.

O intuito então foi pensar a família a partir dos discursos que a forjaram e a partir de experiências que traduzem suas muitas expressões. O título desta tese é esclarecedor: “união indissolúvel e perpétua” refere-se à forma como o casamento, que institui a família, foi

pensado no período – conceito válido mesmo para a esfera legislativa civil; “modernidade e expressões familiares à época da secularização dos casamentos” enfatiza a separação, nem sempre reconhecida, entre modernidade e secularização e faz referência às múltiplas e distintas formas de se pensar e se viver em família no período estudado. Partindo da especificidade do processo de modernidade no Brasil, demonstramos como os valores em torno da família foram processados no discurso e na prática – promovendo uma modernidade diferente. Apesar do processo de secularização em marcha, e do esforço da Igreja em contê-lo, as uniões no quadro da sociedade muitas vezes não foram respaldadas nem no religioso e nem no civil, mas nos costumes – assim como, observando as experiências, teremos muitas imbricações destes três elementos postos em cena a partir das necessidades e circunstâncias dos envolvidos. Isso implica em afirmar que não trabalhamos com um conceito de família fechado e reduzido às concepções religiosas ou jurídicas. Ao contrário, a família aqui é entendida de maneira mais alargada, comportando relações de foro mais nuclear, como na perspectiva mais extensa – se é o casamento que a institui juridicamente, os laços de família estabelecidos para além dele não podem ser negligenciados.

A nossa preocupação com o tema da família vem se acumulando desde o mestrado. Na dissertação, trabalhamos apenas com os jornais republicanos e o esforço foi compreender o entrechoque entre o moderno e a tradição tendo esta instituição como base. Naquele momento, nossa preocupação era como a propaganda republicana envolvia essa instituição e o seu conflito com a Igreja Católica, que se apresentava com uma proposta distinta e oposta à do Estado – o interesse era então pelo conflito, pela rivalidade entre essas duas esferas de poder. Ampliando o escopo documental, tanto em relação à imprensa (uso de jornais católicos e conservadores) como em relação às fontes de outra natureza (para esta pesquisa utilizamos inquéritos policiais e legislações do período republicano – decretos, códigos civil e penal e a constituição) percebemos: 1) que essa dimensão do conflito muitas vezes foi amenizada, permitindo uma permanência da Igreja Católica nos meandros do poder e a despeito do processo de secularização posto em marcha pela República. Usando de muitos meios (os próprios católicos leigos, perto ou longe do poder, a própria imprensa e o aparato das dioceses estrategicamente postas em cada Estado) a Igreja conseguiu impor freios ao projeto de transformação e deixou marcas bastante específicas na modernidade brasileira e, por conseguinte, na família; 2) que, principalmente na experiência da população, a convivência de elementos distintos e a imbricação dos projetos não guardavam somente elementos do catolicismo ou da modernidade, mas também dos costumes – e a mistura desses elementos e a amplitude desses hábitos apresentam-nos (e justificam) não apenas o recrudescimento das

medidas de controle, traço continuísta fundamental em relação aos tempos coloniais e imperiais; mas, sobretudo, convidam ao estudo das situações micro-históricas concretas deslocando a prática discursiva das camadas dominantes do enfoque principal para colocar em seu lugar, ou ao seu lado, a prática cotidiana dos agentes sociais, em grande parte, despossuídos.

Assim o projeto de doutorado, desde seu início, procurou examinar essas variadas fontes atentando para o que foi pensado e o que foi vivido e o quanto esses aspectos se misturaram ou se afastaram quando o assunto é família na primeira fase da República brasileira. Isso implicou não somente em tratar o conceito de família de forma mais alargada, como dissemos acima, não limitado ao que ficou definido pela legislação civil ou eclesiástica; mas também em tratar o processo histórico de forma mais heterogênea, carregando e articulando elementos contrários e bem pouco rígidos nas suas delimitações. Agir dessa maneira significou também recolocar os conceitos de modernidade/modernização, de industrialização, de aburguesamento, de República, enfim, em outra dimensão, que não a da falta, da ausência, da falência; ao contrário, significou admitir que o processo da história é pouco uniforme, é multifacetado e guarda singularidades mediante o contexto que se apresenta. Por isso, nesta tese, não se tratou, necessariamente, de focar a ideia da transição – do Império para República – porque essa perspectiva tem a tendência de colocar os elementos velhos (Monarquia, sistema agrário/exportador, escravidão, clericalismo) e novos (República, liberdade, modernidade, industrialização, etc.) em uma abordagem linear e até limitar a discussão aos aspectos políticos e discursivos desse período. Entendemos que este processo foi muito maior que uma substituição de um sistema por outro, ou uma substituição de um mestre de cerimônia por outro. O processo de secularização e a luta pela igualdade de todos perante a lei não se inicia com a República, nem esse evento põe fim ao tratamento desigual/controle social da população ou ao clericalismo tecnicamente condenado a partir de então. Complexo e multifacetado, esse processo redefiniu hierarquias sociais, acomodou novas/velhas condutas, teceu novos sentimentos, valores e etiquetas, trazendo à tona antigas demandas ao tempo em que forjava novos significados e expectativas de vida.

Tratar do que foi pensado e vivido significou, portanto, analisarmos os discursos emitidos e pronunciados; mas também ampliarmos o enfoque, de forma qualitativa, e debruçarmo-nos sobre atitudes e comportamentos de alguns dos diversos atores sociais envolvidos, que com a narrativa de suas trajetórias, ainda que no âmbito policial ou jornalístico, nos ajudaram a visualizar a diversidade e as possibilidades de experiências e usos da noção de família. Tendo em vista esta instituição, as perguntas que nos guiaram foram:

quais as alterações sofridas pela família? Teria a República, com o processo de secularização acionado, transformado essa instituição nos seus dois alvos de combate: na histórica influência católica e na longínqua interferência dos costumes? Quais as permanências que podem ser vistas e de que forma elementos contrários se alinhavaram na experiência de fato da população?

Atentos a essas questões, o corte cronológico e o cenário da pesquisa foram bastante férteis para nos ajudar a respondê-las. O período de 1890 a 1930 é bastante interessante para percebermos as transformações em voga, afinal, as legislações são reconhecidas como marcos das mudanças e nesse período teremos muitas legislações sendo fabricadas e promulgadas, civis e penais. E como marcos da mudança, sua promulgação permite, por outro lado, observar a reação da sociedade às novas legislações – de apoio, resistência ou mesmo indiferença. Somado a isso, a cidade de São Luís, palco de nossos estudos, descortinava uma realidade social complexa, de imbricadas temporalidades, desenhando, de forma muito peculiar, sua trajetória rumo à modernidade.

Articulando o tempo e espaço, esta pesquisa enfatizou a relação entre montagem e aparelhamento legislativo e quebra das leis civis e penais e normas sociais. Dissimulada nas entrelinhas de jornais de época e inquéritos policiais, mas claramente estabelecida no aparato legislativo, estava a tentativa de se estabelecer a ordem mediante a notável e aparentemente incontrolável burla dos habitantes da cidade de São Luís. A ordem republicana construiu-se sobre a família e era preciso conquistar uma situação estável e favorável do Estado em relação a esta instituição. As alterações então articulavam superação de hábitos arraigados e considerados atrasados e desmonte parcial das instituições que fundavam o país, tornando as relações nebulosas – redefinindo hierarquias e acomodando rivalidades. Nesse contexto, a ordem foi sempre inconstante e incompleta, pois se entrecrocava diariamente com as táticas cotidianas, o que exigiu a repressão à burla.

Como dissemos, mudanças legislativas já são por si só oportunas para expor tensões entre como deve ser a vida e como ela o é de fato. Mudanças legislativas civis que tocam em aspectos de foro íntimo da vida social o são mais ainda. Com a chegada da República no Brasil, houve um esforço para alterar, de fato e de direito, as relações da vida cotidiana entre as pessoas, do espaço privado, das relações familiares, do espaço público. As relações entre homens e mulheres, pai, mãe, filhos e outros parentes passaram a ser reguladas por uma legislação civil e não foi sem resistência que esse processo se consumou, resistência promovida e liderada em grande parte pela Igreja Católica – que viu na reconfiguração do Estado na forma republicana uma ameaça ao seu espaço e poder de atuação social –, e cuja

luta contra a consolidação desse processo cavou acomodações bastante lisonjeiras a despeito do processo de esvaziamento do seu poder. Assim é que, abordar a questão da família no início do período republicano exigiu tanto dispensar atenção ao casamento civil e às novas relações entre Estado e Igreja, quanto falar do intenso processo de disciplina colocado em marcha pelo Estado. O controle social das camadas populares atingiu todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, desde a disciplina rígida do tempo/espço de trabalho até a normatização das relações pessoais e familiares, passando pela vigilância das ruas, dos espaços de sociabilidade em geral. Daí que, se falar de família na República nos levou a esse último ponto, nosso intuito de desconstruir a uniformidade com a qual esse processo de normatização e disciplinarização ocorreu nos levou, por sua vez, ao tratamento e à reconstituição parcial de aspectos da vida cotidiana dos personagens sociais envolvidos nesse conflito.

Partimos então do ano de 1890 porque a República trouxe em seu bojo o decreto que criava a Lei do Registro e do Casamento Civil, motivo de debates que se iniciaram ainda no Império, em meados do século XIX e que será estabelecido como fundamento da família legítima definitivamente no Código Civil de 1916, cujo projeto foi pedido, também em 1890, pelo então ministro da Justiça Epiácio Pessoa a Clóvis Beviláqua. Importante ressaltar que, ao investir a família de um sentido político, como uma instituição essencial para sua formação, o Estado apropriou-se de todo aparato burocrático eclesial em relação às regras da família – dando início a uma ordem secular teoricamente em consonância com os demais países liderados pela França e seu *code civil*. Iniciarmos o marco cronológico da pesquisa nesta data também deve-se ao fato de ser objetivo dela perceber a complexidade da sociedade, com seus discursos, ideologias e práticas no momento mesmo das mudanças, na ruptura que ela representa, para que se entrevejam também as permanências e os conflitos. Não é crível que após a mudança política e jurídica a sociedade transformou-se por completo, então foi preciso estar atento não só aos mecanismos de disciplinamento social, mas também às *táticas* da população para burlar a *ordem*. Daí o uso de outra legislação igualmente importante para o controle social que entra em vigor: a Constituição de 1891 e o primeiro Código Penal republicano, promulgado também em 1890, cuja ideologia forjou o pensamento sobre a ordem e esclareceu a atuação não só da polícia, mas da elite que esteve atenta a tudo aquilo que era contravenção e que afetava a moralidade pública. A atenção a esta legislação em particular, o Código Penal de 1890, também se fez pela percepção de que a normalização das famílias das camadas populares foi regida muito mais por ela e, portanto, muito menos pelas preocupações civis. No ano de 1930, fim do nosso marco cronológico, novas conformações políticas põem

fim à chamada Primeira República. Mais tarde, uma nova codificação penal, que teve como objetivo a modernização do Código Penal de 1890, é promulgada e os debates sobre o Código Civil de 1916 arrefecem. A escolha deste período é, pois, coerente com os objetivos da pesquisa citados acima, que envolvem a montagem e o aparelhamento legislativo e quebra das leis civis e penais e normas sociais.

Definir, então, o marco temporal da pesquisa pela legislação penal e civil justifica-se pela sua relevância quanto à questão da ordem disciplinar subjacente à estrutura republicana montada no Brasil e também às possibilidades abertas por essa mesma ênfase no disciplinamento da população. As outras fontes utilizadas na pesquisa, inquéritos policiais e jornais, refletem justamente as ideias que informavam esse período e que advinham dos debates acerca da legislação e esse esforço acabou por registrar a vida e o cotidiano das pessoas, permitindo tanto perceber o que estava em jogo para definir e controlar a família no campo jurídico, social e político naquele contexto, como as experiências de fato da população.

Em relação ao espaço de pesquisa, ele foi bastante fértil, sobretudo, porque permitiu efetuar novas leituras a partir de realidades quase desconhecidas na historiografia. O nosso cenário é ainda pouco conhecido pelos estudos históricos, mas não é menos importante, e ele vem sendo alvo, nos últimos anos, de muitas pesquisas acadêmicas, nos mais diversos programas de pós-graduação no país. De certo modo, a história da capital do Estado do Maranhão também ainda está por ser feita. Recentemente há um incentivo para que as novas pesquisas descentrem dos locais onde se aprendeu que se desenrolava a história do país. Os estudos concentraram-se tanto no eixo Rio – São Paulo – Minas Gerais que suas histórias cristalizavam o desenrolar da história nacional. Isso gerou um certo consenso de que nos demais estados ocorria, senão uma história menor, pelo menos um reflexo mimético do que ocorria nos “grandes centros”, daí a desnecessidade de estudá-los. Os estudos de outras realidades costumavam explorar, no máximo, a comparação com esses espaços, tidos como modelos e, quase sempre, vistos sob a ótica do atraso. O esforço desta pesquisa foi, assim, estabelecer uma percepção do enquadramento da sociedade maranhense na dinâmica brasileira no período em questão e ao mesmo tempo ressaltar alguns traços que a singularizam na formação histórica do país. A partir da década de 1890, a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, passou a tentar enquadrar-se nas exigências impostas pelo advento da República mesmo sob um contexto de grave crise econômica provocada pela desestruturação da lavoura agroexportadora – fonte de riqueza por todo o século XIX – e pelo fracasso do esforço de emplacar a industrialização como alternativa para a crise. Na contramão do que acontecia no Sudeste, a cidade imergia-se em uma decadência, agravada com a situação de

crise econômica e de aumento populacional e buscava caminhar, em ritmo muito próprio, em direção aos valores de modernidade e progresso absorvidos de experiências externas e bem pouco semelhantes às vividas por ela.

Dito tudo isso, sem dispensar os limites dessas modificações, tampouco acreditando que instituída uma legislação, os comportamentos alteram-se por completo, reforçamos que o esforço dessa tese foi recolocar os elementos em questão em uma outra disposição e análise e ver que, apesar de serem sempre explicados a reboque e repletos de estereótipos, os personagens das camadas populares podem ter outra narrativa historiográfica. Isso implica em ajudar a desconstruir o olhar moralizador do século XIX que influenciou a construção de um imaginário negativo e promíscuo sobre as camadas populares, as mestiçagens e as relações familiares no Brasil, à medida que refletia neles uma visão etnocêntrica e cristã –produzindo uma visão vastamente aceita pela historiografia de que era costume natural dos trópicos o desregramento moral –; como também abandonar o pressuposto de um monolitismo em dado meio sociocultural, no qual a pluralidade de comportamentos dentro de uma cultura é vista dentro de limites empobrecedores, funcionando numa visão dicotômica e maniqueísta entre o que é “normal/bom” e o que é “desvio/mal”. Essas preocupações têm motivado estudos sobre a família, tema que tem se consolidado cada vez mais na historiografia.

A proposta deste tema de pesquisa decorreu também, em grande medida, a partir do nosso presente histórico, no qual a instituição familiar não só é perpassada por muitos questionamentos, como também enfrenta uma crise, com ameaças até de dissolução. A família hoje é vista com preocupação, suspeita-se dela: é tanto uma instituição necessária quanto uma instituição que priva o sujeito de viver a sua liberdade, pelo menos no seu modelo mais tradicional, justamente este que perdurou mesmo com a instauração da República no país. Depois das análises de Foucault sobre o poder – e a indicação da repressão em micro contextos como a família – e do movimento social atual crescente em prol da liberdade e igualdade entre todas as pessoas – a defesa e garantia da igualdade e liberdade foi iniciada no Brasil com a Constituição de 1891, mas não foi efetivada e quase cem anos depois, com a Constituição de 1988, continua-se a lutar por esse direito nunca ocorrido em sua plenitude –, a sociedade brasileira está no encalço das instituições repressoras, disposta, inclusive, a reorganizar o passado, a buscar os fragmentos que demonstrem quão tendenciosa é a história que temos, disposta a reescrever a História acusada de ter sido feita sob a pena do vencedor. Em outras palavras, a nossa atual sociedade está disposta a escrever a história das famílias que foram esquecidas no passado em prol da escrita de uma História da Família – legítima, honesta, virtuosa, cristã.

O passado é sempre requisitado, e agora mais do que nunca, em relação ao tema da família, objetivando apresentar como o conceito legal ou legítimo sobre esta instituição até então válido e usado como parâmetro para análises sociais não comporta as múltiplas experiências familiares históricas. Acreditando que as alterações sociais modificam a concepção da família ao longo do tempo, a ideia, então, é voltar e desmarginalizar aqueles que foram vítimas do discurso oficial; mostrar, enfim, as famílias.

Hoje, atentando para a maneira como a família constituiu-se ao longo do tempo transformando-se em uma instituição conservadora (e diante da dificuldade de dissolvê-la, e até por uma crença generalizada de que ela é necessária), muitos esforçam-se para alterá-la em seus fundamentos, redimensioná-la em seus conceitos, alargá-la em suas possibilidades, desligá-la de seu passado conservador para transformá-la em algo que possibilite a experiência atual da modernidade ou da pós-modernidade, seja como for. Tendo em vista a discussão recente sobre a instituição familiar no Brasil decorrente das mudanças legais dos últimos anos, percebe-se a importância de se estudar a passagem do século XIX para o XX em relação ao tema família e casamento. Uma questão recente que valoriza o estudo da família na Primeira República, responsável pela instituição do casamento civil, é que este decreto deixou de ter uma posição central nas questões legais referentes à família e o próprio conceito desta foi, finalmente, alargado na esfera legal, incluindo outras relações que não somente aquelas formadas e reguladas pelo casamento. A CF/88 no Art. 226 afirma que a família é base da sociedade e tem especial proteção do Estado, artigo que é complementado com o que afirma o § 3º (que para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento); o § 4º (no qual está dito que se entende também como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes) e o § 5º (no qual consta que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher). A lei 9.278/96 regulamenta o parágrafo 3º e define a união estável, afirmando que deve ser reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família. Ou seja, o conceito de família alargou-se tanto que o antigo, escandaloso e repreensível concubinato foi amparado pela lei, respaldando os direitos dessa forma de relação familiar tão comum e presente, e tão marginalizada e estereotipada, no Brasil. Se o casamento civil foi acusado de “concubinato legal” quando de sua instituição em 1890, uma vez que anunciava a possibilidade do divórcio e não valorizava o matrimônio e a “família cristã”, as atuais inovações legislativas e constitucionais confirmam a tendência à dessacralização da

instituição familiar iniciada no alvorecer do período republicano com este decreto. A saída da frase “devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” também chama atenção – não seria mais ele tão importante? E no terreno da historiografia, causa e efeito desse processo de mudanças legislativas, o objetivo é revisitar o passado para colocar em outros termos e desenhar um novo espaço, certamente mais digno, às agora denominadas “uniões estáveis”.

Nessa medida, depois da CF/1988, o casamento civil não é mais um requisito necessário para o reconhecimento da família pelo Estado e isso torna relevante, para compreensão da nossa história, o entendimento do período em que o casamento civil foi instituído e servia de base para a regulação da família – e até que ponto ele ainda estava alinhado aos preceitos do matrimônio cristão. Não só porque é preciso conhecer as mudanças, mas, sobretudo, para reconhecer a lentidão das mudanças. Sabendo que as iniciativas de secularização iniciaram-se ainda no Império brasileiro, como compreender as permanências conservadoras na instituição familiar por tantos anos? Por que quando da instituição do decreto do casamento civil o processo de secularização em marcha não se efetivou por completo e só agora (de 1966 com a lei do divórcio em diante) mostra sinais de efetivação?

As inovações da CF/1988 e do CC/2002 indicam uma individualização das relações de família – pois o casamento deixou de ser o centro de nossa legislação, ou seja, o núcleo marido-esposa-filhos cedeu espaço ao grupo homem-mulher-crianças – e a família perdeu seu sentido político de semente do Estado para tornar-se um lugar de desenvolvimento pessoal. O reconhecimento pelo CC/2002 das “entidades familiares” como tipos de família, gozando dos mesmos direitos daquelas reguladas pelo casamento e composta de casal heterossexual e filhos, fez justiça ao esforço de muitos trabalhos acadêmicos que insistiam na variedade de tipos de família no Brasil. Atualmente, um evento ainda mais recente – o reconhecimento dos casais homoafetivos nessa lógica de “entidades familiares” – atíça os debates na sociedade contemporânea e exige, mais uma vez, que se busque compreender as mudanças e a demora delas. Diferente do que mostra essa tese, esse novo reconhecimento não se fez dentro das instâncias legislativas do país. Ele veio como uma decisão do Supremo Tribunal Federal, motivada, também e certamente, pela já consagrada historiografia de gênero e família desenvolvida nas universidades, mas cuja resistência indica que ainda é necessário o debate na sociedade. Apesar de não ser mais tão recente essa produção sobre gênero e família, ela ainda está longe de ser assimilada pelo todo social, o que faz com que se tenha ainda muitas resistências às mudanças, principalmente mudanças realizadas sem o amadurecimento nas esferas legislativas. E tomando como referência o debate legislativo ocorrido em 1890 quando dos debates sobre a secularização da família e da instituição do decreto do casamento civil,

percebemos que essa mesma instância legislativa pode nem ela mesma estar preparada para as mudanças.

De uma maneira ou de outra, a questão da família atualiza-se com essa nova conjuntura de modo que se faz desnecessário ressaltar a enorme importância de que se reveste o tema dessa tese nos dias de hoje.

Por fim, o resgate do tema família é por se acreditar que esta instituição comporta um plexus de relações indissociavelmente públicas e privadas que iluminam qualquer momento histórico, seja ele qual for. Se se pensar a trajetória da história brasileira, durante a Colônia, o Império ou a República, a família é sempre um ponto fulcral para onde convergem muitas atenções. E nesta situação, tomá-la como plataforma de análise da sociedade é lançar-se nesta possibilidade de atingir todas as relações que ela comporta.

Dito isso, é necessário apresentar a estrutura deste texto, que sempre exige algumas tomadas de decisões. A nossa foi apresentar, inicialmente e mais pormenorizadamente o diálogo onde se insere esta pesquisa, as fontes que foram utilizadas e que nos serviram de base para cumpri-la, a forma como essas mesmas fontes foram utilizadas em análise e apresentar o espaço da nossa pesquisa, a cidade de São Luís. Essa escolha justifica-se pela crescente necessidade dos estudos históricos explicitarem seus modos de fabricação, promovendo uma leitura mais crítica dos seus resultados – o principal objetivo da história hoje é fazer-se compreender como uma construção e desmontar de vez a velha crença de uma História linear e válida para todos os tempos e sujeitos. Após todas essas ponderações, apresenta-se o processo de secularização encetado pela República brasileira e a forma como ele envolveu a família. Privilegiando os jornais e as fontes legislativas civis, o objetivo é entender como a questão do casamento civil ainda garantiu resquícios conservadores na legislação brasileira, criando-se um contrato civil indissolúvel, e como o projeto de modernização levado a cabo pelo Estado, tendo na família sua base, entrecruzou-se com o projeto conservador da Igreja Católica – que tecnicamente estava afastada das esferas de poder pelo decreto de 9 de janeiro de 1890 – que também reivindicava a família para garantir sua força na sociedade. A abordagem desses pontos compõe o que denominamos nesta tese de “esfera do pensado”. Em seguida, um debate sobre a Constituição de 1891 e o Código Penal de 1890 servirá de base para se apresentar como o estigma lançado sobre as camadas populares estavam informados por essas legislações; e para propor um novo olhar sobre as experiências das pessoas comuns. Tanto destacaremos a relativização da ideia de casamento “como união indissolúvel e perpétua”, como apresentaremos expressões da vivência familiar, sem necessariamente colocá-las na lógica simplista do amor e da paixão ou reafirmá-las como

desviantes como tem sido tratado todo o comportamento da camada popular. O objetivo é utilizar as fontes policiais para visualizar, a contrapelo, elementos do cotidiano das camadas populares nesse período de tantas mudanças legislativas e tanto cuidado com o disciplinamento social. A ideia é apresentar o vivido e explorar como ele se aproximou, misturou ou desdenhou daquilo que foi pensado.

CAPÍTULO 1:

O TEMA, AS FONTES E METODOLOGIA E O ESPAÇO DA PESQUISA

1.1. A família legítima e ilegítima na historiografia

O lugar singular que a família ocupa nas sociedades ocidentais, somado ao importante papel que esta instituição exerceu no funcionamento da sociedade brasileira desde o início, explica o interesse pela família como objeto de estudo no exterior e no Brasil. Em relação ao nosso país, tem-se feito o elogio da família como base de nossa formação, ainda que diferenças sensíveis, mas consideráveis, apareçam nas mais diversas teses. No período colonial e imperial brasileiro, por exemplo, muito da dinâmica da sociedade era definida por esta instituição – era na família que se buscava classificação social e era na e pela família que se definia boa parte dos negócios públicos – e fora da família ficava-se à mercê da *má* sorte. No início do período republicano, a família foi disputada por esferas do poder bastante empenhadas em usá-la como bandeira de seu conservadorismo ou modernização, colocando-a, cada um à sua maneira, como base da ordem e do progresso social. E, se pensarmos bem, até hoje esta instituição tem suas interferências e dinamiza a vida política, econômica e social brasileira, tal como comprova os atuais debates que esta instituição vê-se enfrontada.

Os chamados “clássicos” de nossa história reforçam essa evidência da família muito bem: Gilberto Freyre (2000) descreve o “mundo da casa-grande e senzala”, característica que tanto determina o caráter paternalista nacional desenvolvido através do sistema familiar quanto apresenta a imoralidade e a promiscuidade do comportamento social e familiar brasileiro¹; Sérgio Buarque de Holanda (1995) denuncia os vícios do homem cordial, cuja mentalidade familiar rural transborda do espaço doméstico e invade peremptoriamente o espaço público, definindo nosso fracasso enquanto nação democrática; Caio Prado Jr. (2008) afirma a inorganicidade de tudo aquilo que vive às margens da grande exploração latifundiária/família legítima, cujo desenfreado sexualismo, dado a falta de razão moral básica

¹ Se a tese do patriarcalismo brasileiro funciona como uma mentalidade ou não, como divergem alguns, o que está em jogo aqui é que esta tese impõe a diferenciação entre os homens porque está marcada pela dominação e submissão, ainda que, ao mesmo tempo, esteja permeada por relações “adocicadas” em um espaço de intimidade e confraternização que denotam o caráter flexível e promíscuo da população em geral. Falaremos disso adiante.

do colono português e das mulheres pretas e índias, deixa suas marcas até hoje na maneira como se percebe as relações familiares no Brasil, sobretudo dos homens livres, pobres e escravos. Diante das teses desses três autores, tão distintas quanto complementares, podemos afirmar que a família está nas nossas origens, atravessa o nosso desafio de autocompreensão, marca talvez, enfim, o nosso fracasso; mas é também nela que está a possibilidade de encontrarmos algumas de nossas soluções nacionais, ou, no mínimo, sopesar nossos problemas e nossas raízes. Pensar a família no Brasil é, pois, compreender, de uma plataforma de observação bastante sofisticada, a nossa história.

Quando falamos de ‘família’ é preciso esclarecer sobre qual conceito nos apoiamos, ou ainda, pontuar sobre qual nós não nos resumimos. Certamente não estamos limitados àquele definido pelo sistema normativo eclesiástico, nem àquele que nosso primeiro código civil consagrou. A definição da família pela doutrina da Igreja, depois de Trento e mesmo pela legislação civil que se constrói com a chegada da República é bastante restrita e coloca boa parte das possíveis relações amorosas e familiares no rol dos pecados da carne cometidos entre um homem e uma mulher ou dos crimes cujo aparato policial e judiciário deve reprimir. Para termos a dimensão disso, a definição eclesiástica de concubinato é a “ilícita conversação do homem com mulher continuada por tempo considerável”². Ou seja, qualquer trato que estivesse fora do ideal legítimo pautado na moral cristã e que não seguisse a formalização dos comportamentos fixados no matrimônio católico – baseado na monogamia, fidelidade, indissolubilidade e voltado para procriação -; isso sem nos determos na palavra *conversação* – palavra que garante a imprecisão e a arbitrariedade do delito. No Direito Civil republicano, apesar dos vários debates do que seria família e como se deveria conceituá-la na nova legislação civil, o Código Civil de 1916, por exemplo, referia-se à “família legítima”, que era aquela constituída pelo “casamento formal”, matrimonializado, civil. Partindo-se dessas premissas e desses conceitos, bem como dos desdobramentos do nosso processo de colonização, quando das pesquisas sobre o comportamento familiar e amoroso da população brasileira desde o início, não se poderia ter realmente outra visão sobre a família no Brasil que não fosse o imaginário de promiscuidade e bastardia tão presente no exagero retórico de moralistas e autoridades civis e eclesiásticas reforçada por viajantes europeus e historiadores (FARIA, 1998; LONDOÑO, 1999; FIGUEIREDO, 1997; CERCEAU, 2008). No Brasil, junto à família considerada formal, outras experiências familiares tiveram forte presença desde os tempos coloniais e é somente utilizando o alargamento do conceito que temos condições de

² Cf. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Livro 5, título XXII, 979.

conhecer a realidade das organizações familiares sem *a priori*. Daí a necessidade e importância de extrapolarmos as noções formais desta instituição – o desmerecimento dessas histórias à margem comprovam a incongruência e a inconsequência da História oficial brasileira: como um país que desde o início de sua trajetória foi reconhecidamente marcado pelas relações ilícitas pode desprezá-las para a compreensão de sua sociedade, de sua gente?

Apoiados então nos resultados já obtidos pelas pesquisas que tem desvendado a diversidade da sociedade colonial e imperial e na afirmação de que no Brasil não existe um modelo único de família, esta pesquisa utiliza um conceito bem pouco fechado e muito próximo daquilo que Flandrin (1991) definiu em seu estudo: a família define-se por seus laços de parentesco, sejam consanguíneos ou por afinidade. Nessa medida, compactuamos com as pesquisas que assumem o esforço historiográfico de conhecer melhor as diversas tipologias acerca das práticas familiares, compreendendo tanto a estrutura eclesiástico-jurídica e civil, quanto as formas de enquadramento dos sujeitos sociais de acordo com suas vivências cotidianas. Conforme afirmou Cerceau Neto (2008, p. 41), a própria multiplicidade cultural das organizações familiares revela “a heterogeneidade cultural das pessoas e dos grupos sociais que constituíram a sociedade colonial brasileira. Isso, de certa maneira, demonstra a dificuldade em estabelecer um conceito homogêneo de família”. E usando as palavras desse autor sobre a contribuição da pesquisa de Luciano Figueiredo³,

Perverso, conforme sintetizou Figueiredo, é o tratamento dado pela pesquisa historiográfica àquelas pessoas que no Brasil viviam relacionamentos familiares que passavam ao largo do “estado de casados”. O autor, tendo como referência a dinâmica dos costumes, acabou por visualizar a distância existente entre a prática cotidiana das uniões consensuais e o modelo matrimonial exigido pela Igreja e pelo Estado. Desse modo, ele, de acordo com uma abordagem sociocultural, tornou-se um dos primeiros estudiosos a assumir claramente a valorização da vida familiar de grupos sociais marginalizados pela autoridade institucional (CERCEAU, 2008, p. 47).

Voltar-se então para os modos de organização da família no Brasil e seus valores específicos pode indicar sobre a vida e a experiência distinta dos grupos sociais, sem defini-los *a priori* em nenhuma “prática ilícita” ou tomá-los por sujeitos cujo “desregramento moral” é inerente. Assim, esse exercício de debruçar-se sobre a família e analisar suas formas nos permitirá construir um conhecimento mais aproximado da diversidade e multiplicidade das experiências familiares brasileiras.

³ Estudioso das questões familiares em Minas Gerais e reconhecido por suas pesquisas sobre o período colonial, com destaque para a obra *Barrocas famílias*, ver bibliografia.

Donzelot (1986) afirma que estudar a família informa sobre o destino da sociedade; analisar as metamorfoses que a afetam, o afrouxamento ou o alargamento do alcance de seu discurso moral dentro do corpo social pode permitir entrever os anseios da população sobre a sobrevivência da sociedade, senão a sua própria sobrevivência de fato. Importante destacar que, tanto para os anos de 1889-1930 quanto para os dias atuais, a afirmação de Donzelot é bastante verdadeira. Na Primeira República, a vigência da legislação civil causou profundos debates e muitas suspeitas e temores da população que viam na estrutura familiar, de base religiosa, a ordem social. Para os dias atuais, as discussões na qual a querela da família tem se enfronhado, principalmente pelo atual questionamento social iniciado pelos homoafetivos e pela decisão do Supremo Tribunal de estender o entendimento de “entidade familiar” para uniões consensuais formadas por qualquer tipo (o par composto de ambos os gêneros, o par composto por dois do mesmo gênero e o sem par – mulheres ou homens e seus filhos) tem atizado o debate e recolocado a família no centro das preocupações que chegam a ver nisso uma impossibilidade de futuro da sociedade, da nação e até da humanidade. O que mais uma vez demonstra a complexidade de se pensar esse tema e, sobretudo, os efeitos que ele causa na nossa sociedade como um todo.

De todo modo, interessante notar que este atual questionamento sobre o que é a família (ou o que deve ser considerado família e ter seus direitos reservados), guarda relações estreitas com o revisionismo que as pesquisas historiográficas sobre a vida familiar têm proposto e feito em relação à nossa história. Os estudos de família no Brasil partem do interesse de conhecer as formas de vida familiar ocorridas nas diversas regiões do país e esse interesse tem dado um novo lugar social para os sujeitos envolvidos no chamado concubinato e tem ajudado na construção de um respaldo histórico para se analisar as atuais discussões que esta instituição vê-se envolvida. Se a princípio esses estudos estavam muito apegados aos padrões da moral cristã e suas legislações, privilegiando a família legítima, criando estereótipos e negativizando todas as demais experiências que concorriam com este padrão; a formação da família à margem dos padrões ditados pela legislação colonial, imperial e republicana tem sido tema bastante abordado pela historiografia recente. Buscado entender as maneiras pelas quais de fato as famílias organizavam-se, conquistou-se um conhecimento mais aproximado da realidade social brasileira, principalmente em relação ao período colonial e imperial, visto que o período republicano despertou inicialmente bem menos interesse em relação ao tema e conta com bem menos pesquisas sobre a questão. De qualquer modo, aqueles que se preocuparam com esse período têm registrado a continuidade de aspectos

ressaltados para os períodos anteriores, entre eles, o alto índice de ilegitimidade e a maneira “perversa” de tratamento a esses atores sociais envolvidos nela.

Dito isso, parece importante revisarmos a questão da família desde seu nascimento como objeto de estudo no Brasil e as influências que recebe do exterior, atitude cujo objetivo é situar o tema desta tese na historiografia nacional e estabelecer o diálogo com estas mesmas pesquisas.

Na descrição de Rosa Maria Barboza de Araújo (1993, p. 23) encontramos a medida das palavras que “datam” esse nascimento no Brasil:

Até os anos 1970 a história da família no Brasil foi principalmente analisada por sociólogos e antropólogos. Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Luís Aguiar da Costa Pinto foram pioneiros na análise das relações de parentesco e do perfil da família para entenderem a evolução social do Brasil colonial e imperial. Antonio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willems, Donald Pierson, Thales de Azevedo, Charles Wagley, dentre outros estudiosos, escreveram sobre a estrutura e a organização da família em diferentes períodos. *Gilberto Freyre inaugura o estudo da história da família em 1933 com a tese do patriarcalismo publicada em Casa Grande & Senzala e continuada em Sobrados e Mocambos, argumentando que o meio ambiente, a nutrição e fatores culturais determinaram o caráter paternalista nacional desenvolvido através do sistema familiar.* Oliveira Vianna explica a formação da população brasileira em termos étnicos, combinando fatores raciais com ambientais, sem deixar de lado o monopólio de poder da família patriarcal na formação social do Brasil. (grifo nosso)

O estímulo das pesquisas nesta área dar-se-á a partir desta afirmação. As pesquisas que seguiram interrogando, concordando ou reinterpretando a visão patriarcalista buscaram respostas junto à historiografia europeia – a tradição de pesquisa realizada na França e na Inglaterra, pioneiros nos estudos de família – para as especificidades brasileiras.⁴ Os trabalhos publicados a partir de então definiram a estabilidade do tema como nova área de conhecimento histórico.⁵ (SAMARA, 1989)

⁴ Antes de 1950, estudos de família como os que se conhece hoje praticamente não existiam. O que se fazia eram análises genealógicas, quase sempre de grupos de elite, e baseados em fontes subjetivas. O Grupo de Cambridge (1960) é fruto do fértil período de nascimento da demografia histórica, bem como da popularização de estudos sobre vida familiar, iniciados na França com base na análise de documentação paroquial. Este grupo inglês de estudos de população e estrutura social desenvolveu uma metodologia específica, basicamente quantitativa e abrangendo um número maior de regiões, com o intuito de standardizar as informações e torná-las comparáveis entre si, contemplando largos períodos de tempo e lugares diferentes. A exploração das listas nominativas, abundantes e completas na Inglaterra, mas também existentes em várias partes do mundo, permitiu que as principais questões levantadas dissessem respeito ao estudo demográfico do agrupamento doméstico. As mesmas listas traziam informações sobre a composição das unidades domésticas e mais alguns dados variáveis, de acordo com a região, com a profissão, idade, estado matrimonial, produção, etc. (BERKNER, 1972)

⁵ É certo também que o interesse por este objeto vem à tona com a visibilidade que a História das Mulheres adquire na historiografia. Os primeiros estudos no ramo da História das Mulheres, por sua vez, tinham como característica a sua vinculação ao movimento feminista e, por isso, identificavam a família como uma instituição central de opressão. Sheila de Castro Faria (1997) critica o que denomina de imprecisão quanto à delimitação das áreas e objetos de estudos, apontando que, no Brasil, há uma interpenetração da história da família nos campos específicos da sexualidade e da história das mulheres. Para ela, essas interligações resultam numa confusão entre os limites dessas linhas de pesquisa, pois para estudar a família tem sido necessário o cruzamento com a história

Interessante notar que, como destaca Ângela Mendes de Almeida (2001, p. 1-2), boa parte dessas pesquisas históricas que interrogaram, concordaram ou reinterpretaram a obra de Freyre apoiavam-se nessas referências estrangeiras que até então se tinha sobre a história da família. Tentando sustentar que Gilberto Freyre falava de uma “mentalidade” *avant la lettre*, Almeida afirma que a predominância de referências quantitativas direcionou as críticas para um terreno que está em desarmonia com a verdadeira intenção do autor.

A família como tema de pesquisa genuinamente histórico é recente. É bem verdade que na segunda metade do século XIX vários estudiosos haviam tratado da história da família, entre os quais Johan Jacob Bachofen, que publicou, em 1861, *O direito materno*, e o historiador americano Charles Morgan, cujo livro, *A sociedade antiga*, foi editado em 1877. Friedrich Engels serviu-se amplamente deste segundo livro e das anotações de Karl Marx sobre ele para escrever *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). No entanto, nesses textos, do ponto de vista histórico, a grande questão era a de saber que tipo de família, nos tempos primitivos e remotos daquilo que chamavam de “barbárie” – por oposição à “civilização” que acreditavam ser a sociedade contemporânea do século XIX – teria precedido a família patriarcal do mundo ocidental cristão, marcado pela dominação do *pater familias* e pela propriedade. Com a mentalidade anticlerical que acompanhava o pensamento progressista e positivista do período, queriam demonstrar, e demonstraram, que a família patriarcal burguesa era uma instituição historicamente determinada e nada mais. É interessante lembrar que quando Gilberto Freyre escreveu o seu memorável *Casa-grande & senzala*, em 1933, no qual definiu a família patriarcal rural como célula mater da formação da sociedade brasileira – “agrária, escravocrata e híbrida” –, dispunha apenas desse tipo de literatura sobre a história da família.

Tentando explicar então como Freyre, em 1930, já pudesse ter disponível senão o conceito de mentalidade vulgarizado pela terceira geração dos *Annales*, mas algo que já se percebia como “instrumental mental”, Almeida afirma que esta problematização do conceito de patriarcalismo decorrente da obra de Freyre e que faz nascer a história da família no Brasil está pautado na própria incompreensão acerca do autor, que foi lido fora do contexto de referências e preocupações sobre a família do seu tempo⁶. Partindo da percepção errônea de que ele generalizaria o conceito de família patriarcal como o tipo de família existente no Brasil no período colonial e oitocentista, essa equivocada generalização foi vista, por muitos estudiosos, como o estopim que construiu mitos que geraram o desconhecimento de nossa

das mulheres, das crianças, da sexualidade, etc. Assim como estudar qualquer um desses outros objetos requer um diálogo com a História da Família.

⁶ “Ora, o modo de pensar e de agir que Freyre descreve no âmbito do “mundo da casa-grande e senzala”, imperceptivelmente estendido ao Brasil como um todo, está bem próximo, do conceito de mentalidade. Não se trata apenas dos comportamentos evidentemente diferenciados do macho-branco-proprietário e dos escravos, sobretudo das escravas. Trata-se de uma arquitetura mental em que a dominação e a submissão aparecem como “doce” intimidade, a valorização de algumas qualidades dos dominados pelos dominantes aparece e é sentida como confraternização, tudo isso contribuindo significativamente para que não apareça nem de longe uma equivalência entre seres humanos diversos que, neste caso, poderiam contrapor-se, mas se forje uma estrutura de comportamentos hierarquicamente tipificados”. (ALMEIDA, 2001, p. 5)

história. Nas palavras de Mariza Corrêa (1982, p. 15-18) encontramos a dimensão do que essa (in)compreensão gerou:

A história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a História de um tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal –, um tipo fixo, onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais. [...] a família patriarcal é o retrato que temos da família brasileira através do tempo, é a história da família brasileira, todos os outros modos de organização familiar aparecendo como subsidiários dela ou de tal forma inexpressivos que não merecem atenção. [...] este olhar achata todas as possibilidades [...] Escamoteando as alternativas, tornando-as invisíveis, este olhar alinha-se ao lado do modelo dominante (dominante?), ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos pequenos conflitos e manipulações, e da violência, que este modelo, afinal, se impôs. [...] penso sobre as formas de organização familiar no Brasil colonial. É possível reduzir a imensa gama de possibilidades inscritas num espaço natural e social aberto, muito lentamente ocupado e organizado, a *uma* história na qual, mudando os personagens, permanece uma fala central idêntica a si mesma, preenchida a cada geração por novas palavras, sempre com o mesmo sentido? [...] como se dá historicamente a produção concreta das formas de organização familiar? A chamada família patriarcal era o modo cotidiano de viver a organização familiar na Colônia, compartilhado pela maioria da população ou é o modelo ideal dominante, vencedor sobre as várias alternativas concretas no decorrer da história?

Motivados então pelo questionamento sobre uma possível homogeneização da família, sobre a possibilidade de outras organizações familiares conviverem com o tipo patriarcal, a proposta dos estudos de família foi verificar as diversas realidades e áreas do país no intuito de eventualmente comprovar que esse modelo, se dominante, coexistiu com outras formas. O impulso dado pela demografia nesse aspecto é evidente.

Junto à desconfiança de que este modelo patriarcal – ou seja, família numerosa, composta não só pelo núcleo conjugal e de seus filhos, mas incluindo um grande número de parentes, criados, agregados e escravos, todos submetidos ao poder absoluto do patriarca, pai, marido – não é o único modelo de família existente no Brasil entre os séculos XVI e XIX; perguntou-se pela legitimidade da ênfase na submissão feminina, o que também provocou pesquisas que se empenhassem em comprovar que isto talvez só fosse característica das elites agrárias.⁷

Mais tarde, outra obra clássica da historiografia brasileira ajudará a impulsionar os estudos de família, não porque trata diretamente desse tema, mas pelo reflexo social que suas

⁷ Este questionamento revela a proximidade entre a História da Família e a História das Mulheres que apontamos na nota anterior, bem como a influência que os estudos de gênero exerceram sobre a primeira. A argumentação é no sentido de amenizar a impressão de que a mulher era totalmente submissa frente à dominação masculina presente na sociedade, utilizando para isso o exemplo de rebeldia e resistência de algumas mulheres, especialmente dos grupos populares. Eni de Mesquita Samara frisa ainda ser perigoso separar a história das mulheres da história da família, “sob pena de enfatizarmos apenas estereótipos e arquétipos que não contemplam os diferentes modos de vida de mulheres dos mais variados segmentos étnicos e sociais”. (SAMARA, 2003, p.58).

afirmações sobre a importância da grande unidade produtora geraram. Para Caio Prado Jr. (2008), a força da grande exploração seria tamanha que ela teria reflexos sobre praticamente tudo que existia na colônia – a estrutura social, a organização política e as formas culturais, todas se subordinariam à grande exploração. Essa importância da grande exploração no quadro colonial seria bastante natural já que esse empreendimento mercantil organiza-se para oferecer produtos primários para o mercado externo, o que é, para o autor, precisamente o sentido da colonização brasileira. Partindo de uma leitura marxista, o resultado disso seria que apenas o que estaria ligado à grande exploração teria vida orgânica na colônia, ou seja, já que a grande exploração seria, na situação colonial, uma realidade impossível de ser ignorada, inorgânicos seriam os elementos que nela têm papel subalterno. Nesse cenário, a constituição de família estaria atrelada à grande unidade produtora sendo, portanto, desprezível e até imoral as convivências no ambiente fora dela.

Assim, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. terá papel decisivo na interpretação posterior da vida familiar dos homens pobres, escravos e livres. Para ele, na colônia, o inorgânico seria, principalmente, o que não pertence à grande exploração e este setor viveria numa situação caótica. Encontrar-se-iam nessa condição tanto atividades econômicas voltadas para o mercado interno (como pecuária e produção de alguns gêneros agrícolas como a mandioca) quanto outras atividades de difícil classificação ou inclassificáveis. Sendo apêndices da grande exploração, o setor inorgânico teria reflexos sociais e, a rigor, não se poderia nem mesmo falar em estrutura social porque é a desorganização, a instabilidade, a incoerência, a pobreza, a miséria e a dissolução nos costumes que o caracterizaria, tendendo em todos os casos para as formas extremas de desagregação social características da vida brasileira: a caboclicização e a vadiagem. Fora da casa grande, faltaria à vida colonial o que Caio Prado Jr. chama de nexo moral.

Escrita nos anos 60 do século XX, a importância da tese de Caio Prado Júnior sobre a inserção do Brasil no sistema colonial influenciou posteriormente, como dissemos, historiadores preocupados com a vida dos homens pobres livres ou escravos em diversas partes da colônia, bem como com as relações de família que eles estabeleciam. As pesquisas interrogavam se seriam mesmo desordeiros, desclassificados e inúteis esses homens que compunham o chamado “setor inorgânico” da colônia. Seria inorgânico mesmo este setor paralelo à grande exportação? Teria sido impossível construir uma vida digna e estabelecer relações de família dentro dos padrões da *ordem*? Embora tenha influenciado muitas produções, essas perguntas feitas a partir das afirmações de Prado Jr. levaram ao questionado de sua obra por uma literatura revisionista que lançava outro olhar às estruturas familiares da

população pobre, no intuito de demonstrar que a inserção do Brasil no sistema colonial não destruiu as bases para a formação de uma economia interna, que o homem pobre e livre não vegetava necessariamente à margem da lavoura de exportação e que muitos dos chamados inadaptados socialmente (pardos, negros, quilombolas, caboclos e tapuias) nem sempre se tornaram moralmente degradados. Se para Prado Jr. estes eram jogados pelo próprio sistema na devassidão, na qual a possibilidade de casar-se era restrita (mesmo que os matrimônios fossem frequentes, o fato não garantia em si a regularidade e a disciplina das relações sexuais), essa literatura revisionista procurou demonstrar que a vida social era bem mais complexa do que pressupunha Prado Jr e, com isso, os estudos sobre a família extrapolarão o mundo do engenho e passarão a se preocupar com outros personagens que não só as elites agrárias.

Diante desses questionamentos a partir dessas duas grandes obras, *Casa grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*, a família passou a ser um tema cuja revisão era importante para desvendar não só suas várias formas, sua dimensão variável, seus muitos tipos, seus valores, etc.; mas, sobretudo, a história do nosso país. Este movimento revisionista foi promovido por historiadores com o uso de fontes que permitissem vislumbrar sinais de relações insuspeitas na sociedade; que revelassem, com isso, as múltiplas e heterogêneas realidades e as formas de organização de domicílio que pudessem comprovar que a imposição do conceito freyriano e as afirmações sobre devassidão de Prado Jr. mascararam a realidade familiar brasileira. Era tempo dos *Annales* e a relação entre o historiador e as fontes também se tornou mais complexa, o que permitiu uma diversificação desses instrumentos de pesquisas e, oportunamente, a comprovação de elementos que sustentavam cada vez mais a necessidade revisionista do passado brasileiro. Esses novos trabalhos, apesar de muito representativos, também sofrem críticas e o diálogo decorrente desse processo tem mantido o tema família em debate até hoje.

Assim, se as obras de Freyre e Prado Jr. sofreram críticas e impulsionaram pesquisas para revisar as suas respectivas afirmativas, essa própria iniciativa de revisão não ficou impune. Em relação à tentativa de relativização da imagem dominante da família patriarcal e à concepção de que a família patriarcal não existiu sozinha na formação familiar e social brasileira, por exemplo, algumas críticas apareceram e destacou-se o limite dessa iniciativa revisionista, a qual foi acusada de confundir o conceito de patriarcalismo com o de família extensa e de investir no seu desmonte por um viés e por uma fonte problemática. Com estudos sobre a estrutura de domicílio baseados nos censos e nas listas nominativas que constataavam variações na realidade dos domicílios, o desmonte do argumento atribuído a Freyre era

acusado de ser facilitado (BARICKMAN, 1998). A acusação também recaía sobre uma possível incompreensão do conceito de família patriarcal por parte desta literatura revisionista. Isto é, a família patriarcal seria *uma* representação do modelo de família que, para Freyre estaria ligado às características autoritárias e desiguais do nosso período colonial. A família patriarcal seria núcleo e base para a estruturação das relações sociais e a força de seu modelo atingiu ou influenciou núcleos que não eram organizados da mesma maneira. Assim sendo, este tipo de família serviria sim de referência ideológica para a organização das diversas relações afetivas, sexuais, de solidariedade e de hostilidade, não sendo, portanto, uma realidade que se pudesse demonstrar com pesquisas empíricas sobre modos de organização familiar. Segundo Almeida (2001), como dissemos acima, o que se podia interrogar a partir do seu conceito estava estreitamente ligado com a mentalidade que rege a vida familiar na esfera privada e a vida social, na esfera pública. Para quem questionasse o caráter de influência que a família patriarcal exercia, esta vertente crítica retrucava que este modelo se legitimava mesmo em condições adversas a ele, negativizando as experiências que não se adequavam às suas características. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003)

Outra crítica era em relação às fontes utilizadas para questionar a proeminência da família patriarcal. Na medida em que estes estudos da literatura revisionista foram influenciados pelo método quantitativo desenvolvido pelo Grupo Cambrigde, a crítica de Lutz Berkner (1972) aos trabalhos deste grupo ressoa nas pesquisas brasileiras. Além de acusar que os conceitos usados por Peter Laslett são elaborados sem explicações claras, o próprio conceito de “household”, seria equívoco.⁸ Também Barickman (1998) estende a crítica aos demais usuários das fontes, alertando para o problema do uso das listas nominativas e censos populacionais como se eles tivessem sido elaborados para a contagem de domicílio e reforça que o critério utilizado para a marcação dos chamados “fogos” é absolutamente duvidoso, quando não, desconhecido. Ele aponta ainda que os censos e as listas nominativas são mais próprios do Sudeste brasileiro. Há uma quase inexistente produção historiográfica que contempla o Nordeste Brasileiro, muito por conta da escassez desse tipo de fonte nesta região. Para o autor, essa falta constitui não só uma lacuna, mas denota a impossibilidade das

⁸ Para ele, Laslett encara os censos como simples blocos de indivíduos que ele não sabe o que significa, mas que estão definidos nos censos. Berkner critica, pois, a passividade de Laslett diante de tais fontes, já que o mesmo “não desconfia” que os censos dependem de quem os elabora, sendo o critério de divisão totalmente desconhecido e por isso eles são, no mínimo, suspeitos. Censos que, na verdade, nem sempre são censos, alguns são listas feitas para fins econômicos e militares. Berkner também critica o descarte feito por Laslett das demais fontes que tratam dos “ideais familiares”, uma vez que a organização de domicílio depende do contexto da sociedade em que se encontra, não pode ser imposto de fora por definição limitada. Cf. Berkner, *The uses and misuses of census data for the historical analyses of family structure*. Cf., bibliografia.

pesquisas revisionistas desconstruírem, a não ser de modo indireto, a visão tradicional da casa-grande patriarcal associada a Freyre⁹.

Em relação às afirmações de Prado Jr, o revisionismo não assumiu inicialmente caráter de crítica contundente, as pesquisas inspiradas em sua obra muitas vezes chegaram a reforçar a aproximação entre pobreza/desclassificação e imoralidade. Nos anos 60, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) chamou a atenção, tal como Caio Prado Jr., para a marginalização do homem livre e pobre na economia do café no vale do Paraíba, no século XIX. Como Prado Jr., ela aponta a marginalização, a situação de carência e a vida sofrida dos homens livres e pobres, embora não estabeleça relações concretas e diretas entre isso e a necessária degradação moral. A autora destaca que, mediante os altos custos das plantações, a grande extensão de terras e as dificuldades encontradas na sua exploração, áreas não produtivas acabaram cedidas ao uso de homens livres, promovendo o aparecimento de homens que não estavam totalmente submetidos às pressões econômicas. Porém, não deixa de destacar que, por conta da concentração dos meios de produção, ocorreu o aparecimento de uma “ralé crescente” composta por homens dispensáveis e desvinculados dos processos essenciais à sociedade, o que deixa claro a influência sofrida pelas teses de Prado Jr.

Laura de Mello e Souza (2004), no início dos anos 80, fortemente influenciada por Caio Prado Jr., escreveu um importante trabalho sobre o homem livre e pobre na região de Minas Gerais e nele ela destaca a existência de um enorme contingente de *desclassificados* sociais no período aurífero mineiro do século XVIII. Para ela, a fluidez da economia escravista e sua instabilidade impossibilitavam o homem livre e pobre de acessar com facilidade as fontes que geravam riquezas. A implicação disso era a dificuldade, senão impossibilidade, de terem uma vida minimamente estável. Nas suas palavras: (2004, p. 92):

A noção de trabalho vigente na colônia é importante para compreensão de outra peculiaridade nossa: a extensão que entre nós assume a expressão *vadiagem* e a categoria *vadio*. [...] o vadio é aqui o indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção de lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas, o que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social.

Dessa afirmação, percebe-se que a autora enfatiza a pobreza no Brasil como um dado estrutural da sociedade. O vadio, este que não se insere, que tem dificuldades enquanto categoria social, teria tido mais dificuldade ainda na constituição de família. A autora

⁹ Existem muitos estudos que refazem a historiografia da família, destacando seus vínculos com a sociologia e antropologia, com a leitura mais marxista ou dos desdobramentos da pesquisa de Ariès. Neste estudo, nossa prioridade foi destacar as pesquisas sobre a família que fazem fronteira com o concubinato, daí a seleção somente de alguns autores. Não se pretendeu com isso desprestigiar os demais autores que se debruçam sobre a temática desde a década de 60, no Brasil e no exterior.

aproxima, mais uma vez, as dificuldades econômicas às dificuldades de realização de casamentos e a existência de uma vida irregular. Como para Caio Prado Jr., para Laura de Melo de Souza o ambiente instável favorecia a promiscuidade sexual e o resultado disso era o alto número famílias estruturadas sob a forma de concubinato. A “desclassificação social” era ela mesma definida pela precariedade material, pela exploração sexual, pelo incesto, pela bigamia e pelo mundo de infrações e crimes em que viviam (SOUZA, 2004).

Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) reforça o argumento de que a instabilidade das uniões podia ter como causa a pobreza ao analisar a realidade das famílias de mulheres solitárias. “Tratava-se antes de tudo de um processo avassalador de multiplicação da pobreza, que acompanhava, principalmente nas cidades, o crescimento vegetativo da população, tendo como pano de fundo a estagnação econômica” (DIAS, 1995, p. 32-33). Como ressaltamos anteriormente, a história da família esteve muito próxima da história das mulheres e, em 1984, a autora, preocupada com o cotidiano das mulheres pobres acaba por apontar elementos da vida familiar no período colonial e independente. Apesar de ressaltar a variável *pobreza*, Dias não deixa de afirmar que o excedente de mulheres só na população não se devia a nenhum fator isolado, mas a uma multiplicidade de aspectos peculiares ao sistema social e econômico da sociedade colonial como um todo.

Torna-se impossível fixar causalidades precisas num processo amplo e abarcante de todo um meio social complexo em mudança. Basicamente, prendia-se ao sistema de dominação social das classes dominantes e à perpetuação dos privilégios adquiridos, de que a estrutura familiar era um instrumento estratégico. Estipulava papéis sociais difíceis de serem mantidos por homens ou mulheres das classes desfavorecidas, embora alguns dos seus valores permeassem por toda a sociedade como traços machistas dos papéis sociais masculinos. Entretanto, normas e valores ideológicos relativos ao casamento e à organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos meios mais pobres de homens livres sem propriedades a transmitir. Moças pobres sem dote permaneciam solteiras ou tendiam a construir uniões consensuais sucessivas. [...] fundamentalmente, a reforçar a instabilidade de uniões sucessivas, a pobreza de homens acostumados a viver errantes, que não tinham com que manter suas famílias e se afastavam em busca de ganha-pão nas áreas pioneiras da província acabando por ali compor novas ligações... (DIAS, 1995, p.30-34)¹⁰

Nesse trecho a autora deixa claro, então, as incongruências do modo de vida das diferentes camadas sociais no Brasil, atrelando alguns valores e comportamentos diretamente à questão da renda, em cuja ausência tornavam-se de difícil manutenção. Afirma ainda que o sistema familiar apresentava-se como uma estratégia por parte da elite, seja para perpetuação de sua

¹⁰ Nesta mesma direção, Elizabeth Kuznesof evidencia que as famílias chefiadas por mulheres decorriam de uniões consensuais rompidas em virtude da busca por trabalho em outras áreas, da migração urbana, etc. Cf., Elizabeth Kuznesof, *Household, family and community studies, 1976-1986: a bibliographic essay*. Ver bibliografia.

condição, seja para sua dominação social e que sua essência no que se refere ao casamento e à organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos meios mais pobres de homens livres sem propriedades a transmitir. Essa temática será mais tarde bastante discutida pelos estudos de família que munidos dos conceitos de circularidade cultural vão destacar as trocas de valores e normas entre as camadas sociais a despeito de sua condição financeira.

Recolocando os termos dessa questão tendo em vista as afirmações acima em relação aos homens livres, Sheila de Castro Faria (1997) e Hebe Maria de Castro Mattos (1998) preocuparam-se também com o tema da formação de família e são uníssonas 1) em relação ao fato de que a economia colonial não estava pautada apenas na *plantation* exportadora, apesar de essa ser o seu setor mais dinâmico – paralelamente havia um mercado interno agregando pequenos e médios lavradores, muitas vezes migrantes, ligados à propriedade agrícola familiar; 2) ao pontuar que a economia escravista colonial não marginalizava o homem livre e pobre e não há motivos para pensar que o concubinato como algo doentio em si, já que os livres podiam tornar-se posseiros, ter acesso a escravos, ainda que poucos, e produzir para o mercado, tendo em vista, inclusive, a formação de uma família como estratégia para a sua inserção na localidade em que viviam.

Assim, estudando os Campos dos Goitacazes no século XVIII, Sheila Faria mostrou que a presença da família, pelo menos a constituída pelo casal, era condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas de produção, em particular para os mais pobres. Hebe de Castro, analisando inventários do século XIX de lavradores com no máximo quatro escravos, portanto pequenos proprietários, mostrou que nas regiões de Capivari, Campos dos Goitacazes e no Recôncavo de Guanabara a família nuclear era pré-requisito para a atividade agrícola independente para aqueles não dispunham de capital e que um elevado número de filhos era sempre desejável nas relações matrimoniais. Esses lavradores até podiam iniciar uma família consensualmente, mas, quando a necessidade de maior estabilidade era exigida, eles não hesitavam formalizar o casamento. Em outro trabalho igualmente importante¹¹, Castro procura discutir a situação dos lavradores pobres, população migrante de caboclos e caipiras, cuja presença no Brasil escravista encontra-se documentada na literatura especializada, sem que, em geral, os autores os elejam como objeto específico de discussão e análise historiográfica, sendo assim sistematicamente relegados ao segundo plano, rotulados sob o signo da marginalidade.

¹¹ Cf. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Ver bibliografia.

Outro trabalho, da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva (1984), ajuda a compreender as relações familiares na colônia ao propor uma reflexão sobre o casamento no período colonial e suas reminiscências portuguesas, deixando espaço para se pensar o concubinato não mais pela questão da desclassificação, mas pelos impedimentos burocráticos e canônicos que dificultavam o acesso ao matrimônio na colônia. Essa era uma abordagem inovadora, pois os trabalhos tendiam a articular as condições de pobreza à origem dos concubinatos no Brasil e o que Nizza da Silva faz é destacar a precária situação da Igreja no controle do processo de colonização.

Apesar da importância dessa pesquisa, alguns anos depois, Ronaldo Vainfas (2010) relativizou os entraves burocráticos e canônicos ao casamento apontados por Nizza da Silva, destacando a grande presença de bígamos condenados pela visitaço da Inquisio. Para Vainfas, esse fato representaria a facilidade de se casar no Brasil e no o contrrio. Nesse contexto, o problema da desclassificao social reaparece e mais uma vez articulado formao de concubinatos no Brasil. Nas suas palavras (2010, p. 128):

O concubinato colonial encobria, portanto, uma vasta e complexa gama de relaes amorosas, oscilando na larga fronteira entre o casamento legal e sacramentado e o caso de amor entre homens e mulheres solteiros. Representou, ao que tudo indica, a principal alternativa de vida amorosa e sexual para os “protagonistas da misria”, escravos, forros e pobres, aos quais o casamento era “interditado” ou despropositado, fosse pela condio servil, fosse pela instabilidade que lhes marcava a existncia.

Utilizando as devassas mineiras e baianas, Vainfas demonstra que boa parte dos acusados de concubinato eram representantes da populao parda, forra e solteira, cuja desclassificao, ocasionada pelo escravismo, impossibilitava enfrentar a burocracia do casamento, bem como a despesa que ele gerava. Para ele as relaes concubinrias em nada se pareciam ao casamento ou unio conjugal, embora fosse um “hbito” de toda a Colnia. Ele continua:

Mas constituiu, ainda, um hbito em toda a Colnia: de mulheres e homens enfiados no casamento; de padres mal afeitos ao celibato; de homens de prestgio que na falta de mulheres “brancas e honradas”, se uniam informalmente s mulatas; de mulheres brancas, negras, ndias ou mestias que “solteiras” no podiam encontrar marido. Resultou em grande medida do colonialismo, da escravido e do racismo, a estimularem transitoriedade, pobreza, sujeio e mltiplas barreiras sociais impeditivas do casamento ou, at mesmo, de unies duradouras. Resistiu aos esforos da Igreja e pregao dos moralistas, homens isolados num mundo onde era frgil a estrutura clerical. Mas, tanto no plano moral tridentino como nos horizontes populares da Colnia, os diversos concubinatos raramente se assemelhavam a casamentos livres, costumeiros, ou unies pretensamente contestatrias ao matrimnio eclesistico oficial (VAINFAS, 2010, p. 128).

Outros trabalhos igualmente importantes vo contestar a afirmao da necessria degradao moral dos pobres, entre eles os livres e os escravos, e vo servir de base para

outras pesquisas. Robert Slenes (1999), por exemplo, mediante trabalhos sobre padrões demográficos, familiares e recenseamentos, apontou altas taxas de casamento entre escravos e destaca que o aparente consenso sobre o desregramento da vida dos escravos pode ter causa nos preconceitos culturais dos viajantes estrangeiros. Apontando a existência de casamentos entre escravos, sobretudo de mulheres e confirmando a presença das relações de compadrio na vida do escravo, Slenes afirma ainda que o padrão familiar escravo não era tão diferente dos padrões ibéricos e latino-americanos – concluindo assim que a união consensual não era um desvio e sim um padrão cultural de raízes profundas que, diante do ambiente propício, principalmente rurais, foi absorvido nas colônias.

Esse revisionismo permite afirmar, assim, que apesar da marca de indisciplina, promiscuidade e desregramento moral e sexual com que o discurso dominante, derivado em boa parte das obras clássicas do Freyre e Prado Jr., procurou enquadrar o modo de vida da camada popular, esta estabeleceu relativos padrões de uma moral comunitária e coletiva e, muitas vezes, até sofria influência ou desejava reproduzir o modelo divulgado como ideal. É assim que, ao longo desse debate historiográfico, os estudos de família e concubinato cruzam-se. Normalmente, quando se falava de família no Brasil, destacava-se a formalização de comportamentos marcados por valores que têm no matrimônio católico o ideal legítimo a ser seguido, preconizando-se como parâmetro de normatização o casamento marcado pela moral cristã sob a égide da tradição contrarreformista da Igreja Católica tridentina¹². Porém, as pesquisas que tinham o concubinato como referência começaram a traçar paralelos entre formas ilegítimas e marginais e o modelo oficial e legítimo do Estado civil e eclesiástico, promovendo uma melhor percepção da realidade familiar brasileira, marcada tanto pelos valores morais e culturais católicos e portugueses, como também pela multiplicidade de valores comportamentais dos diversos grupos étnicos africanos e indígenas e daqueles derivados da intensa mestiçagem biológica e cultural processada – promovendo assim o alargamento do conceito de família.

Assim, nesse impasse entre família e concubinato, em 1999, recuperando o cotidiano que ficou anotado em livros de devassas e em processos-crimes, Fernando Londoño (1999) investigou a ilicitude das relações amorosas mineiras, percebendo que as famílias geradas pelo concubinato surgiam à sombra do casamento como resultado de adultérios, ou se organizavam segundo o modelo do matrimônio a partir de arranjos consentidos ou resultantes

¹² O casamento católico é caracterizado pela monogamia, fidelidade e indissolubilidade, voltado para a procriação. O Concílio de Trento (1545-1563), representado no Brasil pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), reafirmou esses valores, principalmente a fundamentação sacramental da união indissolúvel dos indivíduos.

de raptos e violências. Os envolvidos comportavam-se como marido e mulher, identificando-se também relações filiais, de avós e netos, chegando mesmo a se manifestar em redes de solidariedade similares às surgidas ao redor da família estruturada a partir do casamento. A sua tese é, portanto, que esse regime de concubinato permitiu a constituição de uma “outra família”.

Já Luciano Figueiredo (1997) confrontou o modelo típico de família de elite com suas características patriarcais e de grupo extensivo com os altos índices de concubinato presentes nas Minas Gerais do século XVIII. Apesar de também constatar que a prostituição, a ilegitimidade, o abandono de crianças e o concubinato são comuns na região, o autor se diferencia das conclusões já apontadas pela historiografia por perceber que apesar da pobreza e do concubinato, essas relações não resultavam da instabilidade e da dispersão de seus componentes. Ao contrário, raramente os filhos deixavam a casa dos pais e do seu grupo de origem, levando os seus parceiros para lá, mesmo que não fossem casados, fortalecendo o grupo. Como afirmamos anteriormente, a família ocorre dentro da lei, se possível, fora da lei se necessário. Se a pobreza era um obstáculo, Luciano Figueiredo, a partir da realidade das Minas Gerais, acrescenta a própria dificuldade institucional que a Igreja enfrentava para cooptar todas as almas:

As limitações institucionais para disseminar o casamento iriam contribuir decisivamente para o estabelecimento de uniões consensuais nas comunidades mineiras. Mais que isso, a ação da Igreja não foi capaz de aprofundar, na maioria da população, sentimento religioso sólido o suficiente para mantê-la afastada dos relacionamentos consensuais. De fato, a necessidade do afeto e o estabelecimento de relações de solidariedade pareceram bem mais importantes que o respeito às exigências cristãs. Colocado dessa forma, o cotidiano superava, com sua força avassaladora, as fraquezas institucionais. (FIGUEIREDO, 1997, p. 146)

Atentos ao cotidiano, pode-se afirmar após todo esse debate a impossibilidade da historiografia traçar um modelo explicativo único para entendimento do Brasil, bem como a necessidade de continuidade de pesquisas para desvelar essas realidades múltiplas e concomitantes, ainda desconhecidas.

Apesar disso, se o casamento legítimo também era encontrado nas camadas populares, se as uniões ilegítimas podiam guardar semelhanças com as uniões legitimadas pelo matrimônio, não se deve esquecer que o convívio amoroso nas uniões ilegítimas poderia apresentar traços diferentes, os quais muitas vezes o afastavam desse modelo ideal ao mesmo tempo em que construíam uma moral própria. Por exemplo, Luciano Figueiredo apontou o fato das relações amorosas nas camadas populares oscilarem entre dois extremos, com uma relativa publicidade, misturando muitas vezes excessiva violência com o excessivo amor.

Estes são aspectos que singularizavam estes relacionamentos, facilitando sua compreensão pelos grupos dominantes como desregrados e promíscuos. Acerca disso, ele comenta:

Dessa vez são atitudes públicas nas quais transparecem, não só a existência de um relacionamento amoroso, mas os conflitos, a paixão e o afeto que lhe são subjacentes. Aos olhos da Igreja um desafio ao seu poder e uma ameaça pela publicidade com que ocorre; para a população mineira, relacionamentos do cotidiano com manifestações sinceras. Assim a preocupação da Igreja com os conflitos nesse relacionamento consensual tem uma raiz diferente daquela com relação aos cônjuges legítimos. Se nesta era a estabilidade da relação que era temida, naquela era condenável qualquer forma de sentimento mais perene entre um casal, pois ocorria fora da ordem conjugal. (FIGUEIREDO, 1997, p. 107)

Nesse sentido, revelar-se-ia uma ordem familiar com conflitos às vezes bem violentos, mulheres pouco passivas em seus papéis, atitudes de estabilidade contrárias à ordem escravista e comprovações extremadas de afeto. Além disso, essa ordem familiar envolvia ritos em diferentes esferas da vida familiar quer houvesse ou não coabitação.

Mediante essa reviravolta, as idas e vindas e as novas descobertas que fertilizam os estudos de família no Brasil, este revisionismo não deixará de atingir, inclusive, os estudos históricos sobre a família europeia, visto que sempre serviram como modelos explicativos da história da família nas áreas coloniais. Apesar de não pretendermos discutir os caminhos percorridos pela investigação histórica dedicada à família na Europa, pelos estudos de demografia histórica tornou-se um aparente consenso afirmar que existiam altas taxas de nupcialidade e baixas de ilegitimidade na Europa. Esse aparente consenso foi confrontado com os resultados de pesquisas de família da Península Ibérica, mostrando que eles poderiam ser inválidos para explicar a realidade dessa região. Com novas pesquisas, comprovou-se que, em Portugal e na Espanha, ao contrário de outras regiões da Europa, o número de casamentos era baixo e os nascimentos fora dele eram altos. Os motivos que foram apontados para essa diferenciação estavam ligados à estrutura fundiária, à economia, à imigração masculina e ao sistema de herança. Essa constatação provocou uma revisão desses modelos e a retomada desses estudos para compreensão da família ibérica e colonial, chegando ao ponto de se perceber que esse padrão de ilegitimidade, como afirmou Slenes (1999), não era um desvio, e sim, uma herança cultural.¹³

Ainda em relação ao Brasil, muitos outros trabalhos procuraram estudar a questão do casamento, do concubinato, tanto entre as elites como entre os livres, os escravos e, posteriormente, entre a camada popular já no período republicano. Em relação ao casamento entre membros da elite, tem-se a confirmação de que prevaleceram as uniões legítimas e os

¹³ Para uma indicação de pesquisa sobre essa questão cf., *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Ana Silvia Volpi Scott. Ver bibliografia.

arranjos matrimoniais pautados na tentativa de equilibrar os interesses familiares às expectativas dos pares, levando-se em conta a manutenção e ampliação do patrimônio, bem como a tradição, a influência e o prestígio social e político da rede de parentesco. Eni de Mesquita Samara (1981), por exemplo, afirma que eles se realizavam em círculos limitados, sujeito a padrões e normas que ligavam indivíduos socialmente em função da origem social e econômica. Carlos Bacellar (1997) mostrou que, embora previsto na legislação, a igualdade de direitos dos herdeiros nem sempre era cumprida e a prática dos casamentos consanguíneos era utilizada pelas elites. Porém, pesquisas como as de Eliana Goldschmidt (1998) e Eliane Lopes (2001) respaldadas em processos-crime, testamentos, inventários, legislação coeva, mostram que o “pecado” na sociedade paulista marcou também a vida familiar: adultérios, mancebias, ilegitimidade. Se o modelo de família legítima veiculado pela Igreja reverberava em uma prática elitista que tinha como marca, em muitos casos, a endogamia social, ao mesmo tempo, ele sofria falha dentro da própria elite.

Nessa medida, se a regra da legitimidade não era cumprida uniformemente por todos dentro dessa camada social elitista, entre os populares sua existência era ainda menor. Minando este discurso regulador, os amores e a conjugalidade das camadas populares tomavam caminhos outros que não os respaldados pelo discurso de ordem. Kátia Mattoso (1992) chega a afirmar, para a realidade de Salvador, que a família consensual entre as camadas populares ultrapassava o percentual de 50% do total das famílias. Apoiada em recenseamentos e em inventários, a autora mostra que essas uniões ilegítimas ocorrem em graus diversos e em toda a sociedade baiana, sejam os casais brancos ou negros, ricos ou pobres. A razão que ela aponta é a relativa dificuldade de realização das cerimônias pelo custo elevado dela, bem como a boa aceitação de uniões ilegítimas entre a sociedade. Para a realidade de São Paulo, ao longo do século XIX, Eni Samara (1989) também afirma que os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havendo pouco o que dividir ou oferecer em uma vida simples, o carinho e o amor eram aspectos relevantes nos casamentos entre os pobres e os libertos. A flexibilidade do padrão moral destes se refletia, por exemplo, na percepção de que a separação ou um novo concubinato não teriam graves repercussões sociais. Na verdade, a autora afirma que é possível estabelecer uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social. Os matrimônios, que eram a opção de uma parcela reduzida da população, estiveram também preferencialmente circunscritos aos grupos de origem e eram vistos como um ato social de grande importância porque era a maneira de guardar vários interesses, como preservar a fortuna e manter a pureza de sangue (SAMARA, 2004).

Até aqui, comentamos essa historiografia que se constrói a partir das duas obras clássicas selecionadas e que se voltam para o período colonial e imperial, até a abolição da escravidão. *Casa grande & senzala* inaugura os estudos de família no Brasil enquanto *Formação do Brasil Contemporâneo* instiga novas pesquisas no sentido de descaracterizar ou pelo menos problematizar a falta de nexos moral no qual a população livre e pobre foi acusada de sobreviver. Temas como cotidiano, casamento e concubinato são explorados para efetivar essa iniciativa e o nosso objetivo foi dialogar com essas pesquisas para fazer perceber que é possível, a despeito do consenso do predomínio da ilegitimidade no Brasil, lançar outro olhar para essas relações e quiçá enquadrá-las dentro do conceito de “família”, agora alargado, levando em consideração o contexto e o desdobramento da colonização brasileira.

Passaremos agora a refletir sobre esse tema no período republicano, marcado pelo aumento populacional, chegada da urbanização e industrialização. Que teria ocorrido com a família nesse novo contexto? Maria Cristina Wissenbach (1998) afirma que, quando em 1888 a soma de escravos no território nacional é libertada e aumenta o contingente dos homens livres e pobres, muitos migrando para as cidades potencializando os problemas da já desordenada urbanização, sendo alguns deles absorvidos pela industrialização, muda-se o cenário, mas não as condições de vida, e vida familiar, dessa população. Nesse mesmo sentido de poucas mudanças, Eni de Mesquita Samara (2004, p. 48) afirma que a intensificação da vida urbana no decorrer do século XIX “possibilitou provavelmente a reunião mais frequente dos membros de uma mesma família e em decorrência, ao invés de produzir um enfraquecimento das relações familiares, reforçou-se pela maior assiduidade das visitas e proximidade”.

Nota-se, pois, para o período republicano, 1) um novo rearranjo da força da *família*, que continua a atuar no meio urbano a despeito das modificações ocorridas em sua estrutura e 2) a mesma ausência de casamento, sendo então uma constante desde o período colonial, atingindo indivíduos de ambos os sexos e de qualquer condição social, mas sobretudo, as camadas populares. Diante dessas permanências em um novo cenário e contexto, estudar a família continua uma proposta temática irrevogável.

1.1.2 Família e modernidade: preocupações civis e penais na disciplinarização dos comportamentos

As pesquisas que procuram entender a realidade da vida familiar no Brasil não se restringem ao período colonial ou independente e aquelas que se preocupam com o final do século XIX e início do XX – em menor quantidade e de outra ordem, menos quantitativas, mas igualmente importantes – pela proximidade cronológica com esta pesquisa, contribuem de forma significativa para entendermos as alterações que a família e as relações familiares sofrem com o passar do tempo, sobretudo com a introdução de elementos de modernização e com o desenvolvimento de uma mentalidade aburguesada.

Estas pesquisas, em relação ao quadro apresentado daquelas voltadas para períodos anteriores, seguem tanto a tendência 1) de mostrar os limites incontornáveis do modelo de família válido para a época, que passa a ser o modelo burguês, encontrando resultados parecidos aos das pesquisas no período colonial (por exemplo, que as uniões consensuais se estabeleciam com mais facilidade entre as camadas populares, porém o casamento legítimo podia ser encontrado nesses meios; que o casamento entre essa população no final do século também encerra certas proximidades e certas divergências entre a vivência e a representação de papéis e comportamentos socialmente legitimados; que os comportamentos da população remetiam à criação de uma moral própria vivida por essa população); 2) quanto de esmiuçar a problemática ideológica da introdução da nova mentalidade, agora a da família burguesa, que chegou ao Brasil difusamente e foi absorvida com resistências e adaptações praticadas em nome da mentalidade derivada das raízes rurais e coloniais ainda predominante (se antes era o discurso religioso-estatal, agora era a formação de um discurso médico-higienista e jurídico que era alvo de pesquisas pela possibilidade de confrontação entre as ideias que chegavam “de fora” e as ideias internas). São algumas dessas pesquisas que passaremos a comentar, pontuando que, para esta tese, o que interessa na história da introdução dessa nova mentalidade burguesa e seus desdobramentos na história da modernização da cidade e dos comportamentos é saber como esse processo, resultado tanto da constituição do Estado moderno quanto das mudanças da economia, afetou a vida familiar.

Em relação a essa questão Almeida (1999) chama atenção para o fato de que estudar a família no Brasil do século XIX em conexão com temas como casamento, sexualidade e amor requer que não se despreze a situação específica do país em relação à difusão das novas correntes de pensamento que traziam consigo novos princípios e procedimentos de se estar

em sociedade e em família, novos ideais públicos e privados: estas chegavam como uma “moda” e acomodaram-se, não sem resistência e adaptações, em um terreno em que ainda era forte a mentalidade derivada das raízes rurais e coloniais. A chegada dessa mentalidade reorganizou as vivências familiares e domésticas, o tempo e as atividades femininas, a sensibilidade e as formas de se pensar o amor. Presenciou-se, então, o nascimento de uma nova mulher para compor os quadros da família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Nas palavras de Maria Ângela D’INCAO (2004, p. 223), “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível”. Esses valores serão reforçados com a República, que fará da família sua base, seu núcleo de progresso e estabilidade social.

No estudo de Jurandir Freire Costa (2004), está retratada a emergência dos valores burgueses no Brasil, sob o argumento de que os preceitos de uma educação higiênica presente no discurso médico e científico da época constroem o modelo de feminino, de masculino e da família constituída da relação entre os dois, a partir das diferenças anatômicas e biológicas entre ambos. Noções como a de que a fragilidade moral ou a delicadeza da mulher provinham da fragilidade física eram correntes. Por ser fraca, as principais virtudes femininas eram a passividade, a submissão e a sensibilidade. Com essa lógica, o lugar da mulher era sob a proteção masculina, cuidando do lar e dos filhos. Esta proteção era possível para o homem em virtude de seu vigor físico, moral, sua dureza e racionalidade. Com relação à constituição da família a partir desses dois modelos a resposta dada pelos médicos higienistas era fácil de deduzir: a mulher deveria cuidar dos filhos no seu papel de mãe e esposa, o homem deveria se dedicar ao trabalho e proteger sua mulher e filhos. Essa “proteção” guardava um caráter profundamente assimétrico entre os dois sexos, pois dela derivava a dominação do homem sobre a mulher. A partir desta lógica, o que Costa ressalta é uma submissão das famílias de elite brasileiras à tutela médica por meio desta política higiênica. Mais que isso: sua análise deixa transparecer a conversão dos caracteres físicos, psíquicos e morais em elementos de diferenciação de classe social e instrumentos políticos de dominação. Aliado ao discurso jurídico, este saber médico se alastrou por todo o corpo social, submetendo progressivamente os comportamentos populares aos seus parâmetros.

Magali Engel (2004), em consonância com os estudos de Jurandir Costa, estudando a captação da prostituição pelo saber médico, reafirma que a medicina social se desenvolveria no Brasil no século XIX, conferindo às reflexões médicas um sentido prático de agir sobre a cidade doente, ordenando-a dentro dos padrões de higiene e saúde médica. Na construção

deste projeto normatizador, ocorreria, naturalmente, um privilégio aos temas da mulher, da criança e da família. Para ela, esse privilégio revela a presença estratégica de criação de dispositivos específicos de saber e poder em relação ao sexo, como havia afirmado Foucault, e que se pautam na histerização do corpo feminino, na pedagogização do sexo infantil, na socialização das condutas de procriação e na psiquiatrização do prazer perverso.

Martha Abreu Esteves (1989) reflete sobre como o início dos tempos republicanos foi propício para organizar uma política mais voltada para a sexualidade, difundindo papéis sociais e sexuais a serem valorizados pela sociedade; criando ao mesmo tempo elementos para ordenar a nação através do controle social mais direto.

O aparelho judiciário tornou-se, assim, mais uma instituição (como a medicina, a fábrica e a polícia) a tentar introduzir o trabalhador nos valores fundamentais do trabalho, dentro da ótica burguesa. As reformulações introduzidas no novo Código Penal Republicano, em 1890, constituíram um dos primeiros indícios desse tipo de atuação do Poder Judiciário. (ESTEVES, 1989, p. 30)

Na década de 1890, a polícia e o judiciário são instituições privilegiadas para a observação dos projetos e práticas de ordenação e moralização do espaço público e dos comportamentos. Para a autora a geração de juízes de então acreditava que ao defender a honra feminina de forma mais precisa alcançariam a civilização e que para esse propósito deveriam intensificar as iniciativas de impor normas civilizadas nas relações de gênero e de conter a sexualidade dentro das famílias “higienizadas”. Tudo isso era parte de um projeto mais extenso de controle social durante a Primeira República, cujas autoridades viam a família como base da nação e espaço social que produziria uma força de trabalho dedicada, honesta e disciplinada. A intensificação dessa campanha também refletia a precaução que se deveria ter com as transformações sociais e demográficas causadas pela abolição da escravatura – e o resultado dela foi a procura da polícia por muitas mulheres que se diziam defloradas. A insistência na valorização da virgindade feminina acabou por gerar inúmeros processos de defloramento, nos quais as mulheres lançavam mão de recursos que incluíam a honra, a virgindade e a Justiça de diversas maneiras para que pudessem negociar em várias situações hierárquicas que incluíam patrões, pais e parceiros sexuais. Foi essa intensificação que instigou Caulfield (2000) a desenvolver seu estudo sobre honra sexual no período republicano e a nos mostrar que, no final do século XIX e durante as três primeiras décadas do XX, a família era alvo de preocupação e os especialistas brasileiros em medicina legal produziram uma vasta literatura sobre o estudo do hímen, passando a figurar entre as principais autoridades mundiais sobre sua morfologia.

Apesar desse esforço, o estudo de Joana Pedro (1998) aponta para o fato de que, mesmo com condições materiais e valores adequados para vivenciar os preceitos da cultura dominante, reforçá-los e até mesmo fazer parte dos mecanismos que os mantêm atualizados, nada determina que esses preceitos sejam vividos homoganeamente pelos indivíduos que compõem o grupo, seja da elite, seja da camada popular. Assim, da preocupação em saber se a camada popular estava adequada ao modelo ideal, resultaram pesquisas afirmando que, muitas vezes, esta população tinha o modelo ideal veiculado como referência. No estudo de Sandra Grahan (1992, p. 86), sobre as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro do século XIX, percebe-se uma pista interessante sobre as dificuldades de reprodução dos ideais de família e de casamento, mas igualmente o desejo de reproduzi-los. Ao comentar a formação de família por estas mulheres, ela diz:

Embora desejassem reproduzir os modelos da vida familiar aprovados pela cultura, a pobreza restringia sua capacidade de fazê-lo ou moderava suas razões de tentar. Em vez disso, essas mulheres ajustavam os padrões tradicionais às circunstâncias da pobreza e do serviço doméstico.

Joana Pedro (1998) evidencia, a partir de Florianópolis, que a necessidade de circular na rua para criar estratégias de sobrevivência dificultava a conformação do comportamento dessas mulheres nos padrões ideais de mãe e esposa, o que por sua vez, dificultava a possibilidade e estabelecer uniões formais. Rachel Soihet (2004, p. 367-368), pesquisando também as mulheres pobres e a violência na capital carioca no final do XIX, concorda que estas tentavam reproduzir os valores que giravam em torno do casamento formal. Nas suas palavras:

Mantinhm entre elas a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não se casavam. [...] o fato é que no seio dos populares o casamento formal não preponderava. Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a propensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia.

Entretanto, embora o casamento legítimo estivesse presente nos valores e, muitas vezes, na prática desses segmentos sociais; ou cientes de que a forma que esta população efetivava suas uniões estava determinada pelas condições particulares de sobrevivência, não se pode resumir seu comportamento a esses fatores.

Nesse sentido, Esteves (1989), analisando a dificuldade das moças pobres em se adequar aos valores burgueses veiculados pelo Estado republicano no período da *belle époque*, chama atenção para o fato de que estes comportamentos são também resultados de

opções culturais, estratégias e escolhas feitas para viver o casamento e a conjugalidade, o que reflete, pois, concepções que indicam uma “cultura popular”. Para ela, os populares criaram uma cultura diferente da ordem burguesa, sem deixar de sofrer influências dos valores dominantes, aos quais, contudo, impunham limites a partir de sua prática cotidiana própria. O que resulta disso, segundo a autora, são as tensões e os conflitos entre os grupos sociais nas formas de viver e conviver na sociedade.

A despeito dessas questões, nessa conjuntura do final do século, de consolidação do regime republicano e da ordem burguesa no Brasil as iniciativas são no sentido de enfatizar a importância da construção de um espaço urbano ordenado e moralizado e de assimilação desse conjunto de novas regras para se viver em sociedade e em família. As preocupações voltam-se para transformar o novo trabalhador assalariado em homem de bem, ou seja, moralmente constituído para viver o progresso. Isso exigiu um rígido controle sobre sua vida, inclusive fora do espaço do trabalho. Diante dessa necessidade, coube traçar planos e modelos para regular seu comportamento, pois, transformar “o agente social expropriado em homem de bem – isto é, em trabalhador assalariado – requer também o controle da sua vida fora do espaço do trabalho, pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se define ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social” (CHALHOUB, 2001, p. 171). Em oposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas, era papel, agora do Estado (reverberado no discurso médico e jurídico) instruir hábitos moralizados e costumes regrados, inserindo os novos trabalhadores na lógica do poder ao revelar a ele o modelo de organização familiar que deveria ser seguido (RAGO, 1985).

A generalidade deste estereótipo de família e dos respectivos gêneros estava posta, assim, nessa literatura especializada e não deixava de estar, apesar das burlas e reconstruções, no universo mental da população urbana. Rosa Maria Araújo (1993, p. 200), estudando o Rio de Janeiro, lembra que, apesar desse interesse de saber se a norma e os padrões eram realmente cumpridos ou válidos pelos diferentes segmentos da sociedade, não devemos esquecer os limites que esta implantação de uma “ordem burguesa” sofreu no Brasil.,

A inter-relação da família com a cidade entre os anos de 1890 a 1920 mostra que este foi um período de transição entre os padrões de comportamento tradicional e moderno, sendo os últimos somente solidificados a partir dos anos 20. A revolução sentimental que define a família moderna, na visão conceitual de Edward Shorter, onde os compromissos com os laços de sangue ou com a comunidade são substituídos por interesses individuais, não é de todo vitoriosa no Rio nesta época. Os traços de modernização da família defrontam-se com o caráter tradicional do patriarcalismo impresso na cultura brasileira, abrindo espaço para a convivência simultânea de formas novas e antigas de comportamento social.

Assim, como ressaltamos acima, é preciso estar atento para as eventuais dificuldades e adaptações dessa mentalidade que vinha “de fora” e que estava em muitos aspectos em desacordo com o contexto nacional (ALMEIDA, 1997); bem como é preciso estar atento à continuidade da multiplicidade de experiências da família a partir do período republicano, a despeito do esforço oficial em homogeneizar os comportamentos.

Nesse sentido, Carlo Ginzburg (1997), destaca que, apesar das concepções e práticas oficiais pautadas em uma moral burguesa interferirem e tentarem impor comportamentos e formas de pensar aos grupos populares, a necessidade prática desses indivíduos recria estratégias que, embora possam dialogar com estas imposições e normas da cultura dominante, remetem às experiências e valores próprios. Com seu conceito de circularidade, que define uma cultura popular em oposição a uma cultura letrada ou oficial das classes dominantes, onde ambas mantêm relações de influências recíprocas, compondo um jogo circular que se move de baixo para cima e vice-versa, podemos compreender melhor esta questão que a própria Esteves já nos alertou em sua pesquisa sobre o Brasil.

Assim, o destaque, como mostram os resultados destas pesquisas, é que há um limite de atuação do discurso dominante da família ideal – legítima, civil ou católica – à vista dos comportamentos que este mesmo discurso caracteriza como imoral. E com isso pensar que 1) ainda que não atingisse uniformemente a população, não diminuirá a corrida bélica que se evidencia com a efervescência dos debates quando o modelo veiculado como ideal dominante, o católico, passou a concorrer com o ideal de família civil, que os liberais republicanos encarnavam; 2) o fato de serem caracterizados como imoral e desregrados pode dizer mais desse olhar da elite que propriamente das experiências da população em geral – sendo então necessário investigar, através da reconstituição dos aspectos do cotidiano, a vida das pessoas da camada popular.

Sobre as relações entre casamento civil e catolicismo podemos destacar o estudo de Maria da Conceição Silva (2009) em Goiás, que através de análise quantitativa feita em grande parte nos registros de casamento, conclui que o casamento civil conviveu com o casamento religioso mesmo durante o período em que este último não garantia as benesses da lei. Embora o setor republicano tenha recebido o casamento civil como bandeira da modernidade, a autora destaca as resistências da Igreja Católica e os acordos que serão feitos a despeito das rivalidades.

Como confirmaremos também pela análise de nossas fontes, a Igreja Católica, sentindo-se ameaçada, articulará meios diversos para convencer a população da validade e da universalidade da família cristã, destacando-se entre eles o uso da imprensa para disseminar,

por exemplo, a ideia de que o casamento civil era mancebia ou “concubinato legal”. Esta reação estará informada pela doutrina do ultramontanismo¹⁴ que tentará frear os reveses ocorridos na sociedade no final do século XIX. A consolidação e reafirmação dos sacramentos será uma estratégia importante neste espaço de perda de poder pela Igreja, daí a necessidade de fazer chegar os preceitos e rituais religiosos a um maior número de pessoas, bem como a certa maleabilidade da Igreja em realizá-los quando do decreto do casamento civil.¹⁵

Como a Igreja, e para não perder o controle das condições de manutenção de poder e de hierarquia, o Estado irá investir também em uma tentativa de domínio que passava pela imposição de uma normalização da sociedade e dos indivíduos, onde as instituições atuavam no sentido de criar regras de comportamentos morais e sexuais. Disciplinar a família, intensificar e estimular esta instituição foram algumas das estratégias utilizadas. Para garantir este controle, normas e preceitos foram estabelecidos e a polícia foi acionada para garantir a ordem e a moralidade pública. Esta preocupação com o comportamento desregrado das camadas populares não é algo que possa ser observado somente no final do XIX. O que é novo é o grau de periculosidade que é atribuído a ela, ligada à sua cultura e modo de vida diferente e que, diante da conjuntura de modernização e chegada da civilização, passam a ser vistos como obstáculos ao progresso.

Com o Estado Republicano e suas instituições, ocorre, pois, a tentativa de reformular modelos de comportamento. Os papéis sociais de marido, esposa e filhos foram definidos em tratados médicos e jurídicos. Os comportamentos tornaram-se objetos de controle público e institucional com o alargamento do poder exercido pelo Estado. Para o pensamento republicano, a família ganhava um novo sentido, pois ela é a criadora da cidadania e da civilidade. Afirma Michelle Perrot (2010, p. 105):

¹⁴ Segundo David Vieira (1980) o “ultramontanismo” foi um termo usado desde o século XI para descrever os cristãos que buscavam a liderança de Roma (“do outro lado da montanha”), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. No século XIX, o termo reapareceu, representando uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja católica e sua reação ao que considerava serem excessos da Revolução Francesa, promovendo assim uma reorientação em torno da liderança do papa.

¹⁵ Essa maleabilidade se refere ao esforço que a Igreja Católica fez, apesar dos seus conhecidos entraves burocráticos para realização dos casamentos, para celebrar várias cerimônias no período do *vacatio legis*, ou seja, os quatro meses dentro dos quais o decreto do casamento civil entraria de fato em vigor e a partir de então só seriam válidos os casamentos realizados sob a proteção do Estado. O decreto é de 24 de janeiro de 1890, então, após 24 de maio de 1890, todos os casamentos deveriam ser realizados no civil para terem seus efeitos garantidos. Essa maleabilidade da Igreja foi, inclusive, alvo de críticas nos jornais, que registraram não só a pressa e os numerosos casamentos realizados neste intervalo, como também a sua realização “sem muito rigor”. Os jornais escreviam: “Só não casou quem não quis”. “A Igreja não quis de toda a cristandade indígena deixar um par sequer exposto a comprometer as almas amantes na formalidade legal do casamento civil; e toca a casar”. Era querer e a “estola do padre apertava o nó”, “todas as dispensas facilitadas”, “todos os impedimentos removidos” e “obviada aquela massada de banhos, tudo se limpava e ficava em família”. (JORNAL PACOTILHA, 25/05/1890).

A ‘boa família’ é o fundamento do Estado e, principalmente para os republicanos existe uma continuidade entre o amor, a família e a pátria, instâncias maternas que se confundem, e o sentimento de humanidade. Daí o interesse crescente do Estado pela família, em primeiro lugar pelas famílias pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras.

A proposição imediata do casamento civil e da separação entre Igreja e Estado se esclarece nessa ideia; a organização de políticas de controle social. O projeto republicano planejou a organização da família moderna, de padrão burguês que misturava práticas de sociabilidade inspiradas no modismo da *belle époque* francesa e, contraditoriamente, no reinado da Rainha Vitória, que durou quase toda a metade do século XIX na Inglaterra (Neder e Cerqueira Filho, 2007). Considerando-se, assim, o conjunto da sociedade brasileira, o interesse crescente do Estado “em primeiro lugar pelas famílias pobres”, como afirma Perrot, não denota uma preocupação imediatamente civil, mas sim penal. Com a República, “os setores populares foram excluídos e colocados em um lugar de exacerbação das fantasias relacionadas ao ‘medo branco’, diante das massas de ex-escravos recém-libertos naquela conjuntura” (NEDER e CERQUEIRA FILHO, 2007, p. 15). Foram, uma vez mais, pelo menos no que tange às relações amorosas, tratados do ponto de vista da patologia social. A fórmula era antiga: comparou-se os padrões de comportamentos ideais considerados universais pela classe dominante com a conduta real manifestada pelas classes populares; depois, constatando que essa conduta não condiz com as normas civilizadas e desejadas entendeu-se que os populares vivem em um estado patológico, no qual as relações amorosas são caracterizadas pela desordem e pela promiscuidade, culminando com a degradação da família (CHALHOUB, 2001). Daí a necessidade de ampará-los e cerceá-los. Na medida que essas estratégias são lançadas, observaremos, porém, as táticas da população para burlar a imposição da ordem e viver assim seu cotidiano amoroso e familiar de muitas maneiras que não apoiadas no modelo legítimo de família divulgado. É sobre esse confronto que trataremos a seguir, esclarecendo as fontes e a metodologia utilizada para se estudar as experiências familiares no período republicano.

1.2. Legislações, jornais e inquéritos policiais: possibilidades de estudo da família

Como se trata de uma pesquisa em história é necessário tratar das fontes utilizadas. Como em todos os trabalhos dessa área, as fontes cumprem duas funções, sendo tanto meio de acesso para interpretar a sociedade, como objetos elas mesmas de interpretação. É sempre importante esclarecer, assim, quais são as fontes utilizadas, como e por que cada uma foi selecionada, como essa seleção articula-se com os objetivos e a problemática da pesquisa e quais os cuidados e perigos enfrentados ao utilizá-las. Com relação às nossas, cada uma, à sua maneira, pôs-nos diretamente em contato com nosso problema, através dela observamos a sociedade no tempo em questão e foi-lhe dedicada, como dito acima, uma crítica anterior relacionada ao seu uso. Todas, também, implicaram em limitações, que devem ser comentadas.

Sendo nosso tema mais geral *a família na primeira república brasileira*, a problemática que a pesquisa preocupou-se em analisar foi o entrelaço entre aquilo que foi *dito* em relação a essa instituição no período e aquilo que foi *vivido*, com todas as imbricações e complexidades que isso pode gerar. Competia aos órgãos de poder judiciário, religioso e político *dizer como deve ser* a família. Porém, com uma preocupação que permeia as pesquisas historiográficas desde a década de 70 (principalmente com a influência dos estudos de Foucault) e a partir do diálogo com a historiografia sobre a família que comentamos acima, cabe descobrir como as experiências (no caso as familiares) desdobram-se à revelia dos pronunciamentos e penalidades impostas por esses poderes. É sabido que para a ordenação dos discursos as camadas populares não são requisitadas, mas cabe a ela, sobretudo, cumprir o que é, verticalmente, decidido. O funcionamento das sociedades tem historicamente ocorrido sob esse desequilíbrio de poder. Cabe, então, desvelar como as pessoas comuns, os ditos “de baixo”, incorporaram e responderam às normas estabelecidas, como produziram suas táticas e sua sobrevivência nesse jogo social; cabe questionar, sobretudo, se suas ações direcionaram a produção de tantos discursos. Cabe, enfim, “cingir as pontas de uma trama infinita”, como diria Paul Veyne.

Para atar esses fios soltos incessantemente, capturar o sentido e as forças que estavam em jogo num determinado momento, enredar as relações entre um acontecimento e outro, entre um desejo e uma ação, foram selecionados, como fonte, jornais, inquéritos policiais, a legislação civil e penal em vigor no período e outros documentos legais (decretos emitidos, etc.). A seleção dessas fontes respondeu a algumas motivações mais abrangentes: 1) a uma

historiografia sobre a família que já cuidava em mostrar que os modelos divulgados não davam conta da experiência e que usava, principalmente, documentação eclesiástica para tratar o tema; 2) a um privilégio dado aos estudos sobre o período colonial e imperial e as legislações desse período em relação a essa instituição, em detrimento do período republicano considerado por nós como emblemático nas questões que envolvem a família (entre 1889-1930 a preocupação com o direito civil aumentou no Brasil); 3) a um destaque dado neste momento à Igreja e à imprensa, a primeira era questionada sobre sua autoridade nesse domínio familiar e a segunda exercia um papel fundamental na discussão dos problemas que rodeavam a sociedade, principalmente no que diz respeito aos debates legislativos sobre as novas leis civis e penais.

Assim, o uso da imprensa, além de pôr-nos a par dos debates legislativos que envolviam a família e denotar como eram representados os valores e comportamentos em relação à instituição familiar, permitiu desenvolver uma pesquisa apoiada em uma fonte que, quando utilizada, tinha um papel secundário, panorâmico em relação ao tema. Os inquéritos policiais podiam nos oferecer a possibilidade de ver o cotidiano das pessoas comuns, os “de baixo”, e como eles experimentavam nesse cotidiano, muitas vezes pelo avesso, as relações familiares. Seguindo uma linha de pesquisas não nova, mas bastante fértil, essa fonte foi vista por nós como uma possibilidade de entrever a vida (e porque não dizer “ouvir a voz”) daqueles que estavam distantes do poder e das letras, quase sempre enredados por um cotidiano de criminalidade, de burla, não porque era de sua natureza a desordem ou o desregramento, mas porque suas práticas eram encaradas assim por aqueles que definiam os padrões de comportamento e moralidade. Em confronto com os jornais, foi possível aproximar as representações sobre essa população (que também ocorria no inquérito, cujas falas eram tanto orientadas pelas perguntas do inquiridor e diziam respeito ao “crime” em questão, como traduzidas pelo escrivão) das experiências vividas ou imaginadas, mas no final, narradas nessas mesmas falas registradas no auto de perguntas da vítima ou das testemunhas. Além disso, os inquéritos policiais ganham um destaque a mais: neles estão guardados o discurso jurídico, político e cristão sobre a família e a forma como as pessoas reais experimentaram – distinta e gradualmente – essa instituição em tempos de fabricação de novos discursos. Diferente, porém, do que se poderia pensar, neles a esfera do pensado, do discurso não se materializa somente na ação polícia. Não. Os inquéritos guardam a própria diferença de incorporação dos discursos entre as pessoas – pessoas da mesma família, pessoas da vizinhança, pessoas que convivem e essa característica foi bastante importante para atender às questões lançadas pela pesquisa. Os documentos legais e as próprias legislações permitiram

entender quais os substratos ideológicos que as produziram, como a sociedade se pensava na aurora da República brasileira, como definia suas normas e penas e como, no final, planejava o futuro e como a instituição familiar fazia parte desse processo.

Utilizando essas fontes em conjunto foi possível compor um quadro tanto do que foi *pensado* em relação a essa instituição, quanto do que foi *vivido*, para além do seu aspecto formal. O destaque foi dado para a complexidade da sociedade, mediante o esforço feito para manter a *ordem* (com a instituição dos seus discursos, normas, penas) e a impossibilidade de mantê-la, porque a vida escorria pelos becos e desenrolava-se pela cidade muitas vezes desdenhando das ações dos chefes de polícia para conter os “crimes”; dos olhares de repreensão dos grupos mais abastados que intencionavam conter o perigoso “desregramento moral e amoroso” dos grupos mais pobres; da exigência pela formalização dos laços conjugais feita pela Igreja e pelo Estado para garantir os direitos civis ou simplesmente tornar lícito e puro a experiência do amor entre os casais. Observamos o funcionamento da sociedade, que alinhavava a teoria da família às práticas da população em relação a ela. À pergunta, “como era dito que se deveria viver licitamente a experiência da família à época primeira república”, acrescentou-se como a população experimentava de fato a instituição mais disputada na tribuna, mais requisitada pelos valores morais e mais panfletada como garantia de futuro seguro.

Trabalhamos com duas hipóteses que foram confirmadas pela pesquisa: teria a República no Brasil efetuado, de fato, um processo de secularização afastando a Igreja Católica dos domínios familiares? Ainda que apresentados como “desordeiros”, “incivilizados”, “imorais”, “desclassificados”, “vadios” e “vagabundos”, seria possível traçar outra narrativa – menos adjetivada de imoral – para as experiências familiares das camadas populares, nas quais eventualmente misturavam-se aspectos dos diferentes discursos ao sabor das dificuldades vividas e das táticas de sobrevivência?

Essas hipóteses implicam em dizer que a instituição familiar legítima, a despeito de todo o esforço, não comporta todas as experiências de vida da população, sendo necessário conhecer aquelas que contrastavam com esse modelo legítimo e oficial – afinal, é preciso conhecer as experiências familiares vividas no Brasil, tanto para o período colonial e imperial quanto para a chamada Primeira República. Na verdade, o conhecimento real do significado da família só é possível quando abdicamos de uma abordagem pautada no “dever ser”, procurando apreender o real significado da diversidade e da especificidade nas diferentes estruturas familiares em um determinado contexto social.

Nessa medida, se estudar os discursos que regulamentavam os comportamentos é importante, o que é, aliás, uma preocupação já consagrada pela historiografia, conhecer essas experiências familiares vividas deve ser também objeto de preocupação da história. As pesquisas sobre família e os esforços de disciplinarização da população são fartas para o período colonial e imperial e denotam o quanto já se avançou no conhecimento da realidade familiar brasileira. Estudar, pois, o período republicano, apoiado nessas pesquisas já realizadas é fundamental, sobretudo porque, se a disciplinarização das ações e a imposição de um modelo familiar legítimo são práticas antigas, nesse período da República elas “se repetem”, mas apresentam-se com novas linhas, dentro de um novo contexto, com nova roupagem. Para além, então, dos muitos estudos já feitos sobre essa temática para períodos anteriores e que não encerraram o debate, o foco nesse período republicano encontra apoio nas palavras de Paul Veyne (1998, 22-23), quando ele afirma que para o historiador a questão não se encerra com a individualização dos eventos.

No entanto, dizer que o evento é individual é uma qualificação ambígua; a melhor definição da história não é a de que ela tem por objeto o que jamais é visto duas vezes. É possível que uma aberração considerável da órbita de Mercúrio, devido a uma rara conjunção de planetas, não se deva reproduzir; é possível, também, que se reproduza num futuro distante: a questão é saber se a aberração é narrada por seu próprio valor (o que seria fazer a história do sistema solar) ou se é vista, apenas, como um problema de mecânica celeste a ser resolvido. Se, como que movido por uma mola, João sem Terra “passasse uma segunda vez por aqui”, para imitar o exemplo consagrado, o historiador narraria os dois episódios e não se sentiria menos historiador por isso; que dois acontecimentos se repitam, ainda que se repitam exatamente da mesma forma, é uma coisa; que continuem sendo dois, é outra, e é o que conta para o historiador.

Desse modo, num âmbito mais geral, apesar dos muitos estudos já realizados sobre períodos anteriores¹⁶ acerca dos debates que envolvem a família e as experiências familiares vividas de fato, existe uma demanda de pesquisa para o período republicano – que não deve

¹⁶ Para citar alguns que serão explorados no primeiro capítulo desta tese, quando da revisão historiográfica sobre o tema, cf., FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2000. BURGUIÈRE, André et ali. *História da Família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. Lisboa: Terramar; 1998. LASLETT, Peter. *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge Univ. Press; 1972. SILVA, Maria Beatriz N. da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp; 1984. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo no século XIX*. São Paulo: Marco Zero/SEEC; 1989. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus; 2010. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/ UNICAMP; 1997. v. 3. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; 1997. LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola, 1999. GOLDSCHMIDT, Eliana. *Convivendo com o pecado: os delitos da carne na sociedade colonial paulista, 1719-1822*. São Paulo, FFLCH/ USP; 1987. LOPES, Eliane Cristina. *O Revelar do Pecado: Os filhos ilegítimos na São Paulo do Século XVIII*. São Paulo, ANNABLUME / FAPESP, 2001.

ser entendida sob o signo da repetição, ainda que os resultados sejam aproximados. Seja porque são dois eventos diferentes; seja porque, apesar das muitas continuidades, o contexto apresenta-se com novos contornos e novos rearranjos de poder e, conseqüentemente, novas táticas de sobrevivência. Em última instância, confrontar os debates existentes acerca da família e o comportamento da população na aurora do período republicano brasileiro a esses estudos já realizados nos permitirá perceber não só as novas estratégias de disciplina social, como as dimensões e as formas específicas da experiência da modernidade no Brasil. Nosso objetivo foi, pois, reconstruir o cenário, as personagens, a trama discursiva e o drama da população em relação a essas novas exigências. Os códigos penal e civil promulgados garantem essa disciplinarização como estratégia de organizar as mudanças e inserir o país nos rumos da civilização¹⁷. Dessa perspectiva, o uso das fontes legislativas, antes de objetivar pensar aspectos da cultura política, servem de base para se pensar o que estava posto e como as pessoas burlavam, usando táticas cotidianas de sobrevivência.

Para que, articuladas em seu conjunto, as fontes pudessem ajudar a compor esse quadro, foi preciso um processo de seleção e cuidado com o uso das mesmas. Para a seleção dos inquéritos, por exemplo, foi tomado como critério o corte cronológico e a existência, nos autos, de qualquer referência à família, lícita ou ilícita. A criação formal do inquérito policial que documenta as investigações do crime realizado pela polícia ocorreu em 1871 e desde então este origina-se a partir de uma queixa ou denúncia de um crime e, em seguida, inicia-se seu procedimento de *inquérito* para comprovar a existência do delito, muitas vezes utilizando-se um auto de corpo de delito na vítima e testemunhas, arroladas e interrogadas. Sendo assim, vasculhamos as caixas de documentação de inquéritos existentes do Arquivo Público do Estado do Maranhão e no Arquivo do Judiciário e observamos cada um dos documentos para separar aqueles que nos ajudariam nesse propósito de investigar traços da família. Em geral, a motivação da queixa ou da denúncia já explicitava o tema. Assim é que um inquérito que tratava sobre uma briga entre vizinhos ou amigos, cujo motivo fosse uma amásia, uma irmã da vítima ou do acusado pode ser selecionado. Ou ainda uma queixa sobre agressão ocorrida entre parentes, ou mesmo o inquérito sobre a morte de alguém que resultasse na investigação

¹⁷ Não era novidade essa construção de aparatos para o disciplinamento social. No período colonial brasileiro as visitas pastorais admoestavam os mal casados e se empenhavam em campanhas de moralização para controlar o clero e os fiéis. Essas visitas resultaram em um enorme volume de documentação de denúncia, volume hoje já explorado pela historiografia e da qual resultam importantes trabalhos. Para citar alguns, cf., SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*; LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Ver bibliografia. E como veremos adiante, as legislações republicanas guardaram muitas heranças dos períodos anteriores.

de sua vida através da interrogação de várias pessoas que testemunhavam sobre seu comportamento. Tentando comprovar ou não um “crime”, as testemunhas arroladas davam informações sobre o cotidiano dos envolvidos, suas relações de amizade, seu estado marital, suas relações com amantes, sua vizinhança, sua profissão, enfim, seu cotidiano. Foram selecionados cinquenta inquéritos e o tratamento deles foi feito de forma qualitativa: nosso objetivo foi ter acesso ao cotidiano familiar da população e não tratar quantitativamente o número de casamentos (civil ou religioso) ou a qualidade dos noivos após a instauração da República.¹⁸ Nosso interesse foi qualitativo e no último capítulo utilizaremos os inquéritos analisados para reconstruir traços ou resquícios da família vivida ou seus usos pelos envolvidos.

Para a leitura desses próprios inquéritos foi necessário acessar a legislação do período, tendo em conta o que era considerado “crime” na sociedade investigada e como se dava o andamento da investigação criminal no âmbito do poder que compete a investigação. No início do período republicano, um novo código penal, o de 1890, foi aprovado, substituindo o Código Criminal de 1830. Foi observado que o primeiro código penal republicano continha um caráter repressivo em suas deliberações, especialmente nas partes que se referem ao disciplinamento da população, que quase sempre atingia a camada mais empobrecida, tratados então como “vagabundos” e “desordeiros”. A partir do cruzamento dos inquéritos (e também dos jornais como falaremos abaixo) com essa legislação, a pergunta que fizemos foi: as pessoas se enquadrariam mesmo nessas representações elaboradas e divulgadas nos mais diversos instrumentos dessa sociedade? Como vivia de fato essa população a quem os modelos deveriam regular os comportamentos? Seriam desordeiros e imorais como os jornais e os inquéritos os pintavam em suas páginas? No limite, quem seriam essas pessoas que, enquanto um mundo estava em transição – se passava da regulação pela mentalidade da Igreja, da sustentação na escravidão e do comando do Monarca para a regulação pela luz da Ciência e da Liberdade e dirigido pelo e para o Progresso – estavam envolvidas em rinhas com seus vizinhos, acertando contas de “ciumadas velhas”¹⁹, tomando banho nas fontes do

¹⁸ Um exemplo desse estudo pode ser encontrado no livro de Maria da Conceição e Silva, comentado anteriormente no texto.

¹⁹ A despeito da opinião dos jornalistas e dos preconceitos formulados socialmente em relação a esta população, percebemos que os arranjos amorosos nas ruas eram ou podiam sugerir não uma imoralidade ou uma predisposição dos populares para o desregramento, mas padrões diferentes ou mesmo próprios de uma “cultura popular”, construídos com apelos ou não ao modelo dominante. A proximidade entre violência e amor nas relações amorosas entre essa população, como constatou Luciano Figueiredo (ver bibliografia), é fartamente expressa nos jornais, o que causava não só espanto, mas repreensão por parte daqueles que desejavam a ordem e que se acostumaram a resolver suas rinhas sem extrapolar o problema para o espaço público. Um exemplo desse comportamento que requisitava a ação policial e gerava notícias nos jornais pode ser visto na notícia de 2 de junho de 1890, publicado na *Pacotilha*: “Raymundo Cachicharra, herói muitíssimo relacionado com a polícia,

centro da cidade exibindo a “plástica” que a esses tempos era “inimiga acérrima da moralidade pública”? Que representavam para estas pessoas esses conceitos?

Para responder essas perguntas, ao mesmo tempo que a leitura e análise documentação policial gerava a expectativa de que se flagrasse homens e mulheres agindo e descrevendo relações cotidianas, seus valores e formas de conduta, suas relações de amizade, parentesco, vizinhança e sobrevivência, levamos em conta os limites dessa documentação. Não desconsideramos que as “falas” dos envolvidos ocorriam sempre em resposta àquilo que lhe era perguntado, além de ser traduzido no texto pelo escrivão. Isso, porém, não inviabilizou a pesquisa e consideramos que, como certa vez escreveu Ginzburg, (2002a, p. 31), “mesmo sob tortura e afetados pelo alvedrio do inquisidor, que tendo em vista a obtenção de sua verdade, procede a um questionário ambíguo e insidioso, os depoimentos dos indiciados pela inquisição, constituem claramente um precioso documento indireto das crenças e tradições populares”. Na esteira dessa afirmação e deslocando com cuidado o trecho de seu contexto original, consideramos que os inquéritos, apesar de serem documentos oficiais, guardam a peculiaridade importante, ainda que indireta, de registrar a fala dessa população à qual ele inquire e constrange:

Os historiadores que lançam mão da documentação criminal concordam que a partir do discurso construído pelas instâncias jurídico-policiais, mesmo de maneira escusa e enviesada, seria possível reconhecer a voz oculta da população marginalizada que, por meio de canais formais, nunca encontrara vazão para exprimir seus anseios e desígnios. Além disso, tais pesquisadores acedem que da mesma documentação podem manar valores, regularidades e comportamentos sociais indistinguíveis em fontes tradicionais. Nesse caso, caberia ao historiador interpretar esses documentos trapaceiros, burilando as arestas pontiagudas do discurso camuflado, com o fito de historiar traços e reminiscências em que transparecessem, oblíqua e indiretamente, os fragmentos das trajetórias soterradas e distorcidas pelo tempo, pelos projetos dos próceres e pelas versões dos funcionários técnico-burocráticos, responsáveis pela elaboração do documento. De fato, a história social vem, faz algum tempo, confirmando o aforismo de João José Reis: ‘a história dos dominados vêm à tona pela pena dos escrivães da polícia’. (ROSEMBERG, 2006, p. 22)

Em relação aos jornais, estes foram pesquisados nos acervos da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Na Biblioteca Pública, foi o setor de jornais antigos o mais utilizado, na qual alguns jornais foram privilegiados: a *Pacotilha*, *O Federalista*, o *Diário do Maranhão*, *A Civilização*, *Diário de São Luís* e *O Jornal*. Esses jornais foram escolhidos por serem os mais representativos da época. Outros

com quem sempre anda às voltas, exibiu ontem uma de suas costumadas façanhas. Encontrando-se com Satyra, uma deidade lá dos bairros do Matadouro, *por quem anda pelos beijos*, Cachicharra chegou à fala e quis efetuar com a fementida *uns ajustes de conta de ciúmadadas velhas*. E tão sério entendeu nosso homem de levar a cena espetaculosa que tinha de fazer de Otelo, que achou mais acertado munir-se de um cacete e, *res non verba*, despençou lenha velha no lombo de Satyra, que a deixou com os costados bem miudinhos da Silva. Farto de espancar sua vítima Cachicharra deu às de Vila Diogo, porém hoje foi preso no Portinho”(grifos nosso).

jornais foram consultados, como *O Ateniense*, *O Nacional* e *A Hora*, mas sem o rigor de seguir diariamente seu conteúdo, sobretudo porque estavam bastante incompletos. Como afirma Manuel Martins (2006), em São Luís durante a Primeira República circulavam em média sessenta jornais dos quais apenas oito (*Diário do Maranhão*, *Pacotilha*, *O Federalista*, *O Imparcial*, *O Combate*, *A Hora*, *O Jornal*, *Diário de São Luís*) incluíam-se na chamada “grande imprensa”. Todos os demais tinham vida em geral efêmera, caráter quase artesanal e, por isso mesmo, baixas tiragens. Nelson Werneck Sodré (1999), estudioso das questões da imprensa no Brasil, afirma que nos fins do século XIX, a imprensa brasileira aproximava-se dos padrões e das características peculiares de uma sociedade burguesa, o que ele caracterizou como a modernização dos meios de comunicação no Brasil. Essa modernização expressou-se no usufruto cada vez maior de novos serviços de comunicação e, especificamente à imprensa, significou a alteração de seu trabalho artesanal para um mais industrial. Como era de se esperar, a imprensa maranhense acompanhou esse processo e alguns anos após a República a cidade já iria contar com um serviço mais moderno em relação ao setor das comunicações e os jornais escolhidos, em grande parte, já respondiam aos novos preceitos.

Dentre os jornais pesquisados, a *Pacotilha* e *O Federalista* são ambos jornais republicanos, porém, divergem quanto a proximidade da Igreja Católica nas decisões da vida político e social do país. Por conta desta diferença, no desenrolar da pesquisa o jornal *Pacotilha* será muito mais aproveitado que *O Federalista*, pois guarda em suas páginas um debate mais diário e contundente contra os prelados católicos que este último. Mas mesmo não tão exposto na narrativa aqui construída, a leitura do *Federalista* foi fundamental para compreender melhor a economia jornalística de então, as diferenças, as aproximações e as eventuais interpenetrações entre as ideias e doutrinas de então: o positivismo, o liberalismo, o republicanismo e o catolicismo ultramontano, especialmente. *A Civilização* é um jornal eclesiástico, que procura não só defender a Igreja, mas, sobretudo, convoca os católicos para agirem em defesa da religião fazendo uso da chamada “boa imprensa”. O jornal *Diário de São Luís*, *O Jornal*, o *Diário do Maranhão* além dos jornais que não tem uma duração muito longa e também possuem cortes na ordem cronológica (*O Ateniense*, *O Nacional* e *A Hora*), mas cujo conteúdo é de relevância para a pesquisa por participaram dos debates, tinham um perfil mais diplomático, tratando dos acontecimentos sem se posicionar no combate de forma muito efetiva – antecipando as possibilidades de vermos menos rivalidades e mais acordos entre o Estado e a Igreja.

Através de algumas notícias dos jornais conseguimos visualizar estas características mais claramente. Quase todos defendiam a “civilização”, a “modernidade”, mas alguns

elementos dela eram vistos com cautela. Já em relação ao disciplinamento da população, se aproximavam bastante. Com o deslumbramento frente às possibilidades da vida urbana “civilizada”, novidade para os ludovicenses do fim do século, a exigência desta regeneração fazia-se mais urgente, pois os cafés, o teatro e principalmente os passeios de família eram prejudicados pela presença de indivíduos considerados desregrados e imorais, não preparados para a vida pública. A denúncia desse incômodo apareceu em notas de jornal que faziam referência à dificuldade de regular a população e discipliná-la de acordo com as novas exigências republicanas. Percebemos que esta situação ocorreu mesmo às sombras das casas, que escutavam de longe a confusão nas ruas, “atrapalhando” o pequeno sarau da família após o repasto do dia ou da noite. Estas, então, utilizaram o jornal para pedir que se resolvam os abusos, a presença das autoridades, a resolução de casos e desavenças. O jornal é o meio pelo qual uma família, ou qualquer pessoa, pode expor sua opinião, pedir retratação por algum abuso ocorrido, difamar uma pessoa ou resolver alguma pendenga literária e por isso eles foram utilizados ao lado dos inquéritos para reconstruir a caracterização e os estigmas lançados às camadas populares.

Em relação aos cuidados com a fonte jornalística, tal como os inquéritos, o que se acessa pelos textos jornalísticos não são os conflitos “tal como realmente aconteceram”, mas sim versões sobre algo, tão legítimas quanto quaisquer outras; mas, certamente, por ser elaborado sob o caráter da opinião e por ser agente da história tanto quanto repositório dela, sua elaboração o singulariza no aspecto da “natureza construída” de qualquer fonte histórica; bem como no aspecto do material que pode oferecer ao pesquisador. Lilia Schwarcz ajuda a compreender a questão da natureza da fonte jornalística. Para ela, o jornal é um espaço socialmente reconhecido de criação de verdades e conceitos universais, e este reconhecimento baseia-se a sua eficácia. O jornal é eficaz porque “trabalha com e cria consensos”, repetindo e reiterando ideias e imagens que acabam por se transformar em pressupostos de uma época. Em suas palavras: “[...] o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas escritas com um poder talvez igualável ao de um xamã”. (SCHWARCZ, 1987, p. 248).

O jornal ao mesmo tempo lida com significados socialmente estabelecidos, e ainda que não se possa dizer que todos os significados com que o jornal trabalha são comuns para toda a sociedade, ele manipula com símbolos e imagens que poderão ou não ser incorporados como novos significados. Foi a partir dessa reflexão que essa fonte foi utilizada, atentando

para a forma como ela sofreu interferências das concepções legislativas e, por sua vez, repassava essas orientações em suas páginas, filtrada, naturalmente, pela postura do jornal.²⁰

Além dos jornais de época, tornou-se necessário reunir documentos oficiais no plano jurídico (principalmente a legislação e os debates em torno dela). Isso porque os próprios jornais pesquisados publicavam as sessões de debates, seja na Câmara ou no Senado ao longo de várias edições, exigindo então que se buscasse essa documentação. Utilizamos o Código Civil de 1916 e os debates que ele suscitou. Além disso, usamos como fonte secundária alguns trabalhos acadêmicos que versam sobre cultura política, pois esses trabalhos mapeiam os principais envolvidos na construção legislativa do país e suas leituras formadoras de sua leitura de mundo, apesar de não ser nosso objetivo tecer biografias. A importância dessa bibliografia é enorme, pois a fonte legislativa em si promulgada interessa menos que os debates que a formataram e interpretaram.²¹ Assim, acessamos o conteúdo dos códigos civis brasileiros e dos esboços de código, visto que foram três tentativas até a publicação final do de 1916. Acessamos também a Constituição do período imperial, bem como a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Outra documentação foi o Código Penal de 1890. Além disso, alguns decretos, como o Decreto 521/1890 de 26/06/1890, que proibiu as cerimônias religiosas matrimoniais antes de celebrado o casamento civil, definindo sanção penal, processo e julgamentos aplicáveis aos infratores; o Decreto 233/1890 de 27/02/1890, que mandou observar as instruções para execução do dec. N. 181 de 24/01/1890, que promulgou a lei sobre o casamento civil; o Decreto 181/1890 de 24/01/1890, que promulgou a lei sobre o casamento civil; o Decreto 1.036A, de 14.11.1890, que suprimiu a cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos do Recife e S. Paulo; o Decreto 119-A, de 7.1.1890, que proibiu a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa e consagrou a plena liberdade de cultos, extinguiu o padroado e estabeleceu outras providências. Acessamos também a Lei 3.071/1916 de 01/01/1916, que instituiu o Código

²⁰ Trabalhar com textos jornalísticos significa trabalhar com as representações sobre a sociedade vigentes na época. Parte-se do pressuposto que as representações do mundo social são elas mesmas constituintes da realidade social. Assim, notícias como fonte histórica por um lado expressam como os contemporâneos interpretavam alguns fatos e práticas da época e, por outro, como eles pretendiam interferir na sociedade construindo e reelaborando imagens. Nas suas palavras: “Economic and social relations are not prior to or determining of cultural ones; they are themselves fields of cultural practice and cultural production – which cannot be explained deductively by reference to an extracultural dimension of experience”. (HUNT, 1989, p. 7)

²¹ Para citar algumas das pesquisas utilizadas, cf. NEDER, G. *História & Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. NEDER, G e CERQUEIRA FILHO, G. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. RODRIGUES, F. *Ideias jurídicas, família e filiação na passagem à modernidade no Brasil 1890-1940*. Niterói, UFF, 2008. (Tese de Doutorado).

Civil dos Estados Unidos do Brasil e as Ordenações Filipinas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, nas partes em que ambas tratam do direito civil e da família.

As fontes nos permitiram vislumbrar a tensão que significou viver na aurora do período republicano no Brasil. Buscar pelo vivido e pelo pensado não significa dizer que o pensado não estava no vivido e o vivido no pensado, naturalmente. As próprias fontes nos fazem entrever o quanto do ideal de família e amor moldava as relações entre os casais, mesmo os mais pobres e mesmo os não formalizados. Muitas vezes, não casar oficialmente não significava que o modelo de família pensado não era tido como norte. Assim como não é possível afirmar que ele era sempre o modelo. Tendo em vista os interesses da História Social, as fontes permitiram vislumbrar o cotidiano familiar das pessoas nesse período e perceber como, a despeito de tantas alterações que envolvia essa instituição, a vida das pessoas ocorria.

Diante dessas explicações sobre as fontes, passaremos a apresentar a perspectiva teórico-metodológica da tese, capítulo essencial para saber qual o olhar lançado às fontes e quais as orientações determinantes da pesquisa.

1.3. Estratégias discursivas e táticas de sobrevivência: uma discussão metodológica

Diante das preocupações da linha de pesquisa História da Família no Brasil – interessada nas ideias, nos padrões e nas formas assumidas pela família no país ao longo de sua história, no terreno da legitimidade ou não – esta tese discute tanto as ideias sobre a instituição da família no período republicano, via debates acerca da legislação própria do período, como as expressões familiares percebidas a partir do cotidiano da população desfavorecida que muitas vezes organizava-se à revelia desses debates, como que desdenhando de suas ideias e imposições. O preço pago por esse comportamento era ser alvo mais das regulações do código penal, promulgado logo em 1890 e que tratava esses arranjos amorosos como perigosos e violadores da moralidade pública, do que da legislação civil, que à época buscava regular os direitos e deveres que envolviam os membros de uma mesma família.

A perspectiva metodológica desta tese é agrupar dois aspectos inseparáveis dentro de uma sociedade, o pensado e o vivido. Longe de parecer estanque, essa perspectiva pretende melhor visualizar a complexidade da experiência daqueles que viveram a aurora republicana no nosso país. Certamente que devia fazer parte da mentalidade da elite o desejo de separar-se

daqueles que “atentavam contra a moralidade pública”, atrasando os esforços de tornar a cidade civilizada e urbanizada. Essa representação está bem evidente nas fontes pesquisadas, seja quando expressavam a necessidade de retirar as camadas populares dos locais de trânsito das ‘famílias’, seja no tratamento que desqualificava essa população como incivilizada e desordeira. Mas as fontes também mostram que isso era apenas um desejo e que, na verdade, essa convivência, que é o que institui uma sociedade, era bem próxima, gerando ações e reações imbricadas e difíceis de administrar – aproximando os espaços públicos e privados, a casa e a rua a despeito dos esforços para separá-los. Assim, a separação estabelecida aqui foi para efeito de estudo e pesquisa, jamais quer denotar que a sociedade vivia essa separação tão claramente. Além disso, como já dissemos acima, a própria ideia de modelo familiar predominante na sociedade, nas camadas sociais é discutível. O cotidiano, as sociabilidades, a experiência da vida em si foi responsável por articular espontaneamente, entre as diversas camadas sociais, tanto o modelo legítimo como o ilegítimo – sendo nosso dever valorizar essas diversas experiências na abordagem histórica.

Para atender esse interesse de valorização das diversas formas familiares, é necessário dialogar com os historiadores que ajudam a pensar o fosso entre teoria e prática, bem como aqueles que atribuem *ação* à população vista apenas como sofredora das imposições de poder e disciplinamento social. Durante muito tempo os estudos voltaram-se para as normas e condutas oficiais e atribuíram às camadas dominantes o feito de realizá-las e propagá-las socialmente. Aos populares cabia a pecha de desordeiros, incapazes de guiarem-se moralmente e seguirem as regras sociais por tendências natas à promiscuidade – daí o esforço dispensado para contê-los. Um grupo – dominante socialmente – construía a ordem e trabalhava para impedir que ela fosse violada; o comportamento dos populares era sempre motivo de repreensões e observado pelo filtro das pré-noções negativas, além de ser lhe atribuído passividade diante das normas estabelecidas. A teoria distanciava-se da prática.

Aqui, vamos aproximá-las. Essa perspectiva metodológica é bastante influenciada pelos estudos históricos atuais, baseados nas preocupações do nosso presente histórico, que primando bem mais pela multiplicidade e heterogeneidade das experiências do passado que antes, busca trazer à tona a vida das pessoas comuns, bem como romper com os estereótipos e modelos sociais fechados. No que tange a elementos ligados ao casamento e à família, as fontes trazem indícios de bem pouca passividade no cotidiano das camadas populares, cujas táticas enredaram dramas amorosos e familiares pouco conhecidos por nós. Elas também mostram que, retirada a carga de pré-noções e estereótipos sobre as camadas populares, sua trajetória adquire narrativa bem diferente da conhecida. As leituras que predominaram até

então dizem, na verdade, mais do observador do que do observado; é preciso retornar às fontes e lançar novos olhares para a atuação das pessoas comuns.

Esses pequenos dramas de ontem precisam e devem ser descobertos, e essa tarefa pertence aos historiadores, já que cabe a eles revelarem o enredo desses acontecimentos que atravessam o nosso cotidiano, do qual sabemos alguma coisa ou quase nada. Tarefa que sempre põe o historiador contra a parede, pois ele está preso ao testemunho de alguém, a documentos e fontes, às vezes legíveis ou não, próximas ou não ao evento – ele sempre enfrenta o processo difícil de escrever quase no escuro, limitado:

Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *tekmeria*,²² por indícios. (VEYNE, 1998, p. 18)

Ofício ingrato o de cingir as pontas de uma trama infinita. Atar os fios soltos incessantemente, procurando compreender, às vezes por meio de documentação escassa e mesmo desprovida de informações substanciais, o sentido e as forças que estavam em jogo naquele determinado momento, que relações podem ser estabelecidas entre um acontecimento e outro, entre uma comunidade e outra, entre um desejo e uma ação. É claro que isso é chão pisado e repisado, porém o que normalmente se esquece, como afirma Paul Veyne (1998, p.20, grifo nosso):

[...], o historiador nunca faz revelações tonitruantes, capazes de transformar nossa visão do mundo; a banalidade do passado é feita de pequenas particularidades insignificantes que, ao se multiplicarem, acabam por compor um quadro bem *inesperado*.

O inesperado não é fruto do bombástico, do inédito ou de qualquer outro charlatanismo, mas do esforço em compor um quadro lentamente, tentando encontrar nele os movimentos, os anseios e as ideias, os gestos e as palavras, num comboio aparentemente sem rota, singular e complexo, e por muitas vezes quase imperceptível, mas que se conjugam e encadeiam e

²² Para algumas explicações acerca do termo *tekmeria*, utilizado por Veyne, indicamos o estudo de Ginzburg, sobre a *Retórica* em Aristóteles, *Relações de Força*, p. 13-63, ver bibliografia. É de se notar que esse termo tem uma importância capital para Ginzburg, pois este procura fundamentar a ideia de prova ou argumento válido para a história a partir da distinção realizada por Aristóteles entre signo (*semeion*) e signo necessário (*tekmerion*). Este último estaria reservado para as conexões necessárias ou naturais, que permitem a articulação ou a formulação de *sylogismos*. Podemos exemplificar com um exemplo do próprio Aristóteles: se uma mulher tem seios cheios de leite, é porque teve um filho. Ginzburg resume da seguinte forma a sua tese: “No início destas considerações, eu havia sustentado que, na *Retórica*, Aristóteles fala de historiografia (ou, pelo menos, do seu núcleo essencial) num sentido que nos é familiar ainda hoje. Esse ‘núcleo essencial’ pode ser formulado como se segue: a) a história humana pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, *semeia*; b) tais reconstruções implicam, implicitamente, uma série de conexões naturais e necessárias (*tekmeria*) que têm caráter de certeza: até que se prove o contrário, um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes, etc. fora dessas conexões naturais, os historiadores se movem no âmbito do verossímil (*eikos*), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo – mesmo que, nos seus textos, a distinção entre ‘extremamente verossímil’ e ‘certo’ tenda a se desvanecer”. (GINZBURG, 2002b, p.57-58)

formam um “quadro” com seus matizes e sugestões, possibilitando assim ao espectador-leitor espantar-se com o inesperado. Não queremos transformar o *inesperado* em uma categoria, antes queremos salientar que, sob certo aspecto, Veyne possuiu uma profunda intuição acerca desse termo, pois, realmente, a possibilidade de mudar uma determinada imagem de um momento histórico reside, às vezes, num encontro ocasional de documentos ou outras fontes; e o que era accidental, episódico ou fortuito, transforma-se num novo núcleo de revelações e descobertas inéditas. Se isso não transforma o mundo, podemos no mínimo aceitar que isso muda a relação do espectador-leitor com o mundo.

O lugar em que se desenvolvem as possibilidades do inesperado é o cotidiano, no banal e que pertence a todos os homens, mas que normalmente não se dá a devida importância, pois esse cotidiano foi por muito tempo considerado como não histórico, como parte não responsável pelas grandes realizações humanas. Resistiu muito a compreensão de que a História é a Guerra dos Cem Anos, a Queda da Bastilha, a Invasão da Normandia, os mísseis nucleares em Cuba, etc. No entanto, o que a história descobre é que todos esses “grandes acontecimentos” na realidade são repositórios de pequenas memórias, de sonhos e desejos: quem vai à guerra não é um povo, uma nação, mas João ou José, filho, esposo, marido, cozinheiro, carteiro, escritor, professor. O inesperado é construído a partir da lenta e meticulosa junção desses fragmentos. Quando o historiador recolhe os fragmentos de memória, ele pode inesperadamente iluminar, não a História, porém pontos obscuros que permanecem e permanecerão na escrita da história.

Na verdade, para Veyne, a história é uma “imensa extensão do não-factual”, cujos limites sequer avistamos. No caso ele se refere ao que denominamos de história das localidades, das mentalidades, da loucura, do medo, do riso, da família e, isso tudo ainda seria uma pequena parte da História Social. Ele afirma que desde que o historiador entrou na “floresta do não-factual”²³, que inclui esse cotidiano *inesperado*, seu ofício, que já era difícil, tornou-se tão complicado que o levou, em meio a tantas querelas, ao que, segundo Ginzburg, poderia ser denominado de um tipo de “irracionalismo estetizante”, de um “neopirronismo”²⁴ que cavou um fosso entre a história e a verdade. Para Veyne, muitos historiadores ou dublês de historiadores avançaram sem cuidado ou cautela pela “floresta do não-factual” e acabaram por utilizar de forma equivocada e atrapalhada as ferramentas que a história desenvolvia em sua nova conjuntura teórica, abriram mão de métodos mais tradicionais pelo simples prazer da inovação, do novo, o inesperado a qualquer custo. Isso acarretou, de algum modo um discurso

²³ Cf., Paul Veyne, *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*, p. 32. Ver bibliografia.

²⁴ Cf., Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, p. 21-22. Ver bibliografia.

que tornava a prova ou o argumento comprobatório supérfluos. Tornou-se, como diz Ginzburg (2002b, p. 13), “ridículo” ou “antiquado” querer provar algo, a historiografia estaria condenada deste modo a um discurso retórico e com poucas preocupações com o verossímil.

Ao tentar cindir os fios da trama, ou ao entrar na floresta do não-factual, ou qualquer outra imagem semelhante, o historiador procura compreender e fazer compreender o quadro que se apresenta: não cabe a ele necessariamente preencher as lacunas, mas fazer entender que existem lacunas, que estas talvez nunca sejam preenchidas e o quadro apresentado é uma narrativa de eventos, construída por meio de seleções, simplificações, organizações arbitrárias, mas que não obstante buscam uma lógica. É fundamental que o historiador busque as conexões lógicas necessárias (*tekmerion*), ou signos que o possibilitem trabalhar com o verossímil. Deste modo encontramos-nos ao lado de Paul Veyne (19998, p.23) quando este diz que o historiador “não é um colecionador, nem esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade.”

Chegamos a um ponto de máxima importância para o nosso trabalho, a noção de verdade. Como foi colocado acima, tanto Ginzburg quanto Veyne buscam uma condição na qual a narração histórica não é um romance, antes um processo em que se cristaliza acontecimentos, por meio do exercício árduo do historiador. Concordamos com eles. Em primeiro lugar, a ideia de verdade que buscam não é calcada no valor positivista da verdade, cito Ginzburg (2002b, p.44):

Mas a polêmica que estou desenvolvendo contra o relativismo céptico não deve levar a equívocos. A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo.

Para Ginzburg o conhecimento histórico é possível. Tal consideração não é tão diferente para Veyne. Partindo inicialmente de uma distinção entre as ciências humanas e as ciências naturais, Veyne vai negar qualquer possibilidade daquelas funcionarem com a mesma metodologia destas últimas e questiona os “modelos”, chega mesmo a negar o critério de cientificidade às ciências humanas, porém, em vez disso ser um problema, é a chance das ciências humanas, em particular da história, elaborar assim um método próprio, diz ele (1998, p. 189):

Ora, os fatos que obedecem a um modelo não serão nunca os que interessam ao historiador, e aí está a dificuldade da questão. A história que se escreve e, antes de tudo, a que se vive é feita de noções cruzadas, de classes sociais, de Islã e de mediterrâneo: são todas noções da experiência, suficientes para a ação e o sofrimento, mas não são ideias da razão. Contrariamente, as que uma ciência do

homem pode ordenar em modelos rigorosos são heterogêneas a essa experiência: estratégia do minimax, risco e incerteza, equilíbrio da concorrência, *Optimum* de Pareto, transitividade das escolhas. Pois, se o mundo, tal qual nossos olhos o vêem, tivesse o rigor das equações, essa visão seria a própria ciência; e, como os homens não deixarão jamais de ver o mundo com os olhos com que o vêem, as disciplinas histórico-filológicas, que se atêm, deliberadamente, ao vivido, conservarão, sempre, sua razão de ser.

A partir da citação podemos compreender como Veyne interpreta a questão da escrita histórica²⁵. De início ele não confunde os métodos ou articulações das ciências naturais, ou formais, com as humanas, na realidade ele pede ao historiador que compare a sua ciência com as demais, especialmente a matemática, a física, etc., para tirar daí um proveitoso ensinamento, e possa enfim descobrir que o termo ciência pode adquirir outro estatuto. Nisso ele está muito próximo do Ginzburg, pois na citação deste (citado acima), também fica claro que ele procura uma historiografia que conheça os seus limites, mas que para isso não caia nem no relativismo céptico, nem recue ao positivismo ingênuo. Desta feita é preciso compreender como a escrita da história, por mais difícil que seja, pode ocorrer enquanto uma busca por uma representação do passado que esteja calcada na prova (Ginzburg) ou por meio da *dóxa*, constituída pelo rigor da linguagem (Veyne)²⁶.

Porém, como o debate se realiza sobre o terreno do que se chama verdade e como esta tese debruça-se também sobre uma busca discursiva sobre a família, uma última consideração deve ser posta, de Foucault (este que sob a ótica de Ginzburg é tachado de “irracionalista” ou pelo menos de proporcionar um tipo de irracionalismo, mas em contra partida é tido por Paul Veyne como um dos autores que revolucionou a história). Não pretendemos entrar nessa discussão, pelo contrário, de imediato nosso trabalho não perde ou ganha com essa querela, o que nos interessa é um certo aspecto da proposta foucautiana de

²⁵ Num outro momento Veyne (1998, P. 18) afirma o seguinte: “A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim, como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o do atores; é uma narração. O que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos”. Essa constatação revela-se ao historiador, de um lado novas especulações e experiências estilísticas, mas acima disso mostra-se como um limite: “Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios”. (VEYNE, 1998, p.180)

²⁶ Para demonstrar a improcedência do sofisma empírico, que deduziria a verdade causal absoluta em um determinado acontecimento, Veyne defende a tese de que a história, enquanto uma descrição pode virtualmente dividir infinitamente a descrição, na probabilidade de quantos pretendem narrar o acontecimento: “O que coloca uma barreira entre a história e a ciência não é a adesão à individualidade, ou a relação de valores ou o fato de que João sem Terra não torne a passar por lá: é o fato de que a *dóxa*, o vivido, o subllunar são uma coisa, de que a ciência é uma outra e de que a história está do lado da *dóxa*.” (VEYNE, 1998, p. 137)

interpretação dos acontecimentos históricos. Diz ele em sua aula inaugural no *Collège de France*:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade. (FOUCAULT, 2002, p.08-09)

A verdade neste modelo de interpretação seria um problema que não incorre apenas nos fatos, ou indícios, mas no que se diz dos fatos, ou melhor, nos discursos que elaboram os modos de afirmar uma determinada verdade. Poderíamos dizer que não são apenas os acontecimentos que são passíveis de interpretação, mas o que se diz sobre os acontecimentos, de um outro modo, as instituições que interpretam o acontecimento. Um duplo problema para uma concepção de verdade. A sociedade é atravessada por discursos, cruzamentos e redes de narração que produzem a exclusão ou inclusão, o legítimo e o ilegítimo, dentro de um “jogo” que fixa as regras do verdadeiro e do falso, o aceitável e normal. Os discursos seriam uma verdadeira maquinaria que buscam excluir, deslegitimar aqueles que contornam – e por um contra-discurso ou por práticas – minam as regras estabelecidas. O discurso institucional busca justificar a interdição, definir o *modo de ser* dos sujeitos, a norma:

Em suma, pode-se supor que há, muito regulamente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de literários; em certa medida textos científicos. (FOUCAULT, 2002, p. 22)

Cabe ressaltar que interessa a Foucault mais as instituições que constroem os discursos que os sujeitos propriamente²⁷. Isso significa que a chave para compreender uma história do homem não está simplesmente dada no estudo *sobre* o homem, mas procura descrever as práticas e estratégias das instituições, sua formação, seus eixos e projeções, a sua transformação ao longo do tempo, e a sua configuração em um determinado momento da

²⁷ Tendo em vista a compreensão da obra foucaultiana em três técnicas: 01) A disciplinarização, que corresponde às tecnologias de controle e adestramento dos corpos; 02) A normalização, que corresponderia ao controle do comportamento e do pensamento, privilegiando o indivíduo; 03) O biopoder, o controle da população, de seus fluxos, de intervenções massivas no corpo social, esquadrinhando tanto o corpo-molar, quanto os corpos-moleculares, subjugando a vida lá onde ela se apresenta; pode-se perceber que o mesmo Foucault que, a princípio defende a ideia de compreensão da história nas instituições, após alguns anos percebe que é no homem, em sua táticas, em seu poder de ação, que se pode esperar uma reação ao desenrolar da história.

história, e com isso a sua constituição discursiva e extradiscursiva. Assim, existe uma relação imediata entre o discurso das instituições (hospitais, escolas, Igrejas, órgãos jurídicos, fábricas, etc.) e as práticas disciplinares que operam sobre os sujeitos, o poder que disciplina os sujeitos, opera restrições e fronteiras²⁸. Existe, deste modo, uma articulação das relações de produção de saberes e os modos de exercício de poder. Porém, o poder não é uma estrutura, uma instituição, ou uma coisa, ele somente existe enquanto uma relação. Alguns entendem como uma forma de repressão, porém pensar deste modo é deturpar e simplificar grosseiramente o “insight” de Foucault. Ele mesmo alerta de que nunca se está fora do poder, pois não existem limites, nem periferias; as relações de poder estão entrelaçadas com outras formas de relação (produção, parentesco, família, sexualidade); as relações de poder são interligadas e possuem uma unidade coerente (O’BRIEN, 2011, p. 48-49). Na formação do discurso não estão evidentes os produtos da racionalidade, antes fatores, como a vontade, o amor, o prazer estão estreitamente ligados com a produção dos acontecimentos. Logo não é de se estranhar que exista para Foucault uma relação entre o desejo e o poder, essa relação segundo ele “... a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2002, p.10).

Por isso, seriam nos “interstícios do poder” que se moveriam os elementos a serem estudados pelo historiador. Com isso, fica patente um dos grandes méritos da proposta

²⁸ Não vamos aqui discutir as “várias faces” do Foucault, o nosso trabalho não versa sobre ele. Por isso não entraremos em questões mais minuciosas, tais como: o deslocamento conceitual de suas obras, considerada por muitos autores e comentadores como clivada em vários pontos. Por exemplo, a partir da publicação de *Vigiar e Punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976) que seria o marco da passagem de uma “arqueologia” para uma “genealogia”, ou a mudança categorial do eixo “discursivo/não-discursivo” para o de “dispositivo”. Ao mesmo tempo não entraremos no debate sobre a representatividade de Foucault para a história, isto por si só já seria tema de uma tese, e nesse campo pode-se contar um número considerável daqueles que utilizam a obra do referido autor para fundamentar as suas metodologias, e outro tanto que demonstra parcial ou total desinteresse pela sua obra. Porém, indicamos o sucinto e claro trabalho de Patrícia O’Brien (ver bibliografia), que em certo momento do seu trabalho afirma que muitos são os historiadores que se utilizam dele em seus trabalhos, mas ao mesmo tempo: “Os historiadores menos dispostos a aceitá-lo apontam sem vacilar as deficiências de Foucault, a falta de método, o menosprezo pelos dados, a obscuridade filosófica, a linguagem singular, as simplificações excessivas e as abstrações, que para eles refletem a falta de validade histórica da obra de Foucault. Os historiadores propensos a admitir que Foucault estava escrevendo história vêem-na como má história, por demais genérica, insubstancial e mecânica. Não admiram, portanto, as irritadas negativas de Foucault, nem sua irreverente confissão de que ‘ninguém é perfeito’” (O’BRIEN, 2001, p.41). Também não seguimos a risca Paul Veyne, que estamos citando. A leitura de Veyne coloca Foucault de imediato como um historiador acabado, completo, “o arremate da história”, ao mesmo tempo em que o coloca à frente de uma revolução científica que os historiadores estão à procura (cf. Foucault revoluciona a história). Como tal afirmação traria acirradas divergências, preferimos, mantermo-nos distante de tal debate. Por tal “diversidade” de opiniões sobre ele, não pretendemos utilizar em nosso trabalho o “modelo” ou o “método” foucauldiano; queremos apenas acentuar o caráter legítimo e até normalmente aceito acerca das instituições, que por sua discursividade constroem regras administrativas, englobam noções e valores, regulamentam a sociedade, enunciam medidas sanitárias, punitivas, ou científicas, etc., montado assim uma rede que demarca a natureza da relação entre os diversos segmentos do corpo social, bem como articulam a produção do saber com o exercício do poder de tais instituições.

foucautiana: ao estudar o poder por meio do discurso, torna-se mais claro conceber os momentos históricos em que são introduzidas novas tecnologias da subjetividade e formas de poder. O poder entendido a partir da relação estabelece meios pelos quais torna-se possível pensar as formas como esse poder se insere no todo social, micropoderes que constroem toda uma engenharia de participação dos sujeitos, criando modos de comportamento, disciplinamento, constrangimento, etc. Como ele mesmo frisou, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada por certo número de procedimentos cuja função é dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade. No que tange à família, o ordenamento jurídico deixa patente esse esforço de tudo dominar, tudo conter dentro das fronteiras do legítimo.

Ora, mas se existem os discursos disciplinadores, existem, também, em contrapartida aqueles que procuram escapar da ordem imposta ou das mediações morais que permitem o acesso do sujeito a um *status quo* de direito e legítimo. É deste modo que fica claro como as práticas dos sujeitos procuram escapar a esses poderes, realizando em seu cotidiano meios de burla ou linhas de fuga que alteram ou agridem os poderes estabelecidos. Isso nos permite compreender o conjunto de possibilidades que interferem incessantemente na sociedade, as práticas que modulando e construindo novas variações, elaboram outros processos discursivos, outros dispositivos lógicos, transitórios como os outros, no entanto mantendo os agentes tanto sujeitos, como assujeitados a essa lógica do poder.

Colocamos acima que Foucault não possui tanto interesse pelos sujeitos da história²⁹, caso que não é o nosso, pois pretendemos, por um lado, aceitar a tese foucautiana de que o poder concebido enquanto relação e concebido nas diversas formas de disciplinar e governar nos permite observar de modo privilegiado as estratégias, as táticas e alterações do social; por outro atentar para o fato de que isso nos torna cegos ao valor dado à singularidade de cada sujeito ativo/passivo, consciente/inconsciente na construção da própria história³⁰. Destarte aceitemos o poder como manifestação dos desejos e práticas que formulam e reformulam o convívio³¹, bem como as formas de viver e sentir, então poderemos aceitar com maior facilidade aquilo que Roger Chartier caracterizou como uma não neutralidade dos discursos:

²⁹ Questão esta que parece ser ponto pacífico entre os estudiosos de Foucault.

³⁰ O que justifica uma análise do “último Foucault” que assume uma disposição mais efetiva e estreita com o sujeito, passando a ver neste o ator e o agente da história.

³¹ É sempre bom ressaltar que estamos afirmando a possibilidade de compreender algumas das indicações de Foucault com relação ao modo de compreender a história sem levarmos adiante muitas das afirmações desse pensador, que acabaram por se tornar controversas e mesmo fonte de projetos irracionalistas e céticos, defendidos em alguns momentos por certos autores e mesmo por Paul Veyne. Sintetizamos nossa investida nas palavras da Patrícia O’Brien (2001, p.46, grifos nossos): “Para Foucault, o poder é uma estratégia atribuível a funções (disposições, manobras, táticas, técnicas). O poder não se origina nem na política, nem na economia, e

As percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p.17).

Cabe ao historiador estar atento ao cotidiano, resgatar a memória nos traços mais singulares ou efêmeros, buscando na fonte não apenas o que foi dito, mas e talvez principalmente o não-dito. Localizar e explicitar os fatos que apoiam ou enfraquecem uma perspectiva histórica, e nos lançam diretamente para o centro do que pode ser considerado como o verdadeiro ou falso³². Por outro lado tal perspectiva nos coloca diante da questão entre a teoria e a prática.

A colocação teórica desses autores serviu até aqui para indicar a nossa própria posição. Não pretendemos cair numa recorrência teórica exagerada, nossa proposta é bem mais simples: assentamos a nossa discussão naquilo que se pode chamar de invenções, artimanhas e ardis incorporados às práticas, como forma de subversão e desmonte do discurso legitimado pelos poderes institucionais num determinado período histórico. Buscamos na relação entre os indivíduos e as instituições (Estado, Igreja) os indícios das práticas da camada popular, e compreender como seus gestos, suas práticas agredem o discurso estabelecido. Assim, compreender o que se diz (as instituições), e compreender o que não se diz, mas se faz, e que se realiza enquanto prática na ordem do cotidiano (pelos populares), pode nos oferecer uma chave desses dramas que se desenrolam no palco da história.

De um lado temos o discurso forte das instituições que definem o que é verdadeiro e justo, que estabelecem as estratégias de disciplinarização, bem como controlam as fronteiras do interdito; do outro lado temos o movimento mudo dos sujeitos que não possuem discurso, porém agem, movimentam-se com ardileza ou sem cautela nenhuma, provocando reações e indignações, introduzindo polêmicas e investindo contra o discurso com seus próprios corpos, e por fim, produzindo mudanças no todo social. Pois de algum modo, a partir de suas práticas, os sujeitos deslegitimados modificam o discurso, e fazem com que este amplie as suas fronteiras, mesmo que seja para depois legitimar e controlar o que antes era ilegítimo e sem controle. As classes populares comprimidas ou empurradas pelo discurso regulador são postas dentro de estereótipos e preconceitos e, deste modo, quando se aborda a dimensão do

não é ali que se encontram suas bases. O poder existe como “uma rede infinitamente complexa de ‘micropoderes’, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social” O poder não só reprime, mas cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico de todos para a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como função do poder.”

³² Isso significaria, sob certo aspecto que “... a alma do historiador é semelhante à do leitor das páginas policiais dos jornais; elas são sempre iguais e interessantes, pois o cachorro esmagado hoje não é o mesmo de ontem, e, de uma maneira mais geral, porque hoje não é ontem.” (VEYNE, 1998, p.23)

cotidiano, em especial quando se trata das fontes que narram sobre esses populares, percebemos que não estamos tratando de forma direta, das crenças, dos pensamentos e das ideias desses sujeitos, mas de um discurso que interpreta ao seu modo essas crenças e ideias³³.

Esta questão não pode desencorajar os trabalhos de história que procuram compreender essa realidade popular, que pode ser percebida de forma direta, enquanto um limite, e de forma indireta como um aviso. É um limite, pois se sabe que para se chegar às crenças e pensamentos da camada popular, deve o historiador manter-se preso às fontes escritas por aqueles que eventualmente podem estar ligados ao discurso regulador; e é um aviso, no momento em que se deve ter o cuidado de não interpretar de forma imediata esse mesmo discurso, deve-se antes ter a pretensão de conhecer e estabelecer uma conexão entre as estratégias do discurso regulador e as condições históricas daqueles que de forma subversiva ou paralela àquele discurso estabelecem práticas dissidentes. Para deixar mais claro essa perspectiva da produção de estratégias (do discurso) sobre a qual estamos tratando, é necessária a inclusão de outra noção, a de tática – compondo o binômio estratégia-tática – e só assim poder-se-á compreender a própria prática desses sujeitos sem discurso³⁴.

No entanto, o problema não é apenas encontrar a verdade no que é dito ou interdito, pois como ficou claro acima, as camadas populares não possuem discurso, ou pelo menos, não temos acesso a ele, porém suas ações e práticas chegaram até nós por meio dos documentos: jornais, processos criminais, nos quais permanecem a evidência de suas vidas atribuladas ou não, mas por excelência fica à mostra fragmentos do lado inventivo e complexo de suas existências. Podemos colocar o que escreveu Luce Giard, na introdução ao livro de Certeau³⁵: procuramos a proliferação disseminada de criações anônimas e perecíveis que irrompem com vivacidade o despertar inusitado de práticas que se movem na contramão do legítimo e fora das regras fixadas pelas instituições. Por isso, quando pegos, são sentenciados duas vezes: pela lei instituída e pela opinião corrente.

A ordem moral burguesa do século XIX com suas normas conservadoras e rígidas punia com um martelo bem pesado aqueles que ousavam ferir a sua ortodoxia espiritual, o seu

³³ Tomamos essas notas das reflexões do Ginzburg (1997, p.17): “Em comparação com os antropólogos e estudiosos das tradições populares, os historiadores partem com uma grande desvantagem. Ainda hoje a cultura das classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente oral, e os historiadores não podem se pôr a conversar com os camponeses do século XVI (além disso, não se sabe se os compreenderiam). Precisam então servir-se sobretudo de fonte escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligadas à cultura dominante.”

³⁴ Adiante analisaremos alguns pontos sobre essa questão, com especial atenção à distinção realizada por Certeau entre estratégia e tática.

³⁵ Cf., Luce Giard, p.13, introdução ao *A invenção do cotidiano*. Ver bibliografia.

Estado erguido pela batuta de um discurso racional e científico; estaria proscrito todo aquele que se desviasse dos ideais de civilidade e cortesia, que se comportasse de forma não convencional ou que não se esmerasse em seguir as boas normas sociais, em suma, devia-se seguir à risca toda a etiqueta laboriosamente construída para preservar a paz e a quietude, os princípios familiares e cavalheirescos do bom burguês. Assim, fica patente que quando pego pela malha da vigilância do Estado e da Igreja, corria-se o duplo risco da proscrição legal e da proscrição moral. Esta última, talvez mais intimidante que aquela, pois o julgamento social presidido pela opinião pública escarnece, julga e condena o sujeito, tendo provas ou não. Os sujeitos que não possuem discurso estão submetidos ao poder regulador do sistema que procura uniformizar as condutas e práticas. É desta forma que quando nos deparamos com um documento, o que reverbera nele é a “verdade” daquele sistema de valores, o que foi dito por aqueles que são representantes de tal sistema, outorgados por seus poderes e sua função enquanto agentes punitivos (a polícia, o juiz) ou simplesmente de vigilância (o jornal, o padre, o cidadão comum) que não representam o poder legal do Estado, mas representam, em sua maioria, o poder do consenso daquele sistema. Daí afirmarmos acima que conhecemos mais do observador que do observado, afinal, o que reverbera no documento de forma mais explícita é a verdade do sistema de valores. Por isso, o documento é uma prova de algo ocorreu, mas deve-se ter a cautela de se ler e compreender essa prova, sob certo aspecto, num sentido inverso àqueles que produziram o documento:

Mas, ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para “escovar a história ao contrário” (*die Geschichte gegen den Strich zu bürsten*), como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. (GINZBURG, 2002b, p.43)

O historiador deve dar uma atenção especial às práticas, pois se estas vão contra o discurso e os poderes da instituição, é porque há nela algo que não apenas um agravo, mas pode esconder por trás de suas ações outras formas de sentir e pensar, outras formas de representação. Nessas circunstâncias a prática é mais importante que a teoria. É mais importante, pois a teoria permanece guardada pelo sistema que constrói suas estratégias, enquanto do mundo vivido pelos populares não temos impressões sistematizadas ou com a preocupação de congregar ideias e saberes, sequer um manifesto no qual fique instituído os desejos e esperanças dessas camadas mais desfavorecidas. Temos apenas o que fizeram, ou melhor, o que disseram sobre eles, os juízos morais que lhes imputaram. E, provavelmente isso é muito pouco, mas o suficiente para que se possa estabelecer algumas conexões mínimas

(*tekmeria*) entre as práticas dissidentes com relação ao poder constituído, ou seja, a sua incredulidade com relação ao poder e às autoridades e instituições organizadas, a sua liberdade que sendo mínima ou silenciosa reconfiguram a dimensão social possibilitando, a partir de suas práticas, a entrada de novas representações do real. Assim, graças a essa resistência criam ao longo do tempo espaços de não consenso, de politização e o que antes era proibido e interdito passa a figurar na ordem do discurso como legítimo.

Tal mobilidade aberta, a força do mais fraco, Certeau denominou de *liberdade gazeteira das práticas* e, com isso, uma dimensão de jogo e oposição entre as estratégias do discurso regulador e as táticas daqueles que criam linhas de fuga ou simplesmente burlam as estratégias dos poderes instituídos. Aquilo que Luce Giard, ao falar de Certeau destacou como uma aposta na inteligência, na mobilidade tática e no respeito dado ao fraco que: “sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro de operações, se esboça uma concepção política do agir das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos”. (GIARD, 2003, p.19). Nas linhas de uma política da resistência desenham-se os espaços de confronto entre a estratégia do discurso e a tática das práticas gazeteiras.

A preocupação comum entre este estudo e o pensamento de Certeau seria aquela que coloca por um lado em jogo o sujeito, sem, no entanto, colocá-lo no centro do palco, antes há uma preocupação com as *operações* pelas quais esses sujeitos exercem suas práticas, são “esquemas de ação”, Certeau, afirma: “De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (CERTEAU, 2003, p.38). Tal concepção de Certeau demonstra que há uma maneira pelo qual o discurso é construído e outra pelo qual ele é assimilado, de outra maneira ele afirma que não existe uma correlação necessária entre o que é construído e instituído pelo discurso (economia, educadores, pregadores, etc) e a manipulação por seus praticantes. A circulação de uma representação sofre poderosos reveses quando de sua utilização, não existe uma uniformidade, pelo contrário, somente um historiador estrábico leria um documento por uma lente simplista que uniformiza tudo. Certeau alerta para a existência de práticas que gazeteiam a cultura imposta: “Essas práticas colocam em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 2003, p. 42). Essa arte é proporcional aos lugares que o discurso hegemônico deixa brechas ou não possui condições de policiar, ou vigiar de forma contínua, a “criatividade que pulula justamente onde desaparece o poder de se dar uma

linguagem própria”. (CERTEAU, 2003, p. 44). Há o silêncio do discurso, ou onde o discurso é mais fraco, aí ele é minado pelas articulações inusitadas da prática popular, em contrapartida ele recrudesce e procura manter o controle, aumenta a vigilância, torna mais rígida a pena, ameaça, no entanto, já é tarde, a astúcia do gazeteiro³⁶ produziu novas zonas de conflito, entrecortada pelo discurso severo e áspero do sistema, e por relampejos de humor e ironia dos sem-discurso, que vão minando a seriedade do primeiro. O discurso do sistema, como já dissemos, é sempre uma operação estratégica, enquanto os populares agarram-se às táticas, em performances operacionais, numa *métis* – numa sabedoria prática (CERTEAU, 2003, p. 46-48).

Tal pensamento de Certeau torna mais viável um estudo sobre essas condições, pois ele permite compreender as relações existentes a partir de uma heterogeneidade não redutível, e mesmo que torne o processo analítico mais arriscado e fragmentado, mesmo assim, supera-se tal problema com a possibilidade de uma visão do jogo e das astúcias que compõe o *patchwork*³⁷ do cotidiano. Para, então entender-se essa possibilidade, faz-se necessário distinguir entre a estratégia e a tática.

Para Certeau, a estratégia é por excelência “o cálculo das relações de forças”, ela se firma pelo estabelecimento do poder e da autoridade, postula as regras e as condições de existência num espaço dado, servindo-se dessas regras para gerir sobre os sujeitos e as relações sociais, constitui-se enquanto a legitimação dogmática de um dado sistema: “A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.” (CERTEAU, 2003, p.46). Por seu turno a tática não estabelece fronteiras, é a ocasião (*kairós*), insinuação, processo incessante que a cada momento se modifica e produz trajetos incertos, fragmentados, utilizando-se do sistema imposto ou burlando-o para alcançar sua legitimação, seja enquanto desejo ou razão. Diz melhor Certeau (2003, p. 46-47):

Ela (a tática) não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática

³⁶ “O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de *jogar/desfazer* o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’. Nesses estratagemas de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor” (CERTEAU, 2003, p.79, grifos do autor).

³⁷ Essa expressão utilizada por Certeau (2003, p.46) demonstra a sua preocupação em apresentar o mundo como conjunto de partes heterogêneas: colcha de retalhos, peças de um quebra-cabeça. O mundo como mostruário: as amostras (‘espécimes’) são precisamente singularidades, partes notáveis e não-totalizáveis que se destacam de uma série de partes ordinárias. Amostras de dias, *specimen days*, diz Whitman. Amostras de casos, amostras de cenas ou de vistas (*scenes, shows* ou *sights*).

depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas.

Assim, a tática é o modo pelo qual o sem-discurso pode lutar, aparecer, mesmo que silenciosamente e anuviado pelo poder do discurso que o disponibiliza e busca a sua esterilização. No entanto a sua visão pragmática do mundo e, atrelada à enérgica disposição para a ação, para o movimento, e para a dissidência, possibilita-o escapar das liturgias do consenso e criar novas representações da realidade. Não o temos como herói, não o interpretamos como paladino dos injustiçados, pelo contrário, ele aparece como partícula anônima, em meio à torrente dos acontecimentos que cai sobre ele. Como dissemos acima, nossa preocupação, não se objetiva nos indivíduos, mas com as ações e práticas, com seu poder de criação, com as “operações” que podem laçar-nos em meio à verdade histórica que fagulha em seus gestos. Tais práticas gazeteiras colocam-nos diante de um espelho fragmentado, mas que ainda reflete as imagens desse passado, heterogêneo e conturbado, que transparece nas páginas dos jornais, nos anúncios mais simplórios, mas que estão carregados de representações e valores que cercam aquela sociedade. A “imprudência” desses anônimos revela zonas de conflito, cenas cotidianas, onde reverberam o choque entre o discurso e as estratégias dos poderes, contra os cidadãos marginais que alimentam suas vidas por meio de seus rompantes e investidas trágicas ou cômicas, porém sempre humanas:

Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos *combates* e dos *prazeres cotidianos* que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição. (CERTEAU, 2003, p.47, grifos nossos).

Ao garimpar seus documentos, o historiador nada mais faz que re-estabelecer as conexões que obstruídas pelo tempo, podem inusitadamente evocar essas relações de forças que constituem o acontecimento histórico. É nesse sentido que esta pesquisa se desenvolve e esse par conceitual funcionará agora como uma metodologia de estudos: a primeira parte dedica-se a pensar sobre o plano das estratégias em relação à questão da família; a segunda parte foca nas táticas das camadas populares com o intuito de desvelar as expressões familiares cotidianas na Primeira República brasileira. Seria mesmo o casamento uma “união indissolúvel e perpétua”? Como seriam as vivências familiares no contexto da secularização dos casamentos? Como a cidade de São Luís experimentou a chegada da modernidade e do

casamento civil? Procurando desdobrar essas perguntas, seguiremos com os demais capítulos da tese. Antes, porém, lancemos um foco um pouco maior sobre nosso cenário.

1.4. O espaço da pesquisa: São Luís no irradiar do sol republicano...

A chegada da República no Brasil coincide com uma expectativa criada pelo *fin de siècle* e traz em seu bojo o desejo de transpor o complexo e entranhado *modos vivendi* católico por uma sociedade cada vez mais laicizada e consumidora das inovações, teóricas e práticas, próprias da chegada da modernização. Uma vez que sua inspiração vem do território europeu, sobretudo o francês, a ideia de república mistura-se com a de civilização, de modernidade, de secularização, de industrialização, de liberdade e de cidadania. Essa é a imagem cristalizada desse evento que atingiu boa parte do mundo pós-revolução francesa.

Maria Tereza Chavez de Mello defende a tese de que a aceitação da República no Brasil deve ser explicada por uma disposição mental criada para o novo regime, em decorrência da incorporação de uma nova cultura democrática e científica ainda na década de 1880. Partindo da ideia de que a deslegitimação da Monarquia criou uma disponibilidade afetiva para aceitar o destino do Brasil, profundamente associado à instalação de uma sociedade democrática e capitalista, a autora afirma que a propaganda, a literatura e a imprensa souberam fazer derivar essa sociedade do regime republicano.

A crise no Império, é sem dúvida, o resultado da conjugação de diversos fatores. Satisfatoriamente conhecidos são aqueles de ordem social, econômica e política. Mas pouco se faz ainda conhecer o sistema simbólico que legitimava e emprestava sentido às instituições monárquicas, assim como é de valia a visualização de um quadro de disposição mental para o novo, socialmente difundida no Brasil no final dos Oitocentos. A palavra de ordem era, então, reforma. Reformas para acelerar o advento do *télos* – de qualquer maneira inevitável, segundo entendiam – do progresso-civilização. (...) As ‘questões’ brasileiras foram pensadas através do arsenal das ideias novas. Por meio de outros conceitos e semântica, as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma que nos temas, retirados do repertório liberal. O que quero dizer com isso é que a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela rearrumação da tradição liberal, por exemplo, que se montou uma outra narrativa da nação. (MELLO, 2007, p. 10-11)

Essa mistura de expectativas chega ao Brasil via, sobretudo, sua capital, o Rio de Janeiro e irradiava-se por todo o território nacional. Segundo Nicolau Sevcenko (2003, p. 43), a base da

reforma que se pretendeu implantar com a chegada da República seguiu quatro princípios básicos na capital carioca.

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse afetar a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão da população dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das classes aburguesadas; e um cosmopolitismo exacerbado, profundamente identificado com a vida parisiense.

Da capital, esta proposta “irradiou-se” para todo o Brasil e tem-se atribuído uma certa linearidade nesse processo. Não que a expectativa não tenha sido esta, porém, a dinâmica das relações e dos conflitos que surgiram após a chegada do regime republicano foi bastante singular e bem pouco linear nas diversas realidades do país. A proposta era a mesma, mas a condição de implementá-la não o era. Trata-se então de destacar, na dinâmica das relações cotidianas, como as vivências passadas misturam-se inflamando e informando as novas relações; e como as demais cidades brasileiras guardaram singularidades nesse processo.

A cidade de São Luís esforçou-se para implementar as novas medidas e reorganizar seu espaço, seus costumes, seus hábitos. Os discursos de ordem vinham de toda parte, para regular as ruas, para conter os comportamentos, para licenciar os convívios e permitir que as famílias pudessem ganhar o espaço da rua. Elementos de modernização foram chegando paulatinamente, luz, gás, sistema de abastecimento, telégrafos, telefones, cinemas. Em 1871, foram implantados os primeiros quilômetros de trilhos para os bondes puxados a burro, que alcançavam ruas e praças; em 1886, o serviço passaria para a Companhia de Ferro-Carril. Segundo Correia (2006), além desse transporte circulavam pelas ruas, berlindas, coches, seges, traquitanas, cavalos. O automóvel começa a circular pelas ruas em 1903 e, mediante a existência de um velódromo na cidade, com corridas aos domingos à tarde, promovidas pela União Velocipédica Maranhense, com entradas a 1 mil réis, deviam circular também bicicletas. Em 1901, é instalado o primeiro serviço de combate ao fogo, que começou efetivamente a funcionar dois anos depois, com o nome de Seção de Bombeiros. A água encanada, a cargo da Companhia das Águas de São Luís, apesar de instalada, ainda dividia os serviços com o aguadeiro, pois tinha muitos problemas de distribuição. A iluminação pública e o bonde elétrico foram instalados ambos somente em 1918. (CORREIA, 2006)

Porém, à medida que essa nova demanda de hábitos surgia, o confronto com elementos que embaçavam a civilização ocorreu. Em relação, por exemplo, ao não

aniquilamento dos elementos que afetavam a imagem civilizada da sociedade que se queria impor, e à política de expulsão da população dita desqualificada do centro da cidade, os esforços não garantiram muitos resultados.

São Luís precisava se transformar para receber e se adequar às exigências da nova ordem política, que exigia uma transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade. No início do período republicano, a recente abolição da escravidão gerou uma massa de população liberta que ganhou as ruas, o aumento populacional causado também pela circulação de pessoas, imigrantes ou não, tornou-se, de acordo com um discurso elitista, um empecilho para a transformação dos hábitos e dos costumes, para o “aniquilamento da imagem insalubre e insegura que permeava a cidade”, retardando, senão impedindo, São Luís de se tornar, enfim, “civilizada”.

Pelos jornais percebe-se que havia esforços neste sentido, mas a situação era “bastante grave”. A composição da cidade agrupava, a despeito dos elementos de modernização que pouco a pouco chegavam, muito lixo, entulho, esgoto, imundície e promiscuidade, elementos indesejáveis que se espalhavam nas ruas, constringendo a população e, principalmente, as famílias maranhenses. Vagabundos e malandros, além de inúmeros cortiços ainda provocavam vergonha, desordens, atentando à moralidade pública e ao desejo de bem viver dos maranhenses, enchendo a polícia de pedidos para fazer valer seu papel a todo instante. Estes problemas e a relevância dos jornais na denúncia desta situação ‘deplorável’ percebe-se em notícias como esta publicada a 3 de julho de 1894, no jornal *Pacotilha*:

Sr. Redator da Pacotilha,
Sexta-feira, 20 do mês último, foram vítimas no Caminho Grande, de uma imprudência dos srs. João José de Sá e Manoel José, encarregado dos carros de limpeza das ruas, uma senhora, irmã do sr. Ponciano José da Silva e uma menina de 3 anos, filha do sr. Tenente Raimundo Pedro Machado, como podem testemunhar os srs. alferes Vibino Cruz, José de Souza e Álvaro Moura, distinto negociante nesta praça; imprudência devida a terem aqueles senhores João José de Sá e Manoel José lançado, apesar de avisados que não o fizessem, alguns *buscapés* contra famílias que ali se achavam divertindo. Este fato constitui um crime que dá direito de queixa as ofendidas; mas como desse direito não querem fazer uso as ofendidas para evitar maiores incômodos, desejam, porém, que ele fique registrado na imprensa, para que os srs. João José de Sá e Manoel José não o reproduzam, pois podem saírem-se mal em uma nova empresa.
As vítimas que sofram...

Ponciano José da Silva

Nesta notícia vê-se claramente um dos papéis que a imprensa desempenha. Mais que meramente informativa, a imprensa não só registra fatos, mas serve como meio de denúncia, de aviso a atitudes repreensíveis tomadas pela população, o que se infere pela insistência da escrita dos nomes dos envolvidos e testemunhas e o apelo à idoneidade delas, atitude que reclama o apelo à vergonha que é ter seu nome envolvido em algum conflito ou mal

comportamento e ainda publicado no jornal. Entrelaça-se deste modo a linha da norma com a palavra escrita, esta ganha o poder de repreenda, ou de punição imediata, fazendo as vezes da intervenção da lei, referente a cada crime que se lhe corresponde. Reivindicar, propor, denunciar e exigir a participação efetiva das autoridades torna-se uma trama comum no tecido que se urde nessa atmosfera. De outro modo, também pode se perceber, através das notícias, que a cidade é caracterizada fortemente pelo fato de estar fora do padrão ‘civilizado’, isso em tempos de “plena irradiação do solo republicano”. Sobre o estado de São Luís neste estágio de preparação para seguir as exigências da República, lê-se no jornal *Federalista*, em 26 de julho de 1894 o seguinte:

A intendência já começa a capitular; seus melhores amigos declaram que a cidade de São Luís parece mais um cemitério abandonado, do que morada de vivos em plena irradiação do sol republicano. Se alguém vai ao Pará ou ao Ceará, de lá volta encantado, satisfeito com a administração municipal de Belém ou da Fortaleza; mas em compensação sente ferver-lhe o sangue nas veias, subir-lhe mesmo à cabeça, contemplando o mísero estado em que se acha a capital do nosso Estado. Coitada da intendência! Flagelada pela opinião pública, dirige em sua angústia ao dr. Rodrigues Fernandes esta súplica!

O efeito comparativo fica bem nítido nesta notícia. As reformas que irradiavam pela capital, atingiam as demais cidades eram espelhos para avaliar o estado de cada uma. Além disso, nesta notícia destaca-se a responsabilidade da intendência municipal, que teve suas funções alteradas e em muitos aspectos descentralizadas pela República, deixando margem bastante interpretativa para as leis do Código Penal de 1890 terem efeito e serem cumpridas pela população.

Em outra notícia publicada pelo mesmo jornal um ano antes (26 de abril de 1893), aparecem os mesmos problemas. Como se percebe pelo tom da escrita, este jornal é bastante diferente da *Pacotilha* nas avaliações do setor administrativo da cidade.

Ontem na rua do Passeio um bando de fiscais negros da Câmara Municipal limpou o cadáver de um infeliz gato. Mereciam os fiscais uma manifestação de gratidão e reconhecimento dos moradores da dita rua senão fosse o terrível fétido que exalava o animal da raça felina, que obrigava aos transeuntes a tapagem forçada do nariz. Não é para admirar que na cidade reinem febres perniciosas; pois é necessário confessar, para vergonha da nossa Câmara, que nunca a pacífica São Luís esteve tão imunda e porca.

Em 1895, a despeito das medidas urgentes de higienização e desodorização do espaço público, mais uma vez percebe-se que a cidade estava repleta de sujeiras. De forma quase tediosa, arrastam-se pelos jornais uma profusão de notícias dando conta de todas as ruas, becos e praças entupidas de lixo e entulhos de toda sorte que atrapalham os transeuntes; que infectam o cotidiano, que lembram o quanto a cidade está atolada em problemas

administrativos; e que, por estar afogada nessa inércia, torna-se complacente com todo tipo de estultícia praticada pelos ‘vadios’, ‘prostitutas’ e outros ‘párias’. É inegável que a cidade é atravessada pelo clima morno de um cotidiano repetitivo e de poucos acontecimentos de relevância, afora as festas, casamentos, mortes de fulano e sicrano, a convivência e a frouxidão do governo na administração pública. O deslinde dos acontecimentos e dos principais fatos permaneciam sendo tratados de um mesmo modo, cá e lá eram noticiados com mais fervor ou com interesse político partidário mais afluído. Não é por acaso que um dos pontos mais convergentes é a acintosa crítica à atuação do Governo e da Intendência Policial. No entanto, essas notícias permitem-se visualizar esse aspecto lento e monótono, esses aspectos cotidianos, localizados, pontuais, instantâneos de uma fotografia de São Luís que representa seus moradores, seus ricos comerciantes, fazendeiros, políticos, estudantes, jornalistas, padres e a gente comum. Em 5 de fevereiro deste ano, o jornal *Pacotilha* publica:

Informaram-nos que a rua do Alecrim, está convertida em um verdadeiro montouro. Ainda hoje amanheceu em frente ao beco dos Craveiros um cão morto, inteiramente esmigalhado, de cujas entranhas espalhadas por diversos pontos da rua, se desprendia um fétido tão insuportável, que os transeuntes, poucos dispostos a sorverem a maldita pitada, dobravam ligeiros a esquina e amolavam a canela com receio de que os mosquitos, que festejavam o animal, viessem pousar-lhes o corpo. Mais adiante, quase ao chegar na rua das Flores, uma ratazana descansava os restos mortais na calçada de uma casa e intimava energicamente os que não tinham o olfato estragado, a levarem o lenço ao nariz, sob pena de ficarem condenados a aspirar aquele perfume, nada agradável, (seja dito de passagem). E tudo isso, caros leitores, sem meter em conta, o lixo que ali existe em profusão...
Quousque tandem, oh indentencia, abiteris pattentta populi!

Porém, a cidade, ao seu modo, vivencia as modificações que são recebidas, ora com euforia, ora com desdém, porém assimilando sempre os novos quadros que se formavam. A exigência da modernização exigia uma nova e surpreendente dinâmica para dentro da província, colocando na ordem do dia a discussão desse novo ideário que se formara no Rio de Janeiro e que enveredou pelas principais capitais do país, desembocando na pequena cidade de São Luís. O que encontrou foi uma população despreparada para o debate, pega de surpresa em meio ao fervor das tantas ideias que constituíam o movimento republicano, pelo ardor de como eram discutidas as propostas de um futuro que deveria ser pensado, imaginado, criado. Assim, as notícias que se preocupam diariamente com os problemas sanitários, a situação dos indigentes, dos vagabundos, dos prostíbulos e das brigas ocorridas nas ruas visam, antes de tudo, fortalecer e manter em foco a necessidade de se alterar profundamente esses traços de comportamento ‘indisciplinado’, ‘indolente’ e ‘imoral’, que deve ser superado, substituído por outro que enalteça as luzes do tempo que alvorece.

No entanto, mesmo chegando as novas condições para uma “vida moderna”: indústria, iluminação à gás, cinematógrafo, bonde, estrada de ferro, telefone, máquina de costura, etc.; tudo isso se disseminava num solo no qual ainda vigorava os problemas costumeiros da falta de estrutura potencializadas pelo despreparo da população. Em relação às reformas urbanas, consta que, entre 1902 e 1906, foi feita uma série de obras que visavam ao “aformoseamento” do centro da cidade, tendo como foco a atual Avenida Pedro II. Era neste logradouro que ficavam os palácios do governo e da prefeitura, o paço episcopal, a tesouraria, a câmara municipal e outros órgãos públicos. Mas a própria industrialização, como exemplo, frente ao despreparo da cidade para bem recebê-la, aumentava os problemas. A população pede que se resolvam os transtornos causados pelo esgoto de uma fábrica, como se lê nesta notícia do jornal *Pacotilha*, em 22 de agosto de 1894, transcrita abaixo:

Pedem-nos que chamemos atenção da municipalidade para a acumulação de águas pútridas que há na rua de São João, canto da Igreja, proveniente do escoamento que faz o cano de um sobradinho contíguo à taverna do Sr. João Benedito de Araújo, e de águas de um dos canos da fábrica Progresso que vão ali parar. A desobstrução das bocas de lobo da rua de São João, da fábrica até o largo da Fonte das Pedras, evitaria este inconveniente.

A dificuldade para regular a população e discipliná-la de acordo com as novas exigências é incômodo para as famílias que prezam pela moralidade pública.

Enfim, o estado da pequena São Luís pelos idos de 1890 é representado nos jornais como sendo deplorável, especialmente para aqueles que prezam pela família e pelos bons costumes. O jornal mesmo pontua a permanência cotidiana das reclamações e não deixa de acusar o governo do Estado de negligência, chegando a exagerar nos apelos diante da falta de sensibilidade para os problemas. Mas a população também é responsável, sua falta de hábitos civilizados e de higiene potencializa a imundície e as febres. Jornal *Pacotilha*, em 29 de janeiro de 1895 dá publicidade ao fato:

Raro é o dia em que não temos a registrar uma notícia com relação ao estado deplorável em que se acha a cidade, e da qual é o único culpado o sr. Intendente Municipal. Ontem até dissemos, que um criado desse senhor, conhecido a demasiada importância que seu amo liga a limpeza pública, acudira duma das janelas da casa, em que reside, para a rua um animal morto, já em estado de putrefação, que inibia aos moradores da Travessa do Teatro chegarem às suas janelas. Nem de propósito. Hoje de manhã apareceu junto a uma das árvores do Largo do Carmo que ficam fronteiras ao prédio onde funciona a <<Pacotilha>> um frango morto, o qual, devido ao fétido horroroso que exalava obrigava os transeuntes a levarem o lenço ao nariz. E o sr. Intendente passa diariamente duas, três e quatro vezes pelo Largo do Carmo, vê com seus próprios olhos as imundícies que nele estão amontoadas e... nada de providencias. Sofre a população! Mães de família, deixai morrer vossos filhos, vitimados pela colerina e influenza, porque assim o querem a Intendência e o Governo!!

Além desses elementos, o difícil comprimento das exigências republicanas também sofria empecilhos em outros aspectos em São Luís. A República, como diz Sevcenko (2003), condena os hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional. Este atrelamento não se romperá em São Luís em virtude também da *débacle* econômica provocada pela quebra do sistema agro-exportador que não fora sanado pela industrialização. Usando as palavras de Matos (2010, p. 54-55)

É em 1888, ano da abolição da escravatura, que a cidade começa a vivenciar um dos principais aspectos do seu processo modernizador: a instalação das fábricas. Consequência direta da abolição (que representou o ocaso da economia agroexportadora do Maranhão) e da política do encilhamento, a construção do parque fabril da capital trouxe algumas implicações para o campo das atividades produtivas: em primeiro lugar, instaurou uma nova ordem econômica na cidade, agora dependente das máquinas, do pagamento do trabalho humano com salário, da instituição de jornadas de trabalho, da ação de novas classes de trabalhadores – os operários e operárias e os trabalhadores mais qualificados; em segundo lugar, trouxe uma modificação substancial ao panorama arquitetônico da cidade, com o aparecimento das grandes construções de tijolos, das chaminés e até dos bairros operários no entorno das fábricas (como os bairros da Madre-Deus e do Anil, que se formaram em torno, respectivamente, das fábricas São Luís e Cãhamo, localizadas na Madre-Deus e da Companhia de Tecidos Rio Anil), distendendo a cidade para além do seu centro comercial colonial (o bairro da Praia Grande e os bairros vizinhos); em terceiro lugar, instaurou uma nova relação entre o homem e sua forma de produção, quando instituiu a mediação da máquina para o estabelecimento da transformação de matéria-prima em produtos – antes, quase toda a prática da produção estava relacionada ao trabalho braçal, efetivado pelo escravo. O surto de industrialização do Maranhão foi rápido, descomunal e intempestivo. Entre 1888 e 1895, o estado viu surgirem 27 fábricas, distribuídas da seguinte maneira: 10 de fiação de tecidos de algodão; 1 de fiação de algodão; 1 de tecido de cânhamo; 1 de tecido de lã; 1 de meias; 1 de fósforos; 1 de chumbo e pregos; 1 de calçados; 1 de produtos cerâmicos; 4 de pilar arroz; 2 de pilar arroz e fazer sabão; 1 de sabão; 2 de açúcar e aguardente. Dessas, 17 eram Sociedades Anônimas e 10 de particulares. A grande maioria delas se concentravam na capital e podiam ser classificadas entre empreendimentos de pequeno, médio e grande porte (VIVEIROS, 1954). A rapidez com que se instalou, consequência do oportunismo dos capitalistas locais, recém-saídos da agroexportação e caídos na industrialização favorecida pelos capitais externos, fez com que Viveiros (1954) denominasse essa fase como “loucura industrial” e Fran Paxeco, intelectual que vivenciou este momento, a apelidasse de “Disenteria Fabriqueira” (PAXECO, 1922). Na virada para o século XX, restavam só poucas fábricas, que operavam em dimensões mais modestas.

Com a rotina morna das fábricas, as imagens de desolação do presente se vivificam. Imagens que fazem o Maranhão ser pensado, especialmente por suas elites, de uma forma nostálgica. Forma que ficou caracterizada no conceito “ideologia da decadência” de Alfredo Wagner, conceito que faz referência à suposta noção de que o Maranhão vive imerso nas sombras de um passado para aplacar uma situação depreciable vivida no presente. Passado, não esquecer, que foi marcado por um período áureo, de riqueza econômica, material e cultural pelas benesses advindas com as exportações dos produtos agrícolas. Esta forma de associação entre o Maranhão de presente saudoso com seu passado glorioso teria nascido dentro de um grupo

da intelectualidade maranhense do século XIX, que legitimou a “idade do ouro”, fins do século XVIII, como um marco do crescimento regional.³⁸

Esta questão também faz do contexto de São Luís, à época da proclamação da República, peculiar frente às demais cidades do país. Enquanto a exigência era o afastamento de seu passado, São Luís vivia e se nutria dele. A cidade não conseguia apagar suas referências com o passado, não podia alterar sua fisionomia colonial ainda que, cada vez mais, se exigisse uma valorização do que é novo e moderno, ocorrendo o abandono do que era velho e tradicional. E ainda que alguns elementos de modernização tenham sido inseridos no final do século XIX, a fisionomia da cidade estava marcada fortemente pela lembrança dos fragmentos de um outrora que se fincaram nos mirantes em frente ao mar, impedindo seu esquecimento. São Luís, perdida na crise que a assolou com a derrocada da agro-exportação, trabalhava para remontar sua história, sempre procurando arrancar sua fala do silêncio de um passado ainda recente, tornado um pretérito que ainda se apresenta, se tornando mesmo o fio tênue que liga o sentido de seus fragmentos. Estava marcada pela esperança de tentar encontrar através desse passado-presente o seu sentido.

Por não querer libertar-se de seu passado a cidade fez dele a vela condutora de seu futuro. Este exercício encontrou pontos de apoio na própria história da fundação da cidade. São Luís foi obra de franceses aventureiros, ávidos por riquezas e cheios de sonhos de poder, que atravessaram o Atlântico no desejo de construir a França Equinocial. Mas embora fundada pelos franceses, São Luís foi colonizada pelos portugueses, que reclamaram sua posse expulsando os primeiros, três anos após sua chegada, das terras que lhe pertenciam pelo tratado de Tordesilhas. Este fato da fundação, pois, foi usado pelas elites do século XIX para superar seu período de *débacle* econômica, na medida em que esta fundação francesa a fazia se distinguir e manter certo *status* diante das demais elites brasileiras em momento tão miserável de sua história.³⁹

³⁸ Na década de 1870, quando a crise se agravava, o cenário do Maranhão já demonstrava a decadência que viveria. A crise culminaria no ano de 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea. Os senhores rurais – plantadores de algodão e cana-de-açúcar – entraram em desespero com a falência de suas fazendas. Os autores que analisam a economia maranhense começam a propalar uma crise e estabelecem uma comparação com o período do governo de Mello e Póvoas. Aparece um discurso decadentista e nostálgico em relação ao passado, pois aos poucos morriam ou migravam para a capital da República os integrantes da “Atenas Brasileira”, querendo sobreviver escrevendo para os jornais além de produzirem peças teatrais, poemas e romances. Entre eles estão, por exemplo, Aluísio e Artur Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha e Raimundo Corrêa.

³⁹ Este fato é objeto de discussão historiográfica. A historiadora Maria de Lurdes Lauande Lacroix dedica um livro a esta questão intitulado *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* (2002), no qual aponta para o fato da “invenção”, pelas elites do século XIX, da fundação francesa da cidade. Não que este fato não tenha se dado, mas ela percebe um aparecimento corrente desta ideia no período de estagnação econômica e, diante das poucas heranças francesas pela própria permanência curtíssima destes, apenas três anos, ela busca mostrar que esta

O fato da cidade de São Luís ter estado mais próxima da Europa que propriamente da corte do Rio de Janeiro no seu “período de opulência” reforça os supostos “laços” com ela, em especial com a França, que era quem garantia a moda e regulava os comportamentos das classes abastadas neste período. Somado ao fato de uma suposta “fundação francesa”, a cidade estaria, neste ritmo, bem próxima da França e, portanto, dos ideais que a França representava no final do século XIX. Afinal, era singular ser a cidade fundada por estes homens vindos de além-mar, vindos do país miraculoso, que no limiar do século XX, à época da chegada da República no Brasil, era o centro do mundo, considerado o berço do progresso, da civilização e da modernidade.⁴⁰ Progresso que instaura um mundo de automatismos, “em que tudo se move mecanicamente, obedecendo a impulsões regulares e combinadas”. Civilização que cria um mundo em que “até o espírito está educado por processos de filosofia”. Modernidade da qual emana o “espírito vivaz do francês”, este que “dá a todas as maravilhas da indústria e da arte, da civilização e do progresso o rótulo conceituoso de *fin de siècle*”.⁴¹

Nesse sentido, afastando-se da exigência republicana por não conseguir liquidar as suas referências ao passado; a cidade de São Luís, em algum sentido, fictício ou real, via-se atrelada ao ideal do presente, caracterizado pelas invenções modernas, pela civilidade e liberdade moderna.

Não faltavam, pois, políticas para acabar com a situação de decadência vivida pela cidade. O discurso republicano endossa a necessidade de mudar, olhar para frente, para o progresso, abandonando todo e qualquer elemento de atraso ou que gere atraso. As estratégias serão muitas, como veremos a seguir, e a família, entendida como base para uma nação virtuosa, será atingida pelos discursos que desejam o progresso. Isto mostra a importância desta instituição na nova conjuntura política, ao mesmo tempo que mostra sua importância para manter a ordem sobre a vida e o controle sobre a reprodução da sociedade.

reivindicação da fundação pelos franceses pode ter sido uma “invenção” das elites para manter relações de status e poder.

⁴⁰ A história desta cidade vai estar sempre com os olhos voltados para a França. Até a primeira metade do século XIX, época do período áureo da economia maranhense, a França era quem garantia a moda e a elegância das famílias aristocráticas. Após este período de opulência, garantido pelos lucros com a exportação de gêneros alimentícios, em especial o arroz, que a guerra nos Estados Unidos favorecera, a cidade entraria em uma grave crise econômica, a qual teria feito suas elites reavivarem os velhos laços com a França, inclusive pela via sua fundação. No final do século XIX, com a chegada dos ideais de modernidade, progresso e civilização foi mais uma vez este país que serviu de inspiração para a cidade, na medida em que Paris, mais do que nunca, foi, a esta época, o centro do mundo.

⁴¹ Todas estas citações são trechos de notícia do Jornal *Pacotilha* publicada em 25 de maio de 1890.

CAPÍTULO 2:

FAMÍLIA CIVIL INDISSOLÚVEL, CONVIVÊNCIAS E EXCLUSÕES

A forma como a família foi pensada na Primeira República no Brasil esteve articulada ao processo de organização das nossas leis, expresso no empenho de compor a Constituição Republicana de 1891 e uma codificação civil própria. Esse processo ocorreu no contexto da passagem da ordem sacralizada para a ordem secular e a ele está associado a discussão sobre o casamento civil. É difícil pensar o que significou a família sem se referir ao casamento e à codificação civil, bem como ao processo (e as resistências a ele) de secularização em marcha; e esse é o debate que está expresso nos jornais pesquisados.

Apesar de em 1889 ter iniciado o primeiro período republicano brasileiro, cuja bandeira estava assentada na ideia de ordem, progresso, secularização e modernidade, até 1916, as questões civis no país foram resolvidas sob a égide das *Ordenações Filipinas*, herança do período colonial brasileiro. Essa permanência da legislação portuguesa no Brasil não ocorreu nem mesmo em Portugal, que as substituiu por um código civil próprio em 1847⁴².

⁴² Foram três iniciativas relacionadas à codificação civil: o Esboço de Teixeira de Freitas, o projeto de Coelho Rodrigues e o de Clovis Beviláqua. Para cumprir a função de compor um código civil nacional, o Governo imperial contratou, por indicação de Nabuco de Araújo, o jurista Augusto Teixeira de Freitas, que ficou incumbido de reunir e classificar toda a legislação brasileira, incluindo as leis portuguesas recepcionadas pelo Direito civil pátrio. O trabalho de Freitas consistia unicamente na sistematização de tudo aquilo que já existia, não podendo inovar ou criar, devendo simplesmente se conformar. Entretanto, para incrementar seu trabalho e colaborar na solução de incertezas do dia a dia da aplicação do Direito, Teixeira de Freitas enriqueceu seu trabalho com várias notas. Embora o contrato previsse a inserção de notas explicativas, elas nunca seriam do alcance daquilo elaborado pelo autor, devido à riqueza de conceitos, informações e doutrinas trazidos pelo jurista. A “Consolidação das Leis Civis” de Teixeira de Freitas foi um marco na história do Direito civil brasileiro, elevada quase ao nível de verdadeiro Código. Publicada oficialmente sua primeira edição em 1857, reuniu toda a legislação vigente à época, de forma organizada, contendo ainda notas esclarecedoras introduzidas por Teixeira de Freitas. Segundo informações de José Gomes B. Câmara, a publicação, embora tenha sido oficial, não passou por qualquer revisão, que só foi realizada *a posteriori*. Em 4 de dezembro de 1858, a comissão constituída pelo Visconde do Uruguai, José Tomás Nabuco de Araújo e Caetano Alberto Soares, opinou pela aprovação de toda a matéria consolidada e, devido à profunda erudição, ao zelo e ao método didático de Teixeira de Freitas, também recomendou o jurista para a elaboração do projeto do código civil. Este publicou ainda mais duas edições, a 2ª em 1865 e a 3ª em 1876, e um aditamento em 1877, com o intuito de manter seu trabalho atualizado. Além disso, é inegável sua contribuição para a elaboração do primeiro código civil brasileiro em 1916. O trabalho da Consolidação teve um caráter provisório e preparatório para a elaboração da codificação civil propriamente dita. O conservadorismo de Teixeira de Freitas foi comentado por Guilherme Braga da Cruz, em um artigo intitulado, “A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro”, no qual ele afirma que o Brasil, diferentemente de Portugal, não esteve tão exposto à disseminação das novas ideias liberais, que causaram tanta desorientação doutrinária e filosófica nas terras lusitanas. A consequência foi a não ocorrência no Brasil de inovações precipitadas, o que significou um sistema jurídico privado muito mais próximo da velha tradição portuguesa, liberto de influências estrangeiras, do que o próprio sistema jurídico de Portugal. Devido a essa formação conservadora da cultura jurídica do Brasil, a Consolidação também foi um

Recuperar, pois, a questão da família no período republicano, nos permite entrever de uma perspectiva diferenciada duas questões importantes já debatidas pela historiografia. A primeira delas é a centralidade alcançada pela família, não só para a questão jurídica, mas para a questão nacional. Envolvendo muitos aspectos das mudanças ocorridas na passagem do século XIX para o XX, os debates acalorados acerca do casamento civil e a consequente legitimação da instituição familiar através dele se destacavam quando do esforço de compor um código civil nacional. O aumento da exigência de uma codificação própria, nacional, era resultado da forte pressão para a secularização do Direito, como também pelo que isso representava em termos de autonomia para a nação, que tinha na família sua base. Diante das mudanças, a instituição familiar não poderia permanecer regulada por leis então consideradas retrógradas e perniciosas.

A segunda questão importante é que os debates ocorridos contra ou a favor do casamento civil (e, portanto, acerca da formalização da instituição familiar) serão disputas políticas elaboradas a partir de perspectivas culturais distintas, mas imbricadas – um grupo ligado aos aspectos culturais da religião católica; outro mais afeito às concepções modernas no campo do direito de família, fundamentadas no individualismo do Código Napoleônico.

Ao pontuar que são perspectivas distintas, mas imbricadas, quer-se destacar outras duas questões: tanto uma leitura aproximada entre Estado e Igreja no primeiro período republicano e a família como objeto e espaço dessa articulação; como uma leitura que aponta a especificidade do processo de modernização ocorrido no Brasil mediante a orientação recente de se compreender como pouco homogêneo o projeto de modernidade inspirado na Europa Ocidental. Destacar todas essas questões tem por objetivo abrir espaço para uma análise social mais dinâmica e bem pouco linear, dando destaque às múltiplas possibilidades históricas desse evento denominado “modernidade”. Assumimos o pressuposto de que, se este processo passa a ser tratado a partir da noção de diferença, abre-se espaço para compreendê-lo sem atribuir “atraso” nem “inferioridade” em relação àqueles processos que não ocorreram da mesma forma que no contexto europeu⁴³. A ideia seria então não mais tratar essas

trabalho de caráter conservador. Entretanto, “o caráter conservador da Consolidação obedecia, antes de mais nada, às próprias instruções dadas pelo Governo brasileiro ao seu autor” (CRUZ, 1955, p. 67). Para Neder e Cerqueira Filho (2001), O *Esboço* de Teixeira de Freitas, apresentado em 1860, seguia as diretrizes tridentinas quanto à disciplina do casamento e foi esse apego aos valores religiosos católicos, os quais pautam toda a parte relacionada à família e seus direitos do *Esboço*, um dos fatores decisivos para o fracasso do projeto. O Projeto de Coelho Rodrigues não foi aprovado e Clóvis Beviláqua o aproveitou quando foi feita a solicitação para ele escrever o código republicano.

⁴³ Cf., capítulo de Gizlene Neder, “O bibliotecário-mor e o Iluminismo jurídico coimbreense”, no livro *Ideias jurídicas e autoridade da família*. Ver bibliografia.

modernidades diferentes pela questão da falta (de revolução, da própria modernidade, etc.).

Todas essas questões ficam expressas pontualmente no trecho destacado abaixo:

Queremos, com isso, dizer que a reestruturação institucional dos Estados na modernidade (no Brasil, mas também em Portugal), sob a égide do constitucionalismo iluminista que introduziu, inclusive, regimes políticos republicanos nessas duas formações históricas – 1889 no Brasil, 1910, em Portugal-, conservou uma relação política simbiótica entre o Estado e a Igreja, apesar do fim do padroado. Aliás, desde a extinção do padroado, essa relação política converteu-se numa articulação ideológica que, no plano simbólico, legitimou a aliança entre o conservadorismo clerical (integrista), vigente ao longo dos novecentos, e o pragmatismo pombalino das elites brasileiras e portuguesas; inclusive das elites intelectuais, no caso dos juristas iluministas. [...] A influência dessa reforma na dinâmica do campo jurídico foi impactante [...] A modernização e a renovação introduzidas no período pombalino não implicaram, portanto, um movimento ideológico e político radical, nos quais os efeitos práticos redundassem em transformação do *status quo*. (NEDER e CERQUEIRA FILHO, 2007, p. 39-41)

Considerando, assim, a existência de um vasto processo de circulação de ideias em fins do século XVIII, que acompanhou a circulação de pessoas e mercadorias, não somente no território europeu, mas para além dele, os autores afirmam que o ímpeto reformador atingirá esses vários territórios que estabelecerão um diálogo *à sua maneira* com as principais correntes do pensamento europeu. Diferente então da expectativa homogeneizadora de um único processo de Modernidade inspirado nos países do centro do capitalismo, cuja característica aqui em destaque seria a repulsa por qualquer princípio e influência religiosa na constituição do Estado e suas leis, a perspectiva dos autores é pensar os projetos de modernidade, no plural, e com isso compreender, sem atribuir defasagens, a forma como cada formação social viveu esse processo. Em relação ao Brasil, essa especificidade de modernização caracterizaria-se, entre outros aspectos, como afirma o trecho citado, pela disputa ideológica instalada no interior dos debates acadêmicos no campo do Direito, iniciado desde o Império, disputas essas que tinham como pano de fundo o processo de secularização respaldado no iluminismo jurídico e a forte resistência a ele levada a cabo pelo pensamento conservador clerical. O que é preciso destacar, ainda explorando o trecho destacado acima, é que esse embate lançou reflexos, em particular na instituição familiar, pois a modernização não trouxe efeitos práticos que redundassem em transformação do *status quo*. Daí o interesse e a necessidade dos estudos de família compreenderem os reflexos desse processo na transformação dessa instituição, pois essas disputas ideológicas, à medida que impuseram limites à acomodação dos valores burgueses em nossa sociedade, determinaram a “transformação conservadora” da família, ponto nevrálgico dessas mudanças. De modo que, se se deve entender a permanência, no plano das ideias, de influências conservadoras e

clericalis mesmo com a proclamação da República; deve-se também estar atento aos limites da implantação da “ordem burguesa” (que veio atrelada ao processo de circulação de ideias) no Brasil e o que isso significou para a instituição familiar.⁴⁴ Como resumem alguns autores, a modernização da família defrontou-se com o caráter tradicional do patriarcalismo e do clericalismo impresso na cultura brasileira, abrindo espaço para a convivência simultânea de formas novas e antigas de comportamento social. (ARAÚJO, 1993; ALMEIDA, 1999)

Ao darmos destaque às forças conservadoras, não se pretende diminuir a influência das ideias transformadoras pautadas no iluminismo jurídico. Resultado da expansão do ideal revolucionário, sobretudo, francês, elas atingiram mesmo formações sociais fortemente controladas pela Igreja, como era o caso do Brasil; estes países viram-se na impossibilidade de afastar a força desse processo de secularização. Inclusive, a chegada dessas ideias de transformação aumentou a exigência para elaboração de um código civil brasileiro em 1889, exigência que já era grande, mas apesar dos esforços já dispensados, não se concretizou.⁴⁵ O que se destaca é que: se na exigência de elaboração e na sua forma adotada os códigos expressarão a modernidade, o mesmo não ocorrerá em relação ao conteúdo substantivo das legislações, que serão elaborados sob a resistência às mudanças pretendidas nos seus pontos-chave. Se o processo de secularização atingiu o Brasil e nele o que estava em jogo era a influência da Igreja nos negócios de Estado, que passou a ser visto como algo profundamente atrasado, a especificidade do processo de modernidade brasileira garantirá essa permanência e no caso do Direito de Família, o núcleo fulcral de resistência à mudança residirá na consideração do casamento como sacramento⁴⁶ (NEDER E CERQUEIRA FILHO, 2007).

⁴⁴ Sobre o processo de aburguesamento sugerimos cf., ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família.*; CAULFIELD, Susan. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*; ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Família e modernidade: o pensamento jurídico no século XIX*; ARAÚJO, Rosa Maria B. de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*; SCHWARTZ, Roberto. As ideias fora do lugar. IN: *Ao vencedor as batatas*; MORSE Richard, *Espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*; COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Ver bibliografia.

⁴⁵ Apesar dos esforços, o Brasil só teria seu código civil em 1916, dezessete anos após a proclamação da República. Organizado por Clóvis Beviláqua, este código recuperou muito do projeto de autoria de Antonio Coelho Rodrigues, redigido durante o Governo Republicano Provisório, em meados de 1893, que não obteve a aprovação governamental. Entrando em vigor em 1917, revogou as “Ordenações, Alvarás, Leis, Decretos, Resoluções, Usos e Costumes concernentes às matérias de direito civil” (art. 1.807, CC/1916) até então reguladas pelo Livro IV das Ordenações Filipinas desde 1603. Neder (2007) lembra que as ordenações sobreviveram por mais tempo no Brasil do que em Portugal, cujo primeiro Código Civil, de autoria de Antônio Luiz de Seabra, é de 1867. O primeiro Código Civil brasileiro vigeu 86 anos. Em 1969, foi tomada a primeira iniciativa para modificá-lo, com a criação da Comissão Revisora e Elaboradora do Código Civil, presidida pelo jurista Miguel Reale. O anteprojeto elaborado pela comissão foi aprovado em 1975, levando 16 anos para dar origem ao novo Código Civil, aprovado em 2002, vigorando deste 1 de janeiro de 2003.

⁴⁶ Em relação à questão da família e casamento, os debates sobre o casamento civil iniciaram ainda no Império, tendo como pano de fundo o problema da imigração: a entrada de estrangeiros exigiu que o governo brasileiro pensasse em uma solução para o problema do casamento, da herança e todas as demandas civis para os acatólicos. Até 1861 era válido somente o casamento celebrado pela Igreja Católica, que detinha a competência

Diante disso, pode-se afirmar que o casamento e a família são elementos-chave desse processo, daí a necessidade de se discutir a forma como essa instituição familiar foi pensada e organizada na codificação civil a partir da chegada da República, marcando os debates sobre o casamento civil e as resistências a ele, pontuando assim a modernização conservadora dessa instituição, ainda muito marcada pelas interferências da Igreja apesar do fim do regime de padroado. A família pensada, legitimada pelas legislações da República, limitou-se a regular e efetivar os direitos das uniões reguladas pelo matrimônio civil, que contraditoriamente não deixou de ser indissolúvel, deixando boa parte das relações amorosas/familiares da população fora dos preceitos e direitos legais, visto o alto índice de ilegitimidade presente também no início do período republicano.⁴⁷

Como a preocupação com os aspectos da família pensada decorre principalmente do uso das fontes jornalísticas, pois elas nos levaram a procurar entender o debate e a disputa por essa instituição pelo Estado e pela Igreja, é necessária, primeiramente, uma discussão histórica sobre o casamento na esfera da Igreja para que se entenda a importância que esta atribuía à questão do matrimônio indissolúvel, a sua postura (de resistência) quando da perda do direito de regular as cerimônias em 1890 e seu esforço de manter uma concepção de família cristã na sociedade através da formalização da família via casamento religioso; em seguida, os contornos do debate contido nos próprios jornais da época são apresentados, para que antecipemos os argumentos e o próprio chão onde ocorreram os debates – entender a fonte jornalística passa pelo próprio destaque que a imprensa ganha no final do século XIX; depois, para entendermos os jornais, bastante influenciados por uma leitura de rivalidade entre Estado e Igreja, revisaremos a literatura sobre a oposição entre modernidade e religião (católica) afirmada tanto por estudiosos das questões políticas, quanto por estudiosos do catolicismo e pontuar, no fim, o quanto essas leituras influenciaram uma visão, que deve ser também revista, acerca da Primeira República brasileira como período de extrema rivalidade entre essas duas esferas de poder – rivalidade esta que está materializada nas páginas dos

sobre os ritos matrimoniais. Até aquele ano, a legislação em vigor era ditada pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, aprovadas no ano de 1707 e prescritas segundo as determinações do Concílio de Trento (1545-1563). Àquela época, já se discutia a legitimidade do casamento de católicos com acatólicos no Conselho de Estado. Em 19 de julho de 1858, foi apresentada uma proposta de lei, cujo artigo 1º dizia: “os casamentos entre pessoas que não professarem a religião católica serão feitos por contrato civil, podendo seguir-se o religioso”. Contudo, a ideia de casamento civil por contrato foi fortemente combatida pela Igreja, mesmo entre acatólicos. A solução encontrada foi o projeto de lei modificado e aprovado em 11 de setembro de 1861 (Lei 1.144), não admitindo outro casamento senão o religioso, qualquer que fosse a religião dos contraentes. Acerca dessa lei, Manuel Francisco Correia, um dos membros da Comissão Especial que discutiu o projeto Beviláqua, comenta que, querendo salvar a necessidade do ato religioso, mesmo no casamento acatólico, o legislador não reconheceu os efeitos civis senão nos que fossem celebrados por pastores das religiões respectivas, legalmente habilitados (GALANTE, 2008).

⁴⁷ Cf. capítulo 1, na parte da discussão bibliográfica da família na República.

próprios jornais. Depois disso, apoiados em uma literatura que aponta aproximações entre modernidade e religião, Estado e Igreja, revisaremos o período da Primeira República brasileira atentando para o processo peculiar de sua experiência da modernidade, o qual legou à família, elementos de permanência e de convivência entre Estado e Igreja Católica, caracterizando sua modernização conservadora e sua limitação conceitual, ainda indissolúvel e pouco atenta à diversidade das relações familiares no período, sendo, por isso, bastante excludente. Com isso, falaremos das convivências e das exclusões da curiosa *família civil indissolúvel* como uma estratégia, no conceito certauniano, apresentada em subcapítulos separados, abrindo caminho em seguida para explorar o mundo das táticas, cuja liberdade e zombetearia legou muitas experiências familiares quando da secularização dos casamentos, experiências que frequentemente extrapolaram o preceito “união indissolúvel e perpétua”, como dispunha o dispositivo legal.

Dispostos a cumprir esse trajeto, passemos a uma discussão da concepção de casamento e família pela Igreja Católica, não só para compreender melhor o debate contido nas fontes jornalísticas, mas também porque esse percurso é necessário para pontuar as permanências e as proximidades entre o projeto da Igreja Católica e o que foi lançado pelo Estado em 1899.

2.1. A sacramentalização do contrato de casamento e a naturalização do poder da Igreja

A união do homem com a mulher pode ocorrer por diferentes rituais conforme comprovam estudos antropológicos dos mais diversos povos. Em relação a eles, a especificidade do casamento dentro dos preceitos do cristianismo é a sacralização e a normatização, marcada pela mediação do sacerdote, na presença de testemunhas, na expressão de desejo mútuo entre os nubentes, na finalidade da procriação e formação cristã dos filhos. Essas características, bem conhecidas por nós e bastante repetidas pelo discurso cristão, não foram sempre a base das relações do cristianismo com o casamento. Nessa medida, não só a história do casamento extrapola os rituais cristãos, como antecede a sua própria instituição como sacramento. O nosso interesse nesta relação (entre Igreja Católica e casamento) está diretamente ligada ao entendimento das fontes de pesquisa e à possibilidade de compreensão política e ideológica do evento republicano, mostrando o que estava em jogo e as armas

disponíveis para conter as mudanças – no caso o processo de secularização – por parte da Igreja. Quando da perda da tutela dos casamentos, a Igreja usará o argumento da autoridade, a história do casamento como sacramento. Esta, porém, não é toda a história, nem sempre a Igreja guardou uma relação de harmonia com este ritual, mas naquele momento não convinha essa narrativa: era preciso repetir, uma vez mais, o sacramento matrimonial como parte central do poder religioso.

Segundo a maioria dos autores, o medo do sexo ou a reprovação da conjugalidade amorosa, aceita somente com o fim de regular a necessidade dos instintos, penetrará no cristianismo através de Paulo.⁴⁸ Com ele a ascese, tal como será tratada na concepção ortodoxa da Igreja, adentra a doutrina cristã. E é por aceitar de início a prescrição ou o conselho de Paulo⁴⁹ a se manter casto e fora da união conjugal que a Igreja Cristã Católica vai manter uma relação ambígua com o casamento.

O tema do casamento concentra em seu seio bem mais que a questão de uma moral sexual rígida, mas coloca em relevância todo o arcabouço constitutivo da Igreja. Nele, se não se assenta os princípios basilares dos dogmas da formação católica, da Verdade Revelada, da Encarnação e da Santíssima Trindade, é certo que ele enreda muitos dos princípios

⁴⁸ “O medo do sexo só penetrará no cristianismo com Paulo. É ele o verdadeiro pai da ascese cristã. Ela encontrará sua declaração de princípios no capítulo VII da primeira carta a Coríntios. ‘É bom que o homem não toque mulher’. Temos, aí, uma atmosfera totalmente diferente dos evangelhos. Não é mais a cândida simplicidade de Jesus, sua generosa aceitação da vida, mas a rejeição do erotismo – por medo do sexo. Para Paulo, seria melhor que a sexualidade não existisse, ela é apenas um mal necessário. Por ser má em si, ele trata de combatê-la. Assim, a sua ética sexual chega a um triste compromisso: ‘E assim quem casa a sua filha virgem faz bem, quem não a casa faz melhor’ (Coríntios, VII, 38). ‘Mas, por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa e cada uma o seu próprio marido.’ (VII, 2)... ‘é melhor casar do que viver abrasado’ - *προϋσθαί* (VII, 9). A sexualidade não merece mais que a fuga, mas a natureza requer que delimitemos cuidadosamente certos setores da sexualidade e que abandonemo-los ao instinto. Esse setor bem circunscrito, guarnecido de parapeitos e de placas de sinalização, para uso dos curiosos: eis o casamento segundo Paulo! Cio permitido, instinto legalizado, pecado concedido à fraqueza humana, nada mais! Além das fronteiras estritamente delimitadas e escrupulosamente vigiadas cai-se na abjeção primeira da sexualidade. Em tal concepção do casamento não há, evidentemente, lugar para o motivo da redenção. O conselho prudente que ele dá aos esposos nem precisa de comentários: ‘Não vos priveis um do outro, salvo talvez por mútuo consentimento, por algum tempo, para vos dedicardes à oração e novamente vos ajuntardes, para que Satanás não vos tente por causa da incontinência.’ (VII, 5). Paulo não confia nos sentidos, por isso vale pecar com maior frequência no casamento para não pecar fora dele!’ (SCHUBART, W, 1975, p. 165- 166). Também se deve levar em conta a hostilidade de Santo Agostinho com relação ao ato sexual. Se Paulo foi quem introduziu a questão da misoginia e do ascetismo, no entanto foi Santo Agostinho que foi mais longe nessa questão, segundo ainda Schurbat: “Foi ele (Santo Agostinho) que marcou o amor sexual com um estigma indelével. Foi ele que dele fez a mácula que exclui do templo. Ele só admitia a relação sexual (conjugal) com a condição de que a ‘intenção interior’ fosse a procriação. Agostinho só levava em consideração o instinto sexual para atribuir-lhe o dever da procriação. Foi essa sua única tentativa de justificação da sexualidade. Toda ideia de uma ligação qualquer entre o sexo e a aspiração do homem à salvação permaneceu inteiramente estranha a esse grande pensador cristão.” (SHUBART, 1975, p.169). Por tais princípios a ética cristã se consumará numa moral sexual, onde o casamento torna-se o inimigo, o mal contrário à castidade. Tanto que até Concílio de Trento (1545-1563) se declarará anátema quem quer que ouse colocar a maternidade e o casamento acima da virgindade.

⁴⁹ Segundo P. Áries (1987b. p.158), São Clemente assegura que a despeito de tudo que dizia, São Paulo era casado.

norteadores desses pilares da atuação histórica da Igreja. Por conter dentro de si o germe da desavença, o tema do casamento tornar-se-á, na história da religião Católica, âmbito de litígio e de ambiguidades que resultaram nas mais diversas e imbricadas contendas.

Philippe Ariès (1987a), em *São Paulo e a carne*, torna patente que o centro da modificação do posicionamento da Igreja frente à sexualidade, diagnosticada por Foucault e por P. Veyne, é datada no limiar do século II, a partir de três pontos centrais: a homossexualidade, o casamento e da *mollities*⁵⁰ - todos imprescindíveis para se entender a herança cultural que se estabelecerá no Ocidente, servindo como solo para os diferentes modos e comportamentos frente à sexualidade, bem como esteio para as nossas representações de cunho valorativo.

A questão do casamento originará as contendas entre a interpretação ortodoxa e aqueles que não aceitam os ditames da Igreja, caso dos movimentos gnósticos. Durante esses primeiros séculos podemos avaliar como se encontram divididas e amorfas as articulações centrais que constituirão o cristianismo católico futuro. O casamento será vítima de vários anátemas e injúrias, aceitável apenas por ser um mal menor, um modo de frear os instintos animais e a concupiscência inerente ao homem. Porém, na realidade essa hesitação em assumir ou não o casamento dentro da doutrina só revela a fragilidade interna, o processo de aperfeiçoamento e ajuste pelo qual a doutrina cristã passava. Somente nos séculos III e IV a cristandade abandona a sua titubeação frente a certos dogmas para constituir-se como sistema dogmático e doutrinal (GILSON, 2001).

Durante todo o período da Patrística o casamento foi apenas tolerado como um mal menor, ou pelo menos como algo que mesmo levado a sério não constava no centro das discussões da Igreja emergente, descaso tão profundo que nem ao menos se estabelecia uma liturgia para a consagração do casamento. Durante esse período, as considerações ao ascetismo e à castidade ou o domínio dos impulsos sexuais concentrará as principais reflexões, enquanto o casamento permanecerá num segundo plano e sempre a reboque do que até então era considerado pela Igreja de maior relevância: a castidade. Isso se repetirá por toda a Idade Média⁵¹: o casamento para a Igreja permanecerá inferior e desprezível, pois está

⁵⁰ Sobre a *mollities* P. Ariès, no mesmo texto (1987a, p. 53) esclarece: “Sob a palavra *mollities*, equívoca e que não é, não mais que as outras, de natureza sexual (existe uma outra lassidão além da sexual), ocultava-se o erotismo, isto é, um conjunto de práticas que retardam o coito, quando não o evitam, com a finalidade de gozar melhor e por mais tempo: exclusivamente o prazer. É evidente, São Paulo não admite tal coisa, e vê aí o pecado contra o corpo: *in corpus suum peccat*. Talvez a *mollities* seja uma grande invenção da época estóico-cristã”.

⁵¹ Justino, no século II, afirma que os cristãos casam-se apenas para procriar. Mesmo argumento utilizado por Santo Agostinho, na passagem do século III para o IV; é essa admissão hesitante, mais conivente com a natureza sexual e instintiva do homem do que verdadeiramente compreensiva, que lenta e pacientemente será responsável

vinculado diretamente ao prazer, logo contrário às ideias de castidade e austeridade sexual que prevalece desde os seus primeiros tempos. Prevalece o princípio da refutação da carne e de seus prazeres, o orgulho espiritual que se sobrepõe ao corpo e o admoesta com severidade a aquiescer às regras da pureza física, a abandonar seus vícios, entre eles a conjunção carnal (*carnalis commixtio*), a *fornicatio*, a *immunditia*, que se dá sem o contato com uma mulher e se deve a um espírito lasso e indolente.⁵²

No mundo profano de Roma, o casamento já estava difundido e já encontrava em sua elaboração certas prescrições morais que já faziam dele uma instituição aceita e estável dentro do Império. Em boa parte, o estoicismo foi o verdadeiro responsável por esse estabelecimento, por sua difusão na aristocracia e nas instituições do Estado Imperial.⁵³ O cristianismo, herdeiro direto do que restou do Império romano, acomodou também em seu *corpus* algumas de suas prerrogativas institucionais e jurisprudenciais. A dificuldade está em tentar encontrar uma concórdia entre as normas estoicas e cristãs: de um lado, a necessidade de encontrar justificativas para acomodar dentro da doutrina aqueles que queriam o casamento e condenavam a castidade; do outro, a obrigação de dar explicações plausíveis para aqueles que entravam na vida religiosa e ascética a não contraírem matrimônio. Assim, a Igreja nascente, como um funâmbulo, tentava manter-se na fina corda entre a contradição e o ofício de evangelização.

O casamento até então consistia numa prerrogativa consuetudinária, que não exigia a participação efetiva do clero. Mas ao tempo em que a Igreja recebe heranças das instituições de Roma, ela também terá que lidar com os costumes e práticas dos romanos. Isso gerará um conflito na medida em que a Igreja já tem em seu seio a problemática da união conjugal. Porém, resistindo às correntes sensualistas e às correntes ascéticas, o casamento foi mantido.

pela ascensão do casamento dentro do *corpus* cristão. Mas ainda se está longe de estabelecer uma dignidade ao casamento.

⁵² Para aprofundamento no assunto sugerimos o trabalho de M. Foucault, *O combate da castidade* (1987). Ver bibliografia.

⁵³ Sobre isso esclarece Philippe Ariès (1987b, p. 156-157): “É certo que a ideologia moral expressa pelos estoicos durante os primeiros séculos da nossa era, antes da expansão do cristianismo, favorecia a procriação, a propagação da espécie como finalidade e justificação do casamento – por oposição, sem dúvida, à união livre, comumente praticada e nem sempre muito claramente separada do casamento. Os cristãos se apropriaram da moral estoica a tal ponto que certos textos chegaram ao nosso conhecimento por meio de citações dos Padres da Igreja, como este, de Sêneca, extraído por São Jerônimo de um tratado sobre o casamento, que se perdeu (Contra Joviniano), I, 49): ‘Todo amor pela mulher de um outro é escandaloso é o que consta sobre adultério). Também é escandaloso amor demasiado pela sua própria mulher (amor demasiado é justamente o amor sem reserva, a paixão que os amantes experimentam fora do casamento). Um homem sábio deve amar a sua mulher com discernimento e não com paixão, e, conseqüentemente, controlar seus desejos e não se deixar levar à copulação. Nada é mais imundo do que amar a sua mulher como uma amante...Que se apresentem às suas esposas não como amantes e sim como maridos’. O tom é categórico, um tom de mandamento. A velhíssima e banalíssima distinção entre amor-reserva, no casamento, e o amor-paixão, fora do casamento, é aqui formulada por Sêneca, não mais como um costume, mas como a regra de um código moral.”. (grifos do autor)

Por essas indicações, pode-se perceber como são dual e conflituosa as disposições que versam sobre o tema do casamento nesse período:

No interior da igreja existiram, efetivamente, duas correntes opostas, cada vez mais opostas. Uma, ascética, apelava para o testemunho de São Jerônimo: hostilidade ao casamento, considerado como um estado inferior, dificilmente tolerável. Essa corrente conheceu altos e baixos, eclipses e retornos. Parece ser vencedora no século XII, entre os clérigos que queriam dissuadir a Igreja de intervir no casamento e de controlá-lo: que ela fique à distância, pensavam eles, pois nada tem a ver com essas coisas vulgares e baixas. Poder-se-ia distinguir no catarismo do Languedoc a mesma tendência, que teria ultrapassado os limites da ortodoxia. Triunfou a outra tendência, que se liga a Santo Agostinho, e além, a São Paulo, e que vê no casamento o *remedium animae*. No século XII, respondendo sem dúvidas aos excessos dos adversários do casamento, São Bernardo se explica: “Atacar o casamento é abrir as portas aos desregramentos dos concubinos, dos incestuosos, dos *siminiflues* dos *masculorum concubitores*”. São Bernardo teme que a desvalorização do casamento acarrete o progresso da masturbação e da homossexualidade (masculina). (ARIÈS, 1987b, p. 168)

Durante o século V o casamento se apresentará como prática que mereceria mais atenção por parte da Igreja, quando da influência da cultura germana que traz consigo a relação de posse e herança atribuída e distribuída através dos enlaces conjugais. A partir daí a Igreja passa a desenvolver uma literatura própria sobre o tema do casamento, estipulando suas obrigações, meios e fins. Pode-se afirmar que a Igreja estimulará tribunais e juristas preocupados com a forma, com os atos que prescrevem o casamento. Assim, mesmo que por motivos patrimoniais, o casamento ganhava relevância como prática e conduta entre os aristocratas, se difundindo entre os nobres. Nesse período, o próprio Estado ampliava a sua atuação dentro desse processo (VAINFAS, 1992).

Na continuidade do século VI até o século IX a Igreja, apesar de estipular as suas regras, ainda guardava distância no ritual do casamento. Preocupada mais com os atos da vida conjugal, elaborava uma série de regras e normas a ser seguida dentro do casamento, considerado ainda desprezível. A Igreja apenas vigiava e controlava o casamento para que esse não se perdesse em ações viciosas e libertinas. A concupiscência ainda era o maior crime do casamento. Este continuava sendo considerado como remédio para controlar a impudência, os excessos da vida na alcova.⁵⁴

Somente no século IX, dar-se-á uma guinada que resultará na proximidade entre a Igreja e o casamento, pois ela vê aí a possibilidade do controle sobre a aristocracia. A partir de

⁵⁴ Havia de algum modo um calendário que regulava a vida conjugal, Flandrin, (1987, p.142) esclarece: “Eram impróprios para a cópula todos os dias de jejum e de festa; os dias de impureza da esposa, a saber, cada mês, o tempo de suas regras, e a quarentena de dias após o parto; finalmente, os períodos de gravidez e de aleitamento.”. Esse “calendário” não era fixo, pelo contrário, era modificado em acordo as estipulações que a Igreja inventariava.

então acompanhar-se-á a construção do vínculo com sagrado que o matrimônio parece ter desde o princípio, construção esta que garante o próprio poder da Igreja dentro da sociedade e seu controle absoluto sobre o casamento. O século IX é considerado como aquele no qual a Igreja iniciará a sua marcha para o seu apogeu no século XII e XIII e um dos pilares nessa marcha será o controle sobre os casamentos, o que resultará de imediato na sua própria responsabilidade com a sua publicidade, com os proclamas, pois era na publicidade que se amparava o reconhecimento do casamento. A Igreja atribui-se, então, o direito de unir e separar. Porém, neste período, a prática do concubinato não havia arrefecido. Para contornar a situação a Igreja instituiu, para controlar as relações entre os nobres, o que se poderia chamar de “verdadeiro casamento”, o *Muntehe*, que estabelecia os laços entre as famílias da nobreza.⁵⁵ O rito consistia no pedido de casamento, na *desponsatio*, também chamado de *pactum conjugale*, o que seria talvez hoje o noivado. Tal cerimônia realizava-se na casa da futura esposa, na qual os parentes do noivo se reuniam acompanhados de algumas testemunhas. Além do pai transferir a tutela da moça para a família do pretendente, este retribuí, num sinal de contrato, a *donatio puellae*. A partir daquele instante a mulher era patrimônio da família de seu futuro esposo, assim selava-se a união entre as casas. O ritual tinha a sua continuidade na casa do noivo após a efetiva *desponsatio*, consistindo de uma festa ao redor do leito do casal, as testemunhas e o pai se reuniam ao redor dela. Despidos, à vista de todos, eles provavam a sua intenção na união carnal, e na procriação. A mulher deveria permanecer fiel e submissa de modo que o adultério podia resultar na sua expulsão e mesmo na sua morte. A fertilidade era o ponto crucial dessa conjugalidade, pois caso a mulher se revelasse estéril também poderia ser abandonada ou repudiada. O casamento tinha como função a procriação, a continuidade de uma linhagem, de uma estirpe ou da nobreza familiar. Porém, o casamento não era desejado para todos, os filhos mais novos, eram destinados a entrarem na vida monástica, enquanto o mais velho era normalmente beneficiado, pois herdava as posses e tinha ele a responsabilidade de dar continuidade à linhagem. Os clérigos tinham como função arquivar, estabelecer as genealogias, fixando-as para a posteridade, os

⁵⁵ G. Duby, informa que havia outro tipo de conjugalidade, este de outra categoria, diz ele: “Conhecemos mal o direito matrimonial franco. Sabemos pelo menos que ele reconhecia abaixo da *Muntehe*, equivalente do ‘casamento legítimo’ romano, e bastante acima da simples ligação, a *Friedlehe*. Utilizava-se esta conjugalidade de segunda classe para disciplinar a atividade sexual dos rapazes, sem não obstante hipotecar definitivamente o destino da ‘honra’. Com efeito, tais agregados nasciam herdeiros menos seguros que os rebentos dos casais legítimos; se acontecia ao pai deles contrair uma aliança de categoria superior, os filhos do segundo matrimônio despojavam os do primeiro. Menos firme, a união ajustada desta maneira era frequentemente temporária. Oficial, no entanto, ritualmente concluída: o Morgengabe, preço da virgindade, liquidado na manhã da noite de núpcias, constituía o seu sinal público. A rapariga fora mais emprestada do que dada. Mas a sua parentela emprestara-a solenemente, por contrato, por livre decisão, na paz.” (DUBY, G. 1988, p.33)

parentescos e as casas que se uniam. O casamento passa a ser considerado pela consanguinidade. E a instituição matrimonial ganha fôlego, adquirindo um status que até então não se pensava poder adquirir. O casamento passa a organizar as relações de parentesco, as linhagens, antepassados, filhos, herdeiros, passa a fundar as relações da sociedade no seu todo:

Necessariamente ostensivo, público, cerimonioso, rodeado de um pululamento de gestos e de fórmulas, o casamento, no seio do sistema de valores, situa-se na junção do material e do espiritual. Através dele, a transmissão das riquezas de geração em geração acha-se regularizada; ele sustenta por conseguinte as “infraestruturas”; não é dissociável delas – e isto leva a que o papel da instituição matrimonial varie consoante o lugar ocupado pela herança nas relações de produção, a que ele não seja tão-pouco o mesmo a todos os níveis da hierarquia das fortunas, a que, no extremo limite, ele já não exista para o escravo ou o proletário, os quais, não possuindo patrimônio, naturalmente se acasalam mas não se casam. No entanto, visto o casamento ordenar a atividade sexual – ou melhor, a parte procriativa da sexualidade –, ele inscreve-se também no domínio misterioso, tenebroso, das forças vitais, das pulsões, ou seja, do sagrado. A codificação que o rege depende por consequência de duas ordens, a profana e, digamos assim, a religiosa. Habitualmente, os dois sistemas de regulação ajustam-se um ao outro e apoiam-se mutuamente. Mas há momentos em que eles cessam de se acordar. Esta discordância temporária determina que as práticas matrimoniais se modifiquem, evoluam para um novo equilíbrio. (DUBY, G., 1988. p.19)

Segundo o próprio Duby, será o período carolíngio importante para se entender essa relação, pois a efervescência desses séculos IX e X reabilitaria os textos da Patrística. A reorganização social estabelecida pelo vínculo entre o poder temporal e o poder espiritual favorecerá essas novas tentativas de se tentar reabilitar o casamento. Os padres continuam a ler e repetir seus textos antigos, porém abrem certas prerrogativas, acentuam outros trechos, procuram no casamento as suas qualidades. Não mais apegados à sua aversão ao matrimônio, tentam e se empenham em “moralizar o casamento”, e nele fincar as novas diretrizes para a constituição da virtude (DUBY, 1988, p. 25). Apesar desse esforço, não se pode dar por vencida a ideia de casamento atrelado à ideia de remédio, de cura, de prática “medicinal” contra a luxúria; mas os três preceitos reguladores do casamento são estabelecidos: a monogamia, a exogamia e a repressão do prazer.

George Duby (1988, p. 169), acentua a importância de um texto do século IX de Hincmar, arcebispo de Reims, que denota bem como era feita a nova abordagem sobre o casamento, onde se estipula os caminhos a serem seguidos para a realização dele: o vínculo entre pessoas livres é legítimo (*est vera*); as núpcias devem ser públicas (*publiciis nuptiis*), assim como a fusão sexual de ambos deve ser honesta (*honestata sexuum commixtione*); deve ter o consentimento do pai e deve ser provido de dote. A partir de Hincmar desenvolver-se-á

alguns dos pontos mais caros à consagração do casamento, que o torna essencialmente religioso, espiritual, não pertencente ao mundo temporal:⁵⁶ o casamento passa a pertencer ao léxico do sagrado, a união dos sexos torna-se *mysterium*, sacramento do Cristo e da Igreja. Porém, paradoxalmente, Hincmar acaba por não defender apenas a Igreja, pois ao afirmar que o casamento estabelece-se segundo as “leis do mundo” e em ajuste com os costumes do homem, ele reforça também o poder temporal. Segundo Duby, o arcebispo entende o casamento como uma instituição social derivada da lei natural, uma associação onde os participantes são desiguais. Nessa relação, Hincmar defende a supremacia do homem sobre a mulher - o homem comanda e submete a mulher, surgindo daí, segundo ele, o equilíbrio.

Para Duby (1988, p. 28), foi essa argumentação “impregnada de reminiscências romanas” que colocou o casamento na alçada da jurisdição civil. Aí não se indica qualquer tipo de liturgia, qualquer rito que torne o casamento algo costurado pela fé cristã. Quando Hincmar avança para a questão do *mysterium*, ele pouco diz, pouco pode fazer frente ao imenso peso da tradição que ainda aloca ao casamento interdições. O que permanece é a ambivalência e a hesitação frente à sacralização do casamento, não permitindo a sua assimilação, destarte as necessidades do mundo temporal imporem-se cada vez mais, obrigando a Igreja enveredar por esse caminho sem volta:

Na França carolíngia, a instituição matrimonial mantinha-se de fato relegada para as margens da sacralidade. No entanto, como ela formava o esteio basilar da paz pública e como as estruturas do Estado associavam intimamente os bispos à manutenção desta paz, os dirigentes da igreja foram levados a preocuparem-se mais com ela do que haviam se preocupado os seus predecessores, e a tratá-la melhor, com menos repugnância. Preparada pela sacralização da realeza, ou seja, do poder de ordenar a sociedade terrenal, a lenta, a mui progressiva sacralização do casamento teve neste momento o seu arranque. O invólucro ritual permanecia de todo em todo profano, mas começou a infiltrar-se nele uma moral. (DUBY, 1988, p.29)

Essa ambivalência era de algum modo articulado e interpretado de acordo com a conveniência e a necessidade histórica. Duby analisa essa questão com grande apuro, apontando como a intromissão do poder temporal acabará por influenciar as decisões da Igreja acerca da prática do casamento. No decorrer dos séculos, a Igreja interveio cada vez mais no casamento, tentando controlá-lo, aproximando-o do modelo sacramental que então estava sendo formulado. E para efetivar as suas sanções, não lograva deixar de usar a força, a excomunhão⁵⁷.

⁵⁶ O casamento civil, que se dará no século XIX, vai contrariar ou mesmo passar por cima dessa questão religiosa, o que com certeza inflamou ainda mais os debates entre a Igreja e o Estado nesse período.

⁵⁷ Como foi o caso de Filipe I, que Duby relata no seu trabalho, quando a Igreja deu seu golpe decisivo, atrelando de vez o poder temporal aos requisitos e determinações do poder espiritual. Como se deu isso se não por uma perseguição que colocara Felipe I contra a parede, o acuou, o atormentou, arrastando-se durante anos,

Um dos principais pontos defendido pela Igreja era a indissolubilidade do casamento, bem como a severa negação quando comprovado parentesco próximo. Ariès, citando São Bernardo, demonstra o grau de refinamento que as reflexões sobre o casamento atingiram, pois no traço da indissolubilidade instaura-se a ideia de sagrado, que tornará o casamento uma instituição por excelência pertencente à Igreja e a nenhuma outra: Ariès (1987b, p. 170) diz: “São Bernardo declara, com sua maneira sem rodeios, que a consanguinidade é um problema humano, da carne e a indissolubilidade um problema de Deus. Desde que um casamento foi regulamentemente consentido (o *consensus* é obrigatório), torna-se único e indissolúvel.”. Segundo ele foi no Concílio de Latrão (1215) que se reduziu a proibição ao matrimônio por parentesco, e em contrapartida a *stabilitas* ganhou posição dentro do corpo doutrinal. A Igreja reservará a esta e ao próprio matrimônio um cunho sagrado e especial o que estaria em acordo com o argumento de Paulo: “*erunt duo in carne una*”.

Porém, isso não significa que o casamento, tal como prescrevia a Igreja, passou a ser aceito de qualquer modo. Ao contrário, a Igreja passou a exercer um forte poder, pois era ela agora que ministrava e sacralizava o casamento, unia ou podia separar as coroas e os reinos. Assim, substituíam-se pouco a pouco o modelo leigo. E nenhum príncipe ousou enfrentá-la, isso num período onde ainda não se havia assentado de todo o que a Igreja entendia por casamento. Ainda que ocorresse essa mobilidade interpretativa dentro de seu discurso, a Igreja foi lenta, mas peremptoriamente, impondo a aceitação do casamento pelo traço de sua publicidade e indissolubilidade:

A sacramentalização do matrimônio triunfou nos séculos XII e XIII e, já o dissemos, com grande dificuldade. Dificuldade posta, antes de tudo, por setores do clero apegados à tradição hostil ao casamento e, por conseguinte, à intervenção sagrada em domínio tão profano. Além de combater os rigoristas do ascetismo que se opunham à sacramentalização do matrimônio, a Igreja teve de enfrentar a resistência dos “nicolaístas” – segmento do clero hostil ao celibato eclesiástico. E, se os adversários do casamento obstaculizavam a sujeição dos nobres ao poder pontifício, os “nicolaístas”, por sua vez, entravavam, notavelmente, a “purificação” do corpo eclesiástico. A reforma gregoriana, projeto de construção da supremacia eclesiástica no Ocidente (séculos XI – XIII), possuía, na estratégia matrimonial, um dos seus maiores pontos de apoio. E dela constava o reconhecimento e a benção do matrimônio *para os leigos* e a supressão absoluta do casamento de padres. Era esta uma fórmula de compromisso com a doutrina – particularmente com a moral apostólica e o seu ideal de castidade – e, também, um instrumento de poder, na medida em que transferia o matrimônio para a chancela da Igreja. Era esta, ainda, uma fórmula capaz de representar, no plano simbólico, a superioridade do clero no “mundo de Deus”. A moral cristã era também um discurso político que articulava valores opostos e complementares tais como espiritual-temporal, virgindade-casamento, homem-mulher, etc. O binômio clero/leigo, fundamental nessa cadeia

um copista deve ser paciente, até que por fim fez-o vir pedindo perdão, mesmo que apenas para constar, ainda assim ele cedia, aceitava o seu ultraje, seu pecado vergonhoso de incesto e bigamia. Quando Felipe I entrou descalço em seus trajes de penitente, a Igreja vestiu o poder temporal, enterrou sua marca, seu sinal no tempo, exigiu e obteve a obediência. (DUBY, 1988)

discursiva, pois justificava o poder do corpo eclesiástico sobre o mundo cristão, não podia prescindir do celibato dos padres. Ao clero, homens do mundo espiritual, deveria caber a castidade e o poder. Aos leigos, homens do mundo profano, caberia o matrimônio e a obediência. A rigor, a luta contra o concubinato, tentada em diversos concílios dos séculos XI ao XIII, visou nem tanto os leigos, mas sobretudo o casamento dos padres. O triunfo do celibato eclesiástico no século XIII foi assim, um capítulo essencial na construção do poder da Igreja no Ocidente medieval. (VAINFAS, 1992, p.34-35)

Essa é uma grande consequência que irá fundamentar os séculos posteriores na prática da fé cristã. O casamento será legitimado, porém, vê-se que nas suas idas e voltas o problema do desejo e da carne serão sempre retomados. O cânon, o peso da tradição golpeava cada tentativa de mudança, a obrigação ainda é repetir os velhos lemas, os antigos padres, os antigos princípios. Nas discussões acerca do casamento, a problemática variava entre a castidade em si ou a preocupação com os prazeres corporais que derivariam de uma aceitação do casamento. E depois, sobre o prazer no casamento e fora do casamento.

Em meados do século XVI havia, segundo Vainfas (2010, p. 35), do lado católico, duas frentes de combate a propósito do casamento:

reafirmá-lo como sacramento diante da negação protestante, pois Lutero o julgava apenas uma “necessidade física”, e convertê-lo em instituição basilar da chancela eclesiástica sobre a vida dos fiéis: eliminar os ritos “populares” de casamento ou ao menos subordiná-los à cerimônia oficial, sobrepondo-se o sacramento ao aspecto contratual das uniões; uniformizar a liturgia dos recebimentos “à porta da igreja”, condicionando-se ao proferimento das “palavras de presente” diante do pároco e de duas testemunhas; zelar pela obediência e regular as dispensas dos antigos impedimentos de parentesco que o direito canônico julgava prejudiciais ao matrimônio; impedir a coabitação dos noivos antes do recebimento *in face ecclesiae*; reforçar a indissolubilidade matrimonial, só admitida em casos excepcionais.

Esse será o preceito do principal Concílio moderno, eixo da chamada Contrarreforma. Ocorrido entre 1545 e 1563, o Concílio de Trento teve por objetivo a defesa do catolicismo ante o avanço protestante, com a reafirmação dos dogmas, sacramentos e estados que a Igreja defendia desde, pelos menos, a Reforma Gregoriana dos séculos XII e XIII. Nele, o casamento tornou-se um sacramento, próximo, no mais das vezes, do “modelo gregoriano”, porém, o matrimônio tridentino acrescentou-lhe uma nova disciplina, homogênea suficiente para fazer da cerimônia eclesiástica o único, perfeito e verdadeiro casamento cristão.

As reformas tridentinas atingiram duas finalidades: afirmar a origem divina do casamento e reagir contra o protestantismo. Segundo Eliana Goldschmidt (2004, p. 21), foram definidos três campos de atuação:

no plano espiritual, a reafirmação da doutrina matrimonial por meio do dogma ou sacramento monogâmico, perpétuo e indissolúvel (cânones 1, 2 e 5); no plano

temporal, o estabelecimento da ação eclesiástica e à submissão do matrimônio às suas leis, que tinham faculdade para proibir ou permitir os consórcios, unir ou separar os casais (cânones 3, 4, 8 e 11); e, finalmente, no plano da ação social, a regulamentação da sexualidade através da preferência do celibato ao estado conjugal e do estado conjugal ao adultério (cânones 6, 7, 9 e 10).

Além de deixar claro que o casamento era uma atribuição exclusiva da Igreja, a autora também destaca que sendo o matrimônio um sacramento, este não poderia estar submetido ao acordo Igreja-Estado que no Brasil colonial e imperial, vigorando a situação de padroado, permitia o governo estatal atuar em questões religiosas. A formação e legitimação do casamento estavam totalmente sob o controle do poder eclesiástico e caberia ao secular apenas questões judiciais dele decorrente. A legislação portuguesa responsável por isso foi o Código Filipino, influenciado por Trento e copilado em 1603, que definia, entre outras preocupações, o aspecto jurídico do casamento. Importante destacar que as legislações civil e eclesiástica complementavam-se, na medida em que os direitos quase sempre identificavam-se com a moral. As penalidades eram determinadas pelo Código Filipino, pois além de pecado, algumas atitudes eram consideradas ilegais porque desorganizavam a vida social. As leis desse código versavam principalmente sobre os direitos, deveres e bens do casal, a situação da viúva, dos jovens que se casavam sem o consentimento dos pais, os casos em que se poderia deserdar um filho, a mancebia e o adultério.

A preocupação do Concílio de Trento com o casamento deixa entrever que esse ritual tinha por missão organizar as massas com base na família cristã, fazê-las crer na verdade divina segundo as regras da Igreja.

No afã de controlar de perto a vida dos fiéis, a Reforma Católica não se limitou a reafirmar os dogmas e regras sobre o casamento a fim de difundirlos como norma geral. Foi além, preocupou-se, como jamais fizera com a vida das famílias, as relações entre pais e filhos, maridos e esposas, os sentimentos domésticos, a convivência diária nos mais variados aspectos. Embora o Concílio não tenha explicitado nenhuma decisão acerca da família, o movimento da Contrarreforma revelar-se-ia muitíssimo cioso dessa importante esfera da vida social, multiplicando regras e conselhos para o bem-viver doméstico por meio de catecismo, sumas e manuais de confissão impressos em escala cada vez maior a partir do século XVI. Tudo parece indicar, como diz-nos Flandrin, que a Igreja Tridentina vislumbrou na família um dos lugares privilegiados da vida cristã e, “talvez porque a Reforma lhe havia ajudado a tomar consciência da força dos laços domésticos e das possibilidades que ofereciam para vigiar e educar a massa de fiéis”. (VAINFAS, 2010, p. 36)

Vainfas afirma, assim, que a Reforma destacou a importância de um projeto de domesticação dos indivíduos via célula familiar. A moderna difusão do cristianismo antigo pressupunha a sistemática intimidação dos fiéis, pois a “pastoral do medo”, conforme a chamou Delameau,

garantia a diminuição dos entraves para o catolicismo mediante a permanente ameaça com os horrores que Deus reservava aos que ousassem desviar-se de si.

Segundo Vainfas (2010), entre as resoluções de Trento nenhum destaque fora dado à expansão católica de além-mar. Ainda assim, o catolicismo esteve presente desde o início da colonização portuguesa como um ofício dos reis e não de Roma, que através do padroado exerciam controle absoluto sobre a Igreja. Mesmo com a aliança estreita e indissolúvel entre a cruz e a coroa, o progresso da instituição católica parece ter sido lento e arrastado. Apesar de Trento ter previsto às autoridades eclesiais de cada região elaborar a legislação específica que atendesse suas demandas particulares, somente no início do século XVIII teria a Igreja colonial suas próprias constituições, decretadas pelo então arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, no sínodo de 1707. As *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, única legislação eclesiástica elaborada na colônia, foram publicadas em 1719, substituindo o compêndio lusitano, as *Constituições de Lisboa*, que ainda permaneceram válidas para o território do Maranhão, até 1828, quando este passou a ser subordinado ao da Bahia.

Segundo Goldschmidt (2004, p. 22), as *Constituições primeiras* traziam uma novidade quanto ao texto tridentino, que era a introdução do pensamento de Santo Agostinho.

Eram atribuídos três fins ou bens ao casamento: a “propagação humana, ordenada para o culto e honra de Deus”; a “fê, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente”, e a “inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Cristo Senhor Nosso com a Igreja católica”. Uma vez que aos fiéis eram oferecidas como alternativas sacramentais a ordem e o matrimônio, cabia aos que optassem pela primeira observar o estado de castidade e cuidar da reprodução da cristandade e, aos outros, observar o estado de casado e cuidar da reprodução da espécie, e o texto baiano era bem explicativo nesse particular. Definia que a matéria do casamento era o “domínio dos corpos” do marido e da esposa, formalizado pelas “palavras, ou sinais de consentimento” que significavam a “mútua aceitação”. Ou seja, se o Concílio de Trento trazia referência à inseparabilidade contratual (o vínculo perpétuo e indissolúvel instituído pelo matrimônio sacramentado), o sínodo da Bahia apresentava a inseparabilidade do casal e, essa, reforçada pela fidelidade que deveria existir entre os cônjuges, era caracterizada pela sexualidade dentro do matrimônio: “Além destes fins, também é remédio da concupiscência, e assim São Paulo o aconselha como tal aos que não poder ser continentes” (...)

Com esse objetivo reformador e buscando conter os erros que desviavam os fiéis e os próprios clérigos dos sacramentos, a legislação eclesiástica reafirmou dogmas e formulou novas diretrizes para serem seguidas pelos católicos, considerado o casamento um sacramento e definindo o ritual litúrgico que o consolidaria. O cerne do casamento tridentino era uma celebração que deveria ocorrer publicamente, às portas da igreja, na presença de um sacerdote ou licenciado, além de contar com duas ou três testemunhas. Cerimônia que consistia basicamente nas palavras de mútuo consentimento expressos pelos contraentes *in facie Ecclesiae*, pronunciamento que era abençoado pelo *ego conjugo vos* proferido pelo sacerdote

ao final da celebração. As *Constituições primeiras* eram consideradas indispensáveis para que o pároco soubesse ministrar corretamente os sacramentos e ensinar a doutrina aos seus paroquianos. Era também considerada importantíssima para o governo da família e o estabelecimento da família cristã, onde o pai, o senhor da casa, poderia encontrar ensinamentos para conduzir seu grupo familiar. Assim, para o direcionamento dos fiéis e a afirmação da moral e dos costumes, todas as paróquias deveriam possuir um exemplar das decisões diocesanas, visando facilitar a aplicação dos seus preceitos.

Em relação aos procedimentos para realização do matrimônio, os pretendentes deveriam comunicar o seu pároco por meio de um processo eclesiástico, fazendo correr os banhos ou denúncias, que eram os proclamas do casamento lidos durante a missa por três domingos ou dias santos seguidos, mesmo que fossem as datas proibidas para contrair matrimônio (Quaresma). Essas denúncias eram feitas na freguesia onde os noivos iam casar e onde eles tivessem residido por ao menos seis meses após a idade casadoura (12 anos para a noiva e 14 para o noivo). Havendo algum impedimento este deveria vir a público, e caso as certidões dos banhos não cumprissem o prazo de dois meses, as denúncias deveriam ser repetidas. (GOLDSCHIMIDT, 2004)

O destaque da instituição familiar fica, pois, bem nítido nesse projeto de reforma tridentina e é após todo o esforço de normatizar e controlar os fiéis através da formação da família cristã, bem como após o longo processo de assimilar o casamento como sacramento e como núcleo central do *corpus* cristão que a Igreja Católica ver-se-á ameaçada em seu controle da população. Alguns mais tarde, com o processo de secularização da sociedade e o questionamento da presença da Igreja na esfera do Estado e na condução da vida individual das pessoas, a questão do casamento retorna, não mais dentro da Igreja, mas fora dela, e ameaçando seu poder. Como resposta, ela se organizará afirmando novamente o sacramento do casamento para evitar a perda de espaço de poder e retornará à questão da indissolubilidade, já que o processo secularizante trará em seu bojo o casamento civil.

Com essa narrativa, antevemos que até o século XVI a Igreja estará envolvida com o problema do casamento, mas será a partir dele que sua força será consagrada no Ocidente. Quando, no final do século XIX, ela vê-se contestada neste assunto, usará o argumento de autoridade, descartando esse passado conflituoso e repetindo mais uma vez o *mysterium* do matrimônio. Como vimos, é para definir seu espaço diante do poder temporal que a Igreja

aproxima-se e sacraliza o casamento. No século XIX, novamente, os mesmos personagens – poder temporal e poder religioso – estarão enredados nas linhas da história do casamento.

Já o final do século XVIII viria como um torvelinho, destronando reis, pondo ao largo toda a tradição, em todos os campos do conhecimento angariava descobertas, instrumentalizava e tecnicizava todos os aspectos da vida. No século XIX, a ciência chegaria ao seu apogeu, todos os cantos da Terra atentos a essa novidade, e os ouvidos escutam esse novo canto: a razão que liberta, a razão que ensina, que civiliza, que cria e revela um novo mundo. A força desse processo, que afastava a Igreja do seu núcleo, convocará o catolicismo para defender seus dogmas historicamente construídos. A Igreja não saiu incólume desse furor. Quantos ainda sairão de suas casas para o latim dominical? Os bondes, as ruas, os teatros estarão cheios; porém, apesar dessa contestação, não se pode negar que a influência da Igreja, a sua decidida construção acerca do casamento e sua prática, tornou-se um paradigma, a ponto de mesmo com a laicização e todo o processo de esvaziamento do sagrado e do *mysterium* decorrente da modernidade, ainda hoje se é tributário dessas práticas, como assevera P. Ariès (1987b, p.181)

Mais tarde, o Estado leigo sucedeu à Igreja para impor seu modelo. Nem as transformações no interior do casal e da família, hoje bem conhecidas, ou a aproximação entre amor-paixão e o amor conjugal, ou a substituição do casamento negociado pelo casamento por inclinação, nem tampouco as ressalvas trazidas pela lei à indissolubilidade, nem a possibilidade – que se abre com preocupações – aos divorciados para se casarem novamente, nada disso liberou o casamento de suas pressões legais, nem o devolveu ao domínio privado. Continuou sendo sempre um ato público.

Assim, se não foram poucas as turbulências e as provocações que cortaram e embaralharam muitas das principais concepções do casamento tão demoradamente aceito pela Igreja, elas não cessarão após os esforços tridentinos. O casamento inflamou por quase todo o período da formação do cristianismo católico os principais debates, desencontros e rinhadas envolvendo profunda e diretamente questões que se enraizavam no próprio cerne do cristianismo. A Igreja que em seu princípio chegou mesmo a repudiar o matrimônio, por considerá-lo pecaminoso e contrário aos dogmas originais de sua fundação; depois, assentou seus princípios sobre a ideia de casamento como oriundo da vontade divina. O casamento, que era algo que se interpunha entre os homens impedindo sua salvação, tornou-se a medida, tornou-se mediador, purificador, antídoto a toda a concupiscência que, imantada na conduta humana, não lhe permite escapar ao Mal inerente à sua natureza e ao mundo. Se a Igreja antes fincava uma firme e dura barreira contra a legitimidade de tal relação que alimentava, segundo ela, o pecado, a culpa original de nossos primeiros pais, depois sacraliza o matrimônio como

instrumento de parcimônia e comedimento entre Deus e os homens. Porém, a batalha não está ganha. Os eventos da modernidade a questionarão exatamente nesse ponto validação dos matrimônios.

Diante de tantos conflitos, não há como ver ingenuidade nesta expressão: “*Ego conjugo vos*” que consolidava o casamento. Esta expressão não pode ser entendida como uma expressão de fim ou, simplesmente, como aquela que inicia outra concepção acerca sobre o matrimônio e a união entre dois seres. “*Ego conjugo vos*”, não é um começo, nem um fim, mas antes o meio pelo qual podemos compreender a transformação radical operada dentro e fora da Igreja, desde o seu nascimento até sua posição em fins do século XIX.⁵⁸ É tratando a expressão “*Ego conjugo vos*” como meio que ela se encontra com o decreto do casamento civil. Se a primeira carrega consigo a carga do poder da Igreja Católica, o segundo encarna o peso de todo este processo da chegada da razão. Se a primeira é indicativa do mundo católico, pelo segundo se pode entrever todo esse processo histórico, a belicosidade dele, que reclama o abandono de toda a construção do discurso feito pela Igreja acerca do casamento ao longo de sua história. O casamento civil encarna esta laicização ocorrida e apresenta a quebra de certos pontos arquimedianos dantes outorgados. O casamento civil encarna as tribulações centrais que se insurgiram durante a história e que de alguma forma enfraqueceram o poder da Igreja, de modo a mudar, como na inversão copernicana, o centro do discurso de Deus para o Homem, para a ordem política que o homem instaura com seu próprio poder, com a sua própria ação e razão prática.

Após o século XVIII, essa laicização ocorrerá em ritmo acelerado; e o que nascerá ao abalo desses três séculos decisivos (XVII, XVIII, XIX)? A concretização do poder do Estado e

⁵⁸ E como meio, esta expressão nos serve como trampolim para um duplo salto, para frente e para trás. Salto para trás, enquanto forma de nos relançar ao tempo dos incontáveis e esquecidos tratados e apologias dissuasivas do casamento e de toda relação carnal, da guerra declarada à carne e seus desejos – a depravação, a *fornicatio* e a *immunditia*, a toda sorte de prazer que se inscrevia dentro do antro humano e procurava satisfação na refrega dos calores e orgasmos. A tentação era a falta de freios para tais impulsos. O freio: a Igreja. Um salto para trás é a decisão de tentar entender esse movimento sibilino e ilusório de que se vale a Igreja para manipular o poder de suas decisões, as suas desavenças com o poder temporal e mesmo as suas desavenças internas. Salto para frente, por ver que, ironicamente, o debate acerca do casamento retorna no final do século XIX. Não mais dentro da Igreja. Agora fora dela e é para fora dela que se discute e se arrasta, não sem resistência, a expressão “*Ego conjugo vos*”. Discussão que é sintoma de um deslocamento do Ocidente de uma concepção deísta e apocalíptica para a entrada nos novos templos erguidos à razão salvadora, entrada na qual ecoa uma epifania emergente no início do século XVII: a razão, essa nova deidade que abarcará o mundo. Essa passagem epistêmica é a que Foucault analisa em sua obra, *As palavras e as coisas*, essa substituição de um saber por outro. O saber medieval e renascentista que consistia em aproximar as coisas entre si, em partir em busca de tudo o que nelas possa revelar um parentesco, uma origem comum, uma atração ou uma natureza secreta partilhada por tudo; e nessa operação tentava encontrar as assinalações deixadas por Deus – operação que se consubstanciava numa *eruditio* que extremava com uma *divinatio*, uma exegese do misterioso, um saber que adivinha os sinais de Deus. Tudo isso é substituído pelo discernimento, pelo estabelecimento de identidades inconfundíveis, um conhecimento objetificante, analítico.

as suas diferentes teorias, o enfraquecimento das monarquias, os direitos do Homem e do cidadão surgidos dos conflitos da razão iluminista com a Igreja, o racionalismo científico e a sua rápida transformação em técnicas de aparelhamento e instrumentalização, as teorias económicas que subsidiavam novas formas de riquezas e a formação de novos tipos de poder, como é o caso da imprensa, que através do *laissez faire et laissez dire* intensificava o debate e divulgava diariamente informações perigosas para a estabilidade das instituições. E o que sobreviverá?

2.2. A imprensa e a questão do casamento no século XIX: contornos do debate

Com o problema do casamento que se reinicia no final do século XIX no Brasil, o que ocorrerá é exatamente a ameaça à instituição não só do casamento cristão, mas de toda Igreja Católica. A imprensa, nesse processo, será tanto ameaça como esteio às mudanças que vinham ocorrendo. Não só porque a própria Igreja, percebendo a força da imprensa, desenvolverá ela mesma seus jornais; mas também porque tantos anos de construção ideológica de seu poder, principalmente no que diz respeito à família, não vão ser dirimidos tão facilmente: a sociedade não deixou de ser católica no dia seguinte ao decreto de 7 de janeiro de 1890.

A força da imprensa nesse período é reconhecida pela população. Como bem salienta Nicolau Sevcenko (2003, p. 126), os jornais no período do final do século XIX, ganham uma formidável dinamização e tornam-se os veículos de assimilação de novas ideias, sustentados pela efervescência de escritores que se insurgiam contra o conservadorismo, tornando-os assim em porta-vozes dos processos de alteração da estrutura social. E o que ele assevera e constata na cidade do Rio de Janeiro como fenómeno, podemos também trazer para a realidade da cidade de São Luís:

A nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual nesse período foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu impassíveis territórios até então intocados e isoladamente defendidos. Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências. As cartas e consultas às redações acabaram monopolizando todas as preocupações que anteriormente se restringiam à intimidade dos confessionários. [...]

Esse trecho nos permite entrever os espaços conquistados pela imprensa e a ameaça que ela poderia representar às instituições sociais, em particular à Igreja Católica. Sevcenko não apenas destaca que os jornais passaram a obter o poder de ditar modas e conquistar consciências, mas fez isso usurpando espaços já solidamente controlados pela Igreja. Auxiliando essa crescente expansão, a imprensa passará, no final do século XIX, por um processo de modernização e a cidade de São Luís não se ausentará desse processo.

Mas, como dizíamos, a força do casamento cristão também era reconhecida por alguns jornais e pela população.

Tinha a legislação que herdamos da metrópole deixado à igreja e ao direito canônico o contrato matrimonial [...]. Por tal modo penetrara no nosso organismo a certeza de ser o casamento um ato religioso, que raríssimo são os que ainda hoje aceitam e o compreendem sem a investidura da santidade que lhe dá o pároco revestido dos parâmetros sagrados, sob as abóbadas do templo, em face do altar e como que à vista imediata de Deus. [...] Aos olhos dos céticos e indiferentes, há casamento desde que há uma promessa aceita, seja quem for que a testemunhe, seja qual for o lugar que lhe sirva de teatro. Mas a verdade é que a solenidade com que pratica a igreja os atos que lhe incumbem, produz uma impressão duradoura; e a promessa que sela a união dos esposos, pronunciada no recinto sagrado em face de Deus e em presença do povo reunido, recolhida e registrada pelo pároco que é o confidente e amigo dos que a fazem, grava-se profundamente e acorde a cada momento à memória durante a existência inteira [...]. (JORNAL O NACIONAL, 05/07/1890)

Essa narrativa em muito se parece com o ritual tridentino e ela também deixa claro como o esforço da Igreja, compondo legislações e impondo a publicidade do casamento e o vínculo celestial e da salvação que ele evoca, deu certo. Essa notícia apresenta um tom nostálgico, talvez de dúvida e receio para com os novos tempos, as novas medidas, os novos comportamentos. Enquanto a imprensa republicana se esforçará para retirar essas dúvidas e forçar o entendimento de que as mudanças são necessárias, a imprensa católica não economizará forças para atacar o novo ritual do casamento, que em nada se parecia ao seu *in face ecclesiae*, firmado pela pronúnciação do *ego conjugo vos* que retumbava os recônditos divinos, ligando a terra ao céu. A nova formalização do casamento imposta pelo decreto de 24 de janeiro de 1890 era um contrato, feito pelo juiz de paz através da documentação necessária.

Ao tratar a querela da família na República pela imprensa perceberemos que no alvorecer do período republicano questões caras à Igreja serão postas em discussão, como o casamento e as referências à sua sacralidade. Conforme vimos nos capítulos anteriores, a Igreja demorou em admitir o matrimônio, construiu por séculos o seu argumento dogmático. E agora, depois de todo esse esforço, será questionada em seu ponto decisivo: a realização da

cerimônia do casamento e, por conseguinte, o domínio da família. Essa é a querela da família expressa na imprensa no final do século XIX e a recuperação desse debate foi uma imposição das próprias fontes jornalísticas utilizadas na pesquisa, uma vez que no trato delas percebemos que essas discussões invadiram os jornais maranhenses. Como temos o propósito de entender essas fontes e através delas ajudar a iluminar como ideia de família na Primeira República foi pensada e legitimada, só nos restou a iniciativa de adentrar esses debates que eram o próprio local onde se forjavam os discursos normatizadores da sociedade. Resgatar essa complexidade a partir dos jornais e da historiografia sobre essa questão nos dá melhores condições de entender o que estava em jogo nos debates políticos que os jornais maranhenses publicaram sobre a família/casamento civil, além de reconhecer a diversidade de posturas dos próprios jornais, pois era evidente o radicalismo de uns, o clericalismo de outros e a diplomacia de muitos.

Apesar de atentos à aproximação entre Estado e Igreja não se pode minimizar a dimensão de conflito e o distanciamento entre essas duas esferas de poder que foi, por vezes, evidente. Os jornais pesquisados muitas vezes deixaram essa dimensão do conflito claro. Na visão dos jornais republicanos, em relação ao casamento civil, tratava-se de um importante decreto. Para eles era natural o Estado tomar para si a regulamentação das famílias por meio do contrato do matrimônio, sendo esta instituição o vínculo social que impõe a moralidade. Assim, se o impacto do decreto poderia ser compreensível, passado o impacto, era necessário aplaudi-lo, pois ele representava a própria chegada da modernidade e da civilização – e estas, a imprensa afirmava, em pouco estavam ligadas às questões clericais.

No dia 24 de maio de 1890, no jornal *Pacotilha*, encontramos um trecho de um artigo que reproduz o que esse jornal pensava do casamento civil.

[...] Consectário da separação da Igreja e do Estado é ao mesmo tempo a nova instituição o reconhecimento da parte do poder civil da autoridade que lhe assiste para interferir na constituição da família, esse vínculo social de que emanam os mais acrisolados princípios de moralidade. Desfeita a união que fundia o Estado à Igreja e a Igreja ao Estado, urgia que o poder temporal que consentira na exclusiva competência do eclesiástico para regular e intervir nesta matéria, a chamasse a si e assumisse o papel que lhe compete, passando-a para a esfera civil. O que é o casamento em si, na sua substância, é questão já fartamente discutida, e si considerado tal como realmente é, entrava ou não na órbita secular decretá-lo, como se fez com o decreto de 24 de janeiro, é ponto sobre o qual não resta dúvida. O Governo Provisório cuja intuição política exata e correta cada dia mais se revela, deu ainda um testemunho de perfeita posse do reconhecimento do assinalado papel que incumbe o Estado nos governos livres, promulgando após a separação dos dois poderes, o decreto que hoje entra em execução e só é considerado válido os casamentos feitos de acordo com este ato legislativo.

Questionada em seus direitos, o decreto do casamento civil de 24 de janeiro de 1890 era também uma consequência do fim do regime de padroado que marcaram as relações entre Estado e Igreja no Brasil. E como vimos no capítulo acima, até então a Igreja Católica, pelo regime do padroado, era responsável pela legitimação das cerimônias e pela formação da família, deixando ao Estado apenas as questões jurídicas do matrimônio – que eram reguladas pelo Código Filipino em muitos aspectos influenciado pelo direito canônico. Findado esse regime de aliança entre o poder eclesiástico e estatal, a atitude foi decretar o casamento civil. Tanto o Estado como a Igreja sabiam da importância desse ato, uma vez que ele era o formador da família e quem quer que o controlasse estaria em melhores condições de arrematar o papel e o poder dessa instituição a seu favor. Por isso mesmo é que essa atitude não ficou sem controversas. Se a instituição do casamento civil foi uma das consequências da separação entre Estado e Igreja e aquele fez valer as novas medidas porque não exigia-a era afirmar a deficiência de uma legislação que sustentava seu próprio poder, a Igreja não aceitou as novas medidas e provocou bastante barulho em protestos contra e em muitos casos ganhou o apoio social.

A partir da imprensa, com destaque para o jornal *Civilização*, percebemos que o clero maranhense recebeu muito mal a obrigação da cerimônia civil do casamento: “O órgão dos interesses católicos neste Estado deu publicidade ontem ao seguinte trecho de uma carta, que lhe foi dirigida por um vigário: ‘Os meus paroquianos recusam solenemente aceitar o casamento civil obrigatório e estão resolvidos a não cumprir o decreto’”, notícia publicada no jornal *Pacotilha*, em 16 de março de 1890, que destacava a afronta da Igreja em relação ao Estado recém-formado.

Diante de tal posicionamento, o conflito estava evidente. Para imprensa republicana, não somente era da alçada do Estado como era imprescindível que este decretasse o casamento civil. Não havia mais religião oficial, não havia mais discriminação de crenças. Sendo o Estado liberal, cabia-lhe regular este ato tão importante que formava a família. Então, a defesa do casamento civil implicava a condenação da forma como a Igreja falava sobre a questão e se recusava a cumprir um decreto do governo.

Os ânimos foram tão altos que um jornal católico chegou a ser suspenso no Maranhão: o jornal *A Cruzada*, “que levou muito longe a missão para a Igreja e pecou pelo excesso de doutrina”. Em 22 de novembro de 1891, o *Diário do Maranhão* explicava o decreto do governo do Estado do Maranhão de fechar a folha.

Cruzada proibida de publicar
Declaração do Governo

A suspensão da cruzada teve por fim obstar que continuasse esse órgão de publicidade a plantar a anarquia no seio da população maranhense, por meio de artigos incendiários e subversivos da ordem pública. Era uma medida reclamada pela prudência e bem geral no momento que atravessamos e autorizada pelo Governo Federal. Estender-se-á a suspensão a todo e qualquer jornal, cuja linguagem imoderada possa contribuir para por em risco a paz e a ordem pública. De modo algum, porém, quer ou pretende o governo amordaçar a imprensa, que no exercício de sua importante missão, tem o direito de livre crítica aos atos governamentais e políticos do país, guardadas as restrições legais na linguagem de que servir-se.

Em vista disso, o jornal *Pacotilha* comenta no dia seguinte a notícia e reforça a preocupação com a liberdade da imprensa, com o direito à crítica, que não pode, porém, beirar à perturbação da paz, paz que era também missão do governo garantir:

Em termos concisos, lê-se n'essa declaração a mesma doutrina que temos exposto nos artigos que havemos publicado sobre a questão da Cruzada. Há aí a distinção entre a liberdade da imprensa, que é um direito sacratíssimo e o absurdo dessa liberdade, em prejuízo da ordem e paz públicas, o que não pode merecer o mesmo respeito. A impressão na sua justa esfera de ação conta com todo o apoio e acatamento da autoridade. Não tendo razão alguma para duvidar da palavra do governo no artigo publicado no *Diário*, confiamos plenamente que serão respeitados em toda a sua extensão os direitos da imprensa que são os do povo, do qual é ela o representante na defesa das liberdades públicas.

Apesar dos esclarecimentos, a notícia do fechamento de um jornal correrá como um ato de “violência contra a imprensa”, e a Igreja estará por trás dessa acusação. O comentário no jornal *Pacotilha* a 21 de novembro de 1891 é extenso, mas vale a pena reproduzir. O artigo intitula-se *A suspensão da Cruzada* e deixa claro a atuação da Igreja, mas também o apoio que ela recebe da imprensa mais moderada. Perceba-se que o jornal que deu apoio à Igreja é o *Nacional*, aquele mesmo que publicou a notícia sobre o casamento como “um ato que acode a existência inteira” quando realizado pelo pároco e na capela, que apresentamos acima.

A acertada providência pelo governo de fazer suspender publicação de um jornal que todos os dias incitava a população à desordem e à anarquia, forneceu assunto ao *Nacional*. É essa providência qualificada pelo contemporâneo de violência à imprensa; e tão longe vai ele na sua premiada que considera amortilhada e, conseqüentemente, morta a *Cruzada*, em oposição aos redatores desta folha, que afirmaram que ela reaparecerá em breve. Já nos manifestamos a respeito do fato que nos ocupa, respondendo opinião em tudo contrária à do contemporâneo. Pensamos, realmente, que a providência tomada, por mais rigorosa que ela seja, está suficientemente justificada pelos acontecimentos que a impunham como uma necessidade indeclinável. Não há quem possa com seriedade contestar que, desde que foi conhecido o ato do Presidente da República, que dissolveu o Congresso Nacional, a Cruzada procurou incutir na população ideias de revolta, em artigos que tinham a epígrafe – Ao Povo – e em que a revolução era abertamente pregada e aconselhada. Quotidianamente publicava aquela folha falsas notícias de distúrbios e desordens em outros Estados da União Brasileira e apostrofava o povo maranhense por não seguir o exemplo de seus irmãos, que dizia rebelados. E nestas condições, deviam as autoridades que são responsáveis pela manutenção da ordem e tranqüilidades públicas, cruzar os braços e deixar que prosseguisse desassombrada e louca propaganda? Foi isso mostrar criminosa conveniência ou denunciar a própria fraqueza. Cumpre recordar que a suspensão da gazeta não foi uma providência

tomada impensadamente, mas como consequência de fatos que se precipitavam e a determinaram, sob pena de ficar a sua autoridade exautorada. É sabido tudo que se passou: o comitê dirigido aos redatores da *Cruzada* para comparecerem à secretaria de polícia, onde a autoridade pretendia convidá-los a entrar na legalidade; a recusa deste comitê; a proibição da distribuição da edição do dia; a maneira ostensiva por que ela se fez com menoscabo da ordem da autoridade. Não houve, portanto, uma violência à liberdade de exprimir os pensamentos, mas uma prudente e sábia providência tomada pela autoridade para impedir que se continuasse a atentar contra a ordem pública. Em qualquer país livre e em circunstâncias normais ela seria tomada pelos responsáveis pela tranquilidade e paz dos cidadãos, sem levantar reclamações nem queixas. Não passa pela mente do governo a idéia de fugir da análise dos seus atos; ele estima que estes sejam discutidos com máxima liberdade. A prova de que não se trata de calar adversários, nem de suprimir inimigos, tem o Nacional em si mesmo. Se estivesse nos intuitos do governo fazê-lo, ter-lhe-ia aplicado a mesma providência de que se serviu em relação à *Cruzada*, porque é sabido que ele, que enquanto havia organizações a fazer e cargos a distribuir, era todo bandiciais para o poder, apenas se passou a quadra feliz, apareceu processo a despejar condenações contra tudo que cheira governo. Mas quer o *Nacional* que se lhe aponte a lei em que se fundou a autoridade para chamar a sua presença os redatores da *Cruzada*, e posteriormente determinar a suspensão da folha. É fácil. A lei é a que dá atribuição à polícia e lhe impõe o dever de impedir a prática de crimes, não devendo esquecer-se que nos achamos em circunstâncias anormais, que há entre nós muitos fermentos de desordem e que o Governo da União recomendou o maior cuidado na repressão de tudo quanto pudesse se importar na perturbação da tranquilidade pública. Vê, pois, o *Nacional* que gastou inutilmente o seu tempo e em vão esgotou o seu depósito a sentimentalidades. Por forma alguma foram ofendidas as liberdades públicas ou conculcados os grandes princípios sobre que repousam as instituições democráticas que se trata de radicar na terra brasileira, contra os esforços dos agitadores de todos os feitios. A população bem o compreende; e ela que nada tem a ver com os interesses da política e só tem necessidade de paz e tranquilidade para se entregar ao trabalho, que é o grande criador da riqueza pública e do bem estar e conforto dos cidadãos, aplaude as acertadas providências tomadas em bem da ordem.

A suspensão de um jornal mostra a amplitude dos confrontos e o teor dos debates, bem como a diversidade de posicionamentos dos jornais. Alguns mais diplomáticos, outros mais críticos e outros tendo como financiador de publicação a própria esfera eclesiástica. É importante destacar o uso deste “quarto poder” pela Igreja, sobretudo porque, como veremos abaixo, a imprensa foi condenada como um dos erros da modernidade. Erro ou não, a Igreja reconhecia também o alcance e o poder conquistado pela imprensa. Daí a importância de evitar que os maus ensinamentos entrassem nas casas todos os dias e de usar o próprio jornal para difundir suas crenças. O temor da Igreja quanto à influência da má imprensa na sociedade devia-se também, em grande parte, à avaliação negativa que se fazia da capacidade de discernimento da população, tendo em vista que a sociedade ainda não está completamente educada e cônica dos deveres nos múltiplos fenômenos de sua ação. Para a Igreja, liberdade de imprensa era uma questão de boa e má imprensa, pois, uma vez educativa, a imprensa deveria sempre se ocupar do bem e o bem era veiculado pela doutrina cristã.

Considerando-se que a sociedade encontrava-se em um período de incredulidade quanto aos princípios que tutelavam a moral, a justiça e o direito, cabia à imprensa, orientada e criteriosa, revitalizá-la através da educação. Para a Igreja, os efeitos dos jornais sobre a população eram considerados mais eficazes, pois ele exerceria maior influência na consciência humana, ditando-lhe os bons e os maus ensinamentos, entrando em casa todos os dias, deixando nitidamente no espírito a impressão de que são veículos. Nesse sentido, a discussão sobre o papel da imprensa na sociedade pela Igreja perpassava uma visão maniqueísta; a divisão entre a boa e a má imprensa estava sempre presente e isso justificava seu uso (FERREIRA, 1994).

Identificamos, assim, nos jornais pesquisados a expressa estratégia da Igreja, que forjou ela mesma seus jornais, para cobrar de seus fiéis a defesa da fé católica no terreno que ela foi impedida de professá-la. Com o decreto de 7 de janeiro de 1890, separada a Igreja do Estado, não havia mais religião oficial e não havia mais discriminação de crenças. Sendo o Estado laico, cabia-lhe regular os atos importantes que marcavam a vida civil de seus cidadãos e que, naturalmente, formava a família, transformada em base de seu poder. Com essa medida, certamente necessária, o Estado passará então não só defender o casamento civil, mas controlar a forma como a Igreja recebeu e reagiu com essa nova configuração do poder e do controle sobre a vida privada dos seus súditos, agora denominados cidadãos.

Inaugura-se, então, com o decreto e com a não aceitação do clero em relação à perda de seus poderes, mais um longo período de discussões acaloradas, onde a Igreja clama a população para não abandoná-la diante de tal provação. Os sentimentos dos primeiros cristãos são postos nas páginas dos jornais e não são esquecidas as grandes dificuldades que este povo sofrido já passara nas mãos dos “cézares romanos”. “Que liberdade é esta que lhes oprimem”, pergunta?

[...] Cassaram-lhes o direito, para que não possam falar em nome da lei; os abandonaram ou perseguiram, para que desanimem; aviltam-nos para que não tenham a justa ambição de reabilitar-se. E nem se pode opor o argumento da faculdade de votar: é uma burla verdadeira. Na verdade dizem: <Podeis votar, mas não podeis ser votados e serei eu quem fornecerei os candidatos!>. Chamar a isso liberdade é o cúmulo do sarcasmo cínico. É como o senhor que dissesse ao escravo: <És livre, mas farás somente o que eu mandar e o fruto de tua atividade será em meu proveito>. Perversidade vil, semelhante a do que à vista do faminto se deliciasse com os mais apetitosos manjares, e em presença de um homem em chamas se deitasse sorrindo em banho fresco. Esta não lembrou a perversidade dos cézares romanos? O eminente brasileiro, dr. Joaquim Nabuco, em seu recente manifesto aos pernambucanos, disse: < A liberdade uma vez confiscada não pode mais ser restituída íntegra, ainda mesmo que a aumentem.> É a palavra de um homem ilustrado, baseada no estudo criterioso dos fatos históricos, e a história do passado é o espelho do futuro. Unamo-nos, pois, todos os ameaçados, brandemos enquanto nolo permitem; quando tentarem amordaçar-nos, reajamos; se não vencer-mos, ao cairmos esmagados exalaremos um gemido tão forte, tão profundo, que por sua vez

esmagará os nossos algozes, como a avalanche desprendida dos Andes esmaga tudo que se lhe opor. (JORNAL PACOTILHA, 02/07/1890).

Pela urgência, importância e complexidade do tema (família, casamento, divórcio), a imprensa maranhense diariamente dispensou atenção a eles e os debateu em artigos publicados nos jornais maranhenses, principalmente entre os anos de 1890 a 1916, no calor da chegada da República e no processo de conclusão do código civil. Definida pelo editorial do jornal em questão, a forma de tratar, porém, essas questões vistas com grande importância foi diferenciada: entre os jornais pesquisados teremos os de posição mais moderada, outros de posição mais radical e os de origem eclesiástica. Todos trabalharam para fazer a população entender o curso dos acontecimentos de acordo com sua ótica e recuperavam os eventos históricos, procurando conquistar a população e ganhar novos adeptos nessa luta. A notícia acima é bem representativa desse esforço dispensado pelos jornais para estimular a reação da população aos eventos. O jornal *Pacotilha*, por exemplo, dedicou muitos artigos e notas e comentou muitas outras impressas em outros jornais (construindo uma grande conversa entre todos eles) procurando esclarecer à população a inevitabilidade das alterações de ordem familiar – no nascimento, no casamento e no falecimento – destacando, claro, a questão do casamento civil e a mudança de tempos, explicando que não foi para reprimir a liberdade da religião que as alterações foram feitas, ao contrário, a ideia era permitir a dignidade da vida para todas as religiões porque a cidadania não poderia mais ser confundida apenas com catolicismo:

Não foi por caprichosa intolerância que a lei no Brasil, na França e em outros países estabeleceu a forma civil para casamento de seus súditos ou cidadãos que procurem fazer família, isto é, constituir um elemento da sociedade e da nacionalidade. A forma civil do casamento impor-se-ia aos países modernos pela sua própria organização, se não fosse obrigado pela necessidade de unificar a legislação em ato tão importante qual o da organização da família.

Conquistando a igualdade civil e política, sem as exceções odiosíssimas de crenças, as sociedades modernas que as tem diversas e antagônicas, não podiam deixar de variar com os ritos de cada grupo religioso a forma essencial da validade do casamento. Foi assim que a França Napoleônica, reconhecendo e subvencionando a três religiões, estabeleceu primeira o casamento civil (JORNAL PACOTILHA, 05/07/1891).

Os jornais republicanos procuravam conscientizar a população e esclarecer sobre os acontecimentos pós-1889. Lembravam os acontecimentos franceses, destacavam a civilização desenvolvida pela Europa, esperando com isso chamar a atenção não só daqueles que já tomavam o continente europeu como guia e parâmetro para os comportamentos, mas conquistar novos adeptos e entusiastas do republicanismo, afinal o ocorrido em 1889 foi um

processo, que misturou vários modelos de experiência republicana, com destaque para o francês. Para isso, enfatizavam temas como cidadania, igualdade civil e nação forte, afinal, a República estava implantada no Brasil e pelo menos ideologicamente ela era o governo de todos.⁵⁹

Apesar dos esforços, a notícia abaixo é reveladora também das resistências aos novos acontecimentos, não só por parte da Igreja, mas também da população. Pela data da notícia, percebe-se que chegava ao fim o período de *vacatio legis* que ainda permitia que os casamentos religiosos tivessem efeito civil⁶⁰. Em vista dessa apreensão da população, alguns jornais viram-se na missão de esclarecer os fatos, justificar as mudanças e acalmar os mais resistentes que deviam confiar no “progresso”, na “modernidade”.

O nosso povo que pela afluência enorme de casamentos ultimamente celebrados, manifestou-se tacitamente apreensivo com a instituição que hoje principia a ser executada, deve procurá-la compreender, estudá-la e despir-se das prevenções que alimente sobre ela. A sua liberdade não sofrerá coação nenhuma, os seus sentimentos religiosos não encontrarão o menor obstáculo do Dec. de 24 de janeiro: apenas a lei que dava todos os efeitos civis aos casamentos realizados perante os sacerdotes das religiões dos contraentes, passou esses efeitos exclusivamente para os efetuados pelo funcionário civil. Respeitando os casamentos até hoje celebrados, porque a lei não retroage, d’ora em diante só o que tiver a autoridade do juiz encarregado deste mister é que produz as salutares conseqüências que se derivarão do casamento religioso. Medite bem o povo sobre as disposições da lei e não se deixe tomar de mal fundadas apreensões. O casamento civil é uma conquista do progresso, um avanço da civilização, e não se deve ter medo nem de uma nem de outra, porque é à civilização e ao progresso que a humanidade deve os benefícios que hoje goza (JORNAL PACOTILHA, 24/05/1890).

É nesse confronto entre o moderno e a tradição que queremos compreender os usos da família e as estratégias construídas pelo Estado e pela Igreja para controlar a sociedade. Essa rivalidade manifesta na imprensa e que destacamos até aqui decorria, na verdade, dos próprios

⁵⁹ José Murilo de Carvalho (2006, p. 24-29) aponta que caso brasileiro, os modelos de república disponíveis eram o norte-americano e o francês. Mas estes modelos foram apropriados pelos grupos de acordo com os seus interesses, daí a especificidade da República instalada no Brasil. O liberalismo para proprietários rurais, por exemplo, era interessante na medida em que era baseado no individualismo e na livre iniciativa: ninguém de fato poderia competir com eles. Desigual e fundada na concentração de renda, o liberalismo era, pois, ao contrário do que propõe no modelo americano, excludente. O federalismo também lhes era interessante, pois o surto do café lhes dava proeminência econômica para interferir nos negócios do Estado – o sistema bicameral é parte da solução federalista. Porém, este mesmo liberalismo não era interessante para outros grupos da população urbana que procuravam oportunidades de trabalho. Este liberalismo ortodoxo não lhes interessava porque não tinham condições de competir em um sistema de livre iniciativa. Um sistema liberal articulado ao poder do Estado era a solução. Neste ponto, se uniam aos jacobinos à brasileira que queriam soluções para o povo, mas viam de antemão o fracasso de uma república feita aos moldes da Revolução Francesa. A corrente positivista aparecia como solução para alguns, pois ela propunha uma ditadura republicana, fundada em um Estado forte e intervencionista, servia também para aqueles que queriam a inserção do proletariado na sociedade.

⁶⁰ Expressão latina que significa “vacância da lei” e designa o período que decorre entre o dia da publicação de uma lei e o dia em que ela entra em vigor. No caso específico do casamento, permitia que as cerimônias religiosas fossem válidas se ocorridas no intervalo dos quatro meses entre o dia em que foi promulgado o casamento civil (24 de janeiro de 1890) e a data efetiva para começar a vigorar a lei passado o período da vacância.

acontecimentos na sociedade e parecem inviabilizar o nosso objetivo: perceber as imbricações da separação da Igreja e do Estado e destacar a família como agente organizador desse processo. Porém, a ampliação do escopo das fontes permitiu a percepção de uma outra face desse processo de afastamento entre esses poderes, gerando uma outra leitura onde se destacava bem menos a intransigência com a Igreja, mas, ao contrário, as articulações com ela. Ainda pouco perguntamos: o que se nascerá de todo esse processo e o que permanecerá? Pensar nas respostas nos levou a perceber que os jornais que questionavam a aproximação entre Estado e Igreja estavam fundamentados em uma leitura muito divulgada à época, mas bem pouco explicativa para formações históricas tão atravessadas pela Igreja Católica como o Brasil: a de que a modernidade só ocorre se não prescindir da total secularização do Estado, de que experimentar a modernidade é romper totalmente com os vínculos que ligam o poder estatal aos domínios da religião. São essas questões que discutiremos a seguir para entender o porquê dessa crítica tão severa por parte de alguns jornais; e ao mesmo tempo abrir espaço para perceber as articulações e as permanências no debate, que se consolidaram, senão na imprensa, na própria esfera do Estado e nas legislações que ele vir a decretar. Primeiramente, então, destaquemos a rivalidade.

2.3. Secularização/modernidade e religião: conceitos rivais

A ideia de que, com o advento republicano no Brasil, logo com a criação de um Estado secularizado, se experimentava o *moderno* e transformava-se o conjunto social em uma *sociedade moderna* pode ser atestada com a leitura da imprensa do final do século XIX. Boa parte dessa noção deve-se às influências francesas nos eventos mundiais e na própria proclamação republicana brasileira, sobretudo pelo que representava então este país para o mundo ocidental. Foi na França que o afastamento da religião implicara na experiência da modernidade. Foi lá que isso significou a perda do poder pela Igreja Católica em relação a diversos elementos da sociedade e lá que destroná-la era derrubar mais uma pedra central do funcionamento do *ancien regime*, alvo de tantas contestações então. Da força desses eventos desdobrou-se, em grande medida, uma literatura que condicionava a *secularização da sociedade* à possibilidade dessa experiência *moderna* e uma leitura de que no primeiro

período republicano brasileiro a Igreja Católica estava ou devia estar decididamente afastada da esfera do Estado.

Essa proximidade e relativa interdependência entre modernidade e secularização não têm só sugerido apressadamente que ambos os conceitos opõem-se a qualquer ideia de religião. O conceito de modernidade, atrelado aos eventos do século XVI ao XIX, tem implicado, inclusive, em um único sentido para este processo e atribuído defasagens àqueles cuja experiência se diferencie desse sentido único e geral. No caso do Brasil, como a experiência da modernidade, materializada na constituição do Estado republicano em 1889, afastou-se tecnicamente da religião com o decreto de 7 de janeiro de 1890, instituído logo após a proclamação e antes mesmo de uma carta constitucional que só viria em 1891, consagrou-se na historiografia não só a necessidade, mas a rivalidade e o efetivo afastamento entre essas esferas de poder nesse período. E as leituras que apontam uma aproximação entre modernidade e catolicismo no Brasil depois do evento de 1899, aproximação esta que teria ocorrido ou na sociedade ou na própria esfera do Estado a partir dos seus representantes, geram uma desconfiança em relação ao fato de saber se isso representou, de fato, para o Brasil, uma experiência moderna ou de modernidade. E se gerou, teria sido uma modernidade com falhas, incompleta, negativa, atrasada.

Tendo em vista a conhecida discussão e difícil consenso sobre o termo modernidade, utilizamos o formulado por Marshall Berman (1986, p. 16-17). Este autor, procurando entender a dialética da modernização e do modernismo, ciente da dificuldade de conceituar algo tão vasto quanto a história da modernidade, mas precisando de algum controle sobre esse conceito, dividiu a modernidade em três fases. As duas primeiras, em particular, esclarecem de que modernidade se está falando quando a compreendemos como oposta à religião, a terceira fase esclarece como o conceito desvinculou-se das suas raízes.

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados. Nossa segunda fase começa com a onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira bastante abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro

lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.

Essas três fases da modernidade expostas por Berman apontam elementos que nos ajudam a compreender o conceito de modernidade acionado pela forte tradição historiográfica e sociológica que remonta à relação política amistosa entre o Antigo Regime e a religião, opondo modernidade a religiosidade e aproximando modernidade de modernização (efeitos da racionalização técnico-científica).

René Rémond (2002, p. 175), refletindo sobre o século XIX e as relações entre religião e sociedade, destaca a naturalização do vínculo entre a experiência da modernidade e a ideia de secularização, bem como da ideia de que no século XIX a religião era aliada natural da ordem e da reação, noção desdobrada do confronto entre a Igreja Católica Romana e a Revolução Francesa. Assim, a tradicional oposição entre ambos os conceitos – modernidade e religião – remontaria aos contornos iniciais da modernidade, onde o desprezo pelo Antigo Regime incluía o repúdio à religião, percebida como representante dele. Acreditava-se nesse período também na resistência imposta pela religião para a autoafirmação do homem moderno porque além de confirmar a ordem estabelecida que se precisava dismantelar, a religião inviabilizava a liberdade individual. Endossando essa compreensão, Joanildo Burity (2007) argumenta que a reconhecida e tradicional oposição entre religião e modernidade não seria devido a uma oposição genuína entre ambas, mas derivaria do peso de uma experiência histórica específica de constituição da modernidade na Europa, especialmente pós-revolução francesa – novamente a primeira e a segunda fase que Marshal Berman destacou.

Em relação à naturalização dessa oposição, além do peso da experiência histórica de constituição da modernidade, os autores destacam as teses de Max Weber e a força que elas imprimiram nas leituras iniciais dos estudos de sociologia da religião. No século XX, Weber apresenta o conceito de secularização como parte de um processo mais amplo de racionalização da sociedade capitalista ocidental. Esta tese weberiana foi a base de toda uma sociologia da religião que previu o fim das religiões nas sociedades ocidentais, visto que a modernização leva *necessariamente* a um declínio da religião, tanto na sociedade como na mentalidade das pessoas. Weber afirmava que o fenômeno de secularização no Ocidente

cristão teria sido acelerado pelo processo de modernidade técnico-científica, que buscou adequar todas as áreas da sociedade aos imperativos de coerência lógica e ao teste empírico⁶¹.

Joanildo Burity (2007), reforçando esses dois últimos elementos, aponta que as reflexões teóricas que defendem a relação intrínseca entre modernidade, secularização e declínio da religião, podem ser agrupadas em torno de duas grandes linhas de interpretação: uma em que a secularização aparece como uma condição para o desenvolvimento da sociedade moderna; outra em que a secularização é uma estratégia de combate à visão de mundo cristã hegemônica e às instituições ligadas a ela. *Mutatis mutandis*, conforme o autor, em ambas correntes a modernidade e a secularização estão juntas e são responsáveis pelo fim da religião e essa fusão dificulta a análise de uma sociedade moderna, ou em vias de modernização, na qual haja espaço legítimo para a religião.

O próprio termo, secularização, é revelador dessa oposição. Peter Berger (1985) conceitua secularização como a subtração da sociedade e da cultura da tutela das instituições religiosas, processo este complexo e multifacetado, cujo alcance teria atingindo desde a história ocidental até a consciência do sujeito individual. Para ele, à retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle, seguir-se-ia o declínio dos conteúdos religiosos na cultura em geral mediante a ascensão da ciência como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular do mundo, e concomitante e progressivamente atingiria as subjetividades mais individuais formando um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas.

Nessa medida, secularização assume acepções diferentes dependendo do ponto de observação e do local de requisição. Nos ambientes ligados às Igrejas tradicionais, secularização significa *descristianização* e *paganização*. Para os ambientes fora da Igreja, anticlericais e progressistas, *secularização* significa *libertação* – significa libertação do homem moderno em relação à religião – e isso relança à ideia de perda de poder da Igreja Católica na sociedade. Estas duas acepções do termo vão financiar as leituras que marcam tanto a ideia de que a República, para ser inteira, deve afastar-se da religião, secularizar-se; bem como a leitura de que a Igreja coloca-se sempre em oposição à modernidade.⁶²

⁶¹ Cf. artigo de Lísias Nogueira Negrão no artigo Nem "jardim encantado", nem "clube dos intelectuais desencantados". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300002&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 29 outubro de 2011.

⁶² Para análise dessa literatura sobre a naturalização do vínculo entre modernidade e religião destacamos a tese de doutorado de Emanuela Sousa Ribeiro, *Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade nacional – práticas e estratégias intelectuais: 1890-1930*. Enquanto ainda tateávamos o problema e tentávamos entender a complexidade dessas relações, a tese dela apresentou um texto enxuto e claro sobre essas relações, o qual utilizamos não só para compreender melhor o problema da proximidade entre religião e Estado, como para

Outra literatura também reforça essa oposição entre modernidade e religião, entre Igreja e Estado: a historiografia sobre a Igreja Católica e nela o período responsável por esse afastamento coincide novamente com primeira e à segunda fase a modernidade de acordo com a divisão de Berman. Certamente isso ocorre devido à força e à proporção que esses eventos tomaram para mundo ocidental, mas não somente. Esse é o período que a Igreja vive um processo de reorganização interna e global que a colocará mais centralizada sob o governo de Roma. De qualquer forma, mais uma vez, isso ajudou a naturalizar a ideia de que esta instituição, reacionária, era contra a modernidade. Essa historiografia tende a enfatizar a reação da Igreja Católica às transformações advindas com a República (francesa), compreendendo-a através do processo de transformação pelo qual o mundo e a própria Igreja passava – esta alinhava-se ao ultramontanismo visto como um movimento reacionário.

Em relação ao processo de negação aos acontecimentos da modernidade pela Igreja, como dissemos acima, a reorientação ultramontana caracteriza-se pelo fato de a Igreja se reorganizar para seguir o Papa e não o Estado. A base desta doutrina ultramontana seria, assim, uma reação do pensamento e da ação dos católicos diante dos acontecimentos revolucionários ocasionados pela Revolução Francesa. Segundo Riolo Azzi (1991, p. 227), a situação criada poderia ser resumida desta forma:

Quando, em 1789, a Assembleia Constituinte da França proclamou que os homens nasciam livres e iguais perante as leis, a Cúria Romana começou a ver em tais ideias um perigo para a ordem estabelecida nos Estados Pontifícios. (...) Com a explosão da Revolução Francesa e com suas manifestações anticlericais, a Santa Sé passou a considerar a proclamação das liberdades políticas e religiosas uma orientação incompatível com a ordem desejada por Deus.

Nestes termos, o estabelecimento de uma hierarquia centrada em Roma se tornaria a base desse pensamento ultramontano. A Igreja católica julgava necessário restabelecer o domínio católico e a ordem social desmantelada pelos liberais revolucionários através do reforço do poder papal. A série de medidas da Revolução Francesa que secularizaram os bens da Igreja e constrangeram o clero a juramentos de fidelidade a um poder laico, apartado dos fundamentos divinos, promoverá uma atitude de restauração da ordem social tradicional, baseada na monarquia, nos privilégios da aristocracia e no poder da Igreja.

O ultramontanismo do século XIX colocar-se-ia não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder da Igreja na figura do Papa, mas também contra todas as

coisas que eram consideradas por ela como erradas e perigosas para a sociedade.⁶³ Forma-se então um pensamento ultramontano que tomou conta do Vaticano (e mais tarde também do episcopado brasileiro a partir de meados do século XIX, dominando até as primeiras décadas do século XX).

No debate estabelecido no meio católico vemos a formação de uma mentalidade que vai da recusa absoluta dos princípios revolucionários ao julgamento do mundo moderno como aquele que rejeita a autoridade da Igreja. [...] O afastamento de Deus foi apontado como um dos mais graves males da sociedade moderna. As propostas restauradoras de uma ordem social, tendo como base os valores cristãos, alimentavam o mito do retorno à cristandade medieval. (DIAS, 1996, p. 30-31)⁶⁴

Com as transformações ocorrendo no mundo, o lugar que a Igreja e seus aliados passaram a ocupar nas sociedades e os Estados reformulados pelo liberalismo, eram inadmissíveis. Ideias inspiradas em uma visão teocrática e providencialista do mundo, as quais pregavam que a sociedade deveria se basear em uma única religião – a católica, pois esta é a matriz da civilização europeia, sendo a Igreja, portanto, a única instituição capaz de regular o funcionamento perfeito da sociedade – começaram a ser incorporadas e divulgadas pela Cúria Romana. A Revolução Francesa e seus desdobramentos para estes pensadores tradicionalistas e conservadores significava um rompimento com a ordem natural das coisas (VIEIRA, 1980; DIAS, 1996). Isso explica a compreensão do processo de secularização como um processo de descristianização, paganização, como destacado acima.

Apoiado nestes princípios, o papado tornou-se o centro de reação contra o avanço liberal, as inovações políticas, sociais e econômicas que ocorriam com força e intensidade cada vez maior. A modernidade burguesa e seu ideário liberal foram apontados como inimigos do papa, da Igreja e da civilização baseada em valores cristãos. Respondendo à conjuntura com encíclicas, bulas, o ultramontanismo foi transformado em doutrina oficial da Igreja.

Essa reação católica tinha se caracterizado pela reafirmação do escolasticismo, pelo restabelecimento da Sociedade de Jesus (1814) e por uma série de encíclicas, bulas, alocações e constituições que foram fulminantemente lançadas contra o que a Igreja

⁶³ “Entre esses perigos estavam o galicanismo, o jansenismo, todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais”. (VIEIRA, 1980, p. 32-33)

⁶⁴ O autor continua: “Daniel Menozzi comenta deste modo o paralelo estabelecido pelos católicos do século XIX entre os acontecimentos revolucionários e a Idade Média: as massas populares em revolta reproduziram na idade contemporânea o mesmo ataque a civilização que haviam desfechado as hordas dos bárbaros na Idade Média. A única diferença consistia no fato de que agora a agressão era desfechada do próprio interior da civilização, e não do exterior. Essa avaliação foi logo retomada por ambientes católicos, acentuando que a Igreja – e sobretudo o papado – deviam voltar a desempenhar na crise contemporânea o mesmo papel diretor e civilizador assumido na Idade Média. Dessa forma a concepção de que o mundo moderno se afastara da Igreja após a Reforma conjugava-se perfeitamente com a instância de uma superação dos erros modernos mediante uma volta à Idade Média”. (DIAS, 1996, p. 31)

considerava serem elementos errôneos e tendências perigosas dentro da religião e da sociedade civil. Esses escritos culminaram em 1864 com a Encíclica *Quanta cura* e o “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma. (VIEIRA, 1980, p.32-33)

A compreensão dessa conjuntura de enfrentamento da Santa Sé ao que considerava ser os “erros do mundo moderno” poderia ser identificada em algumas medidas tomadas no pontificado de Pio IX (1846-1878), que se confundem com o período de resistência da Igreja romana frente ao avanço do mundo liberal e da laicização: a proclamação do dogma da Imaculada Conceição, em 1854; a divulgação da Encíclica *Quanta cura* e do *Sílabo*, de 1864, contendo a condenação da Igreja ao liberalismo e listando os erros deles decorrentes, dos quais os fiéis deveriam se afastar; a realização do Concílio do Vaticano I, iniciado em 1869 e interrompido em 1870 (devido os conflitos da unificação italiana), e que proclamou o dogma da infalibilidade papal e o primado de sua jurisdição sobre toda a Igreja Católica (MARTINA, 1996).

Por último, a predominância e a divulgação maior dessa oposição entre modernidade e religião/catolicismo, ou seja, entre Estado e Igreja gerou, por sua vez, e agora apontando para uma escala mais micro – a brasileira – uma expectativa de leitura do período republicano como o de ruptura entre essas duas esferas de poder. Na historiografia que reflete sobre o retorno da Igreja aos aparelhos de hegemonia – sobre sua utilização pelo próprio Estado, por seu caráter domesticador, para legitimar o novo regime após um período marcado por protestos – os estudos divergem na forma como compreendem este processo, mas consentem em afirmar que a igreja conseguiu se reestruturar junto ao Estado, *especialmente* no período Vargas.⁶⁵ A ideia básica é que o regime republicano, em suas primeiras décadas, teria considerado “dispensável” a função social do aparelho eclesiástico (1889-1910) e que *posteriormente* deu-se conta de que isso não era possível (1910-1930) frente ao poder de pressão da Igreja, procurando, pois uma renegociação.

Analisando as fontes jornalísticas do final do século XIX na cidade de São Luís – já destacadas acima – vimos como a imprensa do período reforçou essa separação ou a

⁶⁵ Citamos aqui alguns livros que trabalham com estas questões: Pedro Ribeiro de Oliveira, em *Religião e dominação de classe*, Roberto Romano em, *Brasil: Igreja contra Estado* e Sérgio Miceli, *A elite eclesiástica brasileira*, José Carlos Araújo, em *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade*, Scott Mainwaring, em *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1996)* e Luiz Gonzaga de Souza Lima, em *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil* e Simon Schwartzman, em *A Igreja e o Estado Novo: o estatuto da família* são exemplos de pesquisas que trabalham estes temas. Ver bibliografia.

necessidade dela entre modernidade e catolicismo, o que demonstra a ampla divulgação no período dessa leitura que atribui a ideia de “moderno” ou “modernidade” aos eventos ocorridos a partir do século XVI. A crença nessa oposição era tanta que, percebendo as resistências a essa separação, boa parte da imprensa trabalhou para orientar a população a esse respeito. Esse esforço apareceu sem rodeios, sobretudo porque defender a República era visto como algo eminentemente progressista; e defender a Igreja Católica, era tido como algo extremamente conservador. A imprensa republicana aponta que essa noção de rompimento entre Estado e Igreja Católica era central para aqueles que fizeram a República no Brasil. Os jornais descrevem que a própria forma como o novo regime atuou, reorganizando tudo, num esforço de renovar, modernizar, secularizar o Estado, a sociedade e a vida das pessoas, confirmava o respaldo nessa leitura do processo colocado em marcha a partir de 1899. Como mais um exemplo, em um texto de notícia de jornal esse aparelhamento aparece como “um regime que tem a ânsia e a ousadia de fazer e refazer as coisas”, dos selos aos papéis que organizavam a vida cotidiana das pessoas, mexendo e revirando tudo, causando um misto de sentimentos que envolvia o medo, a tensão, o conforto e a alegria a cada nova invenção.

[...] O general vitorioso foi neste momento o verdadeiro <imperador> antigo. Cercou-se dos seus lugares tenentes e começou a faina governativa. O governo provisório era disparatadamente composto; havia de tudo, ligado apenas por um laço – a república, como se a república fosse por si mesmo uma organização. Bacharéis em direito, advogados, eruditos, professores, politicistas de profissão, militares, cada um com ideias, educação, costumes, princípios seus, próprios ou emprestados, mas diferentes uns dos outros [...]. Entretanto, trabalharam. Sim, trabalharam como nunca talvez se trabalhou no Brasil, ao menos em quantidade. Refundiram tudo, reformaram tudo, usaram-se de parte da segurança individual e de propriedade, abusaram do poder de que a revolução triunfante os investiu. Finanças, instrução pública, processo civil e processo criminal, legislação, jurisprudência, obras públicas, regime bancário e regime eleitoral, organização municipal e organização funerária, a bandeira, os selos, a moeda, o hino, o regime das terras, a colonização, os códigos, a organização militar, o funcionalismo público, a viação férrea, os telégrafos e os telefones, o enterro, o nascimento, o casamento, todos os atos da vida civil e da vida política do cidadão, o culto e a religião, as fórmulas dos ofícios e os sinetes das cartas, a arte, a caridade, os uniformes dos cargos militares, as fórmulas e tratamentos forenses, os passaportes, as justiças de paz, o juramento, tudo é por eles tocado, reformado, emendado, remendado, organizado, desorganizado, num afã colossal de trabalho, de refazer em poucos dias as instituições, as leis, os costumes, as praxes do país, num imoderado desejo da glória de reconstituir; nessas febres que alguns cézares sentiram de derrocar e incendiar cidades para reerguê-las de novo, segundo um plano ideal de eruditos, de neuróticos, de ambiciosos [...]. (JORNAL PACOTILHA, 02-07/12/1892)

Além dos anseios de reforma e das expectativas de mudança, essa necessidade de afastamento entre Estado e Igreja também poderia ser comprovada, à primeira vista, observando-se os primeiros decretos-lei emitidos ainda no governo provisório, antes mesmo da escrita da Carta Constitucional de 1891. Dois dos primeiros atos da proclamação foi o decreto de 7 de janeiro,

que separava a Igreja do Estado e o decreto do casamento civil, emitido em 24 de janeiro de 1890. Somente com o decreto de 7 de janeiro tinha fim o regime de padroado, a colaboração entre o Estado e a Igreja. O desejo de reforma e a severidade das críticas à Igreja ocorriam, sobretudo, porque até então ela era parte do Estado, mas esse intercâmbio deveria ser rompido.⁶⁶

Ambos os decretos, aparentemente, também reforçaram a ideia de que os limites dos poderes espiritual e temporal estavam mais claros após a separação entre a Igreja e o Estado, no início da República brasileira, em 1889. Com o auxílio da imprensa progressista, procurou-se justificar, em muitas notícias, estes atos sob a bandeira da “chegada da modernidade”, mas esse esforço denota também que as resistências a esse processo foram fortes.

Não foi por caprichosa intolerância que a lei no Brasil, na França e em outros países estabeleceu a forma civil para casamento de seus súditos ou cidadãos que procurem fazer família, isto é, constituir um elemento da sociedade e da nacionalidade. A forma civil do casamento impor-se-ia aos países modernos pela sua própria organização, se não fosse obrigado pela necessidade de unificar a legislação em ato tão importante qual o da organização da família. É certo que em todos os povos e em todas as idades que precederam a nossa, o ato do casamento sempre se efetuou com cerimônias e com o rito da religião nacional, mas exatamente porque a religião era a nacionalidade e o sacerdote dos deuses acumulavam as funções de empregados civis. Ninguém então cogitava que uma mesma nação houvesse indivíduos de religiões diferentes. (...) Até a revolução francesa, fora da Igreja não havia nem salvação para a alma, nem segurança para o corpo. O herege e o infiel eram estrangeiros em sua própria pátria e para eles a desigualdade religiosa era a provocação das mais duras exceções da lei civil. Compreende-se que com tal organização só prevalecesse o casamento religioso e somente fossem aceitos os registros eclesiásticos para a legalidade do estado civil. [...] uns e outros não podendo se exterminar, resignaram-se a viver juntos e pouco a pouco foram conhecendo que as diferenças de comunhões religiosas não influíram nas aptidões cívicas e que podiam todos ser bons cidadãos e úteis a pátria comum. A liberdade religiosa moderna veio assim da tolerância e da vida comum das várias seitas do cristianismo, e não mais houve povo ou nação que pudesse ter como outrora uma religião verdadeiramente nacional, por ser a religião do Estado e de todos sem exceção. Conquistando a igualdade civil e política, sem as exceções odiosíssimas de crenças, as sociedades modernas que as tem diversas e antagônicas, não podiam deixar de variar com os ritos de cada grupo religioso a forma essencial da validade do casamento. Foi assim que a França Napoleônica, reconhecendo e subvencionando a três religiões, estabeleceu primeira o casamento civil (JORNAL PACOTILHA, 05/07/1891).

Essa notícia comprova justamente os elementos que elencamos acima: a força da Igreja Católica antes da revolução, a força dos eventos ocorridas na França em 1789, a força da leitura que associava modernidade à secularização, o atraso que representava a religião e a vinculação da cidadania a uma única crença religiosa, a necessidade da igualdade civil e

⁶⁶ A própria igreja desejava essa separação, os conflitos no final do império mostram os desentendimentos entre o poder temporel e o religioso e mediante a reorganização da Igreja com o ultramontanismo nem a ela interessava essa aproximação.

política a despeito das crenças, a necessidade da separação entre Igreja do Estado e, por fim, a inevitabilidade do estabelecimento do casamento civil.

Apontar todos esses elementos até aqui serve menos para respaldá-los e mais para constatar a força dessa leitura de rivalidade entre Estado e Igreja, abrindo espaço para se construir uma outra leitura na qual se argumente que os mesmos elementos que foram apontados como prova da separação entre ambos, podem ser vistos como prova da imbricação e entrelaçamento entre o Estado e a Igreja. Dessa outra perspectiva, o objetivo é também fazer perceber que as permanências no diálogo da Igreja com o Estado não inviabilizaram uma experiência do moderno/ modernidade no Brasil, esta só não esteve pautada totalmente nas orientações tipicamente francesas e denota a diversidade das experiências em relação à modernidade.

Em seguida discutiremos que a propaganda de oposição entre modernidade/secularização e religião, ou as difundidas disputas entre conservadores e progressistas não eram tão polarizadas e contrárias ou que, no mínimo, encontraram pontos de arremate. Esse entrechoque acabou por resultar um processo de secularização com resquícios de conservadorismo religioso que ficaram presentes na legislação brasileira, principalmente naquilo que dizia respeito à família, que envolvia o casamento civil e o divórcio. Estar atento a essa perspectiva é fundamental para entender como a família foi pensada na Primeira República: as articulações entre o catolicismo e a República no Brasil permitem que lancemos, assim, um olhar para a família, em muitos quesitos, menos moderna do que poderia se suspeitar, alinhavando elementos bastante conservadores em suas definições no novo código civil, aproximando o formato pretensamente burguês do modelo cristão e mantendo a exclusão de grande parte das experiências amorosas da população que não eram reguladas pelo casamento, nem civil, nem religioso, sendo tratadas de ilegítimas, concubinárias, repreensíveis.

2.4. Estado e Igreja: aproximações / releituras

A leitura de oposição entre modernidade e religião tem sido revista. Isso decorre da reavaliação das ideias apresentadas acima, seja motivada pela tendência recente dos estudos políticos de tentarem desnaturalizar essa oposição entre ambos⁶⁷; seja pelo interesse de compreender melhor a chamada modernidade nas diversas formações sociais, inclusive naquelas que tinham grande presença da Igreja Católica⁶⁸; seja ainda pela busca da revisão da Primeira República brasileira que, como afirmamos inicialmente, sofre de invisibilidade e simplificação.

Um primeiro esforço de desvincular a ideia de moderno/modernidade à de secularização e sugerir que esses dois conceitos não só não se opõem necessariamente como nem sempre foram acionados juntos, pode ser encontrado em Jacques Le Goff (1996, p. 169; 170) quando este autor apresenta as diversas experiências históricas ocidentais em que o termo moderno aparece ou explica, modernidade esta atribuída por outrem e reconhecida ou não pelos sujeitos históricos que a viveram.

De fato, as sociedades históricas, mesmo que não se tenham apercebido da amplitude das mutações que viviam, experimentaram o sentimento de moderno e forjaram o vocabulário da modernidade nas grandes viragens de sua história. A palavra “moderno” nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja “modernidade” foi assinalada por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a idéia de modernização logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo.

Esse trecho, para além do problema posto pelo próprio Le Goff da legitimidade de se reconhecer como moderno o que as pessoas do passado não sentiram como tal ou a questão da projeção feita pelo século XX da modernidade no passado, nos deixa entrever vários pontos que devem ser destacados e nos servem de base: 1) que a ideia de moderno/modernidade não se limita aos eventos do século XVI, XVII ou XVIII; 2) que nesse sentido o termo moderno

⁶⁷ Em 1988, na obra *Por uma história política*, organizada por Remond, muitos desses elementos são discutidos, especialmente no capítulo dedicado às relações entre religião e política, da historiadora Aline Coutrot.

⁶⁸ As análises de Krishan Kumar em *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo* dão indicações de que a modernidade é uma coisa diversificada, mesmo em sua forma ocidental; Joanildo Burity, em *Trajetórias da religião e da modernidade*, também afirma essa questão; Anthony Giddens, em *As consequências da modernidade* também pode ser citado e Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho em *Ideias jurídicas e autoridade na família* tratam de como a modernidade em Portugal e no Brasil sofreu interferências fortes do catolicismo, enfatizando a diversidade de experiências históricas da modernidade.

não necessariamente se opõe sempre à questão da religião, ao contrário, até pode incluí-la e 3) que existe uma reorientação da ideia de “modernidade” em determinado momento histórico que, ao mesmo tempo, a cria para distinguir e afastar uma ‘antiguidade’, ocorrendo, com isso, um privilégio sistemático do moderno assentado na ideia de progresso linear (tornando efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos⁶⁹) e um desdobramento do conceito de moderno no de modernismo, modernização e modernidade, ocorrido a partir da revolução industrial. Isso pode ser percebido também com o trecho abaixo:

Com base na herança histórica da querela entre os antigos e modernos, a revolução industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX para o XX. Aparecem três novos pólos de evolução de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de “modernismo” – termo que marca o endurecimento, pela passagem à doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da “modernização”, que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a “modernidade”. (LE GOFF, 1996, p. 169; 170)

Embora a proposta do autor seja avaliar o par conceitual antigo/moderno, suas análises podem nos ajudar a perceber que a ideia de moderno tem outras acepções e inclui até usos dentro da Igreja. Esta teria até patrocinado dois processos de modernização: o primeiro, através do surgimento do movimento místico chamado *Devotio Moderna*⁷⁰; o segundo através do Concílio de Trento. Ainda que ele afirme que as teses entre moral protestante e desenvolvimento econômico (o que inclui Weber) estejam erradas, ele reconhece que elas têm o mérito de colocar as relações entre religião e modernidade em uma base mais ampla que a das querelas de exegetas ou de teólogos. Jacques Le Goff aponta ainda que o debate sobre a modernidade amplia-se em dois novos campos essenciais a partir do século XV, o campo da história e o campo da ciência, e isso causaria uma revolução do moderno no século XX para além do plano das “superestruturas”, invadindo espaços vistos como essenciais para os

⁶⁹ Para Le Goff, somente às vésperas da Revolução francesa os homens das Luzes vão substituir a ideia de um tempo cíclico pela ideia de um progresso linear, o que privilegia sistematicamente o moderno em detrimento do antigo.

⁷⁰ Nascida nos fins do século XIV, a partir da pregação de Ruysbroeck, “o admirável”, ou de Geraldo Groote e os irmãos da Vida Comum, que acentuavam a importância da meditação pessoal, da introspecção da fé e da difusão do cristianismo pelo povo – ideias que marcariam Lutero, Calvino, Erasmo, Inácio de Loyola e muitos outros, católicos ou protestantes do século XVI, a *Devotio Moderna* propôs à sociedade, como saída para os graves problemas do final da Idade Média, uma nova orientação da vida espiritual visando à perfeição cristã e à união com Deus. O movimento surgido naquele período não se refere à modernidade tal qual definida por Berman e que utilizamos como conceito, mas pode-se afirmar que este movimento promoveu grandes reformas nas Ordens religiosas e influenciou a vida dos leigos católicos, *modernizando-as*. (VAINFAS, 2010)

homens desse século como a economia, a política, a vida cotidiana e a mentalidade – sem descartar as ambiguidades da modernidade, que não atingiu as massas.

Assim, podemos perceber que Le Goff não aponta o domínio da religião como domínio de oposição ao moderno. E com o exemplo de movimentos de modernização dentro da Igreja não queremos aproximá-los do conceito de modernização ocorrido a partir do século XVI. Porém, não se pode descartar que o uso da palavra moderno/modernidade não está restrito a esses eventos e seu significado pode, portanto, ser ampliado e descolado da ideia de secularização. Vainfas (2010, p. 34) também nos ajuda a perceber essa questão ao falar da Reforma Protestante e da Contrarreforma. Embora esses dois movimentos divergissem em pontos fundamentais de ordem teológica, política ou tática, ele afirma:

(...) Mas as duas Reformas caminharam juntas no mais extraordinário processo de aculturação posto em prática no Ocidente. *Pierre Bérard localiza nessa convergência de propósitos o núcleo da modernização do Ocidente, expresso no conflito então instaurado entre uma mentalidade rural, popular, relativamente ligada a sacralidades pagãs, e uma “ideologia proselitista”, cristã e moderna, veiculada por uma elite baseada na cultura escrita.* Processo comum às duas Reformas e articulado, em diversos aspectos, à concentração dos poderes estatais, ao absolutismo, aos novos enquadramentos das populações pelas monarquias e pelos Estados europeus. (grifo nosso)

Nesse sentido, precursores do Concílio de Trento, os envolvidos na *Devotio Moderna* já estavam empenhados em “modernizar” a Igreja, estimulando a devoção ao Evangelho entre os clérigos, preparando-os para o exercício da pastoral, disciplinando as ordens regulares, criando aproximações mais amplas e profícuas entre a Igreja e os leigos. Do mesmo modo, a Contrarreforma não se esgotou no episódio do Concílio de Trento, nem se limitou a reagir acuada contra a onda protestante. Foi, acima de tudo, uma reforma para modernizar a Igreja, uma reforma de uma Igreja inquieta, sobretudo após o século XVI, com a distância que a separava dos fiéis, para o que muito contribuíam o despreparo, o absenteísmo e a ineficácia do clero, desde a alta hierarquia aos curas paroquiais. (VAINFAS, 2010)

Outra questão apontada por Le Goff que comprova a dissociação que pode ser feita entre modernidade e religião é que os elementos que o autor apresenta como aqueles que interferem na autopercepção da sociedade ocidental moderna não guardam vínculos de oposição em relação à religião. Esses elementos seriam: a percepção daquilo que se passou a chamar, em certas épocas, a aceleração da história, que levaria a um conflito de gerações e a relações contraditórias com o passado; a pressão, levando à transformação, que os progressos materiais exercem sobre as mentalidades; o choque exterior com esses novos elementos que ajudam a tomada de consciência e, por fim, a afirmação da modernidade, que ainda que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se ainda a um meio restrito, de intelectuais e

tecnocratas. Isso reforça o fato de que as relações entre o moderno/modernidade e o domínio religioso podem ser revisadas de outra maneira.

Interessante destacar a partir das considerações de Le Goff e Vainfas que a própria introdução do ultramontanismo enquanto doutrina em voga na Europa é afirmado por alguns autores como o fenômeno que colocou a Igreja no mesmo patamar das elites reformistas e ilustradas. Para o Brasil, José Oscar Beozzo (1986, p. 279) apresenta uma comparação entre a Igreja e as elites que emergiram com a República, nos seguintes termos:

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir um caminho paralelo na sua reforma. Se as elites tornaram-se “estrangeiras” na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e se romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja.

Nesse sentido, a Igreja conservadora teria acompanhado o processo de modernização e europeização ocorrido no final do Brasil Imperial, com o intuito de transformar o catolicismo tradicional, em catolicismo renovado. Augustin Wernet (1987, p. 55) aponta este fenômeno reformista do século XIX como “intimamente ligado à primeira fase de modernização do Brasil em nível econômico, social e tecnológico que, por sua vez, se enquadra no processo da nova expansão colonial da Europa”. Nesse sentido, Igreja Católica e modernidade podem estar mais próximas do que nos acostumamos a afirmar.

Continuando o esforço de desvincular a ideia de moderno/modernidade à de secularização e sugerir que esses dois conceitos não só não se opõem necessariamente à religião, como nem sempre foram acionados juntos, René Rémond (2002, p. 175), como dissemos anteriormente, afirma a naturalização dessa ideia de oposição entre os conceitos no século XIX. O autor também questiona a validade da tese da secularização irreversível da sociedade e problematiza que, nas sociedades atuais, este antagonismo desapareceu e as relações entre política e religião católica estão assumindo novas formas.

Seria o ateísmo generalizado o resultado natural, lógico, irreversível, da secularização da sociedade, da laicização do poder, assim como da indiferença dos indivíduos ante a questão religiosa? (...) A esse respeito, o historiador, que não pode raciocinar senão a partir do que observa, é obrigado a constatar que, por enquanto, essa antecipação continua a ser um ato de fé. A realidade é mais complexa e comporta simultaneamente evoluções em sentidos diferentes.

Para apresentarmos, então, a possibilidade de leitura aproximada entre Estado e Igreja e defendermos a premissa de que a família foi o solo dessa articulação, não podemos fugir a esse debate. Ele se faz importante, sobretudo, porque é mais comum marcar a rivalidade entre

essas duas esferas de poder que mostrar os espaços em que elas se imbricaram. Enfocando o segundo aspecto de agora em diante, o resultado esperado é produzir um efeito interessante de articulação entre o moderno e a tradição – denotando que a história pode carregar permanências nas rupturas, ou, como diz Rémond, constituir-se a partir de evoluções em sentidos diferentes.

Se a ideia de modernidade não precisa rivalizar com a ideia de religião, isso proporciona também uma revisão da ideia de modernidade como unívoca. Se escaparmos da inferência de que os processos de modernidade devem prescindir do âmbito religioso, então podemos entender melhor o processo da modernidade brasileira sem atribuir a ela o fracasso ou a falta pela presença religiosa. Essa iniciativa tem aberto também novas possibilidades de estudo entre Estado e Igreja, bem como para o período da Primeira República. Autores como Joanildo Burity e Krishan Kumar afirmam que a modernidade, ao se expandir historicamente pelo mundo, hibridizou-se ou alterou-se em vista de sua repetição, no confronto entre as forças sociais modernizadoras e as antimodernas, dando origem a diversos modos de existência. Desses diversos modos, poucos foram aqueles que demandaram ou implicaram no esgotamento da religião, seja em sua dimensão institucionalizada, seja em sua dimensão de fé pessoal e comunitária. Neder e Cerqueira Filho (2007, p. 38) têm destacado que tratar a modernidade como um fenômeno homogêneo, além de perigoso, pouco informa sobre formações sociais de forte influencia religiosa, como o Brasil e mesmo Portugal. Tratar simplesmente como um processo atrasado, inferior, diz pouco ou quase nada sobre a experiência da modernidade nas diversas formações sociais. Essas novas leituras permitem compreender as relações entre Estado e Igreja no Brasil (e as disputas ocorridas acerca da instituição familiar) sob novas bases.

Estamos trabalhando com outro encaminhamento para a questão da passagem a modernidade, identificando aspectos de modernidade no movimento da segunda escolástica, presente na Península Ibérica no século XVI. O tomismo vigente nas formações históricas vincadas pela reforma católica tridentina apresentou-se nos marcos da *devotio moderna*. Uma releitura da teologia de Tomás de Aquino possibilitou o desenvolvimento combinado de devoções comunitárias e piedade pessoal intimista, ou seja, grandes práticas religiosas coletivas, com a participação alargada do laicato, com um menos acento na ideia de indivíduo (confissão auricular, oração individual, etc.) A passagem à modernidade na Península Ibérica estava, portanto, inscrita em um dos projetos de modernidade da cristandade ocidental de então e representou uma escolha política e ideológica das monarquias absolutistas ali constituídas. Significou uma preferência por um projeto político moderno (...)

Existindo, pois, projetos de modernidade, cujos diversos processos seriam distintos entre si, no caso brasileiro e no português, ela não pode ser compreendida como um rompimento com

a religião. Na verdade, o regime de padroado do Império⁷¹ já dava o tom dessas relações entre religião e modernidade, no qual o Estado, preocupado em afirmar elementos provenientes do liberalismo, enfrentava conflitos gerados pela aproximação entre ele e a Igreja. Segundo Gomes, o Estado Imperial manteve uma permanente ambiguidade entre um projeto conservador para a sociedade e uma ideologia com elementos tirados do liberalismo. Por parte do Estado tinha-se como projeto

criar um Estado centralizador e nacional, considerando os brasileiros simultaneamente como súditos e cidadãos. Todos os súditos deveriam ser formalmente católicos, seguidores da religião do Estado segundo o princípio confessional *cuius régio, illius et religio* (quem manda, manda também na religião). Mas esses súditos eram também cidadãos com iguais direitos perante a lei. Em matéria de religião, o Estado usava de tolerância e transigia com as eventuais escolhas pessoais dos cidadãos, desde que tais escolhas se restringissem aos estreitos limites do âmbito da vida privada sem manifestações de caráter público (GOMES, 1998, p. 317).

Essa ambiguidade vai dar origem à famosa questão religiosa, elemento apontado como uma das causas da queda do imperador, bem como dará o tom para que a República construa o seu manancial político e defina os seus encaminhamentos ideológicos.

Apesar de Gomes distinguir dois conjuntos de situações históricas distintas para o sistema de relação entre a Igreja e o Estado, classificadas de constantinianas e pós-constantinianas, (nas primeiras, as relações entre ambos pressupõem um sistema único de poder e de legitimação, um projeto unanimista, tendo o catolicismo como religião oficial do Estado, sacralizando o poder; nas segundas, a relação entre ambos está baseada na aconfessionalidade e na secularização do Estado), neste trecho o autor já aponta para a dificuldade de se visualizar uma separação tão radical assim. Estando de acordo com a tese de Maria Tereza Chavez de Mello (2007, p. 10-11), que defende que a aceitação da República no Brasil deve ser explicada por uma disposição mental criada para o novo regime, em decorrência da incorporação de uma nova cultura democrática e científica ainda na década de 1880, perceberemos como a expectativa com a República foi colada a ideais que já faziam parte do Império; segundo a autora, foi pela rearrumação da tradição liberal, por exemplo, que se montou uma outra narrativa da nação – a republicana. Partindo da ideia de que a deslegitimação da Monarquia criou uma disponibilidade afetiva para aceitar o destino do Brasil, profundamente associado à instalação de uma sociedade democrática e capitalista, a

⁷¹ Herdeiro do padroado colonial, o Império considerava o aparelho eclesiástico católico como indispensável à manutenção da ordem estabelecida e à homogeneização dos padrões de comportamento da população. Assim, em decorrência do padroado concedido à Coroa portuguesa pela Santa Sé, o aparelho eclesiástico colonial foi fortemente dependente do Estado metropolitano, situação que foi exacerbada no século XVIII por conta do regalismo pombalino, que acentuou o jurisdicionalismo do Estado (GOMES, 1998).

autora afirma que a propaganda, a literatura e a imprensa souberam fazer derivar essa sociedade do regime republicano. E isso pode ser visto como mais uma prova de que a República vai herdar essa ambiguidade já presente no Império.

Ainda em relação a essa leitura aproximada entre Igreja e Estado, outro autor, Sérgio Miceli, defende, já para a Primeira República, a “estadualização do poder eclesiástico”⁷². Segundo Miceli, durante esse período, a Igreja católica realizou uma política de estadualização da presença eclesiástica, acompanhando as divisões territoriais propostas pelo Estado. Essa política de implantação das novas circunscrições, ao respeitar as fronteiras territoriais dos Estados e dar a eles pelo menos uma diocese, permitiu à Igreja dispor de um sistema interno de governo que podia interferir consideravelmente no pacto oligárquico. Ou seja, através dos seus recursos organizacionais (congregações, escolas, seminários, missões, associações de leigos, entre outros) a Igreja católica tinha condições de atingir a maioria da população brasileira, tanto através da aproximação política com a elite, como, principalmente, através de sua atuação no cotidiano da população pobre.

Voltando às fontes legislativas, elas mais uma vez denotam a força da Igreja, e isto pode ser percebida pelo próprio Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890 que dispunha que o casamento, em virtude das relações de direito que estabelece, deveria ser celebrado sob a proteção da República, mas facultava aos nubentes a celebração religiosa depois do casamento civil. Essa ressalva, além de atender à questão da liberdade individual, pode ser vista como uma impossibilidade de retirar a Igreja de cena, sobretudo pelo peso histórico que ela havia desempenhado em relação à organização da sociedade. Isso se reforça quando um novo decreto é emitido, definindo que a não precedência do casamento civil em relação ao religioso resultaria em multa para os padres que desobedecessem ao novo decreto. Este dispunha, então, que:

O casamento civil, único válido nos termos do artigo 108 do Decreto 181, de 24 de janeiro último, precederá sempre as cerimônias religiosas de qualquer culto, com que desejam solenizá-lo os nubentes. O ministro de qualquer confissão que celebrar as cerimônias religiosas do casamento antes do ato civil, será punido com seis meses de prisão e multa da metade do tempo. No caso de reincidência será aplicado o duplo das mesmas penas.

⁷² Conceito utilizado por Sérgio Miceli em, *A elite eclesiástica brasileira* (ver bibliografia), para explicar a aliança entre Igreja e Estado que resultou no apoio mútuo com a formação de dioceses em cada capital estadual com a “política dos governadores”, que concretizaria a federação sempre defendida pelo setor republicano da oligarquia cafeeira e formalmente estabelecida na Constituição de 1891. Para Miceli, esta “estadualização eclesiástica” objetivava aproximar o bispo das autoridades locais, o que era mais difícil em relação à Presidência da República. Cf. em especial as páginas 12-67.

A divergência em relação a essa precedência ocorrerá entre os próprios legisladores e republicanos que comentam esta notícia, dizendo de sua gratuidade, pois se o governo não reconhece o casamento religioso, porque se importar se ele for efetuado antes ou depois do civil? Alguns dos próprios republicanos não concordam com o decreto, pois violaria a liberdade individual. Mas Campos Sales, autor das novas disposições, insiste na necessidade dessa medida como repreenda aos “caprichos clericais” que insistiam na regulação dos casamentos apenas por sua jurisdição, desrespeitando o Estado. A *Pacotilha* publica em 29 de julho de 1890:

Rio, 24. A discussão de maior relevância que se tem travado ultimamente no Senado Federal concerne a um projeto do Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, ex-ministro da Justiça, estabelecendo que o casamento civil preceda o religioso. Os senadores Quintino Bocaiúva e Francisco Rangel Pestana combatem esse projeto, no sentido de ser mantida aos nubentes a liberdade de escolha na prioridade daquelas cerimônias.

Mas é o próprio Campos Sales, responsável pelo projeto de lei, que diz o porquê desta atitude. Apesar de ter sido rejeitado pelos idos de junho, seu argumento chega a convencer temporariamente a votação positiva do projeto.

[...] Fazia questão da passagem do seu projeto para a solução de dúvidas extemporâneas e termo aos caprichos clericais que haviam dado em resultado várias uniões ilícitas de pessoas ignorantes que levadas pela má fé de alguns vigários, haviam obedecido às prescrições, deixando de lado o ato civil, com prejuízo da sua descendência que, legítima perante a Igreja não o era, entretanto perante o Estado. Era uma razão de ordem pública por um paradeiro a essa vertigem do fanatismo e o projeto visava este alvo, regulando a matéria de maneira clara e precisa. Essa argumentação, ilustrada com exemplos dados em diferentes Estados, onde já se tinha feito sentir a inconveniência da propaganda clerical contra o casamento civil, calou o ânimo dos adversários.

Dada a forte presença da Igreja na sociedade e sua indispensabilidade até algum tempo atrás para o ordenamento social, percebe-se a pouca harmonia das transformações e as atividades eclesiásticas tentando frear o processo de secularização. O decreto nº, 251, de 26 de julho de 1890, como vimos, impôs restrições à atividade eclesiástica. Como se vê pelas preocupações de Campos Sales, não eram só os juristas e demais intelectuais que tinham resistências afetivas às mudanças: sem o devido controle, as pessoas voltavam as costas à lei, preferindo o casamento religioso. Era natural que isso ocorresse, mas muitos viram nisso a dificuldade do Estado de impor seu projeto de modernização, mediante a força (e o atraso) que representava a mentalidade católica.

Podemos então constatar que a relação entre o Estado e a Igreja Católica não cessa com a proclamação da República, a despeito das bases sobre as quais ela se moverá e essa aproximação não pode ser mais entendida sob o estigma do fracasso. Foi nesse sentido que

procuramos lançar novo olhar às fontes e perceber as disposições dessas relações. Definir como constantinianas e pós-constantinianas as relações entre Estado e Igreja no Brasil deve levar em consideração a especificidade do processo de modernização e de secularização ocorrido no país. Marramao (1995) chama atenção para a inexistência de uma sociedade secularizada e não propriamente laicizada no Brasil. Se Alcir Lenharo (1986) afirmava que o processo de secularização da estrutura política brasileira com a República convivia com a sacralização, distinguindo secularização (meta-humano) de laicização (indivíduo secular), Marramao destaca que as correntes de mudança podem conduzir a seus próprios contrários e que isso é válido no processo de secularização da modernidade brasileira na medida em que este esteve relacionado às estruturas eclesiásticas ou teológicas cristãs.

Emerson Giumbelli, estudioso do catolicismo brasileiro, afirma que durante a modernidade, a religião mudou seu lugar na sociedade e teve suas ações limitadas, porém sem ter deixado de ser algo visto e constituído como um domínio social fundamental. O autor é contrário à tese da neocristandade, não adotando a premissa do afastamento entre Igreja Católica e sociedade civil durante a Primeira República. Analisa a época da separação Igreja/Estado a fim de estudar as origens de nossa liberdade religiosa e defende a tese de que a forma como se configurou a “liberdade religiosa” no Brasil dependeu do modo de intervenção do Estado e contou com o papel positivo e central da Igreja Católica. Segundo Giumbelli, a relação entre religião e política no Brasil, até os dias atuais, é ainda consequência dos arranjos realizados durante a Primeira República quando na sociedade brasileira reconheceu-se, pela primeira vez, um lugar diferenciado para religião no seio da sociedade, separando-se Estado e Igreja. O autor relativiza a separação ocorrida durante este período, afirmando que a separação não se traduziu em oposição, ao contrário, o regime de separação entre Estado e Igreja Católica no Brasil foi marcado por vínculos, compromissos, contratos e cumplicidades entre autoridades, aparatos estatais e representantes e instituições católicas. (GIUMBELLI, 2002).

A aproximação entre Estado e Igreja pode também ser respaldada nas considerações de Ildefonso Camacho Laraña (1995) quando afirma que, com a doutrina ultramontana, cada vez mais se propagará os deveres dos católicos nesse contexto, basicamente pautados em dois grandes pontos: a unidade dos católicos e o seu compromisso político. Dá, portanto, ênfase à coerência que deve ser mantida entre a vida privada e a vida pública. Destaca a necessidade de inserção política do católico como ponto fundamental para a prestação do bem comum e o afastamento do risco de outras pessoas que professassem ideias políticas e religiosas opostas à Igreja ocupassem posições formadoras de opinião. Isso coincide com o apontamento feito

acima de que a República será atravessada por culturas distintas mais imbricadas. Muitas vezes, a mesma necessidade de atender a objetividade e a cientificidade exigida pelas leis foi atravessada pela religiosidade própria da esfera privada e isso aproximou a Igreja do Estado em outra perspectiva: a dos funcionários do Estado e legisladores que, como leigos, definiam os rumos da nova nação. É importante lembrar que foi com Pio X (1903-14) que surgiu o termo Ação Católica para designar o movimento de convocação dos leigos à militância católica. O plano político e o jurídico são lugares de disputa para atuação do leigo militante nesse período. Ainda mais com a proibição de eleição do clero para os quadros políticos a partir de um novo decreto.

No processo de re-cristianização pelo qual a Igreja Católica passava nesse período e que se encontrava atravessado pela constituição do Estado Nacional republicano, o leigo ganha importância já que é através de sua atuação militante que alguns pontos fundamentais para a Igreja poderão ser assegurados diante do quadro de separação de poderes (clerical e civil). Na verdade, o processo ultramontano adota a estratégia de desvalorização do catolicismo dos leigos em contraposição à valorização do catolicismo romanizado, mas ao mesmo tempo estes serão convocados para um laicato militante sob uma outra orientação para atuarem na reconstrução de uma cristandade romana, num mundo em processo de secularização e nos embates com o Estado liberal, laicista e aconfessional (RODRIGUES, 2008). Os leigos deveriam defender a Igreja e os interesses católicos e assegurar à Igreja, pela intervenção política, a proteção que os Estados liberais lhe negavam. A leitura das fontes nos ajuda a entender essa estratégia da Igreja de usar os leigos para “fazer escalada no art. 12 da Nova Constituição”:

Disfarce clerical

Através de um princípio liberal, o clericalismo abriu brecha para dar ensejo ao juramento, na ocasião da posse dos representantes do Estado. É que assim que na Constituição <legalista> se lê muito ardeiramente, no art. 12 que os <deputados por ocasião de tomar assento, contrairão o compromisso de bem cumprir seus deveres, conforme suas crenças e opiniões>. [...] O clericalismo não podendo aparecer francamente, banida a liberdade da promessa preliminar ao exercício do <mandatário> do povo, envolve-se na capa da liberdade de ação, fazendo escalada no art. 12 da Nova Constituição [...]. (JORNAL PACOTILHA, 01/08/1892)

A militância dos católicos leigos é convocada a ir mais longe: propõe a fundação de um partido para reconquistar “seu” espaço institucional perdido, leia-se, o espaço da Igreja que agora só poderia dirigir e opinar sobre os eventos usando do compromisso dos eleitos de “cumprir seus deveres conforme suas crenças e opiniões”. Os católicos maranhenses são convocados a juntarem-se a um movimento nacional de reação contra a ofensiva do Estado

sobre a Igreja Católica. Afirmando ser o povo católico a maioria da nação, destacando que eles que pagam os impostos, a notícia mostra que a Igreja se esforça para defender-se com a ajuda dos leigos e até inverte as últimas ações efetivadas: afirma que o povo católico tem direito de exercitar livremente de seu culto e sua crença, bem como a observância completa dos preceitos de sua confissão religiosa. A ideia é de que o povo católico não pode ser desrespeitado em suas crenças e, sendo a maioria, tem o direito de exigir do governo que as respeite, afinal, não é decente nem justo que o povo católico seja governado pelo ateísmo e pela impiedade. A imprensa eclesiástica, no dia 4 de julho de 1890, publica:

Pelas notícias que nos tem vindo do sul, vê-se que por todos os Estados tem-se fundado com extraordinária influência o partido católico. [...] Em vista disso, releve-nos o reverendíssimo clero maranhense perguntar-lhe o que pretende fazer? Cruzar os braços quando tem além de necessidade que se impõe, tem tantos exemplos a seguir? O nosso povo já tem provado à sociedade que é católico e que por amor da sua Igreja sabe e quer fazer sacrifícios. Só nas irmandades religiosas e no seio da grande classe operária encontrará o nosso clero crescidíssimo número de adeptos independentes e que estão dispostos a só apoiar, com os seus votos, candidatos católicos, que sejam capazes de defender a Igreja em qualquer emergência. Não haja, pois, desanimo. É verdade que as eleições para o congresso já estão muito próximas, mas não é só para ele que o partido se há de fundar, e o que não puder alcançar hoje, alcançá-lo-á amanhã. O que urge, o que é indeclinável, é que entre já o Maranhão na grande aliança que há de estender dentro em pouco por todo o vasto território brasileiro os soldados de Cristo, prontos a defesa do altar e da pátria, das crenças do povo e da honra do país. Que importa que os espíritos pequeninos ou interessados se oponham a grande obra? Não foi sempre luta o elemento em que viveu o Cristo e a sua Igreja? As dificuldades hão de aparecer e talvez mesmo as vexações e as injustiças; mas nesse mundo só é forte a verdade e o bem e estes serão os vencedores. Na Alemanha começou com doze membros, na câmara, o partido católico tem hoje cerca de cem e é inegavelmente o mais seguro apoio do governo contra as invasões furiosas do socialismo. O mesmo há de acontecer aqui. Fale o clero; explique o fim do partido católico, faça ver que não tem em mira combater o governo nem perturbar a ordem, mas sim e unicamente reivindicar para a Igreja todas as suas perdidas prerrogativas e para o povo católico, o livre exercício de seu culto e a observância completa dos preceitos de sua confissão religiosa. O povo católico é quem paga os impostos com que se mantém o governo e é quem compõe a grande entidade que se chama a pátria; tem, pois, o direito de exigir do governo que se respeite suas crenças e de liberdade à sua Igreja. Este direito, que sob qualquer forma de governo, ninguém poderia tirar-lhe, deve hoje ser ainda mais respeitado, pois que estamos no regime da democracia, do governo pelo povo, e não é decente nem justo que o povo católico seja governado pelo ateísmo ou pela impiedade. [...] Resolva-se pois o clero e verá que dentro em pouco o partido católico será entre nós uma esplendorosa realidade. Lembre-se que é mal ficar escutando canto de sereias e que isto de dizer que a Igreja não deve se meter em política e que a cruz não deve servir de marco divisório entre os cidadãos da mesma pátria, equivale a dizer que à Igreja não é dado o direito de defender-se e que a cruz na deve ser a divisa dos católicos senão dentro do templo ou em suas casas. A Igreja tem obrigação estrita de defender-se em qualquer terreno onde for atacada; desdém pois, que a atacam no terreno político, é justamente n'este que deve defender-se. Assim, não servirá a cruz de marco divisório senão entre católicos e ímpios, e como aqueles formam a imensa maioria da nação, será ela antes de tudo uma divisa nacional. Mãos à obra, pois; nada de tergiversações. (CIVILIZAÇÃO, 4/7/1890)

Essa reivindicação ao espaço político e a defesa do direito de defender-se, além da convocação dos católicos leigos para ajudarem nesta tarefa será um dos pontos que proporcionará uma aproximação entre os projetos de sociedade distintos financiados pelo Estado e pela Igreja. No momento em que se manifestam na tribuna, alguns representantes políticos vão acabar acionando suas crenças, permitindo um entrecruzamento desses projetos.

Na avaliação das relações entre Estado e Igreja e naquilo que ela inclui a família, Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho (2007), além de pontuarem a percepção da impossibilidade de concebermos a família tal como aparece na codificação jurídica brasileira, apontando para o aspecto plural da constituição das famílias no Brasil, os autores desdobram o processo de aburguesamento da sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX dentro do quadro de aburguesamento do campo jurídico, cujas pressões eram sentidas na exigência de modificações na codificação, alinhando o país ao movimento internacional.

Outra questão que é trazida pelos autores é o polo de produção fundado na cultura ibérica de orientação católico-romana que se destacava na câmara de Deputados pelos clérigos que se faziam ali presentes. Apesar da separação da Igreja do Estado, no âmbito da prática, o livro aponta para o fato de que o Estado Republicano rendeu-se à colaboração da Igreja no plano de direção intelectual e moral da sociedade. Diante dessas considerações, os autores nos levam a refletir sobre a possível existência de dois projetos, um do Estado e um da Igreja, na passagem à modernidade. Esses dois projetos iriam estabelecer uma relação de simbiose, apesar das dimensões dos conflitos entre esses dois planos não poder ser esvaziada, nem deixar de ganhar destaque.

Em um outro texto (2001), os mesmos autores discutem a história das ideias jurídicas mediante a questão do poder e da disciplina da família, colocada como instituição-chave no leque das práticas, controle e disciplinamento social na passagem à modernidade. Neste artigo, é analisado o ideário político e jurídico erigido em torno dos acalorados debates ocorridos desde fins do século XVIII em Portugal e na conjuntura da emancipação política do Brasil (1822), quando se colocou a intenção de instituir um código criminal e outro civil modernos. Acompanhando o processo de secularização e modernização em Portugal e no Brasil os autores discutem os lugares de produção e o processo de circulação de ideias iluministas no campo do Direito, destacando o conservadorismo clerical das duas formações históricas nesse momento. Os autores afirmam que, apesar da modernidade advinda com o código civil francês de 1804 se espalhar, anunciando reformas, sobretudo, nos códigos civis de outros países, firmou-se um grande polo de resistência política, ideológica e afetiva às mudanças entre os juristas luso-brasileiros, uma vez que a nova concepção de direito de

família erigida no bojo do processo revolucionário francês implicava uma visão secularizada do casamento que admitia o divórcio.

Nessa mesma direção, Caulfield (2000, p. 62-69) preocupada em entender a família na Primeira República brasileira, afirma que Clóvis Beviláqua, contratado para redigir o novo código civil brasileiro, produziu um documento considerado uma “concessão mútua entre os inovadores, como ele próprio, e aqueles que lutavam para preservar as ‘tradições brasileiras’”. Porém, como continua a autora, o “Parlamento somente transformou o projeto em lei depois de retirar as disposições liberais que Beviláqua considerava as mais fundamentais – que seriam aquelas que ampliavam o direito das mulheres e das crianças ilegítimas na família”.

Assim, como dissemos, no Império, considerava-se o aparelho eclesiástico católico como elemento indispensável à manutenção da ordem estabelecida e à homogeneização dos padrões de comportamento da população. Esse aspecto era o caldo onde estavam mergulhadas disputas entre o Império e a Igreja, no qual o Regalismo, como mecanismo de intervenção do poder de Estado na Igreja, conflitava com o tridentismo e depois com o ultramontanismo. O regalismo seria utilizado pelo Estado como instrumento de defesa contra possíveis ingerências da Igreja. Contudo, o Estado imperial viu-se numa permanente ambivalência entre um projeto conservador para a sociedade e uma ideologia com elementos tirados do liberalismo, ambivalência esta que acentuou os conflitos cada vez mais presentes nas relações entre Igreja e Estado no Segundo Reinado e que permaneceu até sua queda tendendo a unir autoritarismo e liberalismo, jurisdicionalismo confessional e tolerância religiosa, esfera pública e privada, estatuto de súdito e cidadão (GOMES, 1998). Quando da proclamação da República, e bem antes dela, é a doutrina do ultramontanismo que vai direcionar a Igreja no contraponto às medidas cada vez mais laicizantes da sociedade e é esta doutrina que vai permitir a afirmação de que Igreja e Estado no Brasil, nos primeiros anos da República, eram rivais. Porém, a partir das leituras expostas acima, essa rivalidade tem sido revista e dado lugar a articulações até então impensáveis entre essas duas esferas de poder e o casamento e a família são pontos privilegiados de onde pode se avaliar essas novas articulações.

Assim, apesar do divulgado secularismo, a República foi montada sob um costume majoritariamente religioso (expresso na insistência dos casamentos na Igreja a despeito da lei civil), feita por homens que participavam da cultura religiosa (o fato dos decretos antes da Constituição e que não previram o divórcio) e a experiência da modernidade é singular dada todas essas condições. O que nos interessa, sobretudo, é argumentar que a instituição familiar agregou elementos de modernidade e de tradição, o próprio discurso de ordem familiar e a intervenção médica sob a família e o papel da mulher logo objetos de preocupação

comprovam isso – a família burguesa terá muitos elementos da família cristã, embora o processo de formalização dela ou de reivindicação civil passasse agora para a esfera do Estado. É nosso interesse também argumentar que, apesar de toda a logorreia sobre sua nova versão, apesar de todo esforço para que a população aderisse e confiasse ao Estado os direcionamentos da família, o abismo que já era secular entre aquilo que era pensado e exigido e aquilo que era feito continuou enorme. Ao plano de casar na Igreja foi adicionado o de casar no civil, embora a população experimentasse de muitas maneiras a experiência da família na Primeira República brasileira, fazendo o conceito contido na legislação bastante excludente nesse sentido.

Antes de tratarmos dessa nova exigência do casamento civil e o que ele implicou na ideia de família, percebendo as limitações do esforço de aburguesamento e a permanência da ingerência religiosa, é necessário apresentar os contornos do debate sobre o casamento civil que se iniciaram ainda no Império.

2.5. Casamento civil: primeiras discussões

Antes de compreendermos o decreto do casamento civil na República, é preciso retornar ao período imperial, visto que esse debate, e as resistências conservadoras a ele, lá se iniciaram.

Em relação à elaboração dos códigos, a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 já previa a organização de um código civil e outro criminal. O artigo 179, XVIII continha a seguinte declaração: “Organizar-se-á, quanto antes, um Código Civil e um Criminal, fundados nas sólidas bases da Justiça e da Equidade”. Porém, a prioridade foi dada ao Direito Público, considerado mais urgente na situação de independência nacional, sem contar as barreiras encontradas para a composição do código civil, que não podia deixar de levar em consideração as muitas e confusas heranças portuguesas em termo de legislação. Além disso, o país nem contava ainda com pessoal capacitado pela falta de faculdades jurídicas que só se tornariam realidade em 1827, logo, após a Independência.

Se, por um lado, quando consumada a emancipação política do Brasil, se impunha, desde logo, traçarem-se, para ávida de toda a Nação, normas fundamentais que a definissem como um todo, haveriam estas de restringir-se ao âmbito do Direito constitucional – ramo, por assim dizer, ainda novo como ciência social, ao menos com o seu caráter autônomo e definido. Mas, no que concerne às relações de Direito

privado, natural seria a adoção de velhos princípios há tantos séculos consagrados e já estratificados na mentalidade jurídica do tempo. Doutos em Direito eram poucos. Escolas ainda não as havia, e somente cinco anos mais tarde, se tornaria uma realidade a inauguração de cursos jurídicos. (CÂMARA, 1966, p. 76-77)

Como se vê, a elaboração de um código civil nacional era necessária, mas era uma ideia vista como de difícil empresa para alguns e até combatida por outros. Euzébio de Queiroz, Ministro da Justiça à época, desejava adotar o *Digesto Português*, de Correia Teles (1851), como o Código Civil do Brasil, por exemplo.⁷³ Esta ideia foi recusada porque não se tratava apenas de uma demanda de ordem técnica, da simples sistematização das leis e do seu modo de aplicação. A questão era que o Brasil emergia como um Império independente de Portugal e a adoção de um sistema jurídico próprio era mais que um projeto legal: era um projeto de nação (MEIRA, 1979, p. 198). Num momento histórico de grandes transformações econômicas e sociais, com a mundialização das trocas econômicas, sociais e culturais mediante a afirmação e expansão do capitalismo, a realização de interesses ligados a esse processo exigia a formação sólida, centralizada juridicamente e organizada institucionalmente, de Estados Nacionais (NEDER E CERQUEIRA FILHO, 2007).

A demanda e o respectivo esforço de elaboração das leis próprias fez assim nascer o Código Criminal (1830), o Código Processual Penal (1832) e o Código Comercial (1850). Contudo, fracassaram os esforços para a promulgação do Código Civil imperial, apesar de terem existido três principais projetos com esse objetivo. O primeiro, de Augusto Teixeira de Freitas, o segundo de Felício dos Santos e, finalmente, o da Comissão Imperial. Nenhum deles tornou-se lei.⁷⁴ Os esforços continuaram até que a chegada da República encerrou os

⁷³ A sugestão, em 1851, pelo Ministro da Justiça Eusébio de Queirós, a Nabuco de Araújo, sobre a possibilidade deste redigir um projeto de lei para o código civil do Império adaptando o *Digesto Português* de Correia Teles foi negada. Nabuco não aceitou tal proposta que também foi submetida ao Instituto dos Advogados, em sessão de 23 de outubro de 1851, obtendo resposta negativa. Cf., Câmara, José Gomes B. *Subsídios para a história do direito pátrio*. Tomo III (1822-1889). Ver bibliografia.

⁷⁴ Com a desistência de Freitas, o trabalho de elaboração do primeiro código civil do Brasil contou com o empenho de José Tomás Nabuco de Araújo, que em 3 de dezembro de 1872, foi contratado pelo governo imperial para concluir o código. Seu projeto não se concluiu, pois ele faleceu, em 1878. Neste mesmo ano, Joaquim Felício dos Santos ofereceu-se ao Ministro da Justiça, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, para elaborar o projeto para o código civil imperial. Em março de 1881, ele entregou seus “Apontamentos para o Projeto do Código Civil Brasileiro”. Em julho de 1881, o novo Ministro da Justiça, Conselheiro Dantas nomeou a seguinte comissão para avaliar o trabalho: Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Antônio Joaquim Ribas, Francisco Justino Gonçalves de Andrade, Antônio Coelho Rodrigues e Antônio Ferreira Viana, a qual emitiu parecer rejeitando o projeto apresentado. O imperador confirmou tal parecer e determinou a constituição de uma nova comissão, em caráter permanente, da qual passou a fazer parte Joaquim Felício dos Santos, para elaborar o projeto de código. Mas em março de 1882, Felício dos Santos se demitiu e entregou seu projeto para a Câmara dos Deputados. Ribas e Justino Andrade também se retiraram. Desfalcada com as retiradas, a comissão foi dissolvida de fato em julho de 1883. Em junho de 1889, um novo ministério tomou posse e o novo Ministro da Justiça, Visconde de Ouro Preto, cuidou de constituir mais uma comissão, a fim de elaborar o código civil tão caro à Pátria. Integraram tal comissão: Olegário Herculano de Aquino e Castro, Antônio Coelho Rodrigues, José

trabalhos anteriores, propôs a elaboração do código para novos personagens e, com todas as dificuldades próprias e inventadas que a empresa exige, esperaria até 1916 para ter o primeiro código civil brasileiro em vigor. Além da demora, o que se destaca nessa história do direito civil é a longa vigência que as Ordenações Filipinas tiveram no Brasil – foram mais de três séculos, precisamente 314 anos. As Ordenações sobreviveram à restauração da independência em Portugal, após domínio da dinastia dos Felipes da Espanha, em 1640; à Independência política do Brasil, em 1822; e à proclamação da República no Brasil, em 1889 – uma sobrevida que não ocorreu sequer em Portugal, que as substituiu pelo Código Civil português, em 1867.⁷⁵ Alguns autores discutem essa sobrevivência atribuindo esse feito não só a hercúlea tarefa que significava redigir um código, nem tampouco somente a falta de profissionais no país, mas também ao excesso de lacunas e, portanto, ao conjunto de normas extremamente flexível das Ordenações, o que teria permitido ampla interpretação legislativa ao longo de tantos anos com contextos e anseios tão distintos.⁷⁶

Dessa maneira como comentávamos, na virada do século XVIII para o XIX abriram-se discussões sobre a reforma da legislação na área do Direito de Família. Porém, se a modernização da codificação francesa pressionou para que as alterações fossem empreendidas, a resistência do conservadorismo clerical no Brasil ao longo do XIX e até no XX foi enorme. Os juristas contra ou a favor desse processo defendiam seus argumentos em torno, sobretudo, da legitimação do casamento civil e esse tema será pauta de discussão desde o Império, ainda em 1858, a partir do envio à Câmara de Deputados do projeto de lei de autoria de José Thomaz Nabuco de Araújo. Essa iniciativa resultou em mais três principais

da Silva Costa, Afonso Augusto Moreira Pena, Manuel Pinto de Sousa Dantas e José Júlio de Albuquerque Barros (Barão do Sobral). Foram realizadas oito sessões, presididas pessoalmente pelo imperador que tomou parte ativa nas discussões. A comissão tomou por base o Esboço de Teixeira de Freitas, o anteprojeto do código civil elaborado para a Bélgica por F. Laurent e também o Projeto do código civil alemão. Todavia, a proclamação da República interrompeu, bruscamente, o desenvolvimento dos trabalhos e também esta comissão, como tantas outras, foi extinta, uma vez que não era momento para se pensar em códigos, mas nas bases fundamentais da nova República. Cf., Câmara, José Gomes B. *Subsídios para a história do direito pátrio*. Tomo III (1822-1889). Ver bibliografia.

⁷⁵ Agradecemos aqui a gentileza de Isabela Guimarães Rabelo do Amaral, mestranda em Direito pela UFMG, que compartilhou um artigo síntese seu acerca desse processo de nascimento do código civil brasileiro, intitulado *Formação histórica do Direito Privado brasileiro*, organizando de melhor maneira as leituras que já haviam sido feitas, sugerindo novas leituras e contribuindo, assim, para escrita deste subcapítulo.

⁷⁶ As principais legislações portuguesas aplicadas no Brasil durante o período colonial foram as Ordenações do Reino: as Afonsinas (até 1521), as Manuelinas (de 1521 a 1603) e as Filipinas (a partir de 1603). Pelas datas, pode-se perceber que todas as Ordenações do Reino tiveram vigência no Brasil durante o período colonial, embora seja inegável a maior importância às Filipinas, pelo maior tempo de vigência. Quando proclamada a independência do Brasil, em 1822, estavam em vigor as Ordenações Filipinas e quando da chegada da República, também, em relação ao Direito Civil. Cf. DINIZ, Maria Helena. Código civil de 1916. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional*. Ver bibliografia. Na referência sobre direito português encontram-se a própria história as sucessivas ordenações e ao caráter pouco fértil de suas modificações. Cf. COSTA, Mário Júlio Almeida. *História do direito português*. Ver bibliografia.

projetos que se preocuparam com o casamento civil que também não se tornaram leis, pois o debate foi tenso e longo.⁷⁷

Apresentaremos um breve histórico da movimentação das ideias acerca da secularização do casamento que teve início nos debates parlamentares a partir dessa iniciativa de Nabuco de Araújo com o intuito de fazer perceber que, quando dos debates na Primeira República, estes não só não eram novos, como mantiveram a tensão dos campos de força que se formaram deste a expansão das ideias revolucionárias e liberais e seu “desembarque”⁷⁸ em território nacional, bem como definiram consequências para a instituição da família.

Na ocasião do período imperial, a questão do casamento civil tinha como pano de fundo o problema da imigração. Dados os acontecimentos, o Brasil precisava de braços disponíveis para completar o processo de constituição do mercado de trabalho, que com o fim do tráfico de escravos em 1850, ainda dependia do fornecimento externo e demandava a emigração de amplo contingente populacional europeu. Essa política imigrantista tinha naturalmente outro substrato ideológico que não o da formação de mão de obra: uma política demográfica com preocupações relativas ao branqueamento da população, daí a escolha por esses contingentes europeus. Porém, essa situação também gerou situações ambivalentes: o Brasil, um país majoritariamente católico romano, viu-se na preocupação com a religião dos imigrantes visto que estes formavam famílias, acumulavam bens e queriam, naturalmente, transmitir heranças – o que a ligação entre cidadania e catolicismo e entre legitimação/direitos e casamento católico religioso não permitia.

Na busca de solução para esse problema, que era uma preocupação geral e considerada muito importante, delinearam-se possibilidades discordantes em um ponto fulcral: a questão do casamento como sacramento. Formou-se, então, no Brasil, duas correntes com posições ideológicas e políticas claras e distintas entre si, mas que em algumas situações, interpenetraram-se: as forças de conservação, defensoras da manutenção do registro civil nas mãos da Igreja Católica Romana (registros paroquiais de batismo, nascimento, casamento,

⁷⁷ Para maiores informações sobre a questão do casamento civil no Segundo Reinado, cf., a dissertação de mestrado de Rachel de Souza Galante, *O punhal da fé: ideias políticas, jurídicas e religiosas sobre o casamento civil no Segundo Reinado*. Ver bibliografia.

⁷⁸ Essa expressão é utilizada por Ângela Mendes de Almeida no intuito de dar o tom, de descrever a forma como essas novas ideias, materializadas em grande parte pela mentalidade aburguesada, chegaram ao Brasil. Para a autora elas não surgiram espontaneamente da realidade social brasileira oitocentista. Pelo contrário, ela “chegou” de variadas formas, mas, sobretudo, como uma “moda”, cuja forma de um ideário moderno, higiênico, científico e moralizador não encontrou no chão brasileiro uma tábula rasa – havia uma sociedade agrário-exportadora e todos os vícios e problemas derivados dela. “(...) essa problemática suscitava outra série de perguntas: a defesa de alguns dos elementos desse novo ideário, de algumas práticas, de alguns princípios não estaria ligada ao mecanismo de prestígio das ideias que vêm de fora, das ideias modernas, que são adotadas, porém “fora do lugar”, ou seja, em um lugar diferente do seu lugar original?” (ALMEIDA, 1999, p. 17-18)

morte e testamento) e da concepção do casamento como um sacramento; de outro lado, as formas de transformação, que propunham exatamente o contrário. Neder e Cerqueira Filho (2007, p. 42-43) caracterizam muito bem essas duas forças, atribuindo a elas, no que diz respeito ao processo de elaboração da legislação e dos códigos civis, o privilégio da forma à primeira, e o privilégio do conteúdo, à segunda.

[...] a posição que se apresentou junto a esse amplo processo de transformação, e a mais importante para o caso dos reformadores luso-brasileiros, foi a que acompanhou a vaga modernizante dos códigos e leis, privilegiando a forma. Nesse sentido, o conservadorismo manifestou-se por meio da preservação do conteúdo substantivo no Direito de Família das concepções jurídicas, políticas e ideológicas que foram vigentes por séculos na cristandade ocidental. Essas concepções eram inculcadas por intermédio dos escritos de teólogos moralistas e do código canônico (de tão longa vida), compilado no século XIII e que vigorou até 1917. [...] a outra, e a mais impactante, é a posição revolucionária adotada pelos juristas franceses que debateram e aprovaram na Assembléia Nacional o primeiro código civil moderno (mais conhecido como Código Napoleônico, de 1804) [...] a introdução do divórcio e a ideia de casamento como um contrato nos sugerem uma clara opção revolucionária, no conteúdo. Sobretudo, o Código Napoleônico apontou um franco processo de secularização ao depositar no Estado as atribuições do registro civil. Outras modificações importantes, do ponto de vista do conteúdo, dizem respeito ao lugar de determinadas disposições legais: se nas leis civis ou criminais.

O primeiro projeto de lei de autoria de José Thomaz Nabuco de Araújo, do qual falávamos, tratava dos casamentos mistos e dos casamentos entre acatólicos de dentro do campo de força da transformação, uma ótica desafiadora para o período em questão: a diferenciação entre casamento e sacramento. Como primeiro opositor deste projeto, o deputado e sacerdote Joaquim Pinto de Campos formalizou sua crítica na dissertação *Casamento Civil*, apresentada na Câmara de Deputados antes mesmo que o parecer pedido pelo governo às comissões de negócios eclesiásticos e de justiça fosse redigido. A redação da dissertação concentrou-se exatamente na crítica à desvinculação feita entre sacramento e casamento. Entretanto, no parecer pedido pelo governo, apresentado somente em 08 de agosto de 1859, as comissões apresentaram emendas ao projeto inicial que mantinham o estabelecimento do contrato civil para a garantia dos efeitos civis dos casamentos entre acatólicos; mas excluía os casamentos mistos da pauta legislativa, na medida em que, para as comissões, estes últimos não constituíam uma questão urgente para o país, já que os casamentos eram válidos e tinham seus efeitos civis garantidos desde que os nubentes conseguissem a dispensa de disparidade de cultos por parte dos bispos, o que não era fácil de ser conseguido, mas era um caminho. Outras emendas ainda foram apresentadas para substituírem essas primeiras. Na sessão de 11 de agosto de 1860, as novas emendas alterariam o projeto do governo a ser discutido no Senado, eliminando a garantia dos efeitos civis dos casamentos entre acatólicos através do contrato civil – a garantia desses efeitos ficaria agora

resguardada através da prova do casamento religioso realizado diante da religião dos nubentes em questão. Os resultados das votações na Câmara de Deputados foram discutidos no Senado e elaborou-se a lei de 11 de setembro de 1861, que garantia, enfim, os efeitos civis a casamentos através da comprovação de sua celebração diante dos respectivos ritos religiosos dos envolvidos. Entretanto, essa lei não cumpriu seu papel⁷⁹.

Outro projeto fora apresentado por Tristão de Alencar Araripe Júnior em 17 de junho de 1875, cujo teor principal era o estabelecimento do casamento civil para qualquer forma de união conjugal, inclusive para casamentos entre católicos. A data é reveladora da permanência desse debate na esfera legislativa e da ousadia que ele ora encarnava. O motivo dessa insistência, apesar das resistências, certamente era a questão da imigração, mas, sobretudo, a força cada vez maior das ideias de transformação absorvidas das correntes europeias e expandidas além-mar. Galante (2008) afirma que vários argumentos dos deputados iam nessa direção: o casamento civil é um dispositivo de incentivo a imigração, cuja ausência arrefecia o ímpeto imigratório de que o Brasil tanto precisava. Por isso a questão do casamento civil foi tão importante e insistente, pois sem essa garantia legal, o Brasil poderia ser visto como um país desinteressante para viver. Esse novo projeto, com ideias bem avançadas para o período, entre as quais a desvinculação entre cidadania e catolicismo, já é um sintoma do que estaria por vir anos mais tarde com a chegada da República. Importante ressaltar que começa a se esboçar de forma mais nítida com o projeto de Araripe a questão ultramontana⁸⁰, que deixava sua latência para aparecer com toda a força nos debates posteriores.

Como apresentado acima, em torno dos debates sobre a efetivação do contrato civil para os casamentos mistos e casamentos entre acatólicos destaca-se o movimento de encontro e desencontro das ideias políticas e religiosas nas décadas de 50/60 e no fim do Segundo

⁷⁹ Galante (2008), fundamentada em várias consultas aos registros das sessões e aos Anais da Câmara de Deputados, afirma a não eficácia da lei referida, argumentando que: em 1875 um novo projeto que decidia pelo contrato civil para todos os casamentos, inclusive católicos, de Araripe Júnior não foi mais debatido, apesar da aprovação pela maioria; Campos Sales, então deputado, em 1885, citou em uma das sessões que a lei não tinha eficácia e todos os debates consultados pela autora que se prolongaram até o fim do Império continuavam propondo o casamento civil para salvaguardar os efeitos do casamento entre acatólicos, para ela uma prova de que a lei de 11 de setembro de 1861 não surtiu efeito visto que mantinha essa necessidade de comprovação da celebração diante da religião dos nubentes.

⁸⁰ É difícil estabelecer exatamente a data que entrou no Brasil o tipo de pensamento que, no século XIX, se chamou “ultramontanismo”. Ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (“do outro lado da montanha”), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Usado anteriormente em outros contextos, no século XIX, o dito termo reapareceu descrevendo uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa. (VIEIRA, 1980, p. 32). Para Biasoli (2005, p. 46), “a visão de mundo do liberalismo, fundada a partir dos Direitos Humanos, constituindo o poder livre de toda autoridade religiosa, opunha-se ao projeto da Igreja em todos os sentidos. Não a reconhecia como fundamento para a formação da sociedade e do Estado, combatia a monarquia de direito divino (historicamente vinculada ao poder da Igreja), e propunha um Estado baseado na soberania popular, laico e secularizado”.

Reinado, marcadamente em 1859 e 1875. A presença do ultramontanismo, expressado na postura de Joaquim Pinto de Campos, que certamente não era algo isolado, colaborou para que a questão do casamento misto e do casamento entre acatólicos continuasse sem solução jurídica até a chegada da República, em 1889. A constituição e a solidificação dos campos de forças, tal qual falam Neder e Cerqueira Filho (2007), fica bem expressa nessa conjuntura.

Esse breve panorama do debate do casamento civil ainda no Império nos mostra ainda que, com o advento da República, a questão não é nova e nem vai deixar de apresentar esse campo de forças de forma tão expressa, apesar do fim do regime do padroado⁸¹. Nos jornais pesquisados, apesar de alguns expressarem pontualmente em qual campo de forças estavam, caso da *Pacotilha*, grande parte dos seus redatores vai sofrer daquilo que Neder e Cerqueira Filho (2007, p. 43) descreveram como “questões de foro íntimo, que os colocavam em posições de vivenciar contradições, algumas vezes irreconciliáveis, entre suas crenças religiosas e as posições e funções públicas que exerciam como juristas e funcionários do Estado”. Claro que os jornalistas não eram funcionários do Estado, mas estavam diante da missão também de construí-lo e apoiá-lo na sua forma moderna, com ou sem ressalvas, porque era impossível desfazer o ato político de 1889. O papel da imprensa acabou por aumentar com seu processo de modernização e de crescimento junto ao próprio crescimento das cidades e sua “opinião” sobre os fatos ganhou muita importância e influência na população, seja porque era seu papel mesmo conquistar opiniões, seja porque era a partir dela que boa parte da população analfabeta ou mesmo incapaz de entender a linguagem jurídica dos debates tomava ciência dos acontecimentos. Recheada de termos técnicos, com alusões a autores ou correntes filosóficas em retórica codificada, quase sempre impermeável aos outros setores do social e até inacessível aos não iniciados, a linguagem jurídica era digerida nos debates da imprensa que atingiam a população em geral, que lia ou ouvia as narrativas jornalísticas. Deve-se destacar também a própria característica da escrita usada na imprensa: bem escrita, galante à moda literária. Curioso é que, apesar de não termos informações mais detalhadas sobre os redatores do jornal, das pessoas que publicavam artigos ou faziam parte do editorial, sabemos que eram formados ou eram estudiosos da área de Direito. Isso porque no próprio jornal, apesar dos pseudônimos, outras notas faziam referência aos cargos,

⁸¹ Azzi (1987) define o regime de padroado pelo o patrocínio confiado por Roma aos monarcas da Península Ibérica sobre as novas terras descobertas, pelo qual o rei de Portugal e de Espanha deveriam enviar missionários para suas conquistas, construir igrejas e conventos, fundar paróquias e dioceses, subvencionar o culto bem como remunerar o clero, ficando a cargo da Coroa real a arrecadação dos dízimos eclesiásticos. Gomes (1998) aponta que o padroado concedido à Coroa portuguesa pela Santa Sé tornou o aparelho eclesiástico colonial fortemente dependente do Estado metropolitano e mesmo após a Independência, os imperadores não abriram mão de manter o padroado devido aos interesses de manutenção do papel da Igreja no ordenamento social.

replicava-se um artigo pontuando a profissão dos escritores, etc. Como dissemos anteriormente, na imprensa formavam-se grandes debates que eram muitas vezes respostas às publicações em outros jornais, e essa característica deixa cada jornal, em particular, muito rico para se compreender as ideias e os posicionamentos então. De todo modo, apesar dessa proximidade da área jurídica, não era comum na imprensa a linguagem codificada do Direito. Alguns autores⁸² explicam isso pelo fato de que muitos dos nomes importantes da literatura brasileira do século XIX passaram pelas faculdades de Direito, deixando margem a se pensar que, pela falta de “faculdades de filosofia e letras” à época, os interessados pela literatura viam-se compelidos a ingressar nessas faculdades.

Dentre todas as alterações ocorridas, a chegada da Primeira República viabilizou a inevitável instituição do casamento civil, mas isso foi feito sem prever o divórcio, mantendo-se a indissolubilidade do casamento até 1977. Nesse novo contexto, apesar das novas conjunturas, continuava a querela entre casamento como sacramento. Como já apontamos, para a historiografia, esse fato dá margem a se perceber a especificidade do processo de modernidade no país, visto que, apesar de separada do Estado pelo decreto de 9 de janeiro de 1890, a Igreja lutou e conseguiu conter a força no processo de secularização, desenvolvendo estratégias, a qualquer custo (usando, inclusive, o *conflito* dos próprios intelectuais e juristas que construíam a legislação), para inibir a presença de um republicanismo à francesa.

A influência francesa predominante colocava em pauta, de um lado, a secularização das leis civis, acompanhadas da ideia de casamento como contrato (previsto, portanto, seu distrato – o divórcio). De outro lado, acentuava o individualismo burguês, sendo a família nuclear aburguesada substitutiva da família extensa, concebida holisticamente. Nesse ponto, a rejeição à França no mundo luso-brasileiro, que passava, sem dúvida, pelas questões políticas relacionadas à ideia de revolução e à expansão napoleônica que levou à ocupação da Península Ibérica (bem como a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro), vem acompanhada de outra rejeição, de ordem afetiva e psicológica; agora relacionada às crenças e subjetividades religiosas. A rejeição ao Código Napoleônico implicava a luta ideológica e afetiva contra a ideia de casamento como sacramento, indissolúvel. A codificação aprovada que restringiu o pátrio poder (a partir de vários artigos de cunho individualista, como a maioria plena dos filhos a partir de 21 anos, entre outros) foi tida como influenciada pelo Código alemão (sobretudo pela intervenção marcante de Rui Barbosa no processo de discussão parlamentar de reforma do Código) [...] Os interesses do velho senador, tanto em retardar a aprovação do projeto de Código elaborado por Clóvis Bevilacqua quanto em deitar véus sobre a formação ideológica que influencia as leis civis brasileiras, devem ser analisadas tendo em vista, de um lado, seu pragmatismo político, e, de outro, suas filiações religiosas, alinhadas ao catolicismo ilustrado (como a maioria dos intelectuais e políticos brasileiros, mesmo aqueles tocados pelo liberalismo). (NEDER E CERQUEIRA FILHO, 2007, p. 35-36 – grifo nosso)

⁸² Sobre essa questão cf., Ângela Mendes de Almeida, *Família e modernidade: o pensamento jurídico brasileiro no século XIX*; Sérgio Adorno, *Os aprendizes do poder – o Bacharelismo na política brasileira*; Alberto Venâncio Filho, *Das arcadas ao bacharelismo*; Alfredo Bosi, *História Concisa da literatura brasileira* e Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira*. Ver bibliografia.

Rui Barbosa aparece assim como peça fundamental para se compreender as resistências desenvolvidas no campo do Direito no Brasil em relação às ideias francesas oriundas da codificação napoleônica. Os autores apontam essa sua influência então em dois sentidos: ele teria vocalizado a procedência germânica porque intuía que a revelação da influência francesa produziria, entre a maior parte dos juristas brasileiros, uma má recepção do projeto, dada a orientação católica romana de combater a modernidade e o liberalismo, sobretudo de origem francesa; tendo ele, em suas atuações nas codificações pós-proclamação da República, preocupações com a absorção dessas mesmas ideias francesas, ele teria agido antecipando a transferência do registro civil e do casamento para o Estado, numa lei extraordinária (Lei do Registro e do Casamento Civil, de 1890) que, como o Código Penal (também de 1890), antecede a própria Constituição Republicana, pronta somente em 1891. Com essa ação antecipatória, Rui Barbosa teria garantido a exclusão do divórcio e da ideia de dissolução dos laços matrimoniais e garantiria também um controle penal repressivo e autoritário, no qual, na ausência de leis trabalhistas, estabelecia condições jurídicas muito rígidas de punição e controle dos trabalhadores pobres e agora já livres dos laços de servidão. (NEDER E CERQUEIRA FILHO, 2007; RODRIGUES, 2008). Com a Primeira República, então, renovam-se os conflitos, mantém-se os campos de força e conserva-se a antiga querela na qual o casamento estava desde o Império: é ou não é um sacramento? Deve ou não deixar de sê-lo?

2.6. Casamento civil indissolúvel: convivências e exclusões

Os conflitos que envolveram o casamento no alvorecer da República traziam à ordem do dia não só questões do período político anterior, mas decisões tomadas pela Igreja alguns séculos antes. Não era a primeira vez que o casamento era alvo de disputas e tergiversações. Como tratamos no início deste capítulo, o caminho que levou o casamento a ser um dos pilares da religião cristã foi longo e só em 1545, com o Concílio de Trento, este foi transformado em um dos sacramentos⁸³. Ponto de reafirmação dos preceitos da religião

⁸³ No início deste capítulo, a via *crucis* que na realidade foi a assimilação do casamento dentro do *corpus* doutrinal da Igreja foi apresentada em linhas gerais. Os pontos nevrálgicos e limites, a tendência a incorporar em si o estranho, ou simplesmente expurgar de seus dogmas qualquer tipo de “acidente” ou intrusão inconveniente, mostram bem a força e o poderio que de algum modo sustentou por quase dois milênios a Igreja. O matrimônio como pecado vil e desprezível, como *remedium animae*, como contrato, acordo, *debitum*, etc, demonstra bem

católica apostólica romana em virtude do crescimento do protestantismo, Trento não se limitou a isso. Como afirma Vainfas (2010, p. 31 e 32)

(...) eixo da chamada Contrarreforma, nenhuma disposição de combate aos reformadores, nenhuma grande inovação de ordem jurídica, mas tão somente a reafirmação de dogmas, sacramentos, estados que a Igreja defendia desde, pelo menos a Reforma Gregoriana dos séculos XII e XIII. Este concílio publicou diversos cânones no sentido de fortalecer os sacramentos e a exaltar o papel da Igreja e de seus representantes perante a sociedade. John Bossy nos lembra, a propósito, que a principal obra do Concílio repousou menos na renovação legislativa da Igreja do que na mudança de atitude em relação aos velhos códigos: nova disciplina com respeito à hierarquia eclesiástica; homogeneização da pastoral e da prática sacramental junto à massa dos fiéis; reforço da autoridade episcopal. Mas já nesse ponto, em meio à simples reafirmação da tradição eclesiástica romana, percebe-se o movimento de avanço do catolicismo e da Igreja, fruto da profunda autocritica de tempos idos, e que marcaria decisivamente o conjunto das sociedades europeias e não europeias nos tempos modernos.

Com esse objetivo reformador e buscando conter os erros que desviavam os fiéis e os próprios clérigos dos sacramentos, o Concílio reafirmou dogmas e formulou novas diretrizes para serem seguidas pelos católicos; diretrizes essas apoiadas no passado conturbado, mas progressivamente organizado e unificado em torno do casamento.⁸⁴ Isso permitiu à Igreja meios de combate naquele presente histórico e avanço em direção aos tempos modernos. Contraditoriamente a Igreja afirmava-se na modernidade apoiada na tradição eclesiástica romana ao tempo em que empreendia a modernização de sua postura que fundamentalmente significava, como escreveu Vainfas, a mudança de atitude com relação aos velhos códigos, mas não a mudança dos códigos/dogmas em si.

A partir de Trento, o casamento, considerado um sacramento, passou a ser doutrinado pela Igreja obedecendo a um ritual litúrgico e foi definido como um “vínculo perpétuo e indissolúvel”, expressão do primeiro pai do gênero humano, quando disse por inspiração do divino Espírito, para a mulher, que ela era carne de sua carne e pela qual, para confirmar a

toda uma violenta e aguerrida torção nos discursos nos quais a Igreja pôs em prática suas diretrizes e vozes de comando, sua máquina de vigilância: a Inquisição, a confissão, seus tribunais e sentenças, exercendo o controle em praticamente todos os setores da vida, projetou a Igreja sobre o Ocidente sua gigantesca sombra. Essa ética jurídica se ateve ao domínio e controle dos atos e práticas dos cônjuges, estipulando sua ordem, grau e valor: proibidos, permitido, execráveis, veniais ou mortais, etc.

⁸⁴ Ao lado de Foucault pode-se realmente colocar em suspeita o conceito de “uma moral cristã” e estar atento aos aperfeiçoamentos, mudanças, crises e irrupções que assaltaram toda a cristandade, desde seu núcleo híbrido; infiltrado pelas mais diversas correntes do pensamento Ocidental, que só muito demoradamente, deixaram entrever por dentro esse emaranhado, essa justaposição de discursos e vozes, toda uma história multifacetada, que poderia muito bem por a baixo a concepção de uma única e mesma moral. Houve sempre na Igreja, no seu discurso, a mobilidade, a troca de posição, a forma estranha, de soslaio, para afirmar algo quando queria, por outro lado, quando lhe convinha, o julgamento era estabelecido, sem ambiguidades, sem rodeios, pela Palavra e pela ordem do Reino de Deus. É inegável que há um Ideal dentro da Igreja desde o seu começo. A religião cristã se prontificou a assumir esse compromisso de re-ligar o homem e Deus, através de seu Messias, Cristo; porém, é também inegável que a história arrastou de lá para cá, como que golpeado por mãos invisíveis, o destino da Igreja: suas atribulações, suas tentativas de atravancar a ciência nascente no século XVII, ou mesmo no XVI, os espíritos que de algum modo e por conta própria reivindicaram novos paradigmas para o conhecimento.

união, deixaria o homem a seu pai e a sua mãe. Esse vínculo indissolúvel era garantido pela afirmação de que “o que Deus uniu, o homem não separe”.

Se esse era o significado maior do casamento, a reforma tridentina para o ritual que garantia esse vínculo indissolúvel era uma celebração pública, às portas da igreja, na presença de um sacerdote e de duas testemunhas. A cerimônia consistia basicamente nas palavras de mútuo consentimento expressos pelos contraentes *in facie Ecclesiae*, pronunciamento que era abençoado pelo *ego conjugo vos* proferido pelo sacerdote ao final da celebração.

Como o próprio Concílio exigia que as regiões tivessem legislações religiosas específicas, atendendo as necessidades locais sem deixar de seguir os preceitos tridentinos, os bispados portugueses passaram a criar suas leis e, no Brasil, a única legislação eclesiástica, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, abordou vários temas em seus cinco livros que visaram gerir a população e incluía, por isso, naturalmente, o casamento. A legislação do reino, as *Ordenações Filipinas*, foram compiladas também sob a influência de Trento em 1595, dando novo realce ao direito canônico e revogando disposições anteriores do direito civil português. Portugal, sendo um país católico, passou a adotar os cânones preconizados pela Igreja e o Brasil, colônia deste, aderiu à nova legislação.

Não obstante o Brasil haver deixado de ser colônia de Portugal, a legislação portuguesa continuou a vigor em solo brasileiro. Após a independência política em 1822, a Lei Imperial de 20 de outubro de 1823 confirmou a vigência das *Ordenações Filipinas* no Brasil e o direito das famílias continuava sendo regido pela Igreja. Com as tentativas de fabricação de um código civil fracassadas e com os debates sobre casamento civil tratados e emperrados na esfera legislativa durante o Império, até 1889 ainda vigoraram no Brasil as *Ordenações Filipinas*, datadas do ano de 1603. Uma vez fundamentadas no Direito canônico, as ordenações portuguesas que regiam o direito das famílias só reconheciam, assim, como casamento aquele realizado sob a égide da Igreja Católica. Após a proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado, como a iniciativa de construção de um código civil demorou, em relação ao direito de família, suas leis vigoraram até 1916, apesar do casamento ser validado, no aspecto da formalização, pelo Estado a partir de 1890.

Na visão do próprio Beviláqua, responsável pela construção do código civil na República, o casamento religioso penetrou nas instituições brasileiras desde os primeiros tempos de sua existência e os religiosos combatiam as uniões que não eram reconhecidas pela Igreja, tentando extirpar o desregramento moral através do matrimônio, colaborando, assim, com os interesses do Estado de incrementar o povoamento da colônia e depois organizar a vida social do Império. Funcionado como um forte instrumento de colonização e de

ordenamento moral, a Igreja influenciou notadamente o ordenamento jurídico brasileiro, monopolizando a celebração do casamento ao elevá-lo à categoria de sacramento e com isso controlando a menor, mas estrategicamente situada, instituição da sociedade: a família. Se a principal instituição do direito das famílias era controlada e regulamentada pelo direito canônico, sua ideologia era também em muitos aspectos, senão em todos, fundamentada no cristianismo. Mas, ainda segundo Beviláqua, após 1890, a influência católica teria diminuído consideravelmente, já que o Estado passou a intervir no reconhecimento dos matrimônios pela lei do casamento civil.

A partir dessa afirmação de Beviláqua, é preciso, então, perguntar o porquê dessa demora em aprovar o código civil brasileiro, bem como o que significou a decretação do casamento civil nas imediações do ato da proclamação antes mesmo da Carta Constitucional. É preciso também questionar o quanto essas duas ações influenciaram a transformação da família e qual o caráter dessa transformação. É preciso, por fim, questionar se isso teria diminuído de fato a ingerência da Igreja nesse assunto, o que significou o casamento civil.

As afirmações de Beviláqua, de que a influência católica teria diminuído progressivamente, também podem ser vistas menos como realidade e mais como resquícios de uma leitura de época que marcava, como mostramos, a aproximação excessiva entre secularização e República – aproximação que garantiria a modernidade. As próprias disposições liberais no código que escreveu serão rejeitadas e este documento, ao final, será bastante conservador. A modernidade brasileira não se fez sob o signo da revolução, da transformação radical; e sua chegada no solo brasileiro não encontrou condição propícia para se efetivar em sua “completude”, se entendida à maneira francesa. A modernidade teria se defrontado com o caráter tradicional e clerical da cultura brasileira e apesar de esforços, como do próprio Beviláqua, para imprimir as inovações; essas imbricaram-se e misturaram-se no caldo ambíguo que a sociedade brasileira já vivia desde o Império: o confronto entre liberalismo e clericalismo.

Como dissemos acima, Caulfield (2000), afirma que o código de Clóvis Beviláqua foi considerado uma “concessão mútua entre os inovadores, como ele próprio, e aqueles que lutavam para preservar as ‘tradições brasileiras’”.

Embora Beviláqua e outros jovens reformistas concordassem com os juristas e parlamentares mais conservadores que a família justificava a supressão da liberdade individual das mulheres, havia discordâncias sobre a amplitude dessa supressão. Beviláqua queria adaptar o direito civil ao que entendia como família moderna – uma família constituída por amor e respeito mútuo e não pela arcaica base egoística da autoridade. Ele acreditava que por natureza os homens e as mulheres deveriam exercer funções fundamentalmente diferentes, mas igualmente nobres e elevadas na família e na sociedade. Visto que os homens continuavam os chefes naturais da

família, era necessário que tivessem certa autoridade sobre as esposas, mas isso não deveria anular o princípio jurídico da igualdade. (CAULFIELD, 2000, p. 64)

Essas palavras deixam o questionamento sobre os limites da noção de liberdade que as próprias condições daquele presente histórico guardaram no Brasil e, sobretudo, deixa a interrogação sobre quais bases estavam firmadas a noção de indivíduo. Mesmo aos mais inovadores, a igualdade entre os gêneros parecia estar distante e talvez nem fosse desejada – a discordância sobre a “amplitude da supressão” deixa entrever a presença de uma noção de autoridade, não nas mesmas bases patriarcalistas, mas ainda assim autoridade.

A explicação para esse limite da compreensão do indivíduo pode estar na própria concepção de família: esta estava carregada de sentido político de semente do Estado e o casamento era o centro da legislação, ou seja, o núcleo marido-esposa-filhos e não havia espaço para sua concepção como lugar de desenvolvimento pessoal com a individualização das relações de família – a família como grupo homem-mulher-crianças.

A explicação para ambos os casos pode estar nas escolhas políticas tomistas, herança portuguesa. Como já afirmamos anteriormente apoiados nos estudos de Neder e Cerqueira Filho (2007, p. 38), a passagem à modernidade em Portugal e no Brasil inscreveu-se em um dos projetos da modernidade da cristandade ocidental e produziu efeitos de longa duração. Sendo uma escolha política e ideológica por um projeto moderno-conservador, calcado no esforço da conciliação, esse processo não pode ser lido sob o signo do atraso ou da falta, sob o risco de ser mais estereotipado que compreendido. A escolha política tomista dessas duas formações históricas implicou em uma opção pelo conservadorismo político que marcou uma visão hierárquica do mundo. E o tomismo, historicamente hegemônico na Península Ibérica, já tinha acolhido e subvertido o individualismo e a concepção de indivíduo no século XVI e irá financiar todo esse processo moderno. Observando que a ideia de indivíduo, apanágio do humanismo renascentista, inscreve-se como problemática filosófico-teológica muito mais cedo do que costuma ser reconhecida e remonta desde os primeiros grandes pensadores da cristandade ocidental, os autores afirmam:⁸⁵

O tomismo fundamentou, portanto, uma rígida hierarquia social calcada na diferenciação social e jurídica segundo a “qualidade” da pessoa. Politicamente implicou a reificação do um processo de sacralização da política, cujos efeitos políticos e ideológicos manifestaram-se (manifestam-se ainda) por meio de uma forma muito particular de encaminhar o processo de laicização do poder, desde fins

⁸⁵ Os autores fixam-se em Santo Agostinho, o mais conhecido desses pensadores, nas suas *Confissões* e reafirmam que o Renascimento não inventou a ideia de indivíduo, mas laicizou-a e remeteu-a a uma concepção mais antropocêntrica. Cf. o artigo “Alguns aspectos do confronto entre iliberais versus liberais em Portugal (meados do século XVIII ao início do XX)”, IN: *Idéias jurídicas e autoridade na família*, ver bibliografia.

do século XVIII, com o projeto moderno-conservador do pragmatismo pombalino. (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p. 39)

Os autores mostram que apesar das características do individualismo português parecerem-se com as consideradas clássicas pelo pensamento político burguês (o homem é o centro da ordem jurídica, seus direitos são invioláveis e sagrados, todos os homens nascem livres e iguais e são igualmente tratados do ponto de vista jurídico apesar da raça, crença ou condição social), os sujeitos históricos envolvidos nesse processo de modernização vão imprimir conciliações conservadoras às diretrizes modernas senão nas legislações, no exercício delas. Um dos exemplos dado para o caso português é o do compilador do Código Civil Luiz A. Seabra. Segundo os autores, ao ser questionado por Teixeira de Freitas (brasileiro, que não teve seu Código aprovado) por não considerar o casamento como sacramento nos termos sagrados e santificados do Direito canônico, Seabra respondeu que a concepção de contrato antecede, em termos históricos, a instituição do sacramento e mesmo da própria Igreja⁸⁶; mas acrescenta que o casamento é um contrato de direito natural e civil que “a lei da Igreja abençoa e santifica” – aparecendo assim a conjugação do moderno (contrato) com o conservador (sacramento) e caracterizando o afastamento da concepção liberal e burguesa de contrato para sustentar a ideia sutil “do contrato que se quer contrato e, por outro lado, não é passível de pleno distrato” (NEDER E CERQUEIRA FILHO, 2007, p. 73).⁸⁷

No Brasil, os resquícios dessa polêmica trarão consequências e ela explica em grande parte o atraso da aprovação do Código Civil que embora tenha se iniciado antes do início da República, só será finalmente aprovado em 1916, vigendo a partir de 1917. Analisando essa documentação e apoiados em todas essas leituras, as resistências ao liberalismo do tipo francês ficam evidentes.

Um primeiro exemplo pode ser mencionado nesse aspecto: seguindo o princípio da inovação e da liberdade, Beviláqua usou a expressão “todo ser humano” em seu projeto original para se referir aos direitos e obrigações. No entanto, a comissão legislativa revisora, que teve a participação de Rui Barbosa, retificou a frase, escrevendo “todo homem”. Tem-se destacado essa retificação como significativa. E mesmo com a tréplica de Beviláqua explicando que essa mudança era apenas filológica e refletia uma tradição jurídica romana

⁸⁶ No tópico 2.1 desta tese procuramos discutir como a Igreja Católica naturalizou o seu poder longamente constituído sobre o casamento, que perde o seu sentido de contrato tornando-se um sacramento, portanto, indissolúvel.

⁸⁷ Neste texto “Alguns aspectos do confronto entre iliberais versus liberais em Portugal (meados do século XVIII ao início do XX)”, os autores dão vários exemplos dessa conciliação, que ocorreu com vários outros autores portugueses e brasileiros.

que incluía por inferência as mulheres em todas as referências universais feitas ao “homem”, a comissão sequer acatou o argumento e manteve a correção do texto.

Com a aprovação do código após as revisões, muitas das disposições liberais serão “revisadas”. O Código Civil de 1916 reproduziu as diferenças de gênero ao não conceder, por exemplo, às mulheres casadas o direito de se representar legalmente. Também distinguiu à maneira das *Ordenações Filipinas*, sujeitos jurídicos “capazes” e “incapazes”. No Código de 1916 as mulheres não possuíam os mesmos direitos que os homens, o que por si só já feria o princípio constitucional de igualdade perante a lei; e somado a essa desigualdade entre homens e mulheres, ao final, nem essas últimas mesmas eram iguais entre si – elas eram honestas ou desonestas, capazes ou incapazes. O que definia esse enquadramento era a posição de cada uma dentro ou fora da família.

Dessa maneira, conforme afirma Caulfield (2000, p. 64; 66)

o código civil de 1916 não modernizou as distinções legais entre mulheres “honestas” e “desonestas”. Como acontecia na vigência das Ordenações, o marido podia pedir anulação do casamento se descobrisse que a noiva já não era mais virgem ou qualquer outra evidência de desonestidade prévia, agora considerada “erro essencial sobre a pessoa”. De acordo com outra lei derivada das Ordenações Filipinas, as filhas desonestas ou impudicas estavam sujeitas a deserção, essa condição não se aplicava aos filhos. A desonestidade das mulheres era uma ofensa grave; os outros comportamentos que poderiam resultar na perda dos direitos filiais eram a agressão criminosa à honra dos pais e o parricídio. (...) Os maridos eram legalmente capazes, o que significava que poderiam representar a si próprios e à esposa e filhos perante as instituições públicas, incluindo a Justiça. Como cabeça do casal e detentores do pátrio poder, os maridos podiam determinar onde seus dependentes iriam viver, se e quando iriam trabalhar e como os bens da família seriam administrados. A condição “inativa” das mulheres casadas no direito constitucional era equivalente à sua “incapacidade” no direito civil – mais uma vez uma condição que as igualava aos menores de idade, aos insanos e aos índios sob proteção do Estado.

Além disso, Caulfield aponta que o código restituiu as diferenciações contidas nas leis Filipinas entre os filhos espúrios e os naturais, retroagindo a um debate que ocorrera ainda no Império quando essas distinções foram eliminadas pela lei nº 463 de 1847. Na ocasião, apesar da eliminação das distinções, foram mantidas as restrições ao direito de pais de reconhecer voluntariamente os filhos ilegítimos e rescindidos o direito destes de demandar e reconhecimento pelos pais – o que gerou uma polêmica e a lei foi acusada de ser retrógrada, polêmica respondida pelos legisladores imperiais como necessária à paz das famílias, à ordem e moralidade públicas e a garantia da propriedade. O esboço original de Beviláqua restabelecia os direitos tradicionais dos filhos ilegítimos, incluindo tanto naturais como os espúrios, de receber dos pais meios de subsistência e herança; mas, a “influência reacionária”

de seus oponentes resultou em restrições que tornaram o código “menos liberal do que a legislação filipina”.

Nessa medida, a modernização e a renovação introduzidas no Brasil, mesmo quando da chegada do regime republicano, não implicou em um movimento ideológico e político radical, nos quais os efeitos práticos redundassem em transformação do *status quo*. E fruto dessa permanência, o Código Civil de 1916 ainda guardou em seu texto muitas posturas reacionárias.

É preciso destacar que, com os eventos pós-revolução francesa e os conceitos que foram defendidos na ocasião, em relação ao modelo de família não se tinha outra referência de peso que não o modelo cristão. Não só o Brasil forjou-se na própria construção do cristianismo, mas o próprio Ocidente, e o que se tinha naquele momento era o peso desse passado. Ao olhar para frente, a bandeira da modernidade apenas oferecia novos caminhos para a família, mas eles ainda não tinham sido experimentados e não garantiam a permanência do *status quo*, que era, certamente, desejável por muitos dos construtores desse processo no Brasil.⁸⁸

Outras ambiguidades do Código Civil de 1916 em relação à família e as aproximações entre Estado e Igreja a partir das resistências capitaneadas pela ala conservadora dos juristas podem ser apontadas. A própria decretação da separação entre Igreja e Estado e do casamento civil anteriores à Constituição de 1891 deixam indícios da influência da Igreja nos negócios do Estado em relação à família e representam também algumas permanências reacionárias em nossa legislação.

Em relação à elaboração da Constituição de 1891, com menos de vinte dias de proclamada a República, o Governo Provisório brasileiro, pelo Decreto nº 29, de 3 de dezembro de 1889, nomeou uma Comissão de cinco membros para elaborar um projeto de Constituição. A comissão iniciou seus trabalhos em janeiro do ano seguinte e os membros decidiram elaborar projetos separadamente, para integrá-los posteriormente a uma síntese final. Da primeira fase do trabalho, resultaram três projetos: Um de Antônio Pedreira Magalhães Castro, outro de Américo Brasiliense de Almeida Melo, vice-presidente da Comissão, e um terceiro de Francisco Rangel Pestana e Antônio Luís dos Santos Werneck. O

⁸⁸ Na tese de doutorado de Emanuela Ribeiro Sousa (ver bibliografia) encontramos uma boa análise sobre o projeto de construção da identidade nacional brasileira, fundamentada no catolicismo a despeito do processo de secularização, à época da Primeira República. Esse formato, segundo a autora, foi aceito porque seus elementos convergiam com os anseios da sociedade republicana, fornecendo, entre outras coisas, respostas aos intelectuais brasileiros sobre a origem e o futuro da nação, colando a simbologia nacional à do catolicismo. Nesse sentido, este trabalho lance elementos importantes para compreender a permanência desse modelo católico familiar aos anseios de transformação moderna da família.

Presidente da Comissão, Joaquim Saldanha Marinho, não apresentou nenhum projeto. Como havia divergências sobre os pontos fundamentais, Rangel Pestana foi encarregado pela Comissão de redigir o texto final, apresentado ao Governo Provisório a 24 de maio de 1890. Mas foi somente em 23 de outubro de 1890 que o texto foi assinado e submetido à Constituinte, pois o projeto Saldanha sofreu críticas e foi redigido. Em 22 de novembro de 1890 foi eleita uma Comissão de 21 membros, um de cada Estado, para dar parecer sobre o projeto em questão, o que ocorreu na sessão de 10 de dezembro de 1890. Quase todos os 21 membros desta assinaram o projeto “com restrições”, prolongando os debates até 23 de fevereiro de 1891, dia anterior à solene promulgação da Constituinte.

Como se vê, o decreto nº 119A (de 7 de janeiro de 1890, que separou a Igreja do Estado, proibindo a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagrando a plena liberdade de cultos, extinguindo o Padroado e estabelecendo outras providências) e o Decreto número 181 (de 24 de janeiro de 1890, que promulgou a lei sobre o casamento civil) não esperaram esse trâmite constitucional e a antecederam em mais de um ano. A verdade é que, antes de aprovada a Constituição Republicana, o Governo Provisório legislou por meio de atos que hoje chamaríamos de decretos-lei, e esses decretos foram quase imediatos ao ato de 1890.

Com os debates existentes já desde o Império, pode-se dizer que a decretação do casamento civil era inevitável. Essa percepção das datas dos decretos gera interrogações sobre a “pressa” de suas promulgações. Claro que a República implicaria nessas questões, elas já causavam discussões antes mesmo dela, mas alguns autores⁸⁹ têm visto a promulgação em forma de decreto-lei pode sinalizar um artifício do Ministro das Finanças, Rui Barbosa, para contornar de uma forma mais apropriada as relações entre o Estado e a Igreja, o que denotaria, entre outras coisas, seu conservadorismo em matéria judiciária e a continuidade da interferência clerical no poder secular.

Procurando compreender os possíveis interesses de Rui Barbosa em aprovar o seu decreto em detrimento dos dois outros assinados por Demétrio Ribeiro, tem-se apontado a sua relação com D. Macedo Costa, seu ex-professor, o qual foi consultado e colaborou na escritura do decreto. Nas palavras do próprio ministro, o decreto de 7 de janeiro de 1890, ao contrário do que vinha se alardeando, não foi obra da escola positivista, mas fruto dos quinze anos de sua luta pela liberdade religiosa e que como membro do Governo Provisório, com

⁸⁹ Cf. *Idéias jurídicas e autoridade na família*, de Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho; a tese de doutorado de Fabiana Rodrigues, *Ideias jurídicas, família e filiação na passagem à modernidade no Brasil 1890-1940*. Ver bibliografia.

trabalhos publicados sobre o assunto, foi incumbido de apresentar uma solução. Ele teria se referido ao decreto como a “mais discreta solução” e afirma que para redigi-lo teve repetidas conferências com o Bispo do Pará. O tom apaziguador das palavras de Rui Barbosa levou esses autores a pensar não só a figura de Rui Barbosa como representante de um liberalismo conservador, em oposição ao republicanismo radical; mas, sobretudo, a repensar em quais bases estariam esta separação entre Igreja e Estado no início da República que fora garantida pelo decreto de 9 de janeiro. Não estaria aí o primeiro acordo republicano firmado com a Igreja Católica no Brasil? (NEDER, 1995; RODRIGES, 2008.)

Somado a isso, Rodrigues (2008, p. 46) afirma que a decretação da lei do casamento e do registro civil (assim como a promulgação do Código Penal de 1890) também antes da Constituinte de 1981, “teve uma intenção antecipatória para garantir um suporte legal-institucional autoritário e repressivo as tecnologias de controle social” e que, quando confrontada com os debates que já vinham sendo realizados desde meados do XIX na Câmara de Deputados, “representa concretamente um atraso na codificação brasileira e pode ser apreendido como uma espécie de vitória dessa nova corrente mais conservadora na ‘quebra de braço’ entre Igreja e Estado”.

Tudo isso demonstra divergências entre as autoridades públicas sobre o modelo de família a ser defendido, também reforça a importância política da instituição - a família continuaria a ser a instituição civil mais importante do novo regime e sua “harmonia” requeria que fossem mantidas as diferenças entre os direitos dos homens e das mulheres – essa preocupação com a “harmonia” irá perpassar a Constituição de 1891, o Código Civil de 1916 e o Código Penal de 1890 – ou seja, o Direito brasileiro. E se as resistências atingiram as relações entre os membros da família, o divórcio também será ponto de discórdia e alvo de preocupação. Alguns juristas e parlamentares mais radicais tentaram utilizar a própria abertura do direito canônico e imperial que guardava o direito do livre-arbítrio na escolha dos cônjuges para permitir o divórcio, mas a oposição a ele era grande. A preocupação com o divórcio e o debate que ele suscitou também explica o atraso na aprovação da legislação. Ao final, o código civil manteve então o desquite, ou seja, a separação dos corpos e bens sem direito de contrair novas núpcias. E sem esquecer do princípio da honestidade/desonestidade, se a esposa fosse pobre e não tivesse ofendido a honra do marido, ela tinha o direito de receber dele uma pensão alimentícia e meios de subsistência para os filhos; mas esse direito era perdido caso o comportamento dela após a separação fosse desonesto ou ela mantivesse relações sexuais com outros homens.

Como vimos até aqui, durante todo o período em que se discutiu a reforma das leis civis no Brasil, a defesa ou a resistência ao casamento civil e as implicações deste dividiram opiniões. Sobretudo, as forças do conservadorismo clerical e dos patriarcas retardaram o quanto puderam a transferência das mãos da Igreja para as do Estado de todo o registro civil, mormente em relação ao matrimônio. Isto porque, uma vez colocado em mãos civis, o casamento deixaria de ser um sacramento e passaria a ser considerado um contrato. Todo contrato, em termos jurídicos, prevê o distrato. Portanto, a questão da indissolubilidade do casamento e o problema do divórcio que podia decorrer disso atçou a discussão e redobrou os cuidados. E a afirmação do desquite deixou no ímpeto modernizador brasileiro, marcas de um conservadorismo às avessas. Não se pode esquecer que, ainda que represente essas mudanças, a não previsão do divórcio, o atraso na aprovação do código civil e as “adaptações” das ideias modernas no território nacional dada a força da mentalidade familiar rural são sintomas de permanências de uma cultura política e jurídica fortemente assentada em concepções tomistas e absolutistas sobre o poder, a hierarquia e a obediência.

Mas um fantasma da modernidade perseguia nossos juristas: era o Código Napoleônico que, em todos os países ocidentais serviu de modelo jurídico para a passagem do Antigo Regime para o modo de dominação burguesa, definindo sobretudo os parâmetros da propriedade privada. Ora, entre outras coisas, o Código Napoleônico eliminava o casamento religioso (bem como o controle do registro de nascimento e de morte pela Igreja católica), instituindo o casamento civil. Entendido como um contrato, esse casamento, como qualquer contrato, era dissolúvel. Durante toda a segunda metade do século XIX e o início do século XX os meios jurídicos e o Estado debateram-se ante o dilema de aceitar a modernidade do código modelo, com a laicização da vida civil e a separação entre Igreja e Estado, mas ao mesmo tempo conservar a indissolubilidade do casamento, tão cara aos católicos e tão necessária à conservação do patrimônio familiar e à submissão da mulher ao pátrio poder. Ante tal dilema, inventaram um casamento civil híbrido, meio contrato, porém indissolúvel por causa do caráter religioso que ligava a família, como sociedade “natural”, para sempre. Assim o Código Civil de 1916 inventou o “desquite”, que nada mais era do que o antigo divórcio das Ordenações Filipinas, separação de leito e de casa sem direito a novo casamento. A mudança de nome serviu para não confundir com o divórcio do Código Napoleônico, contrato dissolúvel. Como se sabe foram necessárias seis décadas para que finalmente o divórcio fosse instituído em 1977. Eis como, no âmbito específico da legislação jurídica relativa à família e ao casamento, a modernidade foi expurgada daquilo que contrariava as nossas “tradições”, ou seja, a mentalidade da família patriarcal rural escravista. (ALMEIDA, 2001, p. 8 e 9)

Assim, aparentemente, os limites dos poderes espiritual e temporal tornaram-se mais claros depois da separação entre a Igreja e o Estado, no início da República, em 1889. O Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, dispunha que “o casamento, em virtude das relações de direito que estabelece, é celebrado sob a proteção da República”, mas facultava aos nubentes a celebração religiosa depois do casamento civil. Dada a forte presença da Igreja na sociedade e

sua indispensabilidade até algum tempo atrás para o ordenamento social, apesar de todo esse esforço “conservador”, percebe-se a pouca harmonia das transformações quando essa disposição foi revogada com outro decreto, o de nº, 251, de 26 de julho de 1890, impondo restrições à atividade eclesiástica. Não eram só os juristas e demais intelectuais que tinham resistências afetivas às mudanças, pois comprovou-se que, sem o devido controle, as pessoas voltavam as costas para a lei, preferindo o casamento religioso. Era natural que isso ocorresse, mas muitos viram nisso a dificuldade do Estado de impor seu projeto de modernização, mediante o “atraso” que representava a mentalidade católica.

Se esse conflito pode ser compreendido quando expresso pelos juristas, homens de estudo que mesmo influenciados pelas ideias iluministas mantinham intactas ou fortes as suas crenças, ainda que dentro de um dilema; quiçá quando ele se expressa pelas atitudes da população em geral. Ora, o casamento não é só mais um ato da “vida civil”. Como os jornais deixaram claro, o casamento é um marco, um evento onde as pessoas depositam expectativas, esperanças, projetam suas vidas e ritualizá-lo, portanto, extrapola as consequências civis e jurídicas decorrentes de sua cerimônia. Nos jornais estava expresso o significado desse rito, a dimensão que ele alcança, os anseios que se espera de sua realização e, portanto, a recusa da população em fazê-lo diante de um juiz, alguém estranho que não eleva a cerimônia, nem leva à memorização eterna o seu feito e efeito – essa expectativa coincidia com o casamento cristão, da forma mesma que o Concílio de Trento conseguiu afirmar.

Percebe-se, pois, o impacto da chegada da República na vida das pessoas. Se o povo não viu nem participou de sua proclamação⁹⁰, isso não o impediu de sentir os seus efeitos. Ainda que a República, a partir dos seus idealizadores, tenha se preocupado com a

⁹⁰ No Jornal Pacotilha, em 2 de dezembro de 1892, encontramos o seguinte texto: “[...] A 15 de novembro de 1889, em todo o Brasil aonde vai o telégrafo, chegou, correu e espalhou-se, no meio do mais profundo estupor, esta notícia insólita, inesperada, súbita: - foi proclamada a república no Rio de Janeiro. E os pormenores que foram chegando informaram que aquilo se fizera como nas mágicas, em um abrir e fechar de olhos, por meia dúzia de batalhões revoltados, sem sangue, sem luta, sem resistência sequer; daí acabando a poucas horas, burocraticamente, por uns decretos de uma junta do governo que a si mesmo se elegeu e constitui militarmente por um desfile dos batalhões, através de uma multidão heterogênea e heteroclita, pasma e embasbacada. A quinhentos metros do lugar em que tombaria uma instituição que, como o reino, era quase secular, não se lhe ouviu o ruído da queda e menos se sabia que havia caído tão mínimo e débil fora o derradeiro suspiro da monarquia agonizante. [...] Entretanto, o governo constituído, decreto sobre decreto, começa a sua obra de construção ou de reconstrução, se quiserem”. Esse texto reforça dois aspectos já cristalizados desse evento da proclamação da República na historiografia: a de que ela se deu sem a participação popular, este assistiu a tudo “bestializado”; a de que ela foi efetivada por vários grupos com ideias distintas sobre “república”, do que se costuma deduzir uma falta de identidade republicana, pois os descontentes se uniam pelo entrave que a Monarquia representava para essas “ideias novas”, e diante delas nem queriam se livrar da Monarquia pelo mesmo motivo. Cf. José M. de Carvalho, *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 24-29. Sobre o aspecto do liberalismo excludente, ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi* e o conjunto de artigos publicados sob a organização de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Salgado, *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Ver bibliografia.

radicalidade das mudanças deixando espaço para concepções da Igreja, num país de formação católica como o Brasil, esse impacto não poderia ser menor, porque a relação dos fiéis com a Igreja era uma relação aproximada, de cuidado e conflito, certamente; mas de obtenção da tranquilidade e graça para sobreviver – Trento e a “pastoral do medo” já eram vitoriosas em 1889.

As notícias registram assim a pressa para casar da população entre 24 de janeiro a 24 de maio de 1890, período em que os casamentos católicos ainda eram válidos. Segundo os jornais, não teria sobrado véus nem grinaldas, sequer as folhas de laranjeiras que abençoavam os casamentos. Se alguém quisesse desertar das fronteiras do celibato, caindo sem resistências no fluxo da correnteza, não encontraria os elementos necessários à realização da cerimônia matrimonial. A crítica elaborada à maleabilidade da Igreja em realizá-los sem muito rigor também estava impressa nos jornais. “Só não casou quem não quis”. “A Igreja não quis de toda a cristandade indígena deixar um par sequer exposto a comprometer as almas amantes na formalidade legal do casamento civil; e toca a casar”. Era querer e a “estola do padre apertava o nó”, “todas as dispensas facilitadas”, “todos os impedimentos removidos” e “obviada aquela massada de banhos, tudo se limpava e ficava em família”.⁹¹

Assim, como vimos, apesar das demandas em relação ao casamento civil não se iniciarem com a República, esses debates vinham desde o Império, a própria ideia de casamento civil deixou parte da população reticente. E essa “parte da população” incluía não só aquelas pessoas muito religiosas, não instruídas: a própria intelectualidade brasileira esteve envolvida com a questão religiosa e trabalhou para que a modernidade se assentasse no país acomodando junto a ela os interesses da Igreja católica. Isso não se materializou somente na demora em relação à redação do código civil, nem tampouco só nas permanências em seu conteúdo em relação às *Ordenações Filipinas*, mas também no atraso em admitir-se o divórcio – o que só ocorre 1977 no Brasil – e, sobretudo, na permanência da interferência entre o conceito de lei e moral.

⁹¹ O autor do artigo que contém estes trechos deixa a sugestão de ser ele mesmo um religioso, quando escreve no seu artigo a 25 de maio de 1890, no jornal *Pacotilha*: Houve quem resistisse à correnteza? Escapou algum do contágio da influenza? As múltiplas voltas que os padres tiveram de dar à língua para a solene pronúncia dos latins casamenteiros, esse prurido de apertar o doce nó, que foi a preocupação da semana e a que poucos, bem poucos comigo souberam se conservar insensíveis, guardando os seus votos de castidade [...] Tudo se foi na voragem. De modo que, se um de nós tentasse desertar às fileiras do celibato, achando beleza que se compadecesse da aridez e do isolamento das nossas noites em que não conseguimos noivar se não na tediosa vigília da fadiga, do desalento e da inveja, sabe Deus se ainda seríamos tão felizes que encontrássemos véu e grinalda e as flores simbólicas do noivado! Pois que estão todos casadinhos da Silva, agora não casemos nós outros. Com favor de Deus assim pretendo.

É preciso assim refletir sobre o quanto essa transformação conservadora da família determinou também a exclusão – não só civil, mas penal – de um setor da população, visto que permaneceu a antiga associação entre leis e moral. Como apontamos antes até a República as legislações civis e eclesiásticas complementavam-se porque ambos aproximavam Direito e moral. Além de ser pecado qualquer ação que desorganizasse a vida social era ilegal, sujeita a pena. Nessa medida e havendo uma permanência da atuação da Igreja e uma interferência de suas concepções, as leis da República restaram marcadas pelo conservadorismo e pela moralidade cristã. Representando menos o atraso e mais a maneira peculiar do processo de experiência da modernidade, o Brasil viu-se na tarefa de criar leis que guardassem o preceito igualdade perante a lei e mantivessem, ao mesmo tempo, as diferenças contidas no tradicional patriarcalismo e na antiga diferenciação entre honestidade e desonestidade, próprias do maniqueísmo cristão.

Nos atos preparatórios da Constituição de 1891 e do código civil republicano a fórmula julgada definitiva para o casamento se destacava. Em seu art. 72, §4º, a Constituição dispunha: “A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita”. Essa prescrição foi obedecida no projeto de código civil de Coelho Rodrigues, (o primeiro do período republicano que foi continuado por Clóvis Beviláqua) que diferentemente de Teixeira de Freitas, redigira um artigo conceituando o casamento, ligando essa noção diretamente à de legitimidade conferida por sua realização civil: art. 1.823 – “O casamento legítimo é a união indissolúvel e perpétua entre um homem e uma mulher, desimpedidos para constituírem família, concordada e celebrada na conformidade da lei civil”. O destaque aqui fica por conta da expressão “união indissolúvel e perpétua”, que denota 1) a permanência do antigo problema do casamento como sacramento e deixa transparente o conflito, mas também a articulação, que se estabeleceu em relação ao poder sobre a instituição familiar quando dessa separação entre Estado e Igreja. Sem prever o divórcio, mas sim o desquite, o casamento tornou-se civil e manteve-se indissolúvel; 2) a exclusão de direitos para outras relações de família que ocorriam e já eram uma prática no Brasil. Ficava claro que independente da igualdade perante a lei, o indivíduo era visto dentro da família e esta só era reconhecida nos limites do casamento *legítimo*. As mudanças republicanas mantiveram vivas as preocupações com o controle social, com a moralidade, com a disciplina. O velho olhar moralizador e os antigos estereótipos mantiveram sua atenção voltada para as camadas populares, esses sujeitos sem “qualidade”, sem “família”.

Assim, o que se percebe é que, apesar da nova Constituição garantir a universalidade das leis, outra legislação será acionada para regular esses sujeitos sem “qualidade” e sem

“família”. O Código Penal de 1890 será pontual na atenção mais voltada para as camadas populares – especialmente pelas relações feitas então entre trabalho/moralidade, ociosidade/pobreza. No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade civil e é percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem. Para isso, o CP também contará com a manutenção do vínculo entre lei e moral, forjando um consenso discursivo que perpassava toda a sociedade. Essa será uma permanência na legislação elaborada pós-República em relação às anteriores. A moral familiar construída pela Igreja, e que se confunde com o casamento, será acionada por todos a todo momento, para incriminar esses marginais.

Apesar do discurso ideológico dualista e profundamente maniqueísta das classes dominantes brasileiras no período estudado, no próximo capítulo está o nosso esforço de, lendo a contrapelo, encontrar as “famílias populares” colocadas à margem não só da sociedade, mas da narrativa, da História. Faremos isso usando, além da legislação e dos jornais, outra fonte, depositária de fragmentos dessa montagem do aparelhamento de repressão e controle forjado na Primeira República e do qual a polícia é o estandarte: os inquéritos policiais.

Essa ênfase no controle das experiências populares denota, inclusive, mais uma aproximação entre Estado e Igreja no início do período republicano, desta vez significando mais um uso da força do discurso religioso para imprimir o poder do Estado: o governo estatal dos indivíduos não alcançaria sucesso exclusivamente pelos meios legais. Como bem demonstrou Costa (2004, p. 62-67), a legalidade jurídica era incompetente para introduzir-se no convívio familiar, além da falta de agentes para manter a vigilância e o controle. O instrumento adequado ao controle da vida íntima deveria, portanto, ostentar insígnias do poder e saber sobre a moral e os próprios membros da família deveriam ser os fiscais.

Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a medicina contornou as vicissitudes da lei, classificando as condutas lesa-Estado como antinaturais e anormais. Todo o trabalho de percussão higiênica desenvolvido no século XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado. (...) O recurso à alma foi o que possibilitou à higiene infiltrar-se na moral da família sem fraturar antigas crenças e valores e, simultaneamente, reorientar o prestígio da religião em seu benefício. Fingindo respeitar o sagrado, na verdade, a medicina facilitava sua difusão na esfera familiar. A alma foi o salvo-conduto que permitiu aos médicos contrabandear para o interior do mundo provado os novos significantes higiênicos. (COSTA, 2004, p. 63;66)

Ainda que o autor chame a atenção para o fato de que o reiterado recurso à noção de alma e amor, por exemplo, nos tratados médico-higienistas, não signifique um resíduo da pregnância

religiosa na cultura, menos ainda uma mera manifestação das convicções católicas dos higienistas, ele mesmo afirma ser impossível conquistar espaços de poder na sociedade prescindindo da religião e da moral familiar que ela instaurou. “A vida privada não se deixava codificar pelo vocabulário jurídico”. Aliança ou manipulação, Estado e Igreja estiveram bastante próximos (e alinhavaram elementos) quando analisamos a história sob a ótica da instituição familiar. Apesar das transformações vindouras, tornando a família cada vez mais sob o controle da política de higiene, esta instituição, durante a Primeira República, guardou elementos contraditórios de secularização e tradição, daí seu conceito dúbio de família civil indissolúvel.

CAPÍTULO 3

EXPRESSÕES FAMILIARES, CONTROLE E VIVÊNCIAS

Os debates sobre a família que tratamos até aqui respondem ao desejo de ordem e progresso que a República, senão inaugura, reforça. Quem examina os jornais do período não pode se furtar de discutir essa questão que envolve diretamente o decreto do casamento civil e os anseios de escrita do primeiro código civil.

Até aqui destacamos as permanências que se instalaram no interior dos discursos e das ações promovendo um processo de secularização e de modernidade diferenciado na medida em que não afastou completamente a Igreja do seu núcleo. Se à primeira vista a aparência é de que a Igreja Católica é o inimigo, ou seja, rival do Estado; as decisões tomadas, o resultado das mudanças advindas com a República naquilo que diz respeito especificamente à família demonstra que ela foi contemplada em alguns aspectos, principalmente na não previsão do divórcio e na demora em instituir o código civil, fazendo valer até a segunda década do século XX os preceitos das Ordenações Filipinas de 1603, leis estas que guardavam em seu seio muitos dos elementos do Concílio de Trento acerca do casamento. A família moderna assumiu, assim, características bem conservadoras, influenciada que esteve pelo modelo cristão. Essa influência promoveu tanto um raio de atuação significativo na sociedade, garantindo espaços de poder pela Igreja, ao contrário do que tradicionalmente tem-se afirmado; como também reapropriações e torções em seu discurso de cunho moral diminuindo as barreiras de acesso e controle das famílias pelo Estado⁹².

Foi partindo da análise dos jornais que circularam entre 1890 e 1930, aliados à documentação legislativa e bibliografias que esses aspectos de aproximação (e usos) entre Igreja e Estado se destacaram, a despeito do esforço de separá-los sob a luz do progresso e da civilização. Porém, quem examina os mesmos jornais também não deixa de perceber que nas mesmas páginas nas quais são tratados os discursos sobre a família e cuja transformação secular, vimos, não ocorre por completo, está exposta outra dificuldade nos anseios da mudança: a da não transformação dos hábitos e costumes da população e a dificuldade de

⁹² Cf. capítulo 3, A higiene das famílias, em Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*. Ver bibliografia.

regular e licenciar suas relações dentro do âmbito da privacidade e da intimidade, como requeria o novo discurso de cunho aburguesado, médico-científico.

É preciso lembrar que a aurora do regime republicano ocorria em meio a transformações demográficas e sociais cuja instabilidade regia e refletia-se nas ações de sobrevivência da população em busca de emprego e moradia, problema agravado com a abolição. Pessoas misturavam-se num deslocamento contínuo nas ruas, a necessidade ou o lazer aproximavam vivências e experiências. Esse trânsito oportunizava a sobrevivência, mas também gerava tensões pela cidade: devendo estar adequadas ao lazer e responder aos anseios de higiene, ocorria um esforço pela desocupação das ruas e domesticação dos hábitos na utilização desse espaço aberto e público. Simultaneamente ocorria uma perseguição e controle das habitações coletivas, vistas como inferiores e promovedoras de experiências e hábitos ilegítimos. O movimento e o deslocamento das pessoas promoveram, então, encontros e desencontros carregados de sentidos – ora corroborando o discurso, ora almejando corroborá-lo, ora acionando-o mediante a necessidade, ora desdenhando dele.

Assim, mesmo com o advento das novas dinâmicas e discursos de ordem a partir de 1890, muitas práticas, hábitos e costumes permaneceram incontroláveis. Mesmo sendo atingida por todos os lados com tantos discursos sobre moralidade pública, mesmo recebendo uma intervenção mais agressiva de urbanismo e progresso tecnológico, a população ludovicense incorporou e usufruiu em escalas diferentes essas transformações que vinham ocorrendo. Essa observação na análise da fonte jornalística deixou muito claro o quanto naquele momento desejava-se e projetava-se as mudanças, mas também deixou nítido que o desejo esbarrou em muitas dificuldades reais. Diante, pois, de uma historiografia farta em afirmar o atraso, o insucesso dessa empreitada, ocorreu de nos perguntarmos sobre as reais possibilidades de encararmos a compreensão da história de outra maneira: em vez de um progresso linear, de uma uniformidade das transformações considerando toda “falha” um atraso, é preciso estar atento às múltiplas temporalidades, isto é, às práticas que convivem, táticas acionadas, articulações impensáveis entre o novo e o velho, destacando a complexidade da vida em sociedade.

O jornal já é uma fonte reconhecida nesse aspecto, que permite ao pesquisador acessar esses tempos múltiplos do presente e do vivido, tempo multifacetado das experiências: um presente como uma “colagem de agoras”⁹³, que guarda a ordem e a desordem, discurso e

⁹³ Expressão de Walter Benjamin, usada em *Sobre o conceito de História* (1985, p. 222-235). A história, expressa na tese 14, “é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”. Criticando a historiografia sequencial, factual, causal e teleológica, cuja tempestade

prática, extrapolando qualquer linearidade. A documentação jornalística levou-nos a perceber vários compassos e temporalidades que inviabilizaram o discurso homogeneizador sobre a família – que deveria ser legítima –, fazendo referência à contemporaneidade do não coetâneo; essa documentação demonstra vivências particulares e múltiplas mesmo diante de um discurso que parece simplificador, homogeneizador. A República, com todo o esforço de tudo refazer, desmanchar, não conseguiu fazer marcha ao som da trombeta civilizadora. E com a compreensão de um tempo/presente como uma “ordenação imperfeita”, tal como os jornais nos apresentam, entendemos ser impossível continuar excluindo da narrativa aquilo que até então esteve limitado na historiografia ao indigno status de “atrapalhar a perfeita ordenação do progresso”.

Tumulto e desordem foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmica das capitais já republicanas, à ocupação de suas casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. As elites emergentes imputavam-se o dever de livrar o país do que consideravam “atraso”, atribuído ao passado colonial e imperial do país, e visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. (MARINS, 1998, p. 132-133)

Apesar da acusação de “atraso” por parte da elite, da preocupação em extingui-lo e do desejo de separação e distinção dos espaços e dos hábitos – o que é evidente nas fontes – nossa perspectiva é continuar a argumentar a favor da especificidade dos processos, destacando pouca linearidade também naquilo que envolveu a “família vivida”. Não estamos interessados aqui em atribuir atraso ou defasagens a essa vivência por não ter conseguido imprimir de imediato todas as alterações consideradas necessárias e civilizadas; não estamos interessados muito menos em negá-los – afirmamos no capítulo anterior que nossa compreensão dos processos de modernização e secularização não pode ser entendida a partir de eventos externos, sendo, portanto, uma experiência particular a cada formação histórica. A importância de negar ou afirmar “atraso” só faz sentido quando se parte de uma referência, de um modelo, visto como perfeito e único válido – como ocorreu às elites do final do século XIX e com toda a historiografia que repetiu esse discurso, marcado fortemente por

“progresso” não permite que “o anjo da história possa deter-se para acordar os mortos e juntar seus fragmentos”, o autor deixa claro a necessidade de procedermos a “explosão do *continuum* da história”, que é a própria explosão da história universal. E em contraposição ao *continuum* colocar-se a construção baseada na “paralisação do pensar”. “Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização” (tese 17). De dentro de uma perspectiva marxista da historiografia, Benjamin afirma que “o materialismo histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza”, e na tese 3 “o cronista que narra os acontecimentos sem distinguir encontra os grandes e os pequenos leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Inspirada nessas afirmações benjaminianas, tentamos perceber e narrar o presente/o tempo que estamos tratando como imóvel, cheio de agoras, permitindo assim por luz sobre as ações das pessoas, especialmente das camadas populares.

conceituações positivistas. Compreender as experiências dentro de suas particularidades é partir de perguntas que podem levar a outra narrativa historiográfica, menos maniqueísta, mais plural. No capítulo anterior vimos como a experiência da modernidade brasileira foi específica e agora, atentando para essa especificidade, passaremos a destacar mais a disritmia de atos, o descompasso dos personagens e eventos e menos as “falhas” do esforço de controlar as vivências, ainda que não se possa prescindir totalmente dessa ideia de “falha”, uma vez que a documentação que utilizamos é resultado dessa compreensão.

Assim, em vez de desordeiros e de empecilhos do progresso, qualificação que recebiam as pessoas das camadas populares, entendemos ser possível e necessário evitar atribuir adjetivos, observar a experiência dessas pessoas sem estereótipos e quiçá perceber o próprio excesso discursivo como que respondendo às intempéries do modo como encarou a vida essa população. Invertemos a lógica do discurso vertical em prol de observar uma dinâmica diferenciada da vida, materializadas em táticas de sobrevivência – a história dos personagens reais, reconstruindo e explorando sentidos e sentimentos daquilo que pudemos encontrar deles. (CERTEAU, 2003)

Acreditar na adjetivação que as intenções normativas das elites atribuíram à aparência das ruas e casas das antigas cidades, herdadas da Colônia e do Império, inviabiliza, entretanto, a possibilidade de compreender essas cidades e as experiências humanas, ali vividas em seus múltiplos espaços, em uma das suas maiores características: a instabilidade. “Desordem” e “tumulto” eram justamente as dimensões, muito eficientes, que grande parte das populações urbanas brasileiras encontravam para sua sobrevivência, para seu agir social. (MARINS, 1998, p. 133)

É encarando a desordem e o tumulto que propomos trazer à narrativa algumas vivências e significados da família ocorridas no primeiro período republicano brasileiro. O acesso a elas é diretamente proporcional ao esforço de reprimi-las, contê-las, eliminá-las e isso revelará: 1) a ação da polícia, a quem cabia controlar as ações e reprimir as experiências que se distanciassem do padrão (aqui o destaque para outras duas fontes utilizadas na pesquisa: inquéritos policiais e o Código Penal de 1890); 2) o destaque para as camadas populares, não como a única a burlar a “ordem” ou o “modelo”, mas como aquela que, pelo excesso de vigília, tornaram-se as maiores protagonistas da documentação policial, seja pela falta de “fiança idônea”, seja pelo senso comum de ser “empecilho” ao progresso; 3) o intercâmbio dos ambientes – casa e rua – de maneira reprovável pelo novo discurso médico-científico (que paulatinamente vai transformar e secularizar a família moderna). A indistinção desses espaços ocorria e permanecia sem apelo ao sentimento de intimidade e de privacidade próprio do ideal médico-científico – que tinha sua própria maneira de relacionar o ambiente doméstico e o

meio social; 4) a diversidade de entendimento sobre a família e o conflito gerado pela falta de consenso, seja dentro de uma mesma família, seja entre famílias diferentes.

Para esse exercício narrativo destacamos outra fonte de pesquisa utilizada, fonte cujo potencial ainda está por ser explorado pelos estudos historiográficos. Como os jornais, e guardando a peculiaridade de conter muito mais sobre a vida das pessoas, os inquéritos são fontes que nos permitem observar a sociedade de uma perspectiva complexa, entrelaçando discurso e prática, norma e ação, aquilo que foi pensado e as experiências de fato ocorridas tendo em vista o que foi pensado. Trocando em miúdos, os inquéritos guardam o discurso jurídico, político e cristão sobre a família e a forma como as pessoas reais experimentaram – distinta e gradualmente – essa instituição em tempos de fabricação de novos discursos. Diferente, porém, do que se poderia pensar, neles a esfera do pensado, do discurso não se materializa somente na ação polícia. Não. Os inquéritos guardam a própria diferença de incorporação dos discursos/normas entre as pessoas – pessoas da mesma família, pessoas da vizinhança, pessoas que convivem. No depoimento de um inquérito policial podemos encontrar o registro – guardados os limites e as dificuldades das fontes que já tratamos na crítica realizada anteriormente – da vida, das ações, dos sentimentos, dos pensamentos dos sujeitos históricos comuns e o conflito gerado pelas diferenças entre esses sentimentos/pensamentos – encontramos a norma e o agir das pessoas. Por fim, nos inquéritos encontramos um registro *enviesado* daqueles a quem a historiografia tradicional consagrou a alcunha de desordeiros e imorais e que hoje se esforça para trazê-los à narrativa, recuperar-lhes voz no passado e cavar um lugar na construção da história.

Se no capítulo anterior estivemos atentos ao que fora “pensado” sobre a família, utilizando as legislações e os jornais; agora passaremos a analisar o “vivido”, através dos inquéritos policiais. A iniciativa de forjar outra narrativa historiográfica para esse vivido apoia-se não na separação entre essas duas esferas, mas na experiência desse vivido atrelada, incorporando e respondendo, mas também direcionando, a esfera do pensado. Tanto aparelhamento discursivo e policial não significaria uma resposta às táticas populares de sobrevivência? O que podemos afirmar mediante a análise das fontes é que indivíduos anônimos, a despeito da adjetivação que lhe era atribuída, viveram, tecendo tramas nas ruas, becos escurecidos, nas habitações coletivas e por toda a cidade, desenhando não apenas seu próprio caminho, mas o de todos – tanto que a própria narrativa consagrada do “atraso” mostra isso, naturalmente não positivamente, mas denota o quanto as vivências populares definem os rumos da história, ainda que seja “emperrando-a”. Ainda que negativamente, a força e a presença dessas experiências foram reconhecidas pelos estudos historiográficos.

É procurando reconhecer essa participação que explorados o pensado e o vivido sem ser estanques: o pensado estava no vivido e vice-versa, ambos apropriados e reinventados em escalas diferentes pelos mais diversos sujeitos históricos que conviviam. Pensá-las metodologicamente separadas não significa relacionar o “vivido” com a camada popular e o “pensado” com as elites. Como dissemos acima, a atenção à camada popular está definida pela fonte: os inquéritos policiais pesquisados, nossa fresta para entrever o cotidiano da população e as expressões familiares nesses dois aspectos, tratam quase sempre das pessoas mais pobres, justamente porque eram vistos àquele tempo com preocupação e como empecilhos ao progresso (daí afirmarmos que o acesso às múltiplas vivências é diretamente proporcional ao esforço de reprimi-las). Além disso, falar de uma dinâmica diferente das experiências, sobretudo das camadas populares, objetiva menos apontar aspectos específicos de um comportamento popular à parte, como se o que fosse pensado para a sociedade jamais atingisse as pessoas mais empobrecidas; como se elas não respondessem ao desejo de viver, por exemplo, o modelo de família legítimo, oficial. Nossa distinção é metodológica e feita apenas no intuito de pontuar melhor a universalidade dos discursos e a apropriação completa ou parcial pelos indivíduos. Não é específico da “cultura popular”, nem específico da “cultura de elite” viver na ilegitimidade ou na legitimidade respectivamente. O pensado e o vivido, no que diz respeito à família, articularam-se na vida das pessoas e na convivência entre elas e são reinventados nos encontros e desencontros das experiências cotidianas. Pessoas que, justamente porque conviveram e apropriaram completa ou parcialmente os discursos, enredaram-se em conflitos registrados pelo desejo de controle, registros que chegam até nós hoje como fonte de investigação dessa pluralidade.

A historiografia sobre a família ainda é prene em associar essa instabilidade à falta de nexos morais, devido ao peso das obras pioneiras e hoje clássicas que se preocuparam com as relações amorosas entre as pessoas e seu comportamento quase sempre ilegítimo. À pergunta, “por que os populares tendem a desprezar a família legítima?”, muitas respostas foram dadas destacando a sua marginalidade, as dificuldades de sobrevivência, a pobreza, a instabilidade de suas vidas e até sua imoralidade, bem como a burocracia da lógica do sistema. As pesquisas que discutem família e modernidade – apesar de bem menos numerosas que as que tratam do período colonial e imperial e apontarem para uma reprodução da ilegitimidade e do concubinato pelos mais diversos motivos mesmo com a chegada da República – procuram valorizar o conceito de circularidade do Ginzburg, mostrando as diversas apropriações e

reinvenções dos discursos.⁹⁴ Na esteira dessas pesquisas, demos destaque às reinvenções dos populares ludovicenses dos idos de 1890.

Como dissemos na introdução desta tese, dissimulada nas entrelinhas de jornais de época e inquéritos policiais, mas claramente estabelecida no aparato legislativo, estava a tentativa de se estabelecer a ordem e o controle dos comportamentos. Nesse contexto tenso, o esforço de impor a ordem foi sempre inconstante e incompleto e revelam sempre as táticas cotidianas, dos sujeitos que reinventavam maneiras de agir para enfrentar as instabilidades de suas vivências. Dar destaque às essas reinvenções e experiências no que diz respeito à família exige tratar das *estratégias* de disciplinamento social desenvolvidas e aperfeiçoadas. Por isso daremos destaque neste capítulo também ao Código Penal de 1890.

Mais uma vez a data de 1890 é reveladora da falta de *transição*, da ausência de linearidade desse processo histórico. Pelo capítulo anterior, podemos afirmar que não foi apenas uma simples transição com descarte de instituições identificadas como próprias do passado. Agora, neste capítulo, buscaremos ampliar o enfoque, de forma qualitativa, sobre atitudes e comportamentos de alguns dos diversos atores sociais envolvidos, que com a narrativa de suas trajetórias, ainda que no âmbito policial, pode nos ajudar a visualizar as diversas possibilidades das experiências familiares e entender melhor as vivências desse período tenso e vivido em pouca sincronia. Além disso, apoiados no capítulo anterior, afirmar a permanência da Igreja Católica é fundamental, entre outras coisas, para pensarmos a permanência da moral religiosa. A lei civil e a lei penal vão guardar essa dubiedade e se o modelo legítimo não atingia a todos na prática, o consenso do legítimo existia, funcionava e era acionado sempre que necessário e ele será o responsável em grande medida pela adjetivação negativa que permanece para os populares.

Ao longo deste capítulo, o destaque será dado a outras fontes utilizadas nesta tese: os inquéritos policiais e o Código Penal de 1890. A possibilidade de ver essa instabilidade e de entrever este conflito de ritmos existe em grande medida porque eles foram registrados na delegacia e os policiais agiram seguindo os preceitos presentes na linha ou nas entrelinhas do código: o controle traz consigo as vivências. Isso justifica, mais uma vez, a ênfase desta tese nas camadas populares: elas são a protagonista de boa parte dos conflitos e das investigações policiais. É direcionando o olhar a elas que temos mais possibilidades de ver as distâncias e as aproximações entre a teoria e a prática, entre o discurso e a vivência, de notar graus distintos de absorção discursiva dentro de uma mesma família e de escrever uma narrativa

⁹⁴ Cf. capítulo 1 desta tese.

historiográfica destacando aqueles que até pouco tempo não tinham direito à história. A polícia, por motivos que logo discutiremos, direcionava suas ações quase que totalmente para as camadas populares, sobretudo porque no entendimento daquela sociedade, eram elas que precisavam de controle e vigília. Somando os inquéritos policiais às nossas fontes, o que se percebeu foi que a multiplicidade de entendimentos do que é a família, filtrados ou não pelo discurso normatizador, gerou conflitos pelo quadro difuso e hipertensionado das moradias superpovoadas, vizinhança desprovida de privacidade, habitações e populações temporárias e moventes, sempre em vigília, por sua vez, do que ocorre na rua. A casa, para essas pessoas, não vai guardar a noção de privacidade, de família como no modelo familiar burguês e nessa constante mobilidade pelas ruas e pelas habitações temporárias, o agir social aparece ora como expectador, ora como protagonista – e de uma maneira ou de outra, sempre narradores de inquirições policiais.

3.1. Cotidiano e família nas camadas populares: o senso comum das representações

As existências de Antônia, Severa e Mônica, três mulheres que viveram no final do século XIX em São Luís do Maranhão, estão registradas nas páginas do jornal *Pacotilha*, na seção policial. Quase nada se sabe da vida dessas mulheres, mas um episódio que elas protagonizaram, bem pouco lisonjeiro de suas trajetórias, ficou registrado na imprensa no dia 23 de junho de 1891. Segundo o jornal, por causa de uma briga no cortiço Camões, a polícia foi acionada e quando chegou ao local da desavença, as mulheres “mordiam-se como feras enraivecidas” – o motivo desse atrito, segundo o jornal, teria sido o ciúme que essas mulheres nutriam pelo “vagabundo” Benedito, com o qual mantinham relações amorosas e dividiam o espaço de moradia.

Essa notícia estampada no jornal é uma dentre tantas de teor semelhante e ela foi escolhida para refletirmos sobre a representação corriqueira do cotidiano e das relações amorosas e de família das camadas populares. É característica dos jornais pesquisados ter um espaço dedicado aos acontecimentos policiais diários e nele está registrado todo tipo de queixa, prisões, maus comportamentos, crimes – a tribuna neste período também foi bastante utilizada para denunciar, convocar a polícia para por termo às contendas. Normalmente, tratava-se de um conflito na rua ou uma briga em cortiço e a própria quantidade dessas

notícias no jornal é reveladora de uma preocupação diária com a correção de hábitos: a atenção estava totalmente voltada para as camadas populares e o esforço de guiá-las para o progresso e a civilização. Naturalmente a preocupação não era com essas pessoas em si, mas com as ruas, a higiene e a assepsia das cidades, que deveriam ser convidativas para que as camadas dominantes agora pudessem aproveitá-las. Não é à toa que boa parte das medidas lançadas será de caráter sanitário e de expulsão dos populares dos centros e passeios públicos. O fracasso dessas ações definia quase sempre a distância para os padrões civilizados europeus e isso era notificado no jornal. Diariamente nos jornais observaremos a denúncia desses comportamentos e o pesar dos jornalistas por avaliarem ainda estarem longe do progresso, bem como o clamor público pela atuação policial.

Através da forma como são narradas e do assunto em si podemos pontuar algumas reflexões sobre elementos que nos interessam diretamente. Esta notícia sobre a briga no cortiço, em particular, destaca a moradia, os amores compartilhados e o conflito – público, nas ruas – que essa situação podia gerar.

Falar do cotidiano e da questão da família entre as camadas populares é falar direta ou indiretamente dos cortiços, ou pelo menos das habitações compartilhadas e superpovoadas. A realidade dessas moradias era comum a essa época. A partir da década de 1890, o combate a elas ganhou enorme proporção com a organização de medidas sanitárias e a criação de leis municipais e estaduais para regulamentar esses espaços. A imprensa desempenhará um papel de destaque nesse combate, informando como estavam os cortiços, as desavenças que ocorriam neles e convocando a polícia para inibi-los.

A facilidade da observação e denúncia desses locais dava-se, em grande medida, por eles ficarem na região do centro da cidade, daí também a maior proporção desses conflitos nessa região. É só com o desenrolar do século XX que as cidades vão se desenvolver e modernizar, diminuindo o isolamento ou pouca habitação das regiões mais distantes. Fixados no centro da cidade, os numerosos cortiços misturavam-se com os locais de trânsito, de trabalho e de moradias das pessoas da cidade.

De maneira geral, a realidade das moradias compartilhadas mostra que a camada popular ludovicense vivia de forma instável. Quando, por exemplo, nos inquéritos policiais o depoente respondia às primeiras perguntas nos autos, que sempre diziam respeito aos seus dados pessoais, de moradia, profissão e escolaridade, boa parte deles informava morar com alguém da família, ou morar temporariamente na casa de um conhecido, muitas vezes eles sequer sabiam informar o endereço das residências. O trânsito entre o interior do Estado e a capital era intenso, as pessoas iam para São Luís em busca de emprego e sobrevivência e

acomodavam-se na casa de parentes, de amigos ou nos cortiços. Um dos principais problemas urbanos que comprometiam a vida na cidade de São Luís era a ausência de moradias. Acredita-se que havia na cidade no ano de 1896, 50.000 mil habitantes, pouco mais de cinco mil e duzentas casas habitadas com estimativa de dez a média de moradores por domicílio. (CORREA, 2006, p. 38). A falta de moradia atingia boa parte da população desfavorecida, daí a alternativa dos “cortiços” ser, portanto, uma das únicas que existia. A superlotação dessas moradias populares tornava esses locais não só insalubres como também pontos de extrema tensão e alvo das notícias de jornal e da ação policial.

É preciso, entretanto, com a instabilidade constatada nas fontes, questionar parcialmente a representação dos cortiços. Marcado por ser um lugar insalubre, a caricatura de cortiços podia atingir até mesmo as residências que, sem sê-lo, eram assim compreendidas pelo excesso de pessoas, o movimento intenso de quem vivia em instabilidade e sem horários precisos para entrar e sair de casa – que era o caso da maioria das casas das camadas populares. A falta de domesticidade promovia a desqualificação desses lugares. Na verdade, até algumas casas de pessoas mais abastadas tinham o hábito de receber ou abrigar temporariamente as pessoas, muitas vezes trabalhadores. Com essa representação dos cortiços tão divulgada, a leitura é sempre a de que os moradores desses locais eram vagabundos e desordeiros. Porém, pelos inquéritos percebemos que a quantidade de casas compartilhadas era enorme e as pessoas que viviam nelas, por mais que vivenciassem conflitos cotidianos pela falta de privacidade e enfrentassem a vigília policial diariamente, trabalhavam e lutavam pela sobrevivência. Eram lavadeiras, empregadas domésticas, carreiros, alfaiates, artesãos, estivadores, comerciantes, etc. – quase todos tinham ofício com o qual ganhavam a sobrevivência. Além de superpovoadas e instáveis, as moradias tinham um fluxo grande de alternância de pessoas. Essa situação certamente favorecia o tratamento desqualificado das pessoas por consequência da desqualificação da própria moradia.

Um inquérito aberto em doze do mês de agosto de mil novecentos e sete, na cidade de São Luís, pode nos ajudar a questionar esses estereótipos do cortiço e das pessoas, enfatizando a ideia de costumeira mobilidade mediante as dificuldades. O motivo da abertura do inquérito foi os ferimentos causados em Maria José da Silva, cujo acusado é Cândido Xavier de Souza. A vítima tinha 30 anos, solteira, analfabeta, filha natural de Isadora Rosa dos Passos e moradora à rua da Cascata, 25. Ao ler o inquérito que tenta esclarecer os ferimentos nela causados, adentramos esse universo particular da família e do cotidiano, marcado quase sempre pelo excesso de pessoas que conviviam em quartos próximos e

estavam sempre à espreita do que ocorria na vizinhança e nas ruas – um cotidiano familiar bem pouco privado – sempre compartilhado.

O conflito que se estabeleceu envolveu Basília Rosa da Conceição, de vinte e dois anos de idade, filha natural de Clotilde, já falecida, solteira, analfabeta, natural da capital, lavadeira, “residente quando se deu o seu ferimento também à rua Cascata, casa número vinte e cinco, e hoje residente no Beco do Monteiro, cujo número da casa não se lembra” e Cândido Xavier de Souza, de trinta anos de idade, solteiro, natural deste Estado, filho legítimo de Isídio Esiquiel de Souza, carreiro, analfabeto e “residente anteriormente à rua da Cascata, casa número vinte e cinco e hoje residente a rua dos Craveiros, num quarto abaixo da morada do senhor coronel Pinho”. Até a data do conflito, todos os envolvidos moraram no mesmo endereço. Após ele, mudaram-se. A mobilidade até aqui fica evidente: Cândido, quando se separara de Basília, vai morar em um quarto abaixo da casa de um coronel, mostrando que essas moradias eram vizinhas às casas de família e às vezes contíguas a elas.

Ao serem perguntados como explicam o fato que deu lugar a ter sido ferida Maria José a Silva, Basília respondeu:

Respondeu, que no dia onze, estando a juntar sua roupa para lavagem e reunindo também outras coisas para tratar de mudar-se do quarto em que estava morando, seriam três horas da tarde de mais ou menos, quando lhe apareceu o seu companheiro Cândido, que vendo a respondente estar em contenda com a sua vizinha de nome Celuta e tratando este de indagar a causa disto, respondeu-lhe que estava arrumando o que era seu para mudar-se, pois que não podia mais suportar as provocações de sua vizinha Celuta, intervindo nessa ocasião a outra sua vizinha Maria José, que imprudentemente procurou chamar essa contenda a si, procurando brigar com o amásio da respondente, atirando-se a ele armada de uma navalha, tratando então a respondente de separá-los. A mesma Maria José atirou-se à respondente, ferindo-a com a navalha. Respondeu que presenciaram os vizinhos Raymundo Guimarães e Celuta.

Dois dias depois, Cândido Xavier de Souza, sendo interrogado a respeito da queixa que dera contra ele a mulher de nome Maria José da Silva, por ter-lhe esbordado e feito diversos ferimentos pelo corpo, disse:

que no dia onze do corrente, pelas três horas da tarde, mais ou menos, saindo do seu trabalho e ao entrar no quarto em que morava, encontrou a sua companheira Basília arrumando seus trastes e indagando-lhe o motivo disso, respondeu-lhe ela, que era para mudar-se, pois que não mais podia aturar as provocações que lhe dirigia a sua vizinha Celuta, tendo nessa ocasião passado pelo respondente a mulher Maria José da Silva, que também mora em um quarto pouco adiante do respondente, e como lhe visse estar censurando o procedimento de Celuta, dirigiu-se ao respondente com palavras insultuosas, ao que para se ver livre dela, visto não ser a questão consigo, empurrou-a para um lado, o que ela indo ao seu quarto, voltou armada de uma navalha e entrou no do respondente para feri-lo, a que para se livrar disso, serviu-se de um pau que servia de trancar porta, dando-lhe com ele uma cacetada que a prostrou por terra, retirando-se em seguida para fora do quarto; tendo então nessa ocasião sua companheira Basília ao entrar no quarto para retirar um resto de objetos, a dita Maria José botou-se a ela, ferindo-a no braço com a dita navalha com que

estava armada, vendo então o respondente nessa ocasião, que tanto Basília como Maria José estavam ensanguentadas, vendo esta cena o respondente retirou-se com Basília para a casa do seu irmão. Disse ainda que presenciaram esse fato, Raymundo Guimarães e Celuta, que achavam-se no lugar em que se deu.

Concentrando populações numerosas e empobrecidas, vê-se nesse exemplo que as casas erguidas espalhavam-se pelas áreas centrais da cidade, forçando convívios e confrontos sociais. Eram estreitas e cheias de compartimentos sem privacidade, daí os encontros se estenderem em muitos aspectos para fora, para os espaços coletivos da casa – corredores, escadas – e, sobretudo, para as ruas da cidade. Com isso temos a presença da polícia cotidianamente organizando esse cotidiano familiar. Pelo inquérito vemos que a vida de Basília e Cândido é vista e comentada pela vizinhança – e essa presença (e falatório) desagradava, sendo motivo de desacordo e abandono do lar compartilhado. Basília está saindo de casa quando Cândido chega porque se incomodava com as intromissões da vizinhança em sua vida particular. Quando do auto de perguntas, ambos já estão em outras casas, vivendo separadamente. Só por essas características também já podemos entrever as dificuldades encontradas para efetivação do discurso burguês, no qual “privacidade não poderia mais se confundido com domesticidade, com os simples limites da casa, mas escapava para uma dimensão que abarcava os convívios, os vizinhos – todos sujeitos a uma mesma gramática de comportamentos” (MARINS, 1998, p. 136). A disciplina deveria ser também nas ruas.⁹⁵ Pelo exemplo, nem a domesticidade ainda não tinha sido alcançada.

Não convém constatar com esse inquérito quão longe estava a cidade de São Luís dos comportamentos desejados, mas perceber a fragilidade de um discurso e entrever a representação da família para os envolvidos. Se nos prendermos ao conceito de família legítimo para aquela sociedade, naturalmente cairemos na armadilha de estereotipar Basília e Cândido, e com eles toda a camada popular, de imorais, desordeiros, que viviam quase sempre em ilegitimidade, etc.; mas atentos ao inquérito, vemos Cândido estranhar o abandono de Basília e tentar dissuadi-la de ir embora repreendendo o procedimento de Celuta, motivo,

⁹⁵ Como tratamos no tópico da revisão da historiografia sobre a família e a modernidade, as pesquisas sobre esta época têm em comum o fato de mostrarem os limites incontornáveis do modelo de família válido para a época, que passa a ser o modelo burguês, encontrando resultados parecidos aos das pesquisas no período colonial (por exemplo, que as uniões consensuais se estabeleciam com mais facilidade entre as camadas populares, porém o casamento legítimo podia ser encontrado nesses meios; ou que o casamento entre essa população no final do século também encerra certas proximidades e certas divergências entre a vivência e a representação de papéis e comportamentos socialmente legitimados). Além disso, elas tendem a procurar esmiuçar a problemática ideológica da introdução da nova mentalidade, agora a da família burguesa, que chegou ao Brasil difusamente e foi absorvida com resistências e adaptações praticadas em nome da mentalidade derivada das raízes rurais e coloniais ainda predominante (se antes era o discurso religioso-estatal, agora era a formação de um discurso médico-higienista e jurídico que era alvo de pesquisas pela possibilidade de confrontação entre as ideias que chegavam “de fora” e as ideias internas).

inclusive, da própria existência do inquérito policial mediante a interferência de sua outra vizinha que saiu em defesa desta. A questão aqui é destacar a instabilidade e enfrentá-la como possibilidade de entrever aspectos da família, não como comprovação de estigmas já conhecidos e afirmados – a experiência da família não estava restrita ao modelo de legitimidade, nem a privacidade era anseio só das camadas dominantes. Basília incomoda-se com o excesso de intromissão da vizinhança e parte, desfazendo o elo familiar que a ligava a Cândido, sedimentado em grande medida pela moradia e pelo compartilhamento dos poucos trastes que possuía. Destacar a instabilidade e a relativa facilidade com que elos amorosos e familiares são desfeitos não pode servir para atribuir adjetivações ligadas à imoralidade e pouca apropriação do discurso oficial, muito menos estendê-la a toda a camada popular. Observando a variável moradia compartilhada, esta inviabilizou a continuidade dessa experiência familiar, pois inexistia privacidade. Basília é um dos muitos exemplos de que esse desejo não era atributo apenas das camadas dominantes. Olhando de perto, vemos bem pouca imoralidade e mais intolerância com a persistência de comportamentos próprios do passado – que existia também entre os populares.

É por isso que o senso comum das representações sobre o cotidiano e a família dos populares deve ser revisto e para isso é necessário destacar sua origem e motivação. Retornando à narrativa que iniciamos este subcapítulo sobre Antônio, Severa e Mônica no jornal, como dissemos, esta diz muito pouco dessas mulheres em particular, mas pode deixar outras pistas sobre o início do período republicano brasileiro que nos interessam diretamente. Pistas estas que não se referem somente ao cotidiano da população menos favorecida ou de como essas personagens que habitavam e circulavam pela cidade resolviam seus conflitos amorosos; nem somente sobre a ação (cada vez mais solicitada) do corpo de polícia do Estado do Maranhão para conter costumeiras desavenças ocorridas nos cortiços da cidade e nas ruas da capital. A notícia é bastante representativa da exigência de se controlar o espaço das ruas, deixando-o livre para o trânsito das famílias, numa tentativa de impor as barreiras da distinção social no espaço público; e, sobretudo, a notícia é representativa do repertório que informou a ação da polícia e a imagem que as camadas mais abastadas da cidade fizeram da camada popular então. A notícia que temos feito referência diz assim:

As heroínas Antônio de Limão, Severa e Mônica, levadas pelo ciúme que nutrem pelo vagabundo Benedito, fizeram hoje pela manhã um formidável rolo no histórico cortiço do Camões, no beco do *soco da cutia*. Mônica e Severa mordiam-se como feras enraivecidas quando, por caiporismo, apareceu um inspetor e deu-lhes voz de prisão. Severa e Antônio deram as de Vila Diogo e a infeliz Mônica está tomando fresco na popular casa do Lago da Justiça. (PACOTILHA, 23/06/1891)

A narrativa ressaltando a forma despudorada dos comportamentos deve ser enfatizada. Antônio, Severa e Mônica “mordiam-se como feras enraivecidas” no cortiço, pelo ciúme de Benedito e este, pelo texto, é qualificado de vagabundo. Essa forma de narrar o comportamento dessas mulheres e a (des)qualificação de Benedito deixa claro a pertença de todos eles às camadas populares, que certamente não passaram a ser vistas desse modo somente no período republicano, mas nesse período a preocupação com esses comportamentos passa por novos reajustes em termos legislativos, entendidos como crimes ou contravenções, e sempre ofensivos à moralidade pública. A narrativa já incrimina, antecipadamente, os envolvidos nos artigos do código penal referentes à vadiagem e ao ultraje público ao pudor (art. 282 e 399 do Código Penal de 1890).

Outras notícias de jornal, atentando à forma como narram os envolvidos em conflitos no cotidiano das camadas populares, são orientadas por estes preceitos do código penal e todas incriminam ou desqualificam esses sujeitos antecipadamente. Em 1890, em 11 de outubro, lê-se no jornal *Pacotilha*:

Ontem à noite lá pelos bairros altos de São Pantaleão, canto da ladeira da fonte do Bispo, Evarista e Germana, duas *flores de gerímu* que formam o fino bouquet das mulheres reles que habitam os cortiços desse lugar, infernaram-se de ciúmes e após espetaculoso tiroteio de palavrões foram *ao beque* uma da outra com vontade e valentia. Mas quando as duas estavam no cai de baixo, cai de cima, chegou a polícia e pôs termo a peleja.

Novamente, esta notícia demonstra a extensão da casa na rua, a publicidades dos atos, a proximidade dos conflitos e dos cortiços ao centro da cidade, local de trânsito; a ação da polícia em controlar os comportamentos; a desqualificação dos envolvidos e a incriminação dos seus comportamentos e dos seus locais de moradia. O repertório da desqualificação é amparado no CP de 1890, por exemplo, no art. 399: considerava-se contravenção deixar de exercitar profissão com a qual se ganhe vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei; ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes. Os cortiços eram tidos como local de desocupados fronteiros à prostituição – as brigas ocorriam em qualquer turno e os amores compartilhados eram indicativos da promiscuidade. Apesar dos cortiços serem locais de moradias coletivas e serem quase a única opção para as pessoas das camadas mais populares, devido a falta de moradia que atingia as cidades como destacamos acima, esses locais eram mal vistos, sobretudo pelo caráter de instabilidade e tensão que lhe eram atribuídos, ainda que algumas vezes seus moradores trabalhassem e recorressem a esse tipo de habitação por falta de condições ou mesmo infraestrutura da cidade. Lançar outro olhar para essas pessoas exige

assim questionar essas narrativas e a representação costumeira de moradias coletivas serem sempre cortiços, locais cuja criminalidade e prostituição eram de antemão previstas na legislação – o que estava em jogo era a instabilidade dessa vivência e o que ela representava de perigo à sociedade, e disso decorria a representação das camadas populares no jornal: desordeiras, perigosas, desocupadas.

A presença da polícia e a prisão dos envolvidos, nestes casos como em tantos outros, estará respaldada na missão desse órgão de defender a moral pública e recolher ou deter os contraventores da ordem. A documentação policial produzida na Primeira República mostrou o recrudescimento das autoridades nas ruas e mesmo que na esfera policial não houvesse a definição de um delito e da culpa, os indivíduos, especialmente das moradias coletivas, tinham que apresentar suas defesas diante das acusações e suspeições. Se para acessar o cotidiano e a família das camadas populares, a despeito da imagem válida para ele, é preciso verificar os inquéritos policiais, documentação farta em depoimentos sobre as vivências da população; para compreender a ação da polícia e a imagem cristalizada em relação a essas pessoas pertencentes à camada popular – o senso comum das representações – é preciso verificar essa outra legislação que compõe o corpus documental analisado por esta pesquisa neste capítulo: o Código Penal de 1890. Vejamos este último aspecto.

3.2. O Código Penal de 1890 e o poder da polícia: linhas e entrelinhas

Quando da proclamação da República, outra legislação foi contemporânea ao estabelecimento da Constituição Republicana em 1891 e às preocupações com a redação de um código civil brasileiro. Trata-se do Código Penal de 1890, efetivado pelo decreto 847 de 11 de outubro de 1890. Como nas demais legislações, o que perpassava a construção desse texto jurídico era, certamente, a necessidade da modernização da sociedade brasileira: alcançar o progresso vislumbrado nas sociedades europeias passava por definir novas leis para regular o comportamento social. Com objetivo considerado tão importante, esta legislação não obterá a mesma aprovação do código civil e será acusada de já ter nascido obsoleta justamente porque deixava de cumprir sua premente função.

Os debates públicos e legislativos sobre o código penal republicano foram menos intensos que os debates sobre o código civil. Enquanto os juristas se exasperavam com a demora para a aprovação do código civil – 61 anos de passaram desde o

primeiro contrato do Parlamento imperial para sua redação até a adição do projeto de Beviláqua, em 1916 -, reclamavam que a adoção do código penal tinha sido muito apressada. Como havia sido o caso em 1830, o código penal de 1890 foi aprovado sem provocar muito debate. Ele se tornou o primeiro compêndio de direito republicano, precedendo em quase um ano a Constituição de 1891. No entanto, ao contrário do código criminal de 1830 e do código civil de 1916, os quais foram largamente saudados dentro e fora do país, o código penal de 1890 foi criticado pela má qualidade da redação e por já ter nascido obsoleto. (CAULFIELD, 2000, p. 69)

Em contraste com o debate que dominou a questão civil e que invadiu os meios de comunicação, como vimos no capítulo anterior, as discussões sob o direito penal tenderam a limitar-se ao âmbito mais especializado, principalmente porque os debates ocorreram num ponto de intersecção entre as ciências biológicas, as ciências humanas e o direito. Segundo a mesma autora, a preocupação central desses debates teóricos era “manter, de uma forma ‘modernizada’, a instituição patriarcal da família e o conceito de honra baseado nas relações de gênero que lhe davam sustentação”; mas as críticas davam-se justamente porque houve pouca interferência na redação do novo código penal das ideias consideradas bem avançadas na época em relação criminologia de inspiração lombrosiana, que promoviam concepções restritivas ao exercício dos direitos dos cidadãos. Além da má redação, como instrumento de controle do crime e das contravenções, a nova legislação será considerada obsoleta pelos médicos, bacharéis e juristas envolvidos com as questões criminais e genericamente partícipes da “escola positiva” do direito. Obsoleta e ineficaz.

Os adeptos desta escola acreditavam e insistiram nas diferenças inerentes aos indivíduos, pontuando critérios psicológicos, sociológicos e fisiológicos, para classificar criminosos e individualizar as penas conforme as características de cada um, rejeitando os princípios clássicos do livre-arbítrio e da responsabilidade penal. (CAULFIELD, 2000, p. 70).

Apesar dessas críticas ao “atraso” do novo código, ele permanecerá inalterado até 1940. Essa sobrevida e as críticas não significam, porém, um afastamento das ideias da criminologia lombrosiana dessa legislação brasileira. Se não estavam nas linhas, encontraram brechas nas entrelinhas e influenciaram bastante as práticas legais cotidianas, especialmente o funcionamento de instituições como a polícia e as prisões.⁹⁶ Isso trará consequências imediatas para uma aproximação maior entre o código penal e as camadas populares, principal alvo das preocupações criminológicas.

Assim, o que se perceberá é que, apesar da nova Constituição garantir a universalidade das leis, o código penal será pontual na atenção mais voltada para as camadas populares –

⁹⁶ As ideias dos juristas reformistas que argumentavam que a lei deveria reconhecer as desigualdades biológicas e raciais só ganhariam força no Brasil após a Primeira Guerra Mundial. (CAULFIELD, 2001, p. 73).

especialmente pelas relações feitas então entre trabalho/moralidade, ociosidade/pobreza. A atualidade das ideias criminológicas mostrará preocupação justamente com a instabilidade do modo de vida das pessoas, característica pontual da pobreza, historicamente associada à falta de nexos moral, à desqualificação.⁹⁷ Sempre vistos como obstáculos ao progresso, como causa do atraso da nação, os juristas e a elite brasileira mostrarão ansiedade para promover o aperfeiçoamento social e racial da população, utilizando dessas novas concepções para forjar com novos argumentos uma percepção de mundo que já era antiga: o mundo da ordem e da desordem, este último devendo ser aniquilado ou contido – gerando tratamento desigual para aqueles que continuarão a ser vistos como desiguais. Para controlar e constranger os maus hábitos das camadas populares, para intervir no desenvolvimento físico e moral na nação, o direito positivo servirá como uma justificativa e um método, ainda que nas linhas da legislação isso não estivesse explícito.

O universo ideológico das classes dominantes brasileiras na agonia do Segundo Reinado e, depois, durante a República Velha parece estar dividido em dois mundos que se definem por sua oposição um ao outro: de um lado há o mundo do trabalho; de outro há o da ociosidade e do crime. No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade civil – isto é, trata-se de um mundo marginal, que é concebido como imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem. Esse mundo às avessas – amoral, vadio e caótico – é percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem. Portanto, um discurso ideológico dualista e profundamente maniqueísta – baseado na tradição cristã ocidental de procurar distinguir sempre o bem do mal, o certo do errado etc. – parece ser a característica fundamental da visão de mundo das classes dominantes brasileiras no período estudado. (CHALHOUB, 2001, p. 78)

Dessa forma, somente na legislação em si – a Constituição de 1891 e no Código Penal de 1890 – estava a ideia do reconhecimento do Estado de Direito e da formalização das regras processuais e jurídicas de defesa dos direitos individuais mínimos reconhecidos, lembrando ainda que para esse período a ideia de cidadão ainda é bastante reduzida. Tendo em vista esse reconhecimento e fundamentação no texto legislativo, não se pode negar que esse fato significou avanços, na medida em que foram estendidas as garantias constitucionais a toda a população, conforme diferentes dispositivos constitucionais. Porém, o universo mental daquele período estava fundamentado na ideologia maniqueísta descrita acima por Chalhoub e, na prática, o estabelecimento de princípios genéricos conciliava exceções a eles ou definia casos especiais, cuja regulamentação dependia de legislação ordinária ou com boa dose de elementos discricionários dos envolvidos mais diretamente, ou seja, a polícia.

⁹⁷ Cf. capítulo. 1.1 desta tese, sobre a historiografia da família.

Os avanços dessa legislação, como dissemos, são muitos e podem ser citados como exemplo alguns dos seus artigos. Na Seção II, *Declaração de direitos*, o artigo 72 da CF assegurava “a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”.⁹⁸ Essa inviolabilidade estendia-se à lei penal, na medida em que, no § 15 estava escrito “ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, em virtude de lei anterior e na forma por ela regulada” e no § 16 estava dito “aos acusados se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciais a ela, desde a nota de culpa, entregue em 24 horas ao preso e assinada pela autoridade competente com os nomes do acusador e das testemunhas”. O § 2º da CF dizia: “Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho”. O § 20: “Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial”. O § 21: “Fica, igualmente, abolida a pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra”. O § 23: “À exceção das causas que, por sua natureza, pertencem a Juízos especiais, não haverá foro privilegiado”. A partir desses artigos percebemos que na letra da lei a CF extinguiu o foro privilegiado para julgamentos, as punições que atentavam contra a vida e as penas degradantes (pena de morte, as galés e o banimento judicial) e garantiu os direitos individuais.

Mas, observando bem a escrita do texto constitucional, exemplos dos espaços de interpretação que a legislação permitia podem também ser apontados. Embora com todos esses critérios acima mencionados, a mesma CF afirmava no § 8º do artigo 72: “A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia *senão para manter a ordem pública*.” No § 11º do mesmo artigo: “A casa é o asilo inviolável do indivíduo; ninguém pode aí penetrar, de noite, sem consentimento do morador, *senão para acudir às vítimas de crimes, ou desastres*, nem de dia, *senão nos casos e pela forma prescritos na lei*”. O § 13: “A exceção do flagrante delito, a prisão não poderá executar-se senão depois de pronúncia do indiciado, *salvo os casos determinados em lei*, e mediante ordem escrita da autoridade competente. Ou o § 14: “Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, *salvas as exceções especificadas em lei*, nem levado à prisão ou nela detido, *se prestar fiança idônea nos casos em que a lei a admitir*”. (grifos nosso).

O texto constitucional abria, portanto, interpretações e exceções a serem regulamentadas posteriormente e a prática era informada por concepções pouco lisonjeiras em

⁹⁸ Texto da Constituição de 1891 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm, acessado em 20/05/2010.

relação às pessoas das camadas populares. O uso da questão da idoneidade é claro quanto a isso. Quem, à época, da camada popular, pode prestar fiança idônea? Diz a lei que as casas não podem ser invadidas, mas, na prática, os órgãos do poder executivo, sobretudo a polícia, invadiam-nas alegando razões de ordem pública e mesmo os juristas defendiam que o princípio constitucional não devia ser aplicado às habitações coletivas, hotéis ou casas de tolerância, o que atingia boa parte da população menos favorecida. Como tratamos no subcapítulo anterior, a realidade da cidade estava marcada pelas moradias compartilhadas e isso agravava a vulnerabilidade das camadas populares.

Essa questão das entrelinhas das leis, da abertura para ação a partir de concepções discricionárias e do universo ideológico das elites será endossada pela descentralização do processo criminal da esfera federal. As novas regras eram definidas, então, por leis estaduais afetando a organização da estrutura policial. O decreto 847 de 11 de outubro de 1890, que instituiu o Código Penal também efetivou essa descentralização. A reforma processual – tímida – assim como a descentralização, foi considerada necessária pelas autoridades policiais e judiciais, respondendo à ideia de simplificar o processo para ampliar a justiça. Aqui destaca-se o importante papel dessa instituição na manutenção da ordem republicana – a polícia era visível, o processo não, daí a República brasileira promulgar um novo Código Penal, mas alterar pouco a legislação processual penal.

O Código do Processo Criminal (CPC) sofreu mudanças apenas pontuais que não interferiram em sua estrutura eminentemente inquisitorial, ainda muito colada à legislação monárquica que vigorou no Brasil da transição para a independência. O artigo 123 do CPC, de 1832, já estabelecia a equivalência de dois princípios distintos, um jurídico e o outro extrajurídico, ao estatuir que “o crime ofende a sociedade, porque viola suas leis e perturba a ordem pública, que é a base das liberdades e interesses de todos.” Assim, um ato poderia ser considerado crime não somente porque violava as leis mas também porque “perturba a ordem pública”. A ordem pública representava um simulacro da lei e possuía força coercitiva suficiente a ponto de ser considerada como “a base das liberdades e interesses de todos.” Não resta dúvida de que a polícia estava na posição de ser o órgão privilegiado da ordem pública, guardião das leis e da normalidade. (ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; SOUZA, L.A.F., 2003, p. 13)

Essas permanências vão dar o tom da força da polícia, além de ampliar a possibilidade de dar o desejado tratamento desigual para os ainda desiguais da República. O Código Penal de 1890, a exemplo da Constituição de 1891, também guardou espaços nas linhas e entrelinhas da lei, procurando articular conceitos contraditórios, deixando a ação da polícia respaldada e justificada na ideia de necessidade de defesa social. No art. 16 do CP está escrito: “não será punida a tentativa de contravenção e nem a de crime ao qual não esteja imposta maior pena

que a de um mez de prisão celllular”⁹⁹. Porém, apesar da não previsão de punição, outros artigos diziam o contrário e a polícia terá uma atuação forte no sentido de controlar esses comportamentos, punindo ou detendo os envolvidos. No capítulo XIII, *Dos vadios e capoeiras*, o art. 399 diz:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena – de prisão celllular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

Assim, os processos de contravenção seguiam duas etapas quando o caso era, por exemplo, de vadiagem: primeiro, encaminhar o contraventor à delegacia para ser qualificado e assinar um termo de bem-viver ou de ocupação, comprometendo-se a arranjar meios lícitos de sobrevivência e ele já poderia ser penalizado com 15 a 30 dias de prisão. Caso o mesmo indivíduo infringisse o termo assinado, o art. 400 dizia: “o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional”¹⁰⁰.

Perceba-se que no art. 16 do CP está dito que quando a pena não exigisse a prisão por mais de trinta dias, ela não ocorreria. No artigo sobre a vadiagem está permitida a prisão a partir de quinze dias. Observando os inquéritos e as notícias de jornal, veremos várias situações de prisão, detenção e recolhimento dos indivíduos autuados por menos de um mês, o que pelo artigo deveria ser evitado – a julgar pela notícia citada acima, como não conseguiu fugir, “a infeliz Mônica está tomando fresco na popular casa do Lago da Justiça”, que era a cadeia pública. Essa contradição em relação à punição (prender ou não quando a pena não ultrapassasse 30 dias) explica-se porque em relação à prisão, os juristas assinalavam a distinção entre esta e a mera detenção, não especificada em lei, mas justificada pela defesa da moralidade e paz social (mais uma brecha para interferência das ideias criminológicas). Como afirmamos acima, ainda muito colada aos preceitos do código criminal do Império, o CP de 1890 vai guardar a equivalência de dois princípios distintos, um jurídico e o outro extrajurídico, ao estatuir que “o crime ofende a sociedade, porque viola suas leis e perturba a ordem pública, que é a base das liberdades e interesses de todos.” Como bem afirmam os

⁹⁹ Texto do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (de 11 de outubro de 1890). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em: 25 de setembro de 2008.

¹⁰⁰ Idem.

autores citados, a ordem pública representava um simulacro da lei e possuía força coercitiva suficiente a ponto de ser considerada como “a base das liberdades e interesses de todos”. Essa dubiedade no procedimento também ocorrerá por outra diferenciação contida no CP de 1890: o que é crime e o que é contravenção.

Essa diferenciação permitirá, mais uma vez, a interpenetração entre as regras da lei e a norma do poder discricionário da polícia, do ministério público e dos juízes, o que resultava quase sempre em prejuízo para as camadas populares. O art. 7º do CP define crime como “a violação imputável e culposa da lei penal” e o art. 8º define contravenção como “o facto voluntario punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos”. Essas definições são problemáticas, sobretudo pela atribuição da voluntariedade da ação: para ser crime, um ato é imputável: voluntário ou culposos; na contravenção, ressalta-se o caráter voluntário da violação que, “em termos de qualificação penal, coloca o juiz e o ministério público na posição extrajurídica de investigar a trajetória de vida do acusado para checar qual seria a motivação subjetiva determinante do ato ou fato atuais e puníveis” (ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; SOUZA, L.A.F., 2003, p. 12). Com o universo ideológico maniqueísta que permeava essa sociedade, da elite à polícia, as ações de controle de práticas inadequadas e as detenções, bem como a representação que aparece nos jornais sobre a camada popular partirão sempre da noção de que essas pessoas comportam-se por desleixo, por falta de moralidade, por instabilidade, mas com conhecimento de causa. A noção de “falta de observância ou violação das disposições preventivas das leis e dos regulamentos” significa essa consciência das ações e daí a violação e a penalidade. Essa definição vaga do termo contravenção atrelada à ideia genérica de “disposições preventivas” deixava abertura para que qualquer delito ou ilegalidade pudesse ser considerado contravenção – estando aí justificada a detenção – e coloca este conceito sob a ação das leis ordinárias, abrindo espaço para que as teorias criminais pudessem agir, atingindo, novamente, majoritariamente, as camadas populares. (CUNHA, 2002, p; 172)

Todas essas peculiaridades aumentaram o poder discricionário da polícia, do ministério público e dos juízes. Como a responsabilidade criminal estava atrelada à “intenção criminosa”, ocorrerá um esforço para provar que houve a intenção de cometer o delito. No art. 24, do Título III, *Da responsabilidade criminal; das causas que derimem a criminalidade e justificam os crimes*, diz: “as acções ou omissões contrarias à lei penal que não forem commettidas com intenção criminosa, ou não resultarem de negligencia, imprudencia, ou impericia, não serão passíveis de pena”. No art. 27, onde está definido quem não é criminoso, o § 6º diz que “os que commetterem o crime casualmente, no exercicio ou pratica de qualquer

acto lícito, feito com atenção ordinária”. Isso geraria duas atitudes como parte do mesmo processo: a maleabilidade em relação ao cometimento de uma ilegalidade, uma violência policial, por exemplo, quando ocorresse no exercício de uma tarefa lícita; a leniência com os crimes cometidos por personagens provenientes de determinados estratos da população, que seriam tratados como cidadãos e certo rigor com outros, tratados como tutelados.

A Primeira República parece ter assegurado, deste modo, a manutenção da ordem com uma singular combinação entre repressão direta e controle social, ambos dirigidos contra os inimigos da ordem política e os desviantes da ordem social. (...) Nesse sentido, as leis penais, embora revelassem a intenção de controlar a esfera do arbítrio pessoal, dentro do quadro de uma racionalidade jurídica imparcial, no processo de julgamento e de punição, permitiam que práticas de vigilância e de prisão, ilegais à primeira vista, se insinuassem e se integrassem ao universo da legalidade, enquanto práticas cotidianas, aceitáveis porém emudecidas. (ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; SOUZA, L.A.F., 2003, p. 5;12)

Assim, atentando às linhas e entrelinhas do novo código penal, a notícia de jornal supracitada sobre as “heroínas” do cortiço pode ser compreendida – onde temos Mônica, que ao não conseguir fugir a tempo, “dando às de Vila Diogo”, estava “tomando fresco na popular casa do Lago da Justiça” por ter feito “pela manhã um formidável rolo no histórico cortiço”. Na narrativa, na qualidade de “heroína”, a valentia de Mônica e das outras não é lisonjeira, o turno da manhã era o turno do trabalho e o cortiço já era conhecido, era “histórico”, pelos conflitos ali corriqueiros. Alvos da preocupação no período, os cortiços não eram considerados na prática cotidiana da polícia locais onde as leis fossem válidas e a polícia, acionada para controlar o conflito, invadia o espaço e dava voz de prisão aos envolvidos imediatamente. O § 8º do artigo 72 da CF era claro com relação ao papel, principalmente da polícia, de interferir lícitamente “para manter a ordem pública” e o código penal endossava essa perspectiva em muitos aspectos, seja com a preocupação com os vadios e desordeiros, seja com sua distinção entre crime e contravenção, esta última, necessariamente voluntária. Esses preceitos subsidiarão boa parte das práticas policiais no cotidiano da cidade e deve-se lembrar que a fiscalização da atuação desse órgão não estava prevista pela administração da justiça e este partia da premissa era de que a “fiança idônea” não era atributo dos populares.

O que é interessante ressaltar, com relação às discussões relativas ao Código de 1890, é que elas manifestam a insatisfação crescente de muitos juristas frente aos dispositivos jurídico-penais clássicos contidos no Código. Essa insatisfação revela a tensão, que perpassa toda a Primeira República, entre a necessidade de constituir uma sociedade organizada nos moldes jurídico-políticos contratuais, que colocasse o país na linha do progresso trilhado pelas demais nações civilizadas, e as particularidades históricas, raciais e sociais do contexto nacional, que dificultavam, aos olhos das elites republicanas, essa constituição. O desafio era como institucionalizar os ideais de igualdade em termos jurídico-penais frente às desigualdades percebidas como constitutivas da sociedade. (...) Os aspectos mais positivos da legislação penal e processual, entretanto, entravam em choque com um

contexto político e social mais amplo onde novas formas de desigualdade foram colocadas. Como afirmam muitos juristas ao longo da Primeira República, o grande desafio consistiria em “tratar desigualmente os desiguais” e não em estender a igualdade de tratamento jurídico-penal para toda a população (ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; SOUZA, L.A.F., 2003, p. 8)

Nesse sentido, a polícia terá um papel destacado, sobretudo porque os “delitos” previstos em lei tinham a mesma importância conceitual que os “perigos” que emergiam do espaço social. Por isso, em sua função de vigilância e de controle social, basear-se-ia em mecanismos e regulamentos próprios, numa espécie de extra-direito. O poder de polícia sempre teve papel de destaque na tradição jurídica e na burocracia brasileira. (CUNHA, 2002, p; 172).

Apesar de todo aumento de poder que a polícia vai conquistar nos idos de 1890, comentadores do CP e a própria população vai considerar que tanto a interpretação das leis penais por ela como sua ação na cidade será muito ineficiente. As críticas ao corpo de polícia e sua culpa pela permanência do atraso na cidade estão registradas no jornal. Em 24 de maio de 1892, na *Pacotilha*, lê-se:

A rua da Saúde transformou-se ontem em um verdadeiro Éden. Ângela – *mei-cabeleira*, Tereza, *vencedera*, Geralda- *tempestade* e Maria – *roxinha*, decantadas *heroínas* moradoras na Gruta dos Camões, cortiço bastante conhecido da gente *legalista*, entenderam de imitar Eva quando, seduzida pela serpente, mais sem aquelas, puseram-se em completa nudez. E como não há Eva sem Adão, Raimundo *Micury*, rampeiro destabacado e da pá virada, fez o papel de nosso primeiro pai; e então, já se sabe, foi samba grosso a valer. A polícia deixou-as em completa paz, por estar impedida de sair à rua por causa do rigoroso *inverno*. E a vizinhança teve que aturar aquela *chuva*, até quando Morfeu arrebatou os habitantes do novo paraíso. Pobres moradores da rua da Saúde!

Assim, apesar da vigilância policial, acreditava-se que era difícil controlar o vício pela ação direta do poder público, por melhor que fosse a lei confeccionada. No fundo, a polícia estava mal aparelhada e tinha poucos meios de atender a todo o poder que lhe foi aberto direta ou indiretamente pelas legislações. Mais uma vez a solução foi a insistência nos bons costumes, que decorrem da moral privada e pública, pois eles colaboravam para frear as paixões desordenadas, o descontrole dos comportamentos. Junto à polícia, todos estavam convocados a policiar os comportamentos. Mediante esta necessidade e dada a dificuldade de efetivá-la, o Estado saberá bem usar a força da moralidade para adentrar o controle das famílias. A imprensa também desempenhará bem esse papel, reforçando a representação negativa das pessoas das camadas populares. O jornal demonstra esse apelo à moral e aos bons costumes diariamente, bem como a influência dos direcionamentos do código penal na tinta dos jornalistas. Em 24 de maio de 1892, o jornal *Pacotilha*, lê-se:

Pela manhã bem cedo, à hora que o sol vem tingindo com tons rubros as fimbrias do horizonte, uns malandros transformam a fonte do Mamoin numa região

paradisiaca, onde a gente está á vontade, em plena nudez, a refrescar a espinha com uma porção de água fria. Nereidas fazem ali um ruído alegre de risos, de gritos ligeiros soltados quando lhes cai água em cima da pele. Aquilo faz lembrar um pedaço da natureza no tempo da mitologia, dessa época em que Vênus sorridente surgia deslumbrante dentre as espumas oceânicas, ostentando toda a correção das linhas de seu corpo de deusa. Mas... nessas eras já tão remotas não havia o que nós hoje chamamos em linguagem vulgar: moralidade pública, inimiga acérrima da livre exibição da plástica. Eis porque pedem-nos que reclamemos contra esse abuso, que todos os dias se pratica na fonte do Mamoin, lugar de trânsito público e onde moram famílias.

A dificuldade para regular a população e discipliná-la é incômodo para as famílias que prezam pela moralidade pública. Esta situação ocorre mesmo às sombras das casas, que escutam de longe a confusão nas ruas, atrapalhando o pequeno sarau da família após o repasto do dia ou da noite. Estas, então, utilizam o jornal para pedir que se resolvam os abusos, a presença das autoridades, a resolução de casos e desavenças. Em São Luís, a fonte do Mamoin ficava localizada no centro, constituindo-se de um parque público, arborizado, que era utilizado pelas famílias para o passeio público e para os encontros sociais. Por ser um espaço privilegiado, do qual se utilizavam várias famílias abastardas nas suas tardes, era impossível aceitar a presença de pessoas que atentavam contra o modelo a ser seguido. Para as famílias e a elite já não era sem tempo de separar os espaços de convivência e retirar esta população ‘imoral’ das ruas e de suas vistas. Essa insistência em retirar a população das camadas populares do centro da cidade era uma exigência que extrapolava as preocupações do código penal, pois ela estava contida nas novas dinâmicas iniciadas com a República.

Ainda sobre a relativa proximidade que o CP terá das camadas populares e sobre suas relações com a questão do trabalho podemos destacar o detalhamento da caracterização do vadio. A ausência de domicílio certo é um desses acréscimos. Segundo essa legislação, não bastava também que o indivíduo tivesse profissão ocasional, afinal a lei exigia a habitualidade do trabalho, e condenava a ociosidade. Por essas primeiras afirmações, valendo-se das duas notícias citadas e tomando como referência a realidade dos cortiços na cidade, percebe-se como ficava fácil a associação direta entre a população menos favorecida e vadiagem, entre as moradias populares e os cortiços. Por mais que fosse aceitável uma habitação na casa de outrem, vadios eram os indivíduos sem domicílio certo e certamente os de moradia compartilhada e sempre instável. Isso envolvia boa parte da população nas cidades, cuja ausência de endereços fixos era significativa, especialmente em uma situação de aumento populacional e falta de moradias, como a que atravessava os principais centros urbanos na virada para o século XX. Garzoni (2007, p. 12) chama atenção para as “indefinições da vadiagem”, que, segundo ela, continuaram imprecisas mesmo com a sanção do código penal e

do artigo 399. Apesar de o texto da lei parecer simples, sua aplicação era bastante contraditória, afinal “como definir ‘profissão, ofício, ou qualquer mister’ quando as ocupações destinadas às classes pobres eram extremamente instáveis? (...) O que dizer sobre ‘domicílio certo’ quando reformas urbanas (...) conduziam a arranjos provisórios nesse quesito?”¹⁰¹ Se o destaque for dado à instabilidade em si, realmente a consequência é o estereótipo e o desconhecimento das múltiplas experiências.

Apesar de ele não inaugurar essa preocupação moral no fim do século XIX, diversos autores apontam a preocupação que este Código Penal tinha com a manutenção da honra e da moralidade de homens, mulheres e da família agregando-as ao valor do trabalho.¹⁰² Essa preocupação fez com que alguns crimes que até então estavam ausentes ou dispersos em códigos anteriores, como lenocínio e cafetismo, por exemplo, fossem autuados e penalizados no novo texto jurídico. O livro III, *Das contravenções em espécie*, é bastante específico sobre os fatos classificados como contrários à ordem e à moral públicas. O capítulo V, deste livro, do *Ultrage publico ao pudor*, o art. 282 punia com um a seis meses de prisão a ofensa aos bons costumes “com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade”. Este capítulo reúne os delitos que mais se relacionavam com o cotidiano policial da época, que precisavam de uma autuação rápida para manter a ordem e sossego públicos. Delitos como jogos de apostas, agiotagem, uso de armas, brigas, vadiagem, etc. competiam ao chefe e ao delegado de polícia para processarem *ex-officio* estas contravenções.

Diversas pesquisas têm mostrado o papel das leis penais como instrumento de controle social no período (NEDER, 1986). As pesquisas que enfatizam o Código de 1890 enquanto instrumento de construção de uma ideologia burguesa do trabalho, detêm-se principalmente nos dispositivos situados no Livro III, acerca das contravenções penais, referentes aos mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Estes artigos mostram, sem dúvida, a intenção da autoridade republicana de inibir a ociosidade e obrigar as classes populares ao trabalho. Mas as funções que o Código deveria desempenhar ultrapassam a simples imposição do trabalho livre, pois se esperava que a nova legislação consolidasse os valores políticos e sociais do

¹⁰¹ Leriche de Castro Garzoni. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana* (Rio de Janeiro, início do século XX. Dissertação de Mestrado, IFCH/ Unicamp, Fevereiro/2007, p. 12.

¹⁰² Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares no cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. RJ: Paz e Terra, 1989; Idem e Sidney Chalhoub. “Trabalho escravo e trabalho livre do Rio: vivências de libertos, galegos e mulheres pobres”. In: *Revista brasileira de história*. SP: Anpuh/Marco Zero, 55, 8/9, 1985. Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. SP: Ed. da Unicamp, 2001; Idem. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. SP: Cia das Letras, 1998.

novo regime e ainda respondesse às novas necessidades de controle social colocadas pelas transformações da sociedade. Neste sentido, segmentos da elite jurídica e social rapidamente perceberam que o Código Penal da República era uma justificativa e um método importantíssimo frente às urgências colocadas pela construção da nova ordem política e social republicana, daí as acusações de “atraso” na sua concepção, pois deixava boa parte do controle para as entrelinhas da lei.

Conhecendo a origem e a motivação dos discursos, fica impossível permanecer com a mesma narrativa historiográfica – é impossível insistir no discurso da desqualificação pura e simplesmente. Insistência essa que traz consequência não apenas para a narrativa historiográfica, mas para um objetivo bastante significativo desse conhecimento: colaborar para a construção da cidadania e promover o autorreconhecimento como agente histórico e a autocompreensão de sua própria historicidade. As notícias de jornal e os inquéritos policiais citados até aqui nos servem para trazer suspeita ao discurso da desqualificação e entender suas motivações. A pouca efetivação do discurso de ordem impediu mais uma linearidade no processo histórico, daí desconfiarmos da insistência no aspecto discursivo, pois ele tende a nos levar a avaliar a história sob o signo do atraso e responsabilizar as camadas populares por isso, atribuindo adjetivações por força da repetição. Essa atitude retira complexidade das experiências e promove o desconhecimento da nossa história. Faz-nos desconhecer que a cidade de São Luís, a exemplo de muitos outros lugares, alinhavou elementos distintos, fundiu a casa e a rua, esteve atravessada por uma diversidade de pessoas que circulavam e viviam experiências distintas. São essas vivências distintas que destacaremos a partir de agora, reforçando a pouca homogeneidade na incorporação dos discursos. Em vez de desordeiros, argumentaremos agora a favor da compreensão dos conflitos sob essa perspectiva da incorporação distinta, deixando de lado a argumentação de que a desordem e a imoralidade são inerentes às camadas populares.

3.3. A questão da família: múltiplas vivências, exemplos não exemplares

A representação das camadas populares e a forma de controle delas pela lei estão bem expressas nas linhas e entrelinhas do Código Penal. Mas a legislação é indicativa da

mentalidade daqueles que a fabricam e oferece uma visão bastante parcial, como vimos pelo subcapítulo anterior, daqueles a quem deve “corrigir”.

Nos jornais, a representação sobre a camada popular também responde aos discursos veiculados na sociedade daquela época e materializados na instituição do Código Penal de 1890 e nos discursos de ordem e progresso que a própria República traz em seu bojo. Todos eles estavam, de maneira direta ou indireta, preocupados com a necessidade de novos padrões de comportamentos espelhados no ideal de civilidade europeu e com a falta de trabalho, de residência fixa, dos usos do espaço público. Para atender a essas preocupações, uma polícia reorganizada – ainda que com problemas –, mais autônoma, foi convocada diuturnamente para agir, quase sempre incriminando aquelas pessoas e enfatizando o perigo que elas ofereciam à sociedade. Os espaços e as práticas populares tradicionais tornaram-se alvos de um controle ainda maior por parte das autoridades policiais. Bares, festas, restaurantes, botequins, etc. – a boemia era o alvo preferido.

Porém, imaginando a vida nos idos de 1890 e as pessoas que ali conviveram, teriam elas correspondido, ou em que grau isso teria ocorrido, a essa visão sobre elas mesmas? O que essas pessoas pensavam de si e como avaliavam o comportamento daqueles com quem conviviam quando estes cometiam “contravenções” ou “crimes”? Como elas usaram a seu favor a distinção desses dois atos e exploraram a voluntariedade do primeiro deles para denunciar e culpabilizar seus pares? Como experimentaram a questão da família, seu discurso de honra, seus papéis definidos? A que ponto elas não corresponderam ao discurso oficial?

Temos muitos exemplos das representações – negativas – sobre as camadas populares, mas são poucos os exemplos que promovem uma representação destas pessoas por elas mesmas – independente se com isso confirmamos a sua instabilidade ou o quanto elas de fato se guiaram pelo discurso oficial. Falar dos “de baixo” com suas próprias falas era até pouco tempo tido ora como desnecessário, ora como impossível. Os primeiros esforços com relação a isso, atentando para os casos particulares, vieram de pesquisas em micro-história, nas quais situações-limite, trajetórias biográficas potencialmente esclarecedoras de aspectos rejeitados pelas análises macroscópicas e seriais apareceram. Com elas, o estudo do cotidiano, e do cotidiano familiar, atraiu a atenção desses historiadores posto que é lugar privilegiado do “vivido”, lugar onde se desdobram correlações e rompimentos com a ordem social vigente, lugar onde as personagens, na maior parte das vezes, protagonizam uma história não exemplar e anônima.

De agora em diante, então, valorizaremos o cotidiano familiar e as personagens anônimas dele em vários subcapítulos, confiando esse esforço ao uso de inquéritos policiais,

por considerarmos ser esta uma excelente documentação para dar-nos possibilidades da representação das camadas populares por elas mesmas e observar como elas administravam o conflito entre si. Isso só pode ser feito mediante o exemplo, daí a abordagem qualitativa: encontramos vários inquéritos de teor parecido, mas entendemos que uni-los poderia sugerir um “modelo de comportamento” e aqui estamos trabalhando com possibilidades múltiplas de ação. Estamos questionando o modelo – definido sempre pelo discurso vertical como uma estratégia – e as representações oficiais e fazemos isso prescindindo do argumento da “falha” ou da falta: falta de moralidade, falha do progresso, etc. Mais uma vez, nosso objetivo de estender espaço para a fala das pessoas envolvidas em um conflito, representantes quase sempre da camada mais popular, não quer provar que elas não respondiam aos discursos oficiais, ou no limite que não provocassem a desordem, nem que tinham seus próprios valores: estamos sempre partindo da força do discurso oficial – o trabalho que ele fazia era justamente para contaminar todos dentro da sociedade, fortalecendo os “soldados” do progresso; – mas também compreendendo que este foi incorporado totalmente, incorporado parcialmente, reinventado ou desprezado pelas pessoas que convivem. Todas essas opções são compreendidas como táticas de sobrevivência, usadas e articuladas pelas pessoas que conviviam e tinham que administrar os conflitos tão corriqueiros, causados em boa parte justamente por essas diferentes incorporações. O inquérito nos permite entrever todas essas táticas em conjunto, às vezes em um mesmo caso, expressa total ou parcialmente no testemunho dado na delegacia, daí sua riqueza.

Na observação dessas vivências familiares o protagonista trazido à tona é a própria multiplicidade de ideias sobre a família. O perfil individual dos membros dessa instituição escapa, uma vez que ele só se revela imerso no movimento constante do dia-a-dia. Neste espaço micro, mas plural, há uma rede de trajetórias entrecruzadas, uma teia de vozes entrecortadas que compõem um cotidiano dinâmico de sucessivas tramas. Nesses casos, a vivência da “família” não é algo da esfera do privado, nem estável. Sociabilidade e hostilidades se fazem, refazem e desfazem, no vai-e-vem desse movimento intenso e é através delas muitas vezes que se pode ver a família e onde se pode perceber seus vínculos, seus significados e seus desdobramentos. Como afirma Certeau, a preocupação deve ser colocar por um lado em jogo o sujeito, sem, no entanto, colocá-lo no centro do palco; antes deve-se ter uma preocupação com as *operações* pelas quais esses sujeitos exercem suas práticas, seus “esquemas de ação”. Se tal concepção de Certeau demonstra que há uma maneira pelo qual o discurso é construído e outra pelo qual ele é assimilado; de outra maneira ele afirma que não existe uma correlação necessária entre o que é construído e instituído pelo discurso e a

manipulação por seus praticantes. A circulação de uma representação sofre poderosos reveses quando de sua utilização, não existe uma uniformidade, e não se pode ler um documento por uma lente simplista que uniformiza tudo. Assim falaremos da família, de famílias, dos sentimentos e usos da família – e como nossos personagens viveram essa experiência, pondo-os ‘em jogo sem colocá-los no centro do palco’. Ao final, múltiplas expressões familiares serão percebidas. Optar por este caminho significa observar e interpretar a questão da família por casos individuais, entrevedo maneiras e significados, sem estabelecer modelos.

Como vimos no segundo capítulo, as reformas na família resultaram em um modelo bastante excludente. Legitimada pelo casamento civil, a experiência da família parecia de poucos. À grande parte da população, nos acostumamos às narrativas da ilegitimidade, de falta de ‘família’. Então, para tentar responder ou reforçar algumas das interrogações lançadas, perceber o enlace entre estratégias e táticas, narrando de outra maneira as vivências familiares, vamos explorar cinco inquéritos policiais, cada um oferecendo uma possibilidade distinta de interpretar a questão da família, que estará sempre imersa em tantas outras questões e em conflitos administrados e resolvidos pela força policial.

3.3.1. A família na casa e na rua: autoridade, distinção e (re)significados

Empenhados em enfrentar a desordem e trazer à narrativa as experiências familiares, dissemos no início deste capítulo que o acesso a elas é diretamente proporcional ao esforço de reprimi-las, contê-las, eliminá-las. Por isso temos enfatizado a ação da polícia, a quem cabia controlar as ações e reprimir as experiências que se distanciassem do padrão e a orientação do Código Penal de 1890, base para essa mesma ação. Destacamos com isso como as camadas populares figuram entre os principais personagens do controle, não como a única camada a burlar a “ordem” ou o “modelo”, mas como aquela que, pelo excesso de vigília, tornaram-se as maiores protagonistas da documentação policial, seja pela falta de “fiança idônea”, seja pelo senso-comum de ser “empecilho” ao progresso. Neste subcapítulo queremos explorar melhor a questão da família, seus (re)significados, pontuá-la como referência para qualificação dos indivíduos, acrescentando ao mesmo tempo ênfase ao intercâmbio dos ambientes – casa e rua – a indistinção dos espaços, sem que, naturalmente, fossem eliminadas as distinções atribuídas à condição elitista. Em relação à separação dos espaços na cidade,

Marcos Luis Bretas nos ajuda a perceber que apesar do esforço dessa separação e das próprias pesquisas demonstrarem uma ânsia em comprovar que essa realidade dupla e incomunicável era verdadeira, na mesma cidade os espaços sociais eram muitas vezes indistintos.

o instrumento cognitivo desenvolvido na historiografia recente para enfrentar essa diversidade é a criação de cidades, ou mesmo de mundos, é a cidade negra ou o mundo da desordem que são construídos aceitando implicitamente a ideia da existência de uma cidade branca ou de um mundo onde realmente existe a ‘ordem’. A questão que me imponho é refundir esses espaços fazendo uma cartografia da cidade do crime, onde se perceba uma só cidade enfrentando o drama de sua compartimentação. (BRETAS, 1997, p. 73)

Esse drama era vivido todos os dias na cidade, existia um impulso de diferenciação que levava a população mais remediada a rechaçar a presença daqueles que, de uma forma ou de outra, dificultavam as possibilidades de distinção social. Os próprios mecanismos utilizados para empurrar a desordem para um “mundo” próprio, afastado e isolado, atestam a permanência de indesejadas sociabilidades, presente mesmo ante o auxílio das instâncias judiciais e policiais. O que imperou, como afirma Bretas, foi a convivência obrigatória de vários segmentos em um mesmo espaço – uma mesma cidade enfrentando a indesejável aproximação.

Nossa personagem principal para tratar dessas questões chamava-se Josephina Rebecchi e acessando esse pedaço de sua vida podemos entrever com clareza essa convivência. Neste inquérito há o envolvimento de um membro de posses, indivíduo abastado e pertencente ao estrato dominante, e seu desenrolar atesta essa troca, o convívio e os conflitos gerados. Nele poderemos perceber também a forma como a polícia enfrentou este caso incomum, pontuando a presença dos elementos que destacamos acima em relação ao CP e a leniência com os membros da camada dominante. Veremos também, mais uma vez, o problema da falta de moradia e a mobilidade entre as pessoas da cidade, as casas, populares ou não, marcadas pela presença de muitas pessoas fora da família, o hábito de hospedar, os arranjos e os laços de sobrevivência tecidos entre todos que conviviam na cidade, a solidariedade e a proteção existente entre as pessoas de mesma condição social. Veremos, enfim, a fala de personagens sempre ausentes da narrativa historiográfica e seus sentimentos com relação à família.

Josephina Rebecchi era italiana e chegara ao Brasil de vapor a convite do Dr. Rossi. Era casada, tinha trinta e dois anos de idade, era filha de Vincenzo Rebecchi e ocupava-se com serviços domésticos, sabendo ler e escrever. A denúncia que a envolve foi feita em três de março de 1902 e partiu do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Foi solicitado que a polícia mandasse proceder ao exame médico pelos profissionais da polícia em Josephina,

recolhida a poucos dias àquele estabelecimento como “sofrendo das faculdades mentais”. Porém, o denunciante informa que “se propala pela cidade ter sido antes disso seviciada pelo Dr. Miguel Rossi”.

Quem é o Dr. Rossi sabemos apenas pelo depoimento das testemunhas no inquérito sobre o crime - um amigo, advogado e jornalista, que presenciara o delito e três empregados que moravam em sua casa e que teriam ajudado a levar Josephina para o hospital, já que ele mesmo não fora interrogado. O primeiro, o Dr. Carlos Augusto de Araújo Costa, foi a última testemunha desse inquérito. Por suas próprias descrições, era maior de vinte e oito anos, solteiro, filho legítimo de Raymundo de Araújo Costa, natural do Piauí, advogado e jornalista, residente à rua da Cruz, número trinta e seis, em São Luís. E elementos de quem era o acusado aparecem quando foi lhe perguntado se estando ele na casa do Dr. Miguel Rossi em Alcântara “assistiu a esse dar murros e bofetões na italiana Josephina que então morava na casa do mesmo”. A primeira declaração que consta nos autos é que Dr. Carlos sentia-se “deveras constrangido por ser chamado a depor sobre um fato desta natureza, máximo por ter ele se dado no lar de uma família a quem tributa respeito”. Instruído, Dr. Carlos é bastante retórico e diz que apesar do constrangimento, ele é “homem de lei e, sabe cumprir a seu dever cívico relatando o fato tal qual ele se deu como souber e lhe for perguntado”. E mediante essas declarações, acrescenta que “acredita que essa notícia tenha chegado antes ao conhecimento de qualquer autoridade e mesmo do ilustre Dr. Chefe de Polícia um tanto alterada por ter passado pelo método transformista da opinião publica que as vezes toma a nuvem por Juno”.

Ora, por esse trecho do inquérito já podemos perceber o limite de uma investigação policial que envolvia o nome de um personagem distinto da sociedade; e a ausência de um interrogatório feito diretamente a ele e o encerramento do caso após o inquérito do Dr. Carlos pode nos fazer perceber que a polícia não foi mais longe do que o § 14 do art. 72 previa: “Ninguém poderá ser (...) levado à prisão ou nela detido, *se prestar fiança idônea nos casos em que a lei a admitir*” (grifo nosso), e talvez a idoneidade manifesta impediria até ser interrogado.¹⁰³ Vimos por exemplos anteriores que a polícia estava ou devia estar atenta aos conflitos e reagia detendo os envolvidos sob a justificativa de apaziguar as ruas e conter as ofensas à moralidade. Muita gente foi parar na delegacia e eventualmente ficava preso, ou via seu nome estampado no jornal. Observando a data deste inquérito, nenhuma nota saiu no

¹⁰³ Vasculhamos todas as caixas de inquéritos policiais do período de 1890 a 1930 e encontramos apenas 3 inquéritos que envolviam personagens das camadas mais abastadas, todos sem prisão ou inquérito dos envolvidos.

jornal sobre o envolvimento do Dr. Rossi, apesar dos boatos circularem pela cidade, como veremos. Respondendo à pergunta do que sabe sobre o caso, o Dr. Carlos continua e diz que

o que se deu foi o seguinte em toda a rude expressão da verdade. Tratava o respondente de uma questão no foro de Alcântara a pedido de uma pessoa que lhe honra com sua amizade e que pertence a família do Dr. Rossi. Em casa deste, a noite, sentara-se próximo a uma mesa tendo na cabeceira o Dr. Rossi e aí conversaram particularmente quando este ultimo olhando para trás e vendo dona Josephina, ele ergueu-se contrariado, aborrecido com a mesma a quem mandou que se retirasse. Acredita o respondente que dona Josephina aí se achava nessa ocasião pela natural curiosidade que sempre revelou ao ouvir falar português pessoas que tem conhecimento dessa língua que ela ignorava completamente e que por isso mesmo procurava aprender. Não tendo ela se retirado como lhe mandou Dr. Rossi, deu-lhe estas pancadas e não poucas, não com instrumento inflamante como se chegou a dizer em Alcântara mas com as próprias mãos. Desde então não viu dona Josephina que antes disso tomava parte nas refeições em companhia da família do Dr. Rossi, que não devia proceder assim, isto é, maltratando a senhora Josephina, mulher honesta e de bem que como tal viera da Itália em sua companhia conforme ele próprio lhe havia dito. O mesmo também observou a honrada consorte do Dr. Rossi, conseguindo aos poucos acalmar os ânimos deste que não é um cavalheiro desatencioso para com aqueles a quem deve dispensar atenção. Conta este fato tal qual se deu e se ele se reproduziu não sabe dizer ao certo porque ele costuma dar o devido desconto a boatos que se espalham a respeito para os quais não encontra fundamento.

Quando perguntado se “apesar dessa ultima declaração não ouviu a noticia propalada pela cidade de haver sido a italiana seviciada pelo Dr. Rossi dias antes dela haver sido recolhida para a Santa Casa”, respondeu que “de fato esta noticia tem-se propalado por toda a cidade chegando aos ouvidos dele, que dela não duvida, ignorando, porem, qualquer outra ataque a senhora Josephina”.

Nem essa resposta fez a polícia chamar o Dr. Rossi para depor. O inquérito se encerra e não se sabe o que ocorreu com a italiana. Porém, a narrativa deixa perceber vários elementos já apontados antes nas observações sobre o código penal, sobretudo em relação ao fato de se dar tratamento diferenciado para alguns, apesar do preceito geral da igualdade perante à lei. Além disso, neste depoimento devemos destacar a narrativa da abordagem do depoente ao fazer parar o Dr. Rossi de bater em Josephina: primeiro ele diz que Josephina “tomava parte nas refeições da família”, depois “ênfatiza ser ela honesta”, depois frisa que o que ocorreu foi um caso isolado, argumentando que não poderia haver maus tratos constantes com essas duas assertivas acima. Depois aponta que o que ocorreu foi apenas que o Dr. Rossi perdeu a calma, mas que logo controlou os ânimos, fazendo este depoente perceber sua “honrada consorte”.

Todos esses elementos deixam claro a preocupação do Dr. Carlos em preservar o Dr. Rossi, enfatizando sua distinção e honra. Para comprovar esta última destaca seu autocontrole, sua educação. A família é acionada para comprovar esses elementos e até para dissuadir a

agressão em Josephina: ela era honesta, veio ao Brasil trazida pelo Dr. Rossi nessa condição – a agressão às mulheres honestas parece uma incongruência para o Dr. Carlos. O interrogado sente-me mal ao estar falando sobre uma família de respeito na delegacia – o Dr. Rossi era casado e sua família estava legitimada tanto por este ato como por sua condição social.

Podemos saber mais sobre o Dr. Rossi pelo depoimento do Dr. Ferreto Luigi, outro morador da casa do Dr. Rossi, recém-chegado da Itália e contratado por este, segundo informações da testemunha, ainda na Itália e na mesma ocasião que contratara Josephina. Ferreto Luigi tinha de vinte e nove anos, era solteiro, filho legítimo de Lourenzo Ferreto, natural da Itália, disse ocupar-se como professor, químico e farmacêutico, residente ao Largo do Carmo, número sete. Ao ser perguntado se estava ele respondente morando na casa do Dr. Rossi e em caso afirmativo se sabia qual o tratamento que ele costumava dar à italiana que se achava na Santa Casa de Misericórdia, Luigi respondeu que ele residia na capital há pouco tempo, que ao chegar foi logo morar na casa do Dr. Rossi ao Largo do Carmo e no mesmo dia de sua chegada, entregou uma carta enviada pelo marido de Josephina à mesma. Esta seguia para Alcântara, e ao ler, não perguntara notícias de sua família. Luigi diz ainda que “notou no seu semblante expressão diferente da que ele havia lhe conhecido na Itália”. Ao longo das perguntas e respostas, sabe-se que Luigi havia conhecido Josephina já na companhia do Dr. Rossi no vapor que o traria para o Brasil.

Declarara ainda que viera da Itália no mesmo vapor em que veio o Dr. Rossi com Josephina, tendo-os encontrado na Marselha. Soube também pelos empregados de bordo, que em viagem anterior o Dr. Rossi veio como passageiro de primeira classe e Josephina de terceira, mas dali em diante vieram ambos como passageiros de primeira classe e que, querendo o Dr. Rossi levar Josephina para seu mesmo camarote, deu-se por isso, o maior escândalo a bordo visto ter o comissário a isto se oposto. Afirma ainda sobre a carta que o marido de Josephina era empregado na Itália no mesmo local que ele era químico e sabendo que ele havia sido contratado pelo Dr. Rossi, pediu-lhe esse favor. Um dos empregados dessa fábrica também tinha comentado que Josephina viria como dama de companhia para a família do Dr. Rossi, o qual até teria pedido para esse empregado conseguir outra italiana nessas condições alegando que precisava dos serviços dela para cozinhar italiano e engomar para seus filhos.

Luigi ainda afirma que ao chegar a esta capital, tendo conhecido

o gênio do Dr. Rossi, não desejava mais continuar como empregado, tanto assim que tenciona seguir brevemente para o Rio de Janeiro. Na Itália, o Dr. Rossi fizera-se passar por homem de grande fortuna e com isso conseguira não só a vinda dele, mas do Dr. Robilotto e de Josephina. E que sabe, “por ouvir dizer” que o Dr. Rossi maltratou Josephina em Alcântara, dando-lhe pancadas, mas não sabe dizer se foi à

mão ou se com algum instrumento. Luigi afirma ainda que no dia seguinte ao de sua chegada não tendo Josephina querido ir à mesa do almoço o Dr. Rossi “exasperou-se em extremo” por esse fato à ponto de atirar com a louça pelo chão e fazer um grande alarido fazendo exclamação de grande desespero. À vista disso, ele respondente e o Dr. Robillota aconselharam ao Dr. Rossi que levasse a italiana para o hospital receando que a mesma poderia se envenenar pelo estado em que se achava. Aceitando o alvitre o Dr. Rossi pediu a ele respondente, ao Dr. Ferdinando e ao Simão Medeiros que fizessem o obsequio de levar Josephina até o hospital e que realizassem na quinta-feira, vinte e sete do passado.

A partir desses interrogatórios temos elementos para reflexões. Não é nossa intenção julgar o Dr. Rossi, apenas observar as falas das testemunhas e perceber como elas nos ajudam a montar um quadro ainda que imperfeito dessa sociedade e das vivências no início do século XX. Pela narrativa de Luigi percebemos um trânsito intenso de pessoas na capital, diversas profissões sendo inseridas no cotidiano da cidade, o tratamento dispensado pela polícia, inclusive nas suas ausências, e o vozerio que invadia a cidade, o comentário da vida de fulano e sicrano, como isso ganhava as ruas e como a casa se estendia às ruas ganhando enormes proporções. A família era assunto de todos. De fato a polícia não parece interessada em investigar a parte da denúncia que afirmava que Josephina chegou ao hospital como que sofrendo das faculdades mentais, uma característica que poderia colocá-la fora das condições de responsabilidade penal e vítima, portanto, do Dr. Rossi. Mas parece querer saber mais além da agressão feita pelo dito réu. As perguntas para as testemunhas procuram desvendar a vida de Josephina, saber em que condições ela se encontra na cidade, qual o acordo e qual a condição que ela veio em companhia do Dr. Rossi, se uma dama de companhia ou uma simples criada, talvez porque esses dados pudessem fazer diferenciações em suas conclusões. Além disso, mais uma vez, a ausência do interrogatório do Dr. Rossi é esclarecedora: se a polícia deveria ter preocupação com o comportamento indevido, que atentassem contra os direitos do outro, a polícia parecia estar mais interessada em saber quem era Josephina que propriamente punir o agressor. O interrogatório de Josephina demonstra alguns desses elementos, principalmente pelo fato de que a intenção da polícia era saber se, ocorrida essa agressão, se ela era rotineira.

Com a intenção de comprovar possíveis maus tratos do Dr. Rossi em relação Josephina, conforme denúncia feita, a vítima respondera que

efetivamente estive na casa do Dr. Rossi e que ali este deu-lhe em uma ocasião murros na cabeça e em seu rosto em presença do Dr. Araújo Costa, isto na cidade de Alcântara, ameaçou-a ao trazê-la para esta Capital, que havia de dar-lhe pancada se ela não ficasse em sua companhia.

Essa resposta motivou a polícia a inquiri-la sobre quem a trouxe da Itália e em que caráter ela se achava em casa do referido Dr. Rossi, ela respondeu que “tendo ido à Itália o Dr. Rossi,

este tinha conseguido convencer seu marido de que era vantagem ela ir à Marselha com uma comissão vantajosa servindo de governanta de família, a razão de vinte e cinco libras por mês”. Porém, “para ela, o mesmo Rossi disse que a levaria para o Brasil onde seria muito feliz e lhe daria um excelente tratamento”. Acertada a viagem, Josephina afirma que o Dr. Rossi “ameaçou bater nela pelo fato desta não querer ir ao seu camarote; e ao chegar ao Maranhão, ele a teria levado para Alcântara, tentando seduzi-la, ao que ela sempre teria resistido”. Quando perguntada se além dessa vez que descreveu, o Dr. Rossi a teria agredido novamente, Josephina disse que não. E nada mais foi perguntado à vítima, nem sobre os outros elementos que ela adicionou ao fato denunciado: a tentativa de sedução por parte do Dr. Rossi.

Acessando outros inquéritos, tivemos acesso a alguns onde apesar da denúncia feita, o curso da investigação tomava outro rumo mediante as informações adicionadas pelas testemunhas. No inquérito de Balbina dos Santos, 25 de abril de 1918 temos uma lavadeira que é espancada à beira do rio, em frente às demais pessoas que se ocupavam do mesmo serviço – o motivo foi porque Balbina teria deixado a roupa do seu amásio de molho em uma bacia com urina, contrariando o pedido deste de lavar e engomar para ser usada em seguida. Quando descobre, seu amásio vai até o rio e a ajoelha, pegando-a pelos cabelos, agredindo-a a ponto das demais lavadeiras interferirem. No meio do interrogatório sobre a agressão física sofrida por Balbina, o agressor diz que Balbina havia tomado chá preto para aborto e imediatamente o inquérito sobre o espancamento é transformado em um inquérito para comprovação de tentativa de aborto. A violência é esquecida e a vítima vira ré. No caso de Josephina, independente das acusações feitas e até confirmadas por testemunhas, a polícia insiste em reconstruir sua trajetória e parece dar-se por satisfeita em verificar a conduta de Josephina. Além disso, constatada a agressão, o que importava era saber a frequência ou as relações da agredida com a família.

Outro elemento que chama a atenção na leitura desse documento é a mistura entre o fato em si e o falatório sobre o fato. Estaria a polícia investigando a agressão sofrida por Josephina ou as injúrias contra o Dr. Rossi que se espalharam pela cidade? Com o desenrolar desse inquérito, perceberemos como na rotina da cidade era impossível fazer distinções, por mais que esse fosse o desejo de alguns, entre a casa e a rua e vice-versa. Pela descrição das testemunhas, o Dr. Rossi era homem de boa família, possivelmente afortunado, pois não só foi descrito pelas testemunhas como “homem de família a quem se atribui respeito”, como viajou para a Itália e ao que parece arcou com a vinda de mais três empregados para a cidade de São Luís. Não se sabe qual a atividade do Dr. Rossi, mas esse episódio mostra o fluxo de pessoas na cidade no final do século XIX e como a vida, mesmo daqueles que pertenciam às

camadas mais abastadas, estavam sob os olhares de todos. Mesmo com a chegada da República e com a intensificação dos discursos de elite de separação entre o espaço exclusivamente privado e o público, o intercâmbio continua a se fazer presente e a diferenciação entre casa e rua era fluida, visto que, no cotidiano, esses ambientes se misturavam e punham em contato o mundo vibrante da rua com o decoro do lar. Nas muitas denúncias que obtivemos acesso, o que fica patente é que o modelo que separa rigidamente os espaços da rua e da casa precisa ser amenizado. Os moradores da cidade, com olhares curiosos sobre um episódio qualquer, eram incapazes de esconder sua indiscrição.

Mais uma prova desse contato, temos os interrogatórios de Ferdinando Robillota e Simão Medeiros. O primeiro também era italiano, de vinte e cinco anos de idade, solteiro, filho de Giacoma Robilota, médico cirúrgico e morava na residência Largo do Carmo, número sete, também na casa do Dr. Rossi. Sobre o tratamento dispensado a Josephina, respondeu que “desde que chegou a esta Capital tem morado em companhia do Dr. Rossi e pode afirmar que ele sempre seu bom tratamento à italiana de que se trata”. Somente em uma ocasião achando-se o Dr. Araújo Costa na casa do Dr. Rossi em Alcântara a conversarem amistosamente, aconteceu o fato que gerou a agressão: a referida italiana entrara na sala e isso contrariou o Dr. Rossi, que pediu a ela para se retirar. Com a recusa, “ele avançou para ela e deu-lhe umas bofetadas. Mas depois deste fato não lhe consta que o Dr. Rossi tivesse dado em Josephina”. E como ela mostrou

estar sofrendo de profunda nostalgia recusando-se ate alimentar-se, o Dr. Rossi pediu a ele respondente que recolhesse a italiana ao hospital da Santa Casa de Misericórdia para ver se ali conseguia melhorar, visto saber que ali existiam irmãs italianas que poderiam fazer Josephina alimentar-se e mesmo distraí-la da impressão nervosa de que se achava atacada. Satisfazendo esse pedido, ele foi levar a italiana no dia 27 do mês ultimo entre onde e meio dia no carro em companhia do chimico Ferreto e de Simão Medeiros, empregado da Pharmácia Palhano.

Ao ser perguntado se sabe a que caráter tinha o Dr. Rossi a italiana em casa, respondeu que “não sabe se ela era dama de companhia do Dr. Rossi ou se uma simples criada, visto o bom tratamento que ela ali recebia”. Perguntado se ao trazer Josephina o Dr. Rossi não comprometeu-se em facilitar o retorno da italiana caso ela não se desse bem no Brasil, respondeu que “o Dr. Rossi possui um documento em que obrigou-se a facilitar as passagens e todas as comodidades para a volta da italiana caso essa não se desse bem com o clima”. Perguntado se depois do incidente “a italiana continuou a sentar-se a mesa nas refeições como costumava fazer antes disso”, respondeu que “dias depois do incidente a italiana não sentou-se a mesa, mas em seguida continuou a tomar parte das refeições da família do Dr. Rossi ate que veio para o hospital”.

Já Simão de Castro Medeiros tinha vinte e quatro anos de idade, solteiro, filho legítimo de Manuel de Medeiros Castro e Dona Maria das Mercês Pereira de Castro, natural da ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores, possessão portuguesa, prático de farmácia, também residente ao Largo do Carmo, número sete. Ao ser perguntado pelo tratamento dado a Josephina, respondeu que “sabe por conhecimento próprio que o mesmo sempre deu tratamento bom a referida italiana que tinha na sua casa como criada visto havê-la trazido da Itália para esse fim”. Quando chegou a casa em Alcântara notou que Dona Josephina

já se achava debaixo de uma impressão nervosa muito forte, não querendo conversar com pessoa alguma e com dificuldade se alimentava. Nunca quis ocupar-se dos afazeres domésticos que lhe eram destinados pelo que ate a senhora do Dr. Rossi disse que o seu marido tinha tomado uma grande espiga em contratar essa italiana para criada. E como a italiana persistiu nesse estado ate atentando contra a própria vida procurando aponderar-se de substancias venenosas para ingeri-las o Dr. Rossi julgou mais acertado mandá-la para o hospital para receber tratamento que carecia. E o dr Rossi viu-se obrigado a por em prática esse intento porque achando-se nesta capital a serviço a sua senhora lhe mandou dizer que desse providencia afim de que a italiana se retirasse de sua casa visto ela continuar no mesmo estado de moléstia. Ao chegar a italiana a esta cidade no dia seguinte não quis ir a mesa do almoço por maiores esforços que o Dr. Rossi empregasse para esse fim, e a vista disso o mesmo mandou levá-la para o hospital.

Perguntado se ouviu propalar-se pela cidade a notícia de que o Dr. Rossi houvesse seviciado a italiana, respondeu que “efetivamente nessa cidade falou-se isso porem assegurava que era sem fundamento porque morando com o Dr. Rossi há cerca de dois meses não teve conhecimento de semelhante fato”.

Interessante destacar mais elementos neste caso. A insistência da polícia em verificar se Josephina “sentava-se à mesa” junto com a família Rossi. Estar na condição de dama de companhia, sentando-se à mesa daria direitos ao chefe da casa? Além disso, afirmamos acima que apesar do novo papel da polícia, esta estava muito desestruturada para responder às demandas e sofria muitas críticas da população. Mediante as críticas à ação policial, teria essa condições de convocar o Dr. Rossi para depor? Teria credibilidade ou seria julgada mais uma vez por sua ineficiência caso ela convocasse alguém como o Dr. Rossi para ir à delegacia? Como a polícia encarava esses elementos: ao mesmo tempo que a rotina da casa do Dr. Rossi ganha as ruas, teria ela condições de questionar o Dr. Rossi sobre seus hábitos e atitudes? Não estaria ela talvez mais interessada em desmentir os boatos, preservando a idoneidade dessa família, querendo provar que foi apenas um episódio e que a italiana até “sentava-se à mesa com a família” que propriamente punir o agressor, que no final, via como o chefe e responsável pela sobrevivência da italiana? O Dr. Carlos ressalta que o Dr. Rossi irritou-se porque a italiana não se retirou à sua ordem, logo não o obedeceu em público. Não teria por

isso julgado como um direito e um dever corrigi-la? O questionamento pela polícia do termo assinado pelo Dr. Rossi pode dizer menos das suas responsabilidades – devolver a italiana, caso não se adaptasse – e mais dos seus direitos – ele era o responsável por ela, por seu sustento, no Brasil e aqui era agora sua família. A ênfase dada a este termo pode, além disso, indicar o trato ocorrido entre o marido de Josephina e o Dr. Rossi, mostrando que este sabia da vinda de sua esposa para o Brasil. Apesar de Josephina tentar utilizar a tática da sedução, esta não surte nenhum efeito – seja porque, sendo casada, a inocência não lhe era mais atribuída, seja porque a sua vinda havia sido acertada entre os homens, a autoridade das famílias e cabia a esta somente adaptar-se às mudanças. Pelo depoimento de Simão vemos também a incriminação de Josephina: ela não cumpre sua obrigação, não faz os serviços e desagrada com esse comportamento a esposa do Dr. Rossi, a quem deve servir e para quem aparentemente era apenas uma criada – cujo dinheiro gasto nesse acordo foi mal empregado, segundo afirma a testemunha. Este depoimento deixa claro que Josephina não é parte da família, inclusive esta vai parar no hospital por ordem da esposa – que pede providências ao estado de moléstia em que ela se encontra. Por outro lado, Fernando deixa elementos para se observar a preocupação do Dr. Rossi com a italiana: ela não se alimenta e vai ao hospital a pedido deste como remédio para sua nostalgia. Como dissemos, a polícia podia estar mais interessada em construir e reforçar elementos de pertença familiar que justificasse o exercício da autoridade do chefe da família.

Vimos antes que os jornais afirmavam ser o povo o empecilho para que a trajetória da cidade atingisse o ideal civilizatório. As representações dos populares no jornal é bem característica e a convocação da polícia é constante, uma vez que com o novo regime, esta instituição sofrera modificações e guardava a responsabilidade e a esperança dos mais abastados e desejosos de ver cumprir a sua distinção social de, enfim, conseguir a ordem na cidade. Porém, o inquérito de Josephina abre espaço para se perceber que essa mudança de hábitos não se concretizou totalmente nem mesmo nas camadas mais altas, que continuava sob a aparência da moralidade, mas as práticas poderiam não só perturbar a ordem que se desejava impor, mas ainda aproveitar-se da distinção que lhe era atribuída *a priori* para sujeição de indivíduos menos favorecidos – e o que dissemos anteriormente sobre o código penal se comprova na medida em que o Dr. Rossi sequer foi chamado para depor. Ainda que o Dr. Araújo Costa o tenha ido, este deixou bem claro seu constrangimento de estar naquele local falando da pessoa idônea que era o Dr. Rossi. No início do período republicano ainda estava muito vivo os espaços e as distinções sociais e, por outro lado, o intercâmbio entre casa e rua ocorria sem que essas distinções fossem formalmente transpostas. A própria legislação

quis garantir esse tratamento diferenciado – tratar desigualmente os desiguais – ainda que afirmasse que todos são iguais perante a lei.

A impressão que o inquérito nos deixa é que o Dr. Rossi, para além da posse, era principalmente de “família”, homem de valor, que compõe junto aos seus a imagem de pessoa justa e correta. Quanto à Josefina fica-nos claro que esta está em uma situação de desigualdade – ela também é até considerada de “família”, mas o agressor era distinto. Ela é reconhecida como mulher honesta e do bem, mas no final está submetida ao poder da autoridade da família. Como veremos nos casos a seguir, esse é um fator que se repete: pode-se condenar uma pessoa por ela não ser de “família”, assim como se pode absolver uma pessoa simplesmente por ela representar o modelo legítimo almejado. E estando na família, estava-se subordinado às intempéries do seu chefe. De outro modo, poderíamos ler a atitude de Josephina como uma tática para burlar, negociar ou resistir aos acordos daqueles a quem estava submetida, e também estaria aberta a leitura de que a própria Josephina ressignifica a família mediante os contextos que se apresentam. Em seu próprio depoimento podemos perceber que ela também faz seus acordos e cede às promessas do Dr. Rossi, e quando contrariada, enfrenta-o ou à situação imediata (não se retira quando solicitado, não se senta à mesa para as refeições, não come e não faz os serviços que a esposa do Dr. Rossi solicita, etc.). Se o seu marido negocia e autoriza sua vinda, por quaisquer que fossem os motivos – sobrevivência ou não –, se existe um termo entre os homens de família para garantir o bem de Josephina – devolvendo-a caso não se adapte como afirmou uma das testemunhas – ou disciplinando-a para obedecer ao novo chefe; Josephina por sua vez, naquilo que está ao seu alcance, também desempenha um papel ativo e demonstra que a família podia assumir outros significados, bem como ter sua importância redimensionada ou resistir a ela, se necessário. Talvez por isso, ao receber a carta do seu marido, fez silêncio e nada perguntara de sua família na Itália.

3.3.2. A boemia, a honra familiar e a administração dos conflitos

Ao mesmo tempo em que se reclamavam novos padrões sociais de comportamento, relacionamentos e de trabalho, homens e mulheres com modos de vidas destoantes desses padrões apareciam nos inquéritos policiais. A polícia, responsável por autuar esses indivíduos,

tinha como base para resolver os conflitos o Código Penal de 1890. Nele, a exigência do controle e da vigilância sobre as práticas e tradições populares aumentou, e essas diretrizes estavam nas suas linhas ou nas entrelinhas, como vimos. Bares, festas, restaurantes, botequins, etc., a boemia era um alvo deste controle. Tal como os cortiços, frequentar esses lugares e ainda envolver-se em conflitos nele poderia por si só já ser um indicativo de desqualificação. Muitas vezes a entrelinha direcionava com mais rigor a atuação da polícia e mesmo sem a formação da culpa, essas pessoas tinham que apresentar suas defesas – seja valorizando sua trajetória e aproximando-a da norma; seja destruindo a alheia, desqualificando assim a acusação sobre si através da desqualificação do acusador.

Um exemplo interessante desta situação encontramos no inquérito aberto em 30 de junho de 1895. Luis Bertholino Rosa foi à delegacia para prestar uma queixa contra Augusto Marques de Azevedo, acusado de ter causado tumulto no baile que costumava dar em seu botequim. Luis Rosa era ludovicense, de trinta e cinco anos de idade, casado, filho de pais desconhecidos e morava em uma casa na Travessa do Teatro. Era dentista, mas administrava um botequim que funcionava em seu próprio local de moradia. Para entendermos melhor a queixa, seu depoimento pode ajudar. Nele, ele afirma

que tendo solicitado licença ao senhor doutor chefe de polícia, a seis de julho último para dar bailes públicos na casa de sua residência a Travessa do Teatro número vinte e oito, esta lhe foi concedida pelo mesmo doutor chefe obrigando-se a manter toda ordem possível (...). Acontece que na noite do vinte do mesmo mês, pela meia noite, pouco mais ou menos, foi ele interrogado surpreendido pela presença de Augusto Marques de Azevedo, que dirigindo-se ao botequim foi tomando algumas bebidas; nessa ocasião ele interrogado não estando no botequim e sim numa das salas ouviu gritos e volta ao botequim e diz ao acusado que ele interrogado era o responsável pela ordem pois estando ele interrogado comprometido com a polícia a manter toda a ordem e convidando ao acusado para calar-se pois tinha também famílias na vizinhança vendo (...) aonde fez ver ao acusado que não continuasse com os gritos e com as palavras obscenas; o acusado respondeu que na naquela casa ele estava gastando e o que ele interrogado tinha por obrigação (trata-lo), depois o acusado disse que se retirava porém antes de o fazer, em altas vozes, ele Augusto, disse que já tinha se relacionado com a esposa dele interrogado; o que com paciência tratou o insulto testemunhando o fato as pessoas que já (deporam) ao que o acusado disse que não era frouxo e que disse era pois ele interrogado (...) ainda com muita calma ele interrogado pediu para o acusado, que retira-se da casa. Na retirada o acusado tornou a proferir as mesmas palavras que já tinha pronunciado, e o acusado descendo as escadas e chegando a porta da rua, trazendo, o interrogado uma luz para que o acusado não caísse (certo) ter uma perna cortava ao chegar à porta principal ele, acusado, chamou a ele testemunha para (descer) e chegar junto a ele e que estava urinando e que ele lhe botasse o membro do mesmo para dentro das calças e que já tinha aquilo servido para a mulher dele interrogado e que também que ele podia servir-se, calando-se ele interrogado; ele acusado tornou a chamá-lo, e o acusado vendo que o queixoso não descia para ir ter com ele, puxou do bolso um revólver e apontou para o queixoso, nessa ocasião Benjamim que estava junto ao queixoso o quis retirar, conversando só, o interrogado no mesmo lugar, o acusado depois desta retirou-se.

Não foi esse primeiro conflito que levou Luis Rosa à delegacia, afinal, como ele mesmo narra, depois de muita paciência e insistência e a despeito dos insultos contra sua honra e família, ele conseguiu fazer Augusto deixar o baile. O problema foi parar na delegacia porque Augusto teria voltado no dia seguinte e causado novos transtornos. Envolveu-se, desta vez, em uma briga com Antônio da Glória e Silva e, novamente, teria usado um revólver para ameaçar a todos. Em seu depoimento, Luis Rosa continua dizendo que

estando ele interrogado em sua casa e sentado na salêta junto à música que tocava no (...) clube “Wilson rei do Ar” (...) nessa noite, quando ele vendo, digo ele interrogado, vê uma mulher de nome Netasia chega-se a ele e dizer que Augusto Azevedo estava brigando com a mulher Antonia da Glória e Silva, dirigindo-se ele interrogado para a varanda encontrou Augusto Marques de Azevedo deitado no chão tendo a mulher Antonia por cima do acusado, viu ele interrogado que Augusto procurava um meio de mordê-la no braço (forte) e peito, nessa ocasião Odorico Ribeiro dos Santos retira Antonia de cima do acusado que pondo-se em pé (...) ele acusado puxou do bolso um revolver e apontou para Antonia correndo esta e escondendo-se, o acusado disse que nem só atirava no Benjamim, no interrogado e em Antonia, dando ele interrogado voz de prisão ao acusado, ele interrogado foi a essa hora ao quartel do São João e dando parte ao oficial militar maior ele forneceu-lhe quatro praças para efetuar a prisão do acusado o que realizou-e alguns minutos depois, sendo o acusado desarmado do revolver por um dos praças e conduzido ao quartel de São João onde foi recolhido sendo entregue o revolver ao oficial militar maior.

Interessante destacar que o local de funcionamento do baile era contíguo à própria casa de Luis e de outras famílias. Quando Augusto inicia com o tumulto no primeiro dia, Luis Rosa logo pede para ele calar-se e argumenta que “tinham famílias na vizinhança vendo”, pedindo a Augusto que fosse embora. O que Augusto faz, segundo Rosa, é ofender a honra de sua família dizendo já ter tido relações ilícitas com a mulher dele. Rosa, apesar dos insultos graves, estaria mais interessado em mandar Augusto embora que defender elementos ligados à sua honra familiar. Foi somente porque Augusto retornou e novamente usou uma arma para ameaçar as pessoas que Luis Rosa foi chamar a polícia.

Pelo depoimento de Augusto temos outra versão dos fatos. Seu nome completo era Augusto Marques de Azevedo, tinha trinta e três anos de idade, era solteiro, natural do Estado, morador da Rua Formosa. Disse nos autos ser alfaiate e quando perguntado sobre o fato que consta contra ele no inquérito

respondeu que no sábado vinte e sete de julho último, ele interrogado se dirigiu a casa do queixoso Luiz Bertholino Rosa que o convidou para (assistir) aos bailes na casa do clube “Wilson rei do Ar”, aí chegando esteve ele interrogado conversando com algumas pessoas e depois dirigiu-se ao botequim bebeu algumas bebidas, pagando nessa ocasião a despesa que fez, depois, lhe apareceu Luiz Rosa, ouvindo se alguns insultos que ele interrogado a princípio julgou ser gracejo, como Rosa continuava ele interrogado repeliu o insulto com outro insulto, declarando que não disse que tinha tido relações ilícitas com a esposa dele queixoso, pois nunca teve relações, pois sempre a respeitou como uma senhora casada e achando-se embriagado retirou-se para a casa da sua residência.

Essa versão é bem diferente da de Luis Rosa. Augusto afirma que ele foi ao baile a convite e que Luis é que o insultou. Ele teria respondido aos insultos de outra maneira, nega ter dito que tinha tido relações ilícitas com a esposa de Luis Rosa e que, sabendo que estava embriagado, decidiu ir para casa – sem ser expulso, portanto. Além disso, importa destacar que Augusto afirma que “respeita a mulher de Luis Rosa como uma senhora casada”, demonstrando seu respeito, assim, pela família. Quando perguntado se tinha voltado no dia seguinte à casa de Luis Rosa,

respondeu que na noite de vinte oito de julho último pelas nove horas da noite, para mais ou menos, ele interrogado entrou na casa de Luiz e depois entrou um (rapaz) (e) o indivíduo João (Pachota) conduzindo uma caixa com baralho de cartas, e uma com (caranguejo) que despontou encima de uma banca de um dos quartos; e como não tivesse companheiro para o jogo, ele interrogado perguntou como se jogava e dançava ao mesmo tempo ao que Pachota lhe respondeu que tendo sido chamado por Luiz Rosa havia de dançar só e jogar ao mesmo tempo e nada lhe aconteceria pois também tinha parceiros para o jogo. Disse mais, que apresentando-se ao jogo Casaca entregou ao interrogado retirado do bolso uma quantia de dois mil reis e deram-se a jogar e Casaca ganhando seiscentos reis ele interrogado resgatou a sua quantia da mesa e dizendo a Casaca que quando passasse a sua oficina buscasse uma calça que estava fazendo; que nessa ocasião descontasse a quantia de seiscentos reis que ele lhe devia do jogo, o que Luiz Rosa que estava presente o chamou de – canalha – ao que ele interrogado respondeu que canalha era ele queixoso pois ele havia dito no botequim Paris na América que ele interrogado estava apaixonado pela mulher Antonia da Glória e Silva, pois ele interrogado em todo caso era mais amoroso do que ele queixoso, pois se apaixonara por uma conhecida (...) ao passo que ele queixoso sendo casado não vivia com a sua esposa, e sim vivia na mesma casa com uma moça que tirou de casa, ofendendo a sua honra como declarara a ele interrogado, havendo Luiz Rosa o insultado muito, sendo também isto motivo dele interrogado de sair em briga com Antonia da Glória e Silva e em resultado sendo ele preso e recolhido em São João.

Perguntado o respondente acerca das outras acusações que a ele feita na mesma queixa?

Respondeu que alguns destes fatos são verdadeiros e outros de mera imaginação do queixoso.

Perguntado se ele interrogado não fez um ferimento em Reginaldo Ventura e se não respondeu ao juiz sendo absolvido?

Respondeu afirmativamente.

Perguntado se ele interrogado na noite do vinte e oito de julho último quando estava deitado no chão, tendo Antônio da Glória e Silva por cima dele, a teria mordido no peito, braços e dedo?

Respondeu que a mordeu várias vezes para ver se assim ela saia de cima dele.

Perguntado se depois de se levantar do chão ele interrogado não puxou de um revolver e fez pontaria (...)?

Respondeu que nessa noite puxou de um revolver e fez pontaria com ele na mulher Antonia, mas que fez sem intenção de a matar, se o quisesse fazer tinha tempo de (atirar), porque Antonia pedia a ele interrogado que atirasse nela ao que ele respondia que não a mataria.

Perguntado se quando foi preso ele interrogado ainda estava armado e que fazia com o revolver?

Respondeu que quando foi preso tinha o revolver no bolso do paletó e que foi tirado por um dos praças que o entregou ao oficial militar maior no quartel de São João.

Com o depoimento de Augusto vemos que a contenda pode ser resquício de outra situação. Percebemos certa intimidade e convivência entre os envolvidos que jogam cartas, com dinheiro apostado e frequentam juntos outro botequim *Paris na America*. Nele, conversam, trocam confidências e compartilham sentimentos e aventuras amorosas de suas vidas. Segundo Augusto, o motivo da confusão no baile foi exatamente os insultos de Luís Rosa a ele, chamando-o de *canalha*, ao que ele respondeu publicizando trechos da conversa que tinham tido anteriormente.

Deixemos em suspenso os depoimentos dos envolvidos para darmos atenção ao das testemunhas. Em relação ao ocorrido, cinco testemunhas são arroladas. São elas: Benjamim Joaquim Carneiro, de cinquenta e três anos de idade, artesão, morador da Travessa do Theatro, número vinte e oito, natural do Estado; Athanazia de Souza, de vinte e cinco anos de idade, solteira, serviço doméstico, moradora a Travessa do Teatro, número vinte e oito; Olympia Amélia da Silva, de trinta anos de idade, solteira, empregada em serviço doméstico, moradora da travessa do Teatro, número vinte oito, natural deste Estado; Agnello Espiridião Martins, de trinta e dois anos de idade, solteiro, vivia de agências, morador à Rua Formosa, natural deste Estado; e Odorico Ribeiro dos Santos, de vinte e sete anos, casado, morador do Largo de São Thiago, natural deste Estado, artista. Percebemos que das testemunhas arroladas, as três primeiras moravam no próprio local onde funcionava o bar “Wilson Rei do Ar”, local também de moradia de Luís Rosa e que a penúltima, Agnello Espiridião Martins, morava na mesma rua do acusado. Nas narrativas observamos que o local era moradia compartilhada com quartos distintos, como já apontamos anteriormente – o problema da moradia na cidade era grave e essa necessidade aproximou pessoas na luta pela sobrevivência. Apesar de ser local de moradia, a polícia teria permitido que funcionasse o “baile”, que pelas narrativas ia noite adentro e eram bem frequentes, regado a música e bebidas. Com isso vemos a indistinção dos espaços, a boemia estava próximo das casas, e, algumas vezes, dentro delas. Entre o botequim e a casa poucas paredes cumpriam o papel de separação.

Em relação ao fato em si motivador da queixa, as testemunhas tenderam a confirmar a versão de Luis Rosa. Para entendermos, por sua vez, seus depoimentos, temos que destacar que este inquérito em particular tem um diferencial: ao ir à delegacia abrir a queixa, Luis Rosa faz junto um “sumário dos delitos” já cometidos antes por Augusto. Entre outros elementos, perceberemos que a iniciativa objetiva desqualificar Augusto Marques, atribuindo a ele o epíteto de costureiro “desordeiro”, fazendo ver a polícia o quanto ele era “perigoso”. Isso denota como Luis Rosa usa a lei e a “representação da desordem” a seu favor – desqualifica Augusto e coloca-se na posição de poder fazer isso. No seu depoimento ele destaca que tem

profissão, trabalha, tem residência fixa, solicitou à polícia a autorização para o funcionamento do baile, é casado, enfim, um homem honesto e que obedece a norma. Tanto é que ele afirma que a polícia o teria incumbido de “manter a ordem no local”. A tática funciona parcialmente porque às testemunhas será perguntado o que sabem da queixa em si e o que sabem da vida pregressa de Augusto, se o qualificam como desordeiro porque sabem ou porque ouviram dizer. Essa pergunta também é interessante porque denota não só a incorporação distinta do discurso da ordem, do controle – as pessoas comuns, vítimas elas mesmas do próprio discurso – mas como elas usam elementos dele para avaliarem a si e aos outros e conseguirem êxitos ou como elas não fazem disso um motivo para irem à delegacia toda vez que atribuem a alguém a “desordem”. Percebemos como elas convivem com esse fato. Até mesmo o próprio Luis Rosa só foi denunciar da segunda vez o tumulto, embora já soubesse do histórico de Augusto – e pelos dados contidos na queixa, poderíamos afirmar que suas razões eram reconhecidas porque a proteção da honra familiar era garantida pela legislação. Isso nos leva a refletir, por sua vez, sobre quem pode acusar, formalizar uma queixa. Luis Rosa o faz, mas precisa construir a seu favor um espaço de legitimidade da fala, costura elementos que podem dar a ele a fiança daquele que lança acusações *ao outro*. Isso nos permite pensar na convivência e tolerância dos populares a essa situação – por que Luis Rosa só vai à polícia da segunda vez? – a acusação é sempre daquele que está *fora* do espaço de marginalidade e, logo, *dentro* da norma. No final, os populares conviviam com as pessoas vistas por elas mesmas como “desordeiras” e esse fato pode ser interpretado tanto pelo viés de que elas não queriam criar indisposição com seus pares, que muitas vezes eram vizinhos e compartilhavam de sua vida em espaços como a boemia; seja porque elas entendiam que *fora* da norma elas não estavam em condição de delação. A preocupação no final das contas era também não ser alvo da inquirição policial, não ter que falar de sua conduta e permitir que outros a comentassem – era não virar o alvo. Quando pego pela malha da vigilância do Estado e da Igreja, corria-se sempre o duplo risco da proscrição legal e da proscrição moral, que atuavam juntas para manter a “verdade” do sistema ou o consenso dele.

O “sumário de delitos” prévio entregue por Rosa na delegacia no ato da queixa diz assim:

Na noite de sábado 27 do corrente, achando-se o peticionário na casa de sua residência à Travessa do Theatro, onde funciona o clube “Wilson Rei do Ar” foi surpreendido pelo aparecimento do Sr. Augusto, que com insultos e palavrões obrigou o encarregado do botequim a vender-lhe bebidas. Não contente com negar-se ao respectivo pagamento declarou em altas vozes já ter copulado com a legítima esposa do peticionário. Nessa ocasião pediu-se ao agressor que não mais voltasse naquela casa. Infelizmente porém domingo, 28 torna a aparecer o Sr. Augusto pelas 10 horas da noite e com maior audácia prorrompe em insultos contra todos e com

especialidade à mulher Antonia da Glória e Silva, aquém agride despoticamente tentando assassiná-la com um revólver. Em vista de tão eminente perigo, o peticionário corre ao quartel de S. João e com o auxílio da força pública conseguiu desarmá-lo e o rendeu em flagrante delito a ordem do Dr. Chefe de Polícia, sendo imediatamente recolhido a prisão, entregando o peticionário ao comando da guarda a arma mortífera.

Para que a Vsa. possa ajuizar de quanto pode o instinto perverso do criminoso apresento a vossa consideração os fatos seguintes:

Um dia à rua São Pantaleão, Augusto Marques de Azevedo por um simples gracejo, degola o cidadão Reginaldo Ventura da Costa, sendo preso e submetido ao júri; outra vez, armado de facão americano, racha o crânio do cidadão Francisco Belfort, trabalhador da prensa, o qual pela bagatela de 200.000 desiste da queixa dada à polícia, morrendo da contusão no Pará. Aristides Odorico Mendes, oficial de alfaiate foi vítima do furor do Sr. Augusto o qual deu-lhe três facadas na oficina do cidadão Ursulino Sacramento. Uma noite estando arrombando a casa de uma mulher à rua de São pantaleão, foi preso pela patrulha do 5º. Batalhão. Um domingo aluga uma canoa afim de encher água no sítio do comendador João Correa de Mello e convida para acompanhá-lo um rapaz, seu desafeto, que trabalhava no carvão; ao chegarem no Rio das Bicas, volta Augusto sem o companheiro dizendo à polícia que haviam alagado salvando-se apenas ele. Processado por esse motivo, o juiz de então, José Francisco da Silva o despronunciou por falta de provas.

Na administração policial do Dr. Lapenberg, Augusto tentou assassinar com um revólver a mulher de nome Albina. Disparou quatro tiros de revólver na mulher Antonia da Glória e Silva, moradora a rua da Misericórdia casa n. 18, assim como a uma vizinha que a veio socorrer. Na calçada da Zimbras, deu uma tremenda surra na mulher de nome Fellipa e tendo nessa ocasião o alfaiate de nome Canuto ido em auxílio da vítima, foi mordido no dedo pelo mesmo Augusto, gravemente. Uma ocasião, regressando do sítio Machado em companhia das mulheres Eva e Fausta, no meio do rio puxou um revólver e teria alagado as passageiras se elas não fossem socorridas pelo Sr. Dico Braga que recolheu no seu batelão.

Por remate de todas as suas astúcias tentou contra a vida do seu próprio irmão Antonio Bastos, na véspera do carnaval do ano de 1886, armado com um punhal.

Poderia o peticionário citar a VSa. muitos outros atentados praticados pelo Sr. Augusto Marques de Azevedo; basta porém os já relatados para dar um vislumbre do criminoso. Portanto como vê VSa. o Sr Augusto Marques de Azevedo cometeu crime público e por esse motivo o peticionário requer a VSa. se digne abrir o respectivo inquérito para o qual apresenta como testemunhas os cidadãos Benjamin Joaquim Carneiro, oficial de violeiro; Odorico Ribeiro dos Santos, oficial de pedreiro; Olympia Amélia da Silva e Athanazia de Souza e Agneelo Esperidião Martins.

Esse documento consta na abertura do inquérito e apresenta a queixa de Luis Rosa contra Augusto. Como se pode ver, ele não se limita a fazer a queixa para a polícia investigar o fato, ele de antemão já apresenta outros fatos para que a polícia leve em consideração o “instinto perverso do criminoso”, mostrando como as pessoas comuns sabiam usar o discurso a seu favor quando necessário. Pelo teor da narrativa, Luis Rosa parece bastante entrosado com as leis do CP e não ameniza na caracterização de Augusto como um grande “desordeiro e perturbador da ordem”. Para provar que sua acusação é verdadeira, indica cinco testemunhas que são as que a polícia questionará para investigar os fatos. Todas essas tendem a confirmar a versão de Luis Rosa – a imagem de Augusto como um desordeiro é pública e notória. Quem não viu, já ouviu dizer. Se não tivéssemos o depoimento de Augusto, poderíamos concluir de

antemão que ele era desordeiro mesmo, todos confirmaram isso, e simplesmente afirmar que esse julgamento, muito próprio das camadas abastadas em relação aos populares, faz parte do repertório destes mesmos em relação a si e seus pares. Poderíamos confirmar como o discurso infiltrou-se nos diferentes espaços. Mas nosso objetivo não é esse. Nossa preocupação, comum ao pensamento de Certeau, é com as *operações* pelas quais esses sujeitos exercem suas práticas, são “esquemas de ação”, usando o sujeito sem, contudo, colocá-lo no papel central.¹⁰⁴

Não podemos lançar uma leitura completa deste caso nos elementos que nos interessam sem trazer os depoimentos dessas testemunhas. Com eles, algumas questões se destacarão: 1) o poder da polícia e como este poder deveria mobilizar as pessoas comuns sem que os espaços de poder policial fossem transpostos – considerando inclusive a dificuldade do corpo de polícia dar conta das novas atribuições; 2) a questão da família e sua honra e o trato das pessoas envolvidas em querelas que atingiam essa instituição; 3) a representação feita pelos populares dos “desordeiros”, a convivência com essa situação e a forma de resolução dos conflitos entre eles mesmos.

Sobre a queixa, Benjamim Joaquim Carneiro, primeira testemunha diz

que no sábado 27 de junho último, pelas duas da madrugada pra mais ou menos, achando-se ele testemunha encarregado das senhas ou bebidas em baile no clube “Wilson Rei do Ar”, apareceu-lhe Augusto Marques de Azevedo, dizendo que queria comprar bebidas, sendo satisfeito por três ou quatro vezes; somando-lhe, ele testemunha, a importância da empresa que o mesmo tinha feito, este negou-se a pagar, Augusto em lugar de satisfazer o seu débito prorrompeu em insultos a todos; Luiz Rosa, dono da casa dirigiu-se a Augusto e por esse motivo o convida para retirar-se ao que Augusto responde com insultos a Luiz Rosa, sua esposa e a esta testemunha, dizendo também em altas vozes que já tinha tido relações sexuais com a senhora de Luiz Rosa; ele testemunha e outros convidaram Augusto Azevedo para retirar-se o que custou muito a conseguir e fê-lo descer as escadas que conduzem à porta da rua. Por fim ao chegarem em baixo, na calçada prorrompeu a dizer em altas vozes chamar Luiz para (olhar-lhe) as calças e gritava “se tu não tens eu dou-te um tiro”.

Perguntado se ele testemunha nessa ocasião viu o revolver?

Respondeu que não.

Perguntado se o acusado Augusto Azevedo no domingo 28 de junho foi novamente a razão ao Luiz rosa e o que fez?

Respondeu que no domingo 28 de junho seriam dez horas ou muito para mais ou menos, achando-se ele testemunha em botequim do Clube “Wilson Rei do Ar” viu Augusto Azevedo na casa de Luiz Rosa, onde funciona o referido clube e dirigindo-se o acusado a ele testemunha diz ele que quer bebida; ele testemunha respondeu-lhe que não ia dar a bebida porque o acusado ainda não tinha pago a empresa de sábado. Nesta ocasião Augusto Azevedo avista a mulher Antonia Maria da Glória e Silva que há tempos foi amasia de Augusto e principiou a fazer barulho, ele e Antonia brigaram, Augusto deu por terra e Antonia trepou-se em cima de Augusto, este então mete a mão nas botas e puxa de um revolver o que dispara em Antonia o que não consegue por ser acudida em tempo, correm todas as pessoas que se

¹⁰⁴ Cf. capítulo 1, tópico 1.3, nesta tese.

achavam, ficando ele testemunha que não pode correr e ficou no botequim em que Augusto Azevedo, pedindo novamente bebida, não estava satisfeito.

Perguntado se Luiz Rosa deu voz de prisão a Augusto Azevedo?

Respondeu que na ocasião do barulho com Antonia, Luiz Rosa mandou chamar o senhor Doutor Chefe de polícia e em seguida foi à Estação Central do São João pedir da polícia providências da prisão de Augusto, prometendo depois apresentar-se Luiz Rosa com alguns praças de fazer efetiva prisão, sendo Augusto desarmado por um dos praças presentes e conduzido para a prisão.

Perguntado o que sabia da respeito dos outros (pontos) da queixa com relação a vida passada de Augusto?

Respondeu que conhece Augusto Azevedo e é visto nesta cidade como um grande desordeiro e que por mais de uma vez foi processado.

A segunda testemunha, Athanazia de Souza, afirmou

que na noite de sábado vinte e sete do corrente, pelas duas horas da madrugada, para mais ou menos, achava-se ela testemunha dormindo em um dos quartos da casa onde funciona o clube “Wilson rei do Ar”, foi despertada pelo grande barulho e viu que esse barulho era promovido por Augusto Azevedo, e mesmo nessa ocasião (com o tumulto) tentou depois de restabelecer-se o silêncio tentou adormecer. No dia seguinte domingo vinte e oito pela manhã ela testemunha procurou saber melhor o que se tinha passado, então foi informada que na noite anterior Augusto Azevedo tinha ido a casa do Luiz Rosa e ali provocado grande barulho proferindo muitos insultos a Luiz Rosa e também a senhora deste dizendo que já tinha copulado com ela. Disse mais, que no domingo vinte e oito do corrente, ela testemunhou seu Augusto Azevedo na casa de Luiz indo para o Clube e sobe a sala e diz a Luiz Rosa a entrada de Augusto ali e quando este chegou já achou Augusto Azevedo deitado no chão, tendo Antonia da Glória em cima e Augusto armado de um revólver não conseguiu em tempo e ouviu nessa ocasião Luiz Rosa dar voz de prisão do senhor Doutor chefe de polícia a Augusto e momentos depois aparecer novamente Luiz Rosa com praças para efetivar a prisão (...)

Perguntada o que sabe a respeito das outras queixas que já lhe foram lidos?

Respondeu que a respeito nada sabia

A versão de Olympia Amélia da Silva, terceira testemunha é

que no sobrado vinte e oito, digo, vinte e sete de julho último ele testemunha já estando deitada em seu quarto, acordou surpreendida por grande barulho na casa e prestando atenção chegou a ver que (era) o seu Augusto Azevedo que fazia barulho por que não lhe queriam mais servir bebidas por que ainda não tinha pago a empresa feita, e também ouviu que Augusto Azevedo (infringia) perguntas insultos a Luiz rosa, mais que no seguinte, ela testemunha ouviu insultos dirigidos por Augusto ainda mais que Augusto gritara em altas vozes da porta da rua que já tinha copulado com a mulher de Luiz Rosa.

Perguntada se Augusto Azevedo não voltou a casa de Luiz Rosa no domingo vinte de junho último?

Respondeu que ele voltou no domingo pelas dez horas da noite.

Perguntada qual o procedimento que teve Augusto nessa noite?

Respondeu que estando em seu quarto ouviu barulho no corredor da varanda da casa e saindo do quarto indo ao lugar do barulho viu Augusto Azevedo estendido no chão tendo Antonia montada encima dele, vendo nessa ocasião algumas pessoas tirarem Antonia de cima de Augusto, (...) indo para a varanda e (entrou) para a sala, vendo depois disso Augusto em pé e encostado a parede parado e já calmo.

Perguntado se Augusto não se achava armado de um revólver?

Respondeu que não viu, mas isso ouviu depois.

Perguntada se Luiz Rosa não deu nessa ocasião voz de prisão a Augusto Azevedo (...)?

Respondeu que não. Mais tarde viu Luiz Rosa acompanhado de algum soldado e prendeu a Augusto e ocorreu que as mesmas tomaram o revólver que Augusto tinha.

Perguntado o que sabia a respeito das outros pontos da queixa que lhe foi lida.
 Respondeu que ao certo nada sabia, por isso tem ouvido dizer que Augusto Azevedo é turbulento e que tem procedido como está na queixa.
 Perguntado que juízo tinha de Augusto Azevedo?
 Respondeu que não tinha formado juízo seguro a respeito de Augusto, por falta de conhecimento dele.

Até aqui, todas as três testemunhas moravam no local onde funcionava o baile, em quartos separados. Agnello Espiridião Martins, que frequentava o baile, estava no local quando da confusão e morava próximo a Augusto disse

que achando-se ele testemunha no domingo vinte e oito de julho das nove para a dez horas da noite na casa a Travessa do teatro onde funciona o clube “Wilson rei do Ar” viu entrar Augusto Marques de Azevedo na referida casa o qual passando por ele testemunha pronunciou estas palavras “Estou bebendo hoje para acabar com este baile” -, em seguida dirigiu-se ao botequim e pediu ao encarregado dele que lhe servisse bebida, o encarregado do botequim respondeu lhe que não podia lhe servir por que na véspera já o havia feito recusando-se ao pagamento, bastou isso para que o acusado Augusto Marques de Azevedo prorrompesse em insultos grosseiros entre o senhor Luiz Bertholim Rosa e com especialidade a mulher Antonia da Glória e Silva, sendo repreendido pela dita Antonia, Augusto Azevedo nessa ocasião levantou a (moleta) com estava armado para descarregar na referida Antonia que puxou Augusto pelas pernas e o atirou ao chão, desarmado, Augusto Azevedo mordeu-a forte do peito e no braço, levantando-se em seguida, puxa do bolso das calças um revólver e faz pontaria ao queixoso Luiz Rosa, Antonia e outras pessoas, Luiz Rosa saiu de casa imediatamente e foi ao quartel do São João pedir praças para conduzir ao quartel, visto já ter dado ao mesmo Augusto voz de prisão a ordem do doutor chefe de polícia, de fato com ajuda da força conseguiu desarmá-lo e levado para a prisão de São João, estabelecendo-se a ordem.
 Perguntado se ele testemunha não ouviu Augusto Marques de Azevedo gritar que já tinha tido relações ilícitas com a esposa do queixoso?
 Respondeu que não ouviu, mas que diversas pessoas lhe disseram ter o acusado dirigido mais este pungente insulto.
 Perguntado o que sabia a respeito dos outros pontos da queixa que lhe foi lido, sobre a vida passada do acusado?
 Respondeu que todos são de notoriedade pública menos o da degolação de Reginaldo que não foi verdade que recebeu um grande golpe de machado pelo acusado no pescoço.

Por fim, Odorico Ribeiro dos Santos, que trabalhava no botequim servindo bebidas disse

que no sábado vinte e sete de julho último achava-se ele testemunha na casa de Luiz Bertholim Rosa, a travessa do Teatro onde funciona o clube “Wilson Rei do Ar”, vendendo bebidas no botequim em companhia de Benjamim Carneiro seriam três horas da manhã para mais ou menos e Augusto Azevedo apresentando-se já pediu para aí venderem bebidas, sendo satisfeito por duas ou três vezes, seu companheiro Benjamim viu ao pedir pagamento da bebida do Augusto exasperar-se e declara em alta voz que não pagaria e principiou a insultar a Benjamim, Luiz Rosa, dono da casa, com gritos (...) botequim e este pelos mais brandos modos acomodou Augusto Azevedo convidando-o para se retirar, Azevedo em lugar de fazer o que lhe era pedido insultou muito Luiz Rosa e sua esposa, mas que finalmente depois de muita luta Augusto Azevedo retirou-se.
 Perguntado se na noite do vinte e oito de julho, domingo, Augusto Azevedo entrou a casa de Luiz Rosa e o que lá fez?
 Respondeu que no domingo estando ele testemunha em uma das salas da casa do Luiz Rosa, seriam dez horas da noite para mais ou menos, quando ouviu um baque como de um corpo que cai, e dirigindo-se para o lugar, encontrou Augusto Azevedo,

estendido no chão e a mulher Antonia trepada encima dele, a testemunha notou que Azevedo tinha os dentes presos (...) num dos braços de Antonia, ele testemunha foi lá e com uma das mãos faz pressão no rosto de Azevedo conseguindo que este abrisse a boca e soltasse o braço de Antonia, levantando-se Augusto caçou do bolso (...) um revólver e apontou para Luiz Rosa, a mulher Antonia (e outras) pessoas, não conseguindo depois vendo a intervenção de Benjamim Carneiro. Passado pouco apresentou-se Luiz Rosa acompanhado de alguns praças que dominaram a Azevedo e levaram-no para o quartel de São João, já tendo Luiz Rosa anteriormente Luiz Rosa dado a voz de prisão.

Perguntado o que sabe a respeito dos outros fatos constantes da queixa que a ele foi lida?

Respondeu que sabia e tem por verdadeiro por ser de notoriedade pública.

Atentando ao primeiro item que falamos acima (o poder da polícia e como este poder deveria mobilizar as pessoas comuns sem que os espaços de poder policial fossem transpostos – considerando inclusive a dificuldade do corpo de polícia dar conta das novas atribuições) e tendo em vista o depoimento das testemunhas queremos destacar que a polícia inquirirá a todos sobre a queixa contra Augusto, mas suas perguntas feitas podem levar a perceber que ela também quer saber sobre o comportamento de Luis Rosa na ocasião – se Luis Rosa teria tomado para si atribuições próprias da polícia, expressa em duas situações: na fala em que Luis afirma que, em vista do perigo causado por Augusto, foi ao quartel de São João e com o auxílio da força pública não só conseguiu desarmá-lo, rendendo-o em flagrante delito, mas recolhendo-o à prisão e entregando ele mesmo ao comando da guarda a arma mortífera; como na própria atitude de fazer um sumário dos delitos de Augusto, antecipando a ação da polícia ou querendo mesmo interferir em seu trabalho. Além da conduta de Augusto e dos crimes por ele cometidos, a polícia vai investigar se Luis Rosa “deu ordem de prisão à ordem do Chefe de Polícia” a Augusto, se no momento da prisão este “estava ou não com a arma mortífera”. Através desse interesse, percebemos que a polícia, mesmo mal aparelhada, vai definir espaços de poder específicos da sua função. Ela deu autorização a Luis Rosa para “manter a ordem”, mas não fazer o seu trabalho.

Terminamos o capítulo anterior tratando do código penal e do papel importantíssimo que a polícia terá em controlar as ruas e os comportamentos. A polícia ainda estava mal aparelhada, mas isso não impedia que ela já estivesse se investido dessa missão, e somente ela, contestando quaisquer outras atitudes que invadissem exageradamente seu espaço. Essa compreensão também não era de todos, pois o inquérito parece guardar um conflito entre os próprios policiais: uns parecem entender que precisam da população para ajudar a manter a ordem reconhecendo que a polícia não tinha condições de fazê-lo sozinha, partindo do entendimento de que manter a paz pública exigia o policiamento de toda a população; outros parecem ver com desconfiança essa distribuição de tarefas mais específicas. O delegado que

recebeu a queixa de Luis Rosa contra Augusto achou que este foi longe demais tomando para si autoridade que não lhe era de direito – daí investigar suas ações nos autos; mas o anterior que recebeu o pedido de abertura do baile concedeu-lhe autorização para funcionar e ainda estabelecer a ordem no local. A despeito disso, podemos interpretar as ações de Luis Rosa por dois caminhos: no primeiro, Luís Rosa é distinto, podendo acusar o outro; no segundo, ele é um popular, e deve saber usar a força da polícia a seu favor, uma vez que esta não se preocupa inteiramente com essas pessoas. No primeiro, Luís Rosa é homem dentro da norma e pode acusar o outro pela situação que ocupa e ele extrapola uma prerrogativa da polícia que lhe foi dada por essa condição; no segundo ele partilha do mundo da desordem, é visto pela polícia como parte deste universo popular, com o qual convive e trata cotidianamente.

Nesse segundo caminho podemos refletir se essas ações de Luis Rosa são significam o reconhecimento de que a polícia estava mal aparelhada, mas, sobretudo, a visão dele de que esta não tinha interesse nos populares em si, mas em demonstrar que existe um sistema de vigilância (para o qual solicita que Luis Rosa faça parte, mantendo a ordem em seu bar) – o objetivo final era menos “corrigir” e prender os desordeiros e mais manter a paz nas ruas. Anteriormente dissemos que boa parte da preocupação, das elites ou mesmo do grupo jurídica, era manter o tratamento desigual aos desiguais, afastá-los do espaço de convivência, limpar e higienizar as ruas. A atitude de Luís parece denotar que ele sabe que a polícia quer parecer sempre vigilante, mas nem sempre prender todo mundo – prova disso é que Augusto transita livremente pelas ruas, todos sabem dos seus crimes e ele mesmo nem os nega. Se num primeiro momento ele aposta na força policial (usando a tática de auxiliá-la a prender Augusto); num segundo momento, atento a essa deficiência e desinteresse da polícia, Luis Rosa entende que apropriar-se da lei não resolve seus problemas e usa uma segunda tática: fazer um acordo fora do poder, pela borda da polícia, e usá-la apenas para legitimar o acordo. A prova disso é nos depararmos com o desfecho deste inquérito: um termo de desistência feito pelo próprio Luis Rosa, pouco mais de um mês da abertura do inquérito.

TERMO DE DESISTÊNCIA

Aos seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, na estação policial a rua da cascata, onde se achava o subdelegado de polícia cidadão major Francisco da Silva Miranda, sendo eu escrivão de seu cargo, compareceu o cidadão Luiz Bertholino Rosa, de mim reconhecido e disse que vinha desistir da continuação do inquérito que fez queixa e estava nesta subdelegacia procedendo contra Augusto Marques de Azevedo com as seguintes condições: obrigando-se Augusto Marques de Azevedo a dar a mim Luiz Bertholino Rosa uma satisfação plena de todos os insultos que lhe foram dirigidos nas noites de vinte e sete e vinte e oito de julho último, obrigando-se também a pagar todas as despesas feitas com o referido inquérito que está presente nesta subdelegacia, obrigando-se mais a não comparecer na casa de residência e mesmo no baile público que Luiz Rosa costuma (dar). O que tendo ouvido e aceito

pelo referido Augusto Marques de Azevedo, o juiz mandou que fosse tomar por termo e considerada concluída.

Senão desse modo, como pensar o desfecho deste inquérito? Luis Rosa em 30 de junho abre um inquérito e faz esforço para incriminar Augusto fazendo um sumário de seus delitos para comprovar sua perversidade e mesmo sofrendo ofensas públicas com relação à sua esposa e família no final entra em acordo com ele? Procura levar a polícia a ver que Augusto deveria ser preso - podemos pensar que se não o envolvesse diretamente Luis Rosa não delataria Augusto para a polícia? –; em seguida, descrente de que a polícia o prendesse – ele não o foi por coisa pior – Luis Rosa procura acordar com o próprio sua distância do baile, que era o que provavelmente interessava a Luis. Muitas pesquisas destacam o valor e o peso da honra familiar, mas neste caso vemos Luis negociar mesmo tendo sido ofendido neste quesito particular.

Nesse ponto, chegamos ao segundo item a ser examinado: a questão da família e sua honra e o trato das pessoas envolvidas em querelas que atingiam essa instituição. Convém perguntar sobre esse conceito de honra, muito claro no âmbito legal e moral. Augusto insultou Luis Rosa, publicamente, ofendeu sua honra e a de sua família e este ainda assim o tratou com calma, retirando-o do bar e não foi à polícia abrir o inquérito por este motivo. Parece estranho que a ira de Luis Rosa não tenha aparecido aqui. Pensando sobre esse comportamento com o depoimento de Augusto, que diz que ele é que foi insultado e que teria retribuído os insultos, mas não ofendendo a esposa de Luís Rosa (porque ele respeita a família) vemos que Augusto consegue fazer uma inversão das coisas. Usando o consenso de que a família deve ser respeitada, e ele mesmo afirma que o faz, ele acusa Luís Rosa de desrespeitar a família, a sua esposa e ainda desonrar outra moça com quem mantém, ele sim, relações ilícitas. Para nós não está em questão quem está falando a verdade, nem a polícia parece muito interessada nisso, mas observar como os sujeitos criam torções discursivas criativas, anônimas e perecíveis expressas em práticas que se movem na contramão do legítimo e fora das regras fixadas pelas instituições. Augusto revolta-se por ter sido acusado de *canalha* por Luis Rosa. Esse trecho é interessante. Vemos que Augusto, quando interrogado, confirma já ter cometido outros crimes, ele não nega ser um criminoso, embora diga que algumas acusações contidas são “imaginações do queixoso”. O que podemos perceber pelo depoimento de Augusto é que uma disputa em um jogo de cartas provoca trocas de insultos e que Augusto cria o artifício de que canalha era aquele que desonrava a família, que coabitava. Com essa atitude podemos ler não que a honra da família esta acima do crime para Augusto. Não. Mas ver como este usa a força

desse argumento de honra familiar, que certamente sabe que é legítimo e é consenso, para desqualificar o próprio Luis Rosa. Publicamente ele expõe intimidades do Luis Rosa – ele não vive com sua mulher e desonra outra moça que levou para dentro de casa. Luis Rosa quer ser homem de família, correto e tenta demonstrar pela tática de expor um sumário de delitos e pela escolha das testemunhas que isso era verdadeiro, demonstrando em contraposição que Augusto é um marginal. Mas Augusto consegue inverter a situação, manobrar a acusação, não refutando os fatos do que ocorreu no baile, mas rebatendo a ideia de que Luis Rosa é um homem de família. Por mais que se esteja discutindo os fatos, vemos que no fundo o que está em jogo é quem é ou não é de família, ou melhor, o uso do discurso moral até por aqueles que estão fora dele, fora da família ou em desacordo com seu modelo legítimo. No final, Augusto coloca Luis Rosa dentro do espaço do marginal, diz que ele está fora da norma e o desabilita-o a acusá-lo. Teria sido por isso que Luis Rosa desistiu da queixa?

No final, vemos que a polícia é um meio de arbitrar sobre os conflitos, mas o que estava em jogo era o arcabouço discursivo, apropriado e incorporado de maneiras diferentes pelas pessoas o gerador dos conflitos. A força dos discursos era grande e as pessoas usavam disso a seu favor. Ora para se mostrar dentro da norma, ora para acusar quem não estava e com isso gerar a descrença sobre aquele que acusa. Augusto ainda diz que ele é mais amoroso que o queixoso, pois ele está apaixonado por uma *conhecida*, enquanto Luís despreza sua mulher e ama outra. Ele se refere a Antonia, que as testemunhas comprovam já ter sido amásia dele. Usa isso contra Luis Rosa – a pureza do casamento e da família estava na manutenção do amor à mesma pessoa e no respeito a ela (e usa esta tática para balizar sua relação amorosa que está fora do legítimo). Essa impressão do casamento, vimos, foi construída longamente pela Igreja e Augusto certamente sabe que ela impressiona, usando-a, pois, a seu favor. Esse é o jogo e a forma de criatividade usada por Augusto. Até ele, criminoso confesso, preserva a pureza do amor – continua a amar a mesma mulher, a conhecida, enquanto Luis Rosa não. Como, com este comportamento, Luis Rosa pretendia acusá-lo? Como este poderia reivindicar a ofensa à sua honra e a de sua família se ele mesmo é acusado de feri-la?

Convém ainda perguntar sobre a representação feita pelos populares dos “desordeiros”, a convivência com essa situação e a forma de resolução dos conflitos entre eles mesmos, nosso terceiro ponto. No subcapítulo anterior vimos como a mentalidade das camadas mais abastadas e a que permeava a própria legislação antecipadamente incriminava as camadas populares, sempre vistos como desqualificados. A polícia e os próprios juízes defendiam que em moradias populares e lugares de boemia era permitido entrar para “manter

a ordem pública”. Observando o inquérito, algumas testemunhas que conheciam Augusto tiveram até cautela ao incriminá-lo e mostram um trato pacífico com essa questão do crime: Agnello afirma que é público e notório que Augusto seja um criminoso, mas se presta a descartar um dos crimes que ele é acusado (afirma que não é verdade que Augusto tenha degolado Reinaldo); Athanasia diz que nada sabe sobre as outras acusações; Olympia afirma que “não tem formado juízo seguro a respeito de Augusto, por falta de conhecimento dele”. Pelos depoimentos vemos que os boatos de que ele seria perigoso circulam pela cidade. Mas Augusto também circula livremente. Isso denota que os populares, conhecendo as pessoas que as colocavam inclusive em um cotidiano de crime, nem sempre as delatavam, conviviam com isso. O próprio Luis Rosa não faz a queixa de imediato e retira a queixa, fazendo acordos com Augusto mesmo sabendo do histórico dele (tendo afirmado isso para convencer a polícia a prendê-lo) e mesmo este tendo ofendido a honra de sua família. Com essa situação é preciso chamar atenção que a narrativa tradicional generalizou o discurso da desordem e estendeu a acusação de desordeiros – e imorais, já que o preceito moral estava junto com o legal – a todas as pessoas das camadas populares. Mas olhando de perto, abordando qualitativamente essa documentação e procurando lançar olhar para os “sem discursos”, vemos que embora certamente eles compartilhassem em grande medida desse consenso discursivo, este nem sempre balizava suas relações pessoais e só era usado quando necessário. Não usá-lo aqui também é uma ação frente a ele: a dinâmica de sua vida era outra, muitas vezes o acusado era conhecido, tinha ofício com o qual ganhava a vida e prestava serviços para os envolvidos – eles conviviam. Neste caso, apesar das testemunhas nem sempre confirmarem perante a polícia que Augusto é um desordeiro, fica claro que esse boato era conhecido, mas isso não impedia o trato com ele. Augusto circulava, jogava carta apostado, frequentava a boemia, fazia serviços de alfaiate para as pessoas e pagava algumas de suas apostas com seu ofício. Sobre essa convivência com a criminalidade, encontramos muitos inquéritos que se concluem com um termo de desistência, no qual o queixoso retira a queixa na delegacia, a despeito às vezes do grau de “periculosidade” do acusado, podendo ser mais um indício de que eles resolviam seus conflitos por si próprios a despeito dos estereótipos difundidos. A desordem não era afastada, ela misturava-se ao cotidiano de instabilidade e pobreza. Táticas de distinção eram utilizadas quando necessário (como Luis Rosa fez), mas isso não impedia a convivência e a tolerância na maior parte das vezes. O rótulo de desordeiro, se fazia sentido, não definia os convívios sociais. A honra familiar, se importante, não exigia sempre a desforra. A família, alvo de conflitos, acomodava-se às possibilidades do cotidiano e da sobrevivência e era usada,

mediante seu consenso, de muitas maneiras, por pessoas de dentro ou de fora dela, ora para uma defesa, ora para uma acusação.

Mediante o que foi posto, sobretudo no que diz respeito à família, vemos as possibilidades do uso dessa instituição, bem como da vivência dela e dos significados que ela adquire na vida das pessoas. Significados, vivências e usos que extrapolam o modelo estabelecido e o discurso consagrado de que a família só ocorre dentro dos espaços de legitimidade. A chamada mobilidade aberta, a força do mais fraco, foi denominada por Certeau de *liberdade gazeteira das práticas* e, com isso, chamou atenção para uma dimensão de jogo e oposição entre as estratégias do discurso regulador e as táticas daqueles que criam linhas de fuga ou simplesmente burlam as estratégias dos poderes instituídos. Aquilo que Luce Giard, ao falar de Certeau, destacou como uma aposta na inteligência, na mobilidade tática e no respeito dado ao fraco que: “sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro de operações, se esboça uma concepção política do agir das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos”. (GIARD, 2003, p.19). Nas linhas de uma política da resistência desenham-se os espaços de confronto entre a estratégia do discurso e a tática das práticas gazeteiras. Luis Rosa e Augusto desenham com suas trajetórias marcas dessa política de resistência, usam da família e desvelam as possibilidades dessa instituição no cotidiano das pessoas comuns.

3.3.3. Autoridade, controle e desobediência na família

A experiência e os contornos da família entre personagens a camada popular podem ser vistos qualitativamente através dos inquéritos policiais. Claro que essa possibilidade guarda também seus problemas e seus limites e já falamos deles no início do texto. De todo modo, se continuamos no esforço de realizar essa possibilidade, é porque acreditamos que ela é maior que os limites; sabemos que qualquer tentativa de explorar o passado só pode ser realizada através de fragmentos e aquele só pode ser reconstituído peça por peça. E ainda que falem peças, uma projeção mesmo que imperfeita e inacabada, pode ser lançada para observação. Mesmo quem tem, se é que alguém tem, todas as peças de um evento, ainda assim só poderá mostrar uma representação possível dele. E a quem falta muitas peças (quase não se tem fonte sobre as camadas populares) o esforço pode ser feito descobrindo caso por

caso, porque são neles que as teias de relações e os significados/experiências dos conceitos aparecem; ou seja, é somente diante dos exemplos que atingimos possibilidades de entrever a família e seus contornos entre a camada popular – sem limitar a ideia de exemplo à de exemplar.

Esse esforço de reconstruir uma representação do passado pelo cotidiano dos populares anônimos endossa a preocupação atual da historiografia em desmontar um discurso linear e homogêneo muito aceito e difundido e que estigmatizou, pelo princípio maniqueísta de bom e mau – ordem e desordem – as camadas populares – sempre entendidas como atraso, seja pela histórica “falta de educação”, seja pela inerência de uma imoralidade. Olhar para o passado tendo em vista essa afirmação é manifestar o desejo de saber quais escolhas narrativas foram feitas dos muito passados possíveis e entrever aquelas que foram descartadas. Com as escolhas de passado que fizemos, um futuro foi estabelecido e nele as camadas populares não só se veem como vítimas de um discurso regulador, absolutamente passivas, como internalizam a ideia de que elas estão fora da construção da história – no passado e no futuro. No esforço de resgatar esse passado negado, o que envolve as camadas populares, queremos narrar as suas histórias, as suas ações e projetar luz sobre futuros possíveis, futuros que até então tinham sido impossibilitados pelas escolhas feitas no passado.

Nesse aspecto, para sabermos um pouco mais sobre a questão da família nas camadas populares, um episódio ocorrido em 12 de dezembro de 1906 e que envolveu Saturnino Mariano de Souza, suas irmãs, Marcellina e Thomazia, e seus vizinhos João Pedro da Costa e Maria da Conceição da Silva, todos moradores à Rua do Marajá, em São Luís, pode nos auxiliar. Sabemos dele porque o conflito foi parar na delegacia, como tantos outros.

Muitas pesquisas versam sobre a questão da polícia, seu controle, sua missão de organizar e disciplinar a vida das pessoas no período republicano. E é exatamente por essa missão que ela tinha que o local de registro dos conflitos, a delegacia, é um espaço riquíssimo para nos mostrar o cotidiano da cidade e das pessoas no passado. São inúmeros os conflitos, os envolvidos, o perfil e os motivos da discórdia. Em particular, no exemplo que vamos tratar, o motivo da confusão foi a repreenda feita por Saturnino Mariano de Souza às suas irmãs, Marcellina e Thomazia, por estas estarem frequentando a casa dos vizinhos, João Pedro da Costa e Maria da Conceição da Silva. A repreenda tinha um motivo muito claro e esclarecedor: Pedro e Maria eram amásios e tinham péssima reputação na vizinhança. A polícia tomou nota deste caso porque ele resultou em uma briga corporal seguida de um ferimento em Saturnino Mariano de Souza, autor da queixa.

São casos como este que usaremos para explorar a questão das expressões familiares na Primeira República brasileira. Casos anônimos, guardados nos arquivos policiais e que muito já serviram para construir a história da polícia, da ordem e tentativa de imposição do progresso na cidade, no país. Retomamos essa documentação policial agora atentos à questão da família, a forma como foi experienciada pelos populares, alvos prediletos dessa ação policial.

Como já dissemos, o inquérito guarda muitas informações: nome completo, filiação, legitimidade da filiação, estado marital, naturalidade, idade, ocupação, local de moradia, alfabetização ou não do interrogado. Todos os inquéritos, na parte do auto de perguntas, seja para os acusados e ofendidos, seja para as testemunhas, iniciam com essas perguntas. No caso que vamos tratar para observar a questão da família, os perfis dos envolvidos são os seguintes: o ofendido, Saturnino, tinha vinte e cinco anos de idade, era solteiro, filho legítimo de Saturnino Mariano de Souza, já falecido, natural de Alcântara (Estado do Maranhão), morava com suas irmãs e sua mãe na casa de número vinte e oito à Rua do Marajá e vivia “de agências”, não sabendo ler nem escrever. João Pedro da Costa era natural de São Vicente de Ferrer, no Maranhão, e era filho natural de Anna Maria Gonçalves. Solteiro, era amante de Maria da Conceição da Silva, morava com ela e exercia a profissão de sapateiro. Esta última tinha dezenove anos de idade, era filha legítima de Valério dos Santos da Silva e Maria Conceição da Silva, já falecida, era solteira, natural do Codó, ocupava-se com o serviço doméstico e não sabia ler nem escrever. Sobre as irmãs de Saturnino, estopim da confusão, nada se sabe além do fato de estarem as mesmas proibidas de frequentar a casa dos vizinhos, mas continuavam a fazer isso a despeito da ordem do irmão. A princípio concluímos que por não terem se envolvido na briga que resultou em ferimento do ofendido não foram, por isso, interrogadas; mas com a análise do auto de perguntas feita a Maria da Conceição, compreendemos que a ausência de seus depoimentos pode ter uma outra explicação, como veremos a seguir.

Após a repreenda de Saturnino às suas irmãs, o que foi dito em comum por todas as testemunhas é que a briga ocorreu na rua, em frente à porta da casa de Maria da Conceição. Sendo um inquérito sobre os ferimentos causado em Saturnino, nas suas inquirições a polícia procura saber quem causou o ferimento e com o que ele foi feito e trata de antemão Saturnino como vítima. Sobre o ocorrido que gerou esse ferimento, as testemunhas arroladas para explicar o fato divergem em como ele se deu, quem o iniciou e se viram os objetos usados para causar o ferimento. Foram cinco testemunhas arroladas e todas moravam nas redondezas, eram vizinhas, morando em sua própria casa ou temporariamente na própria casa dos

envolvidos. São elas Manuel Bernandino Miguenz, natural de Guimarães, com quarenta e cinco anos de idade, solteiro, que também vivia de agências e morava provisoriamente com Saturnino, não sabendo ler nem escrever. Salustiano Alves da Silva, natural do Estado de Alagoas, com quarenta anos de idade, casado, militar, residente à Rua de Santaninha na casa número dezenove, sabendo ler e escrever. Venereanda Alves da Silva, natural de Caxias (Estado do Maranhão), com trinta e cinco anos de idade mais ou menos, solteira, doméstica, residente temporariamente à Rua do Marajá em casa cujo número não lembrou na hora do auto de perguntas, não sendo alfabetizada também. Raymundo Ribeiro, também natural de Caxias, com vinte e cinco anos de idade, mais ou menos, solteiro, que também vivia de agências e residia temporariamente na própria casa de Maria (acusada), não sabendo ler nem escrever. E por fim, a quinta testemunha foi Raymunda Lopez de Araújo e seu perfil era: tinha sessenta anos de idade, mais ou menos, natural do Itapecuru-Mirim/ MA, solteira, também doméstica e analfabeta.

Esse quadro dos envolvidos no inquérito é bastante interessante. Antes de notarmos a qualidade das pessoas convocadas, vejamos a questão da falta de moradia que falamos a pouco, muitos moram temporariamente na casa dos envolvidos, provavelmente porque chegaram do interior do Estado em busca de trabalho e se depararam com a falta de estrutura da cidade, além de certamente terem dificuldade de manter um quarto. O trânsito de pessoas é intenso, mostrando mobilidade e o esforço para sobrevivência: são sapateiros, de serviço doméstico, agenciadores, etc.: são muitas as maneiras de ganhar a vida, com solidariedade entre aqueles que dividem o mesmo ofício. Essa solidariedade pode ser visualizada nas testemunhas que Saturnino arrola: duas viviam de “agências” como ele, inclusive, um morava temporariamente em sua casa e o outro na casa da acusada – este último servirá de testemunha de acusação daquela que lhe oferece um teto temporariamente.

Com relação ao fato, a situação do inquérito policial é curiosa. Além das perguntas serem feitas atendendo a um objetivo, nem sempre possibilitando ao depoente reconstruir todo o fato, ele era feito após o ocorrido, nem sempre no calor da hora, às vezes dias depois. Isso tornava a narrativa do fato mais fragmentada se somada à questão do desconforto que a própria situação de estar na delegacia dando depoimento causava, à intimidação que o corpo de polícia representava, aos interesses pessoais de cada depoente e à sua preocupação em não deixar margem para a polícia duvidar ou desconfiar de sua própria conduta. Algumas testemunhas chegam a dizer que viram “o começo do barulho” e em seguida “trataram de recolher-se ao interior de sua casa, fechando imediatamente a porta”, como que tentando provar a distância de situações conflituosas, ainda que ocorressem às suas vistas. Mas a

insistência policial algumas vezes provocava o desmonte da tática e logo a precaução dava lugar à curiosidade e ao falatório próprio do cotidiano da cidade. A casa estava muito próxima da rua a despeito dos esforços de separá-las e de criar a distinção dos espaços e das pessoas – em relação à camada popular esse intercâmbio era maior ainda e falava-se da casa na rua, e da rua na casa. Além disso, a falta de privacidade das casas contribuía para essas trocas, bem como o fato dessas pessoas menos abastadas circularem com mais frequência pelas ruas e viverem mediante uma expectativa de coletividade/comunidade onde os papéis sociais sofriam reinvenções e os conflitos serem mais intensos e publicizados: as mulheres têm um trânsito maior, por exemplo, que as das camadas mais abastadas. Daí que detalhes do cotidiano das pessoas de casa e da vizinhança foram registrados nas páginas policiais.

Sobre como explicam os fatos nos quais se encontram envolvidos, João Pedro, Maria e Saturnino respondem, respectivamente:

(Pedro) Responde que na noite de doze do corrente, estando na casa de Maria da Conceição da Silva, sua amante, ouviu disputas na casa de Saturnino que fica fronteira a do respondente, ouvindo mais, que Saturnino, dirigia palavras a sua amante que achava-se sentada à porta da rua da casa em que mora e destas trocas de palavras, foi chamado por ela, que ao chegar a porta viu Saturnino agarrado as guelras da dita sua amante, ao que o respondente interviu para separá-los.

(Maria) Respondeu que o fato, que atribui e que deu causa a essa briga, foi por que Saturnino não gostando da respondente, porque a irmã dele por nome Thomazia, dava-se com a respondente e, frequentava sua casa, por diversas vezes, naturalmente procurou uma evasiva para a desforra, assim, é que na noite em que se deu essa ocorrência estando a respondente assentada na porta de sua casa, Saturnino, depois de ter brigado com pessoas, dirigiu-se a respondente, dando-lhe uma bofetada, pegando-lhe pela garganta, tendo então nessa ocasião, saído João Pedro do interior da casa e despartado a respondente de Saturnino.

(Saturnino) Respondeu que ontem ao chegar em sua casa na volta de seu trabalho pelas oito ou nove horas, mais ou menos da noite, dando por falta de suas irmãs, Marcellina e Thomazia, perguntou por elas a sua mãe e esta respondeu dizendo que estavam na casa de João Pedro e Maria de tal, amasia deste, casa esta que fica fronteira a do respondente, para ela se dirigiu, afim de retirar suas irmãs e, ao chegar à porta, foi agredido por João Pedro, que armado de um cacete atirando-se ao respondente o botou por terra com a primeira cacetada que recebeu, e a querer se desviar dessa agressão apareceu também Maria de tal, a Maria de João Pedro, que também achava-se armada com um pau e auxiliando, eles espancaram o respondente, ferindo-o na cabeça e em outras partes do corpo.

Essa situação deixa muito claro a tentativa de reconstruir o fato e defender-se, esticando a narrativa para convencer a polícia de sua inocência e a dificuldade da polícia de julgar as queixas que recebe. Por isso, boa parte das vezes esse julgamento era eivado de representações e estereótipos sociais e isso facilitava a versão de uma das partes. Por exemplo, Saturnino logo acusa Maria de portar-se mal e convoca toda a vizinhança para testemunhar. Maria já conta com elementos que a desfavorecem: vive amancebada, sem

constituir família legítima e com seu mal comportamento desvirtua moças das regras de família. Ao condenar Maria e inseri-la na rede de estereótipos facilmente aceita, Saturnino prova sua boa conduta: diz estar voltando do trabalho e convoca para depor pessoas “idôneas” – a qualidade das testemunhas aparece, todas tem um ofício, uma ocupação – e isso para a polícia era um sinal positivo. Quando a polícia perguntou se tinham pessoas que presenciaram o fato e podem testemunhar o que acabou de alegar e quais os seus nomes, Saturnino respondeu que “apresentava como testemunhas o segundo tenente do Batalhão de Infantaria da Guarnição Federal, Salustiano Alves da Silva e os cidadãos Manoel Bernadino, Veneranda Alves, Celestina e Raymundo de tal”. O apelo aos epítetos de cidadão são esclarecedores nesse sentido, bem como a descrição de Salustiano, apresentado como “segundo tenente do Batalhão da Infantaria da Guarnição Federal”. Essas pessoas figuram como quatro das cinco testemunhas arroladas pela polícia, exceto Celestina não foi interrogada e a quinta testemunha Raymunda Lopez de Araújo, apesar de não ser citada por Saturnino, é a única que se refere à pessoa chamada Celestina, mas pontua que ela teria sido também agredida com palavras pelo mesmo.

Em relação à sua rixa com a vizinha, quando perguntado se entre ele, João Pedro e sua amásia existe alguma divergência que possa justificar a agressão que recebera, Saturnino responde:

que nunca teve divergência nenhuma com as pessoas citadas, pois que com as mesmas nunca se relacionou e atribui a agressão que lhe foi feita ao despeito de João Pedro e Maria pelo fato de ter o respondente mais de uma vez censurado suas irmãs pela convivência que estas mantém com João Pedro e Maria de tal. Disse mais o respondente, tem recomendado as suas irmãs para deixarem de frequentar a casa de João Pedro e Maria, por que sabe que essas pessoas portam-se mal, e toda a vizinhança pode isto atestar.

Como antecipamos, ocorre o apelo à estigmatização do comportamento de Maria. É preciso destacar também que entre as testemunhas apontadas como aquelas que poderiam atestar a má conduta de Maria está Raymundo de tal, que segundo seu depoimento morava temporariamente com Maria e Pedro, os acusados. Ser uma testemunha de Saturnino e não de Maria, a quem deveria provavelmente favorecer por morar provisoriamente na casa dela, pode ser justificado porque Raymundo também trabalhava de agências e conhecia Saturnino que se ocupava da mesma profissão. A presença dessa testemunha como uma de acusação indica uma solidariedade em prol dos meios de subsistência, neste caso mais importante que as de moradia, talvez porque este era um problema da cidade e havia o hábito de as pessoas que tinham casas receberem outras temporariamente e de se mudarem com frequência também. Como não consta no inquérito qualquer parentesco entre Maria e Raymundo é mais provável

que não tivesse do que ter sido essa informação esquecida, pois com o desenrolar da investigação veremos que a polícia está bastante interessada na vida e nas condutas de Maria e menos em quem causou o ferimento e ter uma acusação feita por alguém que divide o espaço de moradia constituía uma boa prova, se essa pessoa fosse da família, seria mais contundente ainda. A indicação de que Raymundo Ribeiro, a quarta testemunha a ser inquirida, poderia ter alguma proximidade com Saturnino e tinha fácil mobilidade está no depoimento dele:

Perguntado se sabe que na noite de 12 do corrente, na rua do Marajá, das oito para às nove horas, João Pedro e Maria, amásia deste, agrediram e espancaram a Saturnino Mariano de Souza?

Respondeu que estava deitado na própria casa de João Pedro na noite de 12 do corrente, em cuja casa estava hospedado, ouviu um barulho na porta da dita casa e saindo para ver de que se tratava, já viu em luta, na rua, João Pedro e Maria, com Saturnino, sendo que João Pedro e Maria davam em Saturnino, no que o respondente teve de intervir, pedindo à aqueles que deixassem disso, isto é, para não darem mais em Saturnino, depois que o respondente ficando à porta da casa referida, retirou-se para a casa de um seu conhecido a Rua da Topada.

Perguntado se sabe a origem que deu lugar dessa briga?

Respondeu que ignora completamente.

Perguntado se sabe que duas irmãs de Saturnino costumam frequentar a casa de João Pedro e Maria?

Respondeu que sabe ir na casa de João Pedro e Maria, a irmã de Saturnino de nome Thomazia.

Percebe-se que ele acusa Pedro e Maria da agressão e até deixa entrever que não só apartou a briga, mas repreendeu os dois “pedindo à aqueles que deixassem disso, isto é, para não darem mais em Saturnino” e apesar de morar com os mesmos e estar dentro da casa onde teria o conflito ocorrido, diz que não sabe o motivo deste. Raymundo não se refere ao que as demais testemunhas dizem sobre ouvir ofensas de Saturnino em relação à Maria e outras pessoas. Pedro, por exemplo, aponta que “ouviu disputas na casa de Saturnino que fica fronteira a do respondente, ouvindo mais, que Saturnino, dirigia palavras a sua amante que achava-se sentada à porta da rua da casa” o que é comprovado por algumas testemunhas. Mas Raymundo não trata disso, apesar de estar “deitado” na própria casa de Pedro e Maria. Em relação às outras testemunhas, seus relatos confirmam essa contenda mais verbal antes da briga de fato:

(Raymunda Lopez de Araújo) Inquirida sobre o fato e o instante da portaria que lhe foi lida disse: que na noite e hora na portaria indicada, estando assentada na porta de sua casa, ouviu Saturnino altercando razões no interior da casa em que mora, com pessoas que lhe pertence e em, seguida vindo à rua dirigiu palavras insultuosas a Maria da Conceição da Silva que achava-se assentada à porta da sua casa, assim, também a velha de nome Cellestina; declarando Saturnino para esta, que recebia a sua irmã de nome Thomazia, por ser uma alcoviteira e em seguida, dirigindo-se a Maria armado de uma pedra atirou sobre o rosto dela, travando-se nesse momento a luta entre os dois, tratando a respondente de recolher-se ao interior de sua casa, fechando-se imediatamente a porta. Perguntada se não viu João Pedro da Costa armado de um chicote e com ele dar em Saturnino: Respondeu ter visto no momento

em que Maria e Saturnino estavam atracados, saiu João Pedro de dentro de casa de Maria e grudou-se com os mesmos. Perguntada se conhece João Pedro e Maria, e o que é João Pedro desta? Respondeu que os conhece de vista por serem vizinhos, sabendo que João Pedro é amasio de Maria.

(Salustiano Alves da Silva) Respondeu que nessa hora indicada, saiu à janela de sua casa, por lhe ter despertado vozerio na rua e de fato viu estar sendo esbordoado Saturnino Mariano de Souza por João Pedro, que armado de chicote, trepado em cima de Saturnino, dava-lhe como o mesmo, vindo nessa ocasião a amásia de João Pedro, armada com uma vara, dando com ela em Saturnino, dizendo mais, esta ao seu amásio: “mata esse desgraçado”, sendo que pela aproximação de diversas pessoas na ocasião em que se dava esse fato, tiveram os agressores de abandonar Saturnino. Perguntado se sabe o motivo que deu causa a ser Saturnino esbordoado pelos agressores? Respondeu que atribui a esse fato a ter Saturnino duas irmãs que contra a sua vontade frequentavam a casa de João Pedro e Maria e por que Saturnino tivesse censurado o procedimento de suas irmãs, deu a troca de palavras entre si e Maria por ter se julgada por isso ofendida, e como esta tivesse desafiado Saturnino para receber o troco a porta de sua casa e este dirigindo-se a ela aí chegou, foi recebido pelo amasio dela, Maria, a chicotadas e daí da luta.

(Venereanda Alves da Silva) Perguntada se sabe que na noite de 12 do corrente, na rua do Marajá, João Pedro e Maria amásia deste, espancaram a Saturnino Mariano Souza? Respondeu que viu o começo do barulho. Perguntada se sabe o motivo que deu causa a esse barulho? Respondeu que na ocasião que ele se deu, Saturnino, se dirigindo a Maria, a Maria de João Pedro, tascou-a de alcoviteira; isto por que, Thomazia irmã de Sartunino, costuma frequentar a casa de Maria, tendo nessa ocasião travado-se a luta de Maria e João Pedro com Saturnino, que a respondente ao ver esse fato tratou de retirar-se da casa de João Pedro. Perguntada se sabe que entre João Pedro e Maria existe divergência com Saturnino? Respondeu que ignora existir divergência entre as pessoas acima indicadas, podendo afirmar nunca ter visto Saturnino em casa de João Pedro. Disse mais a respondente, que como já acima declarou, no começo do barulho, viu João Pedro e Maria trepados em cima de Saturnino.

(Manuel Bernandino) Respondeu que a hora acima indicada, viu para sua casa, viu João Pedro e a amásia deste armados de cacete esbordoando a Saturnino.

Perguntado se sabe o motivo que deu lugar, digo, que deu causa ao fato que acaba de referir-se?

Responde que não sabe o motivo que deu causa a esse fato, prudente sim adiantar, que como mora com Saturnino tem ouvido este recomendar as suas irmãs para deixar de frequentar a casa de João Pedro e a amasia deste, por que sabia que o procedimento deles era irregular.

Pelas perguntas e narrativas feitas nos autos, percebemos que a polícia parte de um fato para além de procurar saber quem causou o ferimento e como ele foi feito: a má conduta de Maria não se restringia a viver em mancebia, mas em respaldar a desobediência das irmãs de Saturnino. A polícia pergunta claramente para Maria da Conceição o porquê dela receber Marcela e Thomazia em sua casa se já sabia que contrariava Saturnino com essa atitude.

Percebe-se que a ordem do “homem da casa e da família” estende-se de seus próprios familiares para a rua. No auto de perguntas de Maria encontramos:

Perguntada se sabendo que a irmã de Saturnino de nome Thomazia frequentava contra a sua vontade a casa da respondente por que razão continuava a consentir a mesma nessa frequência?

Respondeu que é exato saber que a ida de Thomázia à sua casa era contra a vontade de seu irmão, e isto muitas vezes lhe fez ver, tendo em resposta por Thomazia, se assim procedia, porque não tinha a quem dar satisfação.

Os elementos que queremos destacar envolvem a família. Neste inquérito podemos visualizá-la por Saturnino, suas irmãs, a vizinhança toda inquirida e os acusados. Por hora também queremos destacar a forma como se registrou que Saturnino referiu-se à Maria: “Maria de tal, a Maria de João Pedro” e que a partir da constatação de que Maria era amante de Pedro, a polícia se refere a ela como “sua amásia”: Maria deixa de ser reconhecida pelo seu nome para ser citada como amásia, condição que certamente já desgastava a sua imagem e implicava, certamente, em um primeiro atestado de má conduta.

A prática policial deixa muito latente a influência da orientação dada pelo código penal. Na chamada “contravenção”, ressaltava-se o caráter voluntário da violação que, em termos de qualificação penal, coloca o juiz e o ministério público na posição extrajurídica de investigar a trajetória de vida do acusado para checar qual seria a motivação subjetiva determinante do ato punível. Com o universo ideológico maniqueísta que permeava essa sociedade, da elite à polícia, as ações de controle de práticas inadequadas e as detenções partirão sempre da noção de que essas pessoas comportam-se por desleixo, por falta de moralidade, por instabilidade, mas com conhecimento de causa. A noção de “falta de observância ou violação das disposições preventivas das leis e dos regulamentos” significa essa consciência das ações e daí a violação e a penalidade. Essa definição vaga do termo contravenção atrelada a ideia genérica de “disposições preventivas” deixa a abertura para que qualquer delito ou ilegalidade pudesse ser considerado contravenção e coloca este conceito sob a ação das leis ordinárias, abrindo espaço para que as teorias criminais pudessem agir, atingindo, novamente, majoritariamente, as camadas populares. Somado a isso, no código penal as mulheres eram tratadas na expectativa da honestidade ou desonestidade. Estar dentro ou fora da família significava muito de suas posturas. Diante dessas posições, Maria realmente está em uma situação delicada. Ela está fora da família, ela desvirtua comportamentos de mulheres de família e ela está ciente do seu erro (e confirma isso no interrogatório) quando questionada por que a despeito de saber do desgosto de Saturnino continua a receber suas irmãs.

A despeito disso porém, o inquérito deixa claro as táticas das irmãs de Saturnino que na sua ausência faziam o que queriam, desrespeitavam suas ordens. Deixa claro também a pouca autoridade da sua mãe, que certamente estava também a mercê das ordens do filho, homem da casa. Saturnino quando fica sabendo que as irmãs estão em companhia desonesta, e sabendo que esse comportamento pode acabar por atingir a honra das suas irmãs e a dele mesmo, vai buscar as duas, trazendo-as para casa sob repreendas em público e dentro de casa. As testemunhas confirmam que ouviram Saturnino “altercando razões no interior da casa em que mora, *com pessoas que lhe pertence* e em seguida vindo à rua dirigindo palavras insultuosas a Maria da Conceição da Silva”. A expressão não é ingênua, a noção que perpassa é que as pessoas pertencem às famílias e as famílias estão sob a autoridade do homem da casa. E o homem da casa era Saturnino, visto seu pai, legítimo, já ter falecido. À vizinhança essa ideia parecia estar bem sedimentada e o próprio Raymundo, hóspede de Maria e Pedro, parece entender que o erro já estava em Maria e Pedro.

A preocupação de cuidar das irmãs era dificultada por Maria, e nisso estava seu crime: mesmo sabendo que Saturnino não gostava, ela continuava a receber suas irmãs em sua casa. Ela sabia do crime: já tinha advertido Thomazia e Marcelina sobre esse desgosto do irmão, mas estas teimavam em desobedecer e até disseram que não tinham a quem dar satisfações. As irmãs de Saturnino desdenhavam dessa autoridade. O desrespeito ou o não reconhecimento da autoridade de Saturnino pode ser percebido na fala de Maria, bem como podemos perceber a autoridade deste extrapolando a sua casa, aqueles que lhe pertencem, para atingir a vizinhança. A pergunta da polícia é muito clara: por que Maria, sabendo que Saturnino era contra, permitia a visita das suas irmãs em sua casa? A ordem parece valer para ela também e essa desobediência é mais um fator que incrimina Maria. Aqui também fica claro que a polícia não quer saber do ferimento, mas sim atribuir culpa a Maria porque esta se permite receber visitas a despeito da ordem do homem da família. Se nem as irmãs obedeciam o irmão, por qual motivo Maria obedeceria? No auto de perguntas de Maria ainda pouco citamos que a polícia questionou sua desobediência às ordens de Saturnino; e pela sua resposta percebemos que ela se preocupou com isso e chegou a avisar as irmãs deste. Porém, a fala que Thomazia teria retrucado é esclarecedora: “assim procedia porque não tinha a quem dar satisfação”. Ora, a autoridade de Saturnino dentro de casa, porque o único homem com o pai falecido, é desdenhada pelas suas irmãs. Apesar das ordens, quando Saturnino saía para trabalhar as irmãs comportavam-se como bem entendiam e desviavam-se do controle da família.

Este inquérito deixa assim transparecer o conflito latente entre autoridade, controle e desobediência na família e a narrativa dele nos ajuda a considerar uma das expressões da família entre as camadas populares – o modelo de família divulgado chegava e era compreendido por alguns membros da família, era compartilhado pela vizinhança, mas as ações de Thamazia e Marcellina reinventavam essas normas, ainda que colocassem em risco sua própria honra e a da família. A tentativa de controlar esses comportamentos foi parar na delegacia.

Essa leitura mostra também o quanto a historiografia veicula determinadas visões que devem ser repensadas. A força da ideia de que a camada popular vivia em imoralidade deve ser revista. Neste exemplo, vemos que cada personagem incorpora o discurso de diferentes maneiras e isso gera conflito. Vemos nesse inquérito, numa mesma casa, Saturnino que responde ao desejo de família oficial e polícia os membros de sua casa e vemos Thomazia e Marcelinna reinventarem essas diretrizes, agindo em desacordo quando podem – a saída do irmão de casa deixa brechas para o agir. É natural que, com o peso da ideia de controle e autoridade da família, tenhamos tido narrativas que estereotipassem os populares, como se todos fossem desordeiros, afinal, Saturnino estava envolvido num conflito de rua, foi parar na delegacia... e tudo isso já o deixa numa situação de ser estigmatizado também. Mas as novas narrativas e as novas preocupações historiográficas tendem a mostrar a complexidade das ações, as apropriações discursivas e o conflito decorrente exatamente deste motivo.

Pelo inquérito também podemos ter acesso ao que os envolvidos pensavam e, portanto, às irmãs de Saturnino – a posição deste de “homem da família” porque o pai estava morto e ele morava só com a mãe e as irmãs. A vizinhança que atesta a má conduta de Maria. Mostramos nos capítulos anteriores que essa questão da qualidade perpassava a mentalidade da época e até se materializava nas legislações. Da mesma forma que o cotidiano da rua invadia a casa a despeito dos esforços de separação, os discursos invadiam a vida das pessoas e por mais que elas criassem resistências a ele. As testemunhas atestam direta ou indiretamente o péssimo comportamento de Maria, sobre o qual ela mesma já tinha dado indicações: uma mulher honesta não se envolve em conflitos no meio da rua, não se amanceba com homens, não é tachada de alcoviteira no meio da rua. Por ter esse comportamento, Maria tem restrições de visitas, não partindo das irmãs de Saturnino, mas sim deste que é o homem da casa e preocupa-se com a honra de sua família. Se a vizinhança toda a atesta o mal comportamento de Maria e “olham”, observam suas irmãs frequentarem uma casa mal vista, seriam também capazes de atestar a falta de pudor de Thomazia e Marcelina. Nas expressões das testemunhas e do próprio Saturnino e até nas entrelinhas da polícia há uma coragem

demonstrada e um dever praticado quando este “altercado de razões” vai buscar aqueles que “lhe pertencem” da rua e coloca-los dentro de casa. O que Saturnino faz é por os limites dos espaços que suas irmãs podem frequentar e esses limites são os limites da família e das boas relações – que são as honestas e legítimas. O que suas irmãs fazem é burlar esses limites.

3.3.4. Tolerância e respeito ao desgoverno na família?

Outra possibilidade de entrevermos a questão da família e as múltiplas experiências que ela gerou, bem como a força do discurso sobre o casamento que legitima esta instituição, está no inquérito realizado no dia dezessete de fevereiro do ano de mil e novecentos, na cidade de São Luís. O inquérito foi realizado na Secretaria de Polícia, onde estavam presentes o Sr. Dr. Constantino da Costa Pereira, Chefe de Polícia Interina do Estado, o cidadão Cincinato João Victor, as cinco testemunhas e o amanuense que narrou os fatos do inquérito que tivemos acesso. O motivo da presença na delegacia dessas pessoas deu-se em virtude da morte de Thereza de Jesus Victor, esposa de Cincinato e falecida às quinze horas do dia catorze, sepultada no seguinte dia pelas seis horas da tarde. No caso deste inquérito, não temos uma denúncia feita, as pessoas foram intimadas porque a polícia queria saber detalhes sobre a morte em questão.

Cincinato e Tereza eram casados há anos e não tiveram filhos. De toda forma, criaram uma criança chamada Caetana e abrigaram a irmã de Tereza, Januária, até a morte desta última. Cincinato sustentava a família com o ofício de “negociante volante”, conforme informou para a polícia. Tereza não trabalhava. Quando da morte desta última, Cincinato tinha sessenta anos de idade.

Sobre a morte de sua esposa, Cincinato foi breve. Disse ter ocorrido repentinamente e que ele nem estava em casa no momento, mas fazendo compras na Praia Grande. Quando soube, procurou Caetana, sua filha de criação que já não morava mais em sua casa, para providenciar o enterro. No seu depoimento, entre outras breves observações, Cincinato pontua que:

ignorava o motivo de sua morte por se ter dado repentinamente, sem assistência médica, por haver o médico chamado doutor Assis, a encontrado já morta; pelo que foi o seu óbito atestado por dois cidadãos: suppondo elle interrogado haver Ella fallecido de sofrimento cardíaco em razão do muito sangue que deitou depois de vinte quatro horas de morta. Sendo mais certo que depois de sua morte, elle

respondente (nada) encontrou em casa, quer em dinheiro, quer em joias que Ella possuía.

O médico que ele mencionou, Dr. Raimundo Firmino de Assis, foi a quarta testemunha a depor. Tinha trinta e dois anos de idade, era casado, médico militar, morador à Rua Formosa nº 15 e limitou-se a dizer que “tendo sido chamado para medicar Thereza de Jesus Victor compareceu à sua residência e ela já encontrava-se morta; em seguida retirou-se; nada mais podendo informar com relação ao fato”.

Esse silêncio em relação à causa da morte de Tereza não foi o único motivo a levar a polícia a questionar o caso. Como fica claro no inquérito, a investigação da polícia para saber sobre a morte é fruto do próprio falatório em torno da morte de Tereza: havia um comentário pela cidade de que ela tinha conduta irregular pública e notória. A morte de Tereza, no fim, nos levará a um inquérito sobre a vida do casal. Pontualmente a polícia quer saber se ocorria maus tratos do marido em relação à mulher. A vizinhança, especialmente aquela que teve contato com o corpo já desfalecido, foi convocada a contar o que sabe e destrinchar a vida dos dois.

A polícia procura saber de Cincinato quanto tempo foi casado com a falecida Tereza e onde se achava na ocasião da morte dela. O mesmo faz com as testemunhas. É esse inquérito sobre a vida, o comportamento e o cotidiano familiar de Tereza e Cincinato que nos permitirá entrever mais elementos de como a família foi experienciada pelos dois, e como as pessoas viam e comentavam a questão da família nos idos de 1890. Neste caso específico, aparentemente veremos uma forma de viver diferenciada dessa instituição, baseada na tolerância e respeito ao desgoverno da honra família, leia-se: tolerância e respeito do marido em relação ao péssimo comportamento de sua mulher. Este inquérito, que traz elementos da vida de um casal anônimo para a história, que nos permite refletir sobre a família “fora da ordem”.

Pelo depoimento de Cincinato, nenhum indício da desarmonia familiar aparece, ele apenas deixou implícito um problema quando fez referência ao fato de que após a morte da esposa não encontrou em casa nem dinheiro, nem joias.

Pela primeira testemunha, Caetana Luiz Pereira de Castro, a filha de criação, então com trinta e cinco anos de idade, solteira, trabalhadora da alfândega, residente à Rua da Misericórdia nº 10, maranhense e analfabeta soubemos que:

ela conhece perfeitamente a Cincinato João Victor em cuja companhia morou desde criança; tendo assim tido igual conhecimento com sua falecida mulher Thereza de Jesus Victor, com quem seu dito marido vive em perfeita harmonia durante todo o tempo em que com eles morou a falecida Januária, irmã de Thereza; acontecendo

que depois do falecimento de Januária, Thereza começou a reunir em sua casa adjunto de negrinhas e pessoas mal conduzidas, a cujos conselhos começou a dar-se a embriaguez, praticando nesse estado muitas asneiras, entre as quais a de arrombar gavetas do marido de onde tirava dinheiro que dava às comparsas e atirava por cima do telhado para o da casa vizinha onde morava João Feijoadá, cuja senhora, por mais de uma vez, preveniu Cincinato que com escadas fazia retirar do telhado cédulas de cinquenta mil réis e outras; distribuindo com ditas comparsas todo o ouro que possuía. Disse mais, que no dia do falecimento de Thereza à quatorze do corrente achava-se ella testemunha em casa de Dona Maria Amalis Teixeira Santos, na aquisição e preparo de iguarias para o aniversário de Dona Belhinhá Arózio, que n'esse dia comemorava seu natalício; sendo pela volta do meio dia foi mandada chamar por Cincinato que lhe mandava comunicar a morte de sua mulher. Ella, testemunha, entregou tudo de que se achava de posse e dirigiu-se à casa de Cincinato onde encontrou já morta sua mulher que estava sendo banhada e vestida por Maria Raimunda e outras em cujo nome ignora. Ahi chegando Cincinato, communicou-lhe que sua mulher havia morrido repentinamente em ocasião em que elle se achava em compras na Praia Grande e relatando-lhe os pormenores de casa, encarregou-a de providenciar sobre o enterro. Disse mais que nunca viu e nem nunca ouviu dizer que Cincinato espancasse sua mulher cujo falecimento pareceu consterná-lo e abatê-lo bastante. Ella testemunha contratou o enterro com o Coronel Carvalho Branco que se encarregou do attestado, visto que ella testemunha não pode encontrar ou antes falar com o médico Dr. Assis por lhe haver dito sua senhora que elle havia passado mal à noite e que não podia dar-lhe atenção.

No depoimento de Caetana está bem clara a intimidade que ela tinha com a família. Ela cuidou do enterro, foi atrás do médico para dar o attestado de óbito e não o encontrando, contratou assim mesmo o enterro. Além disso, Caetana dá detalhes da vida do casal que vivera, segundo ela, em perfeita harmonia até a morte da irmã de Tereza, que lhe teria feito muito mal a ponto de desgovernar a própria família. Thereza fazia “asneiras”, roubava o marido, distribuía dinheiro e ouro às suas comparsas, jogava-o pelo telhado a ponto de uma vizinha advertir a Cincinato e fazer-lhe retirar cédulas de valores significativos de cima deste. O depoimento de Caetana esclarece a versão de Cincinato de que, chegando em casa e vendo sua mulher morta, percebeu também que não tinha nada de valor em casa. Pelo depoimento de Caetana percebe-se também que o mau comportamento de Thereza era conhecido e comentado pela vizinhança. O curioso é seu esforço em destacar que apesar de Tereza dar motivos, seu comportamento não contribuiu para a desarmonia familiar, nem para o exercício da autoridade e violência do marido, nem para o abandono do lar por Cincinato. Caetana, ao apontar esses elementos, constrói uma imagem de Cincinato: homem de família, que respeita o lar, que não viola o sentido sagrado do casamento. Caetana ainda destaca que Cincinato estava abatido com a morte da esposa. Cincinato, por outro lado, reforça esses elementos quando afirma que estava “fazendo compras”, mantendo, pois, a casa, preocupado com a organização da família.

A segunda testemunha, Maria Raimunda da Conceição, de cinquenta anos de idade, solteira, ‘vendideira de fructas’, residente à Rua da Manga, natural do Maranhão, não sabendo ler ou escrever disse que:

morando nas vizinhanças de Cincinato João Victor, sabendo da morte de sua mulher e vendo o passa passa na casa, também para alli se dirigiu afim de prestar-lhes seus serviços; cabendo-lhe, à sua vizinha de nome Susana e à mulher de nome Antônia, moradora para os lados o trabalho de lavar e vestir o corpo, o que fizeram despindo-o completamente, pondo-o em cima do sofá, lavando-o e vestindo-o em seguida, sem que descobrisse no cadáver a menor mancha, escoriação ou qualquer outro índice de sevícia, espancamento ou maus tratos. Disse mais conhecer Cincinato, sua mulher há muitos anos podendo garantir que sempre viveram bem, não tendo sido motivo para Cincinato maltratar Thereza a circunstancia de seus últimos annos de vida. Atesta ter Ella se dado ao vício da embriaguez, admittindo em sua casa negrinhas do baralho e pessoas mal conduzidas que procuravam guiá-la para o mal, resultando desse hábito ficar a casa ao Deus dará; contra o que o marido fallava sempre procurando aconselhá-la.

Com este depoimento parece que o mau comportamento de Thereza era uma “circunstancia de seus últimos annos de vida”. Não sabemos quando Januária morreu – dita responsável pelo desgoverno de Thereza por Caetana –, mas até aqui vemos as testemunhas reforçarem que eles viviam bem. Maria Raimunda atesta a má conduta de Tereza e deixa indícios de um pensamento comum àquela época: a autorização do marido para corrigir algum desgoverno da família. Maria Raimunda diz que Cincinato não se aproveitou dessa prerrogativa para maltratar Tereza, ainda que ela desse motivo. Interessante destacar nesse depoimento que o mau comportamento de Tereza era visto como fruto das companhias que ela permitia em sua casa: essas pessoas “mal conduzidas procuravam guiá-la para o mal”. A avaliação é que Tereza, no final, era uma mulher de bem – seus vícios eram por influência de pessoas de má conduta. Vícios esses motivados pelo seu amor a um membro da família e sua inconformidade com a morte dele - sua irmã Januária que morava consigo mesmo depois do seu casamento. É como se o casamento, tal como construiu a Igreja por longos anos, atribuisse àquele regido por suas leis, a pureza, a inocência – o bem. No depoimento, Maria Raimunda mostra sua proximidade da casa: atesta que esta ficava “ao Deus dará” com o desgoverno de Tereza. Mas destaca que Cincinato procurava sempre “aconselhar” a esposa, provavelmente alertando-a que ela era uma mulher *de família*, tendo responsabilidades que incluíam, além do procedimento adequado, não permitir que a casa ficasse sem organização.

Sobre a falta de sevícias em Tereza, as mulheres que ficaram responsáveis de arrumar o corpo também o atestaram. Suzana Rosa de Souza, de trinta anos de idade, solteira, costureira, moradora à Rua da Manga nº 03, natural de São Luís, analfabeta, sendo a sexta testemunha, confirmou o fato e disse que

não entretém relação com Cincinato a não ser as de vizinhança. Sabendo da morte de Thereza, mulher de Cincinato, seguiu para casa d'elles, onde encontrou com Maria Raimunda da Conceição que a convidou para com Antonia Raimunda da Gama lavarem o cadáver em uma meiasala onde o despiram, lavaram, vestiram e o colocaram sobre um sofá, não tendo notado no mesmo cadáver cousa alguma que indicasse sevícia, espancamento ou maus tratos.

Interessante vemos Suzana afirmar que “não entretém relação com Cincinato a não ser as de vizinhança” e com esse argumento não emitir parecer sobre Thereza. Porém, como vizinha, certamente ela sabia do procedimento incoerente de Thereza, os demais afirmam que era público e notório. Temos afirmado ao longo deste capítulo que a não mudança de hábitos promovia um encontro diário e um falatório sobre os maus hábitos alheios. Mais uma vez é preciso se perguntar se a condição de Thereza de mulher casada teria inibido em algum grau a adjetivação negativa de sua pessoa.

A quinta testemunha, Antônia Raimunda da Gama Lobo, de trinta e oito anos de idade, solteira, costureira, moradora à Rua da Boscata nº 15, também natural do Maranhão e analfabeta, disse que

conhecendo Cincinato João Victor e sua mulher Thereza de Jesus Victor de que fora há anos vizinha e sabendo que esta havia falecido dirigiu-se para sua casa à rua da Manga com o fim de sentimental e prestar seus serviços. Assim, Ella testemunha, auxiliada por Maria Raimunda da Conceição e Suzana de tal carregaram o cadáver que colocaram sobre uma meiasala onde o despiram, lavaram e tornaram a vesti-lo, transportando em seguida para um sofá sobre o qual o colocaram. Notando que o cadáver não apresentava uma única mancha, escoriação ou qualquer outro sinal de sevícia, espancamento ou maus tratos. Disse mais que durante todo o tempo que foi vizinha de Cincinato e sua mulher, sempre viveram bem, nunca lhe constatando que Cincinato espancasse sua mulher, ou cohabitasse, dentro da própria casa, com outra mulher além d'ella. Ignora se Thereza era dada ao vício da embriaguez, pois nunca a viu nesse estado nem nunca ouviu dizer disso.

Por todas essas testemunhas, percebe-se que o cotidiano familiar de Cincinato e Tereza era marcado pelos problemas que Tereza causava, mas que nem por isso Cincinato maltratou a mulher ou coabitou com outra além dela. As testemunhas afirmam a conduta ilibada de Cincinato, sua atitude de aconselhar a mulher diante do mau comportamento. As testemunhas destacam essas características atípicas de um homem de família, casado, que vive esses problemas em casa. Maria Raimunda afirma que o resultado desse péssimo comportamento de Tereza deixa “a casa ao Deus dará”, fala que deixa claro como os papéis da mulher no discurso oficial chegam e servem de parâmetro para avaliações e conclusões. A despeito desse comportamento, mesmo deixando a casa bagunçada, recebendo visitas indesejadas, permitindo que a rua e pessoas de má conduta adentrassem o ambiente da casa e da família, Raimunda atesta que o único procedimento do marido era “falar sempre, procurando

aconselhá-la”. Antonia Raimunda também atesta que o casal vivia bem e apesar de afirmar que não pode julgar se Thereza era dada ao vício da embriaguez, pois “nunca a viu nesse estado nem nunca ouviu dizer isso”, julga-se em condições de atestar que Cincinato não espancava sua mulher, nem coabitava com outra dentro de sua própria casa. Podemos nos perguntar, até aqui, como essa casal poderia viver bem e em harmonia mediante a descrição do comportamento de Thereza, que pelos depoimentos era frequentemente negativo e ainda público e notório? Por que as testemunhas insistem em garantir a tranquila experiência da família quando esta está regida pelo casamento?

Pela terceira testemunha, João Raposo Souza, com quarenta e um anos de idade, casado, carpina, morador à Rua da Paz, natural deste Estado, foi dito que

indo à cerca de três semanas visitar Cincinato e não o achando em casa encontrou sua mulher Thereza atacada com uma doença que lhe disseram ser *commum* n’ella, cuja situação a *suffocava*; no dia de seu falecimento passou também por lá e encontrou-a um pouco embriagada fazendo donativos de dinheiro a umas raparigas, retirou contristado por que sua *commadre* lhe havia promettido não beber mais e foi para casa almoçar; depois do almoço recebeu a notícia de sua morte o que o fez ir para lá imediatamente não encontrando nada de anormal. Disse mais que alguns anos que sua *commadre* deu-se ao vício da embriaguez em cujo estado fazia muitos escândalos, pelo que Cincinato lhe sempre falava, no mais viviam muito bem como casados.

Por esse depoimento de João vemos que no próprio dia do seu falecimento Thereza estava embriagada e fazendo “donativos de dinheiro a umas raparigas”. Aqui se esclarece ainda mais o depoimento de Cincinato quando disse que ao chegar em casa, vendo sua mulher morta, não encontrou nada de valor. Em outra ocasião, João, compadre de Thereza, em visita à sua casa, demonstra estar decepcionado por encontrá-la embriagada e por ela não ter cumprido o que lhe prometeu. Esse é o único depoimento que temos algum indício mais próximo da própria Thereza. Morta, todos falam de Thereza. Mas não sabemos ao certo o que Thereza pensava de si e do seu comportamento, podemos apenas inferir acerca da sua recorrência. Ao longo da fala de João temos a impressão que Thereza tentava responder aos pedidos dos familiares, fazia promessas de que não beberia mais. Aqui podemos inferir que ela conhecia a norma, apenas não a cumpria. João adverte que ela andava “sufocada” com uma doença, que lhe era comum. Pelo depoimento, João parece insistir na ideia sofrimento, de alguma maneira quer justificar a má conduta de sua comadre: Thereza sofre de uma doença, promete não beber mais, descumpra a promessa, etc. Com intimidade, João sabe que esse comportamento não era condizente com a postura de uma mulher de família e assim como Cincinato a aconselhava, ele também se preocupava com ela, arrancando-lhe essas promessas de comportar-se à altura de uma mulher casada. Mas Thereza voltava a dar-se com as “negrinhas do baralho”, “fazia

donativos às raparigas”, “deixava a casa ao Deus dará”, comportamentos arredios e corriqueiros, como que desdenhando *da família*. Aos conselhos Thereza respondia com promessas de mudança, passado aquele momento, ela agia como antes. Se é certo que não tinha desarmonia familiar, a tolerância de Cincinato pode ser encontrada nessa situação: apegado ao valor do casamento e ao sentimento de família, Cincinato acreditava em Thereza e tolerava seu comportamento injustificável que punha em risco sua família.

Por todo este inquérito, apesar do procedimento reconhecidamente irregular de Thereza, vemos as testemunhas endossarem a ideia de que Thereza desvirtuou-se e para isso contou com a ajuda de pessoas de má conduta. Mais uma vez vemos que a questão é que Thereza estava dentro da família e as testemunhas avaliavam-na com outro tom – sua má conduta é culpa de influências negativas de pessoas que estão à margem do casamento. De alguma maneira, Thereza estava próxima das “negrinhas do baralho”, das “raparigas”, mas em outra posição. Thereza não foi sempre assim, ela tornou-se assim pela morte da irmã. O afeto por esta denota o sentimento e o valor de família que ela possuía que, contraditoriamente, provocou a desordem na sua com Cincinato. A partir da leitura desse inquérito, vemos uma experiência familiar fora da ordem, mas também o esforço daqueles que reconhecem o valor da família licenciada pelo casamento em reorientá-la. Se Thereza descumpria o protocolo, Cincinato aparece como um exemplo de que nem sempre a autoridade do *homem de família* era levado às últimas consequências. No final, esse inquérito mostra como o discurso da família e do casamento estava presente entre a camada popular e como servia de base para avaliar seus membros e suas condutas. Ao mesmo tempo, mostra que ele nem sempre era seguido rigidamente. Vemos como essas balizas estabelecidas pelo discurso cristão eram válidas para avaliação mesmo entre aqueles que não estão dentro do considerado legítimo. De todas as pessoas que dão depoimento neste inquérito, apenas Cincinato e João são casados. Todas as demais são solteiras, mas partem de impressões sobre a família e o casamento bastante comuns que, pelo capítulo anterior, compreendemos como foi historicamente construída e feita válida para a sociedade.

3.3.5. Convivência, atrito e conciliação na família

A historiografia sobre a família tem discutido o conceito de família nas diversas temporalidades da história do Brasil. Resultados já obtidos pelas pesquisas mostram a diversidade da sociedade brasileira e a impossibilidade de afirmar um modelo único de família, seja pela questão da heterogeneidade cultural das pessoas e dos grupos sociais que constituíram a sociedade colonial brasileira, seja pela pouca eficácia dos discursos homogeneizadores da religião ou do próprio Estado. A partir disso, dissemos inicialmente que esta pesquisa investigou as experiências familiares guiada por um conceito bem pouco fechado dessa instituição, procurando não excluir a existência desse sentimento familiar mesmo nas uniões consideradas ilegítimas. A família estaria nos laços de parentesco, consanguíneos ou por afinidade. Nessa medida, compactuamos com as pesquisas que assumem o esforço historiográfico de conhecer melhor as diversas tipologias acerca das práticas familiares, para além, da formalização eclesiástica ou civil. O que temos observado nos inquéritos é que independente dessa formalização desses laços, o sentimento de família existe e encontra um ou mais aspectos para sua fundamentação: podendo ser a moradia, o afeto, o parentesco, a afinidade ou mesmo o casamento formal e legítimo (a despeito às vezes da afetividade).

Já apontamos anteriormente a falta de moradia na cidade de São Luís e o compartilhamento do espaço de moradia entre várias pessoas da mesma família e várias famílias diferentes que dividem, senão o mesmo espaço interno, o mesmo espaço físico mais geral, nos chamados sobrados e mais costumeiramente nos conhecidos cortiços. Esta situação dificultou o sentimento de privacidade, de interiorização dos ideais de família burguesa, baseada na individualidade dos membros que compõem a família, com regras de sociabilidade próprias e aumento de intercâmbio entre o ambiente doméstico e o meio social. Dificultou a assimilação do discurso médico-científico, cada vez mais intenso nesse período. O intercâmbio entre a casa e o meio social era visto de forma reprovável por esse novo discurso, pois com o compartilhamento dos espaços, havia pouca intimidade, os conflitos envolviam a rua e as demais moradoras do local, fazendo a família ficar exposta, com seus problemas vistos e comentados por todos na rua, na cidade. Mas essa mesma situação não dificultou que o sentimento de família se manifestasse de diferentes maneiras. Pelos inquéritos policiais notamos exatamente que a forma diferenciada de entender o que é a família muitas vezes foi o

estopim dos conflitos, estes que por sua vez nos permitiram visualizar a presença desse sentimento.

O inquérito que destacaremos agora é mais um exemplo disso. A família e o sentimento dela é motivo de litígio e neste caso também está presente o problema da moradia compartilhada, as relações de parentesco e a autoridade do chefe da família. Ele também mostra como essa publicidade dos problemas domésticos incomodava e muitas vezes era motivo de vergonha por parte dos seus membros. O sentimento de família, sempre assentado sobre a ideia de união, ficava exposto quando um conflito tornava-se público e a família era comentada por todos.

O inquérito que estamos falando ocorreu no dia vinte e sete dias do mês de dezembro de mil oitocentos e noventa e cinco, na cidade de São Luís do Maranhão, na Primeira Delegacia de Polícia. Pela data, vemos que o conflito deu-se nos festejos de Natal e Ano Novo, período em que a família é bastante enfatizada. A despeito disso, compareceram na delegacia Raimundo Quaresma e Eugênio Costa, que eram cunhados.

Na descrição para início dos autos, Raimundo Nonato Quaresma afirma ter vinte e cinco anos de idade, ser filho natural de Rita Rosa Quaresma, ser casado, ser maranhense, ter o ofício de alfaiate e saber ler e escrever. Ele foi à delegacia prestar queixa de agressão contra seu cunhado, Eugênio Costa, de trinta anos de idade, filho legítimo de Pedro José da Costa, viúvo, também maranhense, empregado público, alfabetizado. O motivo da abertura do inquérito foi um ferimento causado em Quaresma e a polícia está bem focada em saber quem fez o ferimento e com o que; mas mais uma vez os depoimentos nos permitem entrever elementos da questão da família. Sobre o fato criminoso, Quaresma disse

que estando deitado no assoalho da casa em que mora, tendo consigo uma menina, filha do senhor Eugênio Costa, nessa ocasião chegou a senhora do respondente e sentou-se também no mesmo lugar em que estava, e estando em conversa com minha mulher veio a menina e encostou-se junto a minha senhora, batendo em com a mão no ombro de minha mulher para sentar-se noutro lugar, aconteceu tocar na menina com a mão, esta pôs-se logo a chorar, é quando entra o pai da criança, indagando por que chorava, a criança disse que seu tio tinha lhe dado, dizendo-nos nessa ocasião o Sr. Eugênio Costa que em sua filha ninguém poderia dar e só ele como pai, e sua avó, que estava criando e depois de me ter levantado pus-me a conversar com minha mulher, dizendo-lhe que ela era a única culpada por ter aceitado o convite para morarmos juntos, tendo sido ocorrida essa conversa pelo senhor Eugênio veio da varanda e atirar-se sobre ele, dando-lhe muita pancada e nessa ocasião achava-se ferido no dedo, mas que não sabe com que ferro foi ferido, procurou logo sair para ir a procura da autoridade para comunicar o fato ocorrido. (grifo nosso)

Essa situação é bem esclarecedora do significado da família e do entendimento dos envolvidos sobre a função dos seus membros, o local da autoridade familiar e o conflito que

surge quando essas noções são atingidas. Quaresma e Eugênio são cunhados, pois a esposa de Quaresma é irmã de Eugênio e este último convidou-os para morarem na mesma casa. Mais uma vez vemos essa questão da moradia compartilhada e como essa proximidade causa conflitos. Pelos autos vemos que Eugênio já é viúvo e na casa também mora a sogra de Eugênio, quem, segundo este, também teria autorização para corrigir a menina. Além disso, também morava nesta casa um rapaz chamado Thiago, que também irá depor sobre o ocorrido. Essa moradia compartilhada não se resume, neste caso como em muitos, aos membros de uma mesma família. O depoimento da terceira testemunha do inquérito, Benedita Theodora dos Santos, comprova isso. Trata-se de um sobrado, cheio de quartos ocupados por famílias distintas. Benedita, ao ser perguntada sobre o ocorrido, responde que estando em sua casa “que é um dos baixos onde se deu o mesmo fato, vestindo-se para sair, quando ouviu o barulho em cima, no sobrado e entrando no corredor da dita casa encontrou-se com o senhor Raimundo Nonato Quaresma que vinha correndo”. Tendo este ido para a rua, ela subiu para saber o que havia ocorrido e encontrou-se com a mulher de Quaresma e quando a chamou esta disse “que ia ver seu marido, o que a respondente acompanhou-a até a casa do vizinho Fidelis, onde achou o paciente lavando as mãos que se achavam com sangue, não podendo precisar o lugar onde era a ferida”.

Sobre a família que se envolveu neste conflito nada de acusação ou comportamento irregular foi dito por nenhuma testemunha. Como testemunha, depuseram: Fideles Antônio Ribeiro, de cinquenta anos de idade, filho legítimo de Januário Ribeiro, solteiro, maranhense, taverneiro, analfabeto; Luiz José dos Santos, de cinquenta e cinco anos de idade, filho legítimo de José dos Santos, casado, filho do Estado do Piauí, profissão taverneiro, analfabeto; Benedita Theodora dos Santos, de trinta anos de idade, filha natural de Theodora Ignacia da Conceição, casada, filha do Estado do Piauí, serviço doméstico, não sabendo ler e nem escrever; e Thiago Barbosa, de dezoito anos de idade, filho natural de Jerônima Antônia da Conceição, solteiro, maranhense, ferreiro, alfabetizado. Este último morava na casa dos envolvidos.

Luiz José dos Santos ao ser perguntado sobre o caso

Respondeu que tendo ido à quitanda e na ocasião que vem saindo ouviu um barulho e muita gente reunida na porta de meu vizinho, Fideles, e indagando o motivo de estar tanta gente reunida, soube que se achava na mesma casa o senhor Raimundo Nonato Quaresma lavando as mãos que se achavam sujas de sangue vendo o mesmo senhor que estava ferido mais que ele respondeu não saber quem foi que feriu, mais que chegando na rua encontrou-se com o senhor Thiago Barbosa que morava na mesma casa onde se deu o fato, por este lhe foi dito que estando o ofendido com uma tesoura na mão, ele Thiago, tomara a dita tesoura e não sabe se na ocasião que Thiago tomou a tesoura do senhor Raimundo Quaresma se daria o ferimento de que trata e que mais nada sabe.

Thiago Barbosa disse que

quando entrou em casa encontrou o senhor Eugênio falando com seu cunhado Quaresma, dizendo Eugênio que ninguém podia dar em sua filha se não ele como pai e sua sogra como avó da criança, tendo nessa ocasião ido para a varanda continuar o seu jantar e como estivesse o senhor Quaresma falando na sala com sua mulher dizendo ser ela a culpada dele Quaresma estar ouvindo que estava dizendo seu cunhado em ter aceitado o convite para morarem juntos e na mesma ocasião saiu Eugênio de dentro perguntando o que dizia Quaresma e daí Eugênio atirou-se sobre seu cunhado dando diversas pancadas, foi nessa ocasião que o respondente viu que Quaresma tinha na mão uma tesoura, pedindo a ele, Quaresma, que lhe entregasse a tesoura e como não quisesse entregar a tesoura, ele respondente, tratou de tirá-la das mãos e não conseguindo tirá-la continuando a dita tesoura a estar nas mãos de Quaresma e não sabe dizer como se deu o fato de Quaresma sair ferido. (grifos nossos)

Vemos que o conflito estendeu-se para a rua, pois Quaresma foi abrigar-se na casa do vizinho Fideles Antonio Ribeiro, que foi a primeira testemunha, e disse sobre o fato que

estando em sua casa na rua onde se deu o fato, aí chegou o ofendido Raimundo Nonato Quaresma acompanhado de sua senhora, pedindo-lhe um pouco d'água para lavar as mãos que estava suja de sangue por causa de ferimento que tinha recebido no dedo.

Perguntado se sabe quem foi o autor do ferimento?

Respondeu estando brigando com seu cunhado Eugenio Costa, quando se sentiu ferido.

Perguntado se não sabe ou não digo se o ofendido não disse com que ferro tinha sido ferido?

Respondeu que não nada mais sabia.

As versões das testemunhas confirmam a queixa de Quaresma e deixam exposto que o problema foi a autoridade exercida sobre a filha de Eugênio, bem como pelo fato de Quaresma ter discutido com sua esposa e a acusado de estar passando por constrangimentos na casa dos parentes. Nosso interesse, neste caso, é menos saber se bateram ou não na criança, mas os significados emanados e declarados pela possibilidade de uma criança “apanhar” de parentes na presença do pai e qual a extensão dessa autoridade para outros membros da família. Note-se que Eugênio é viúvo e sua sogra mora nesta mesma residência. A versão de Eugênio é:

disse que entrando em sua casa às seis horas da tarde, encontrei uma filhinha minha chorando, indaguei o que tinha, respondeu que seu tio tinha lhe dado, então disse no meu quarto que só podia dar na criança a sua avó, por que criava e eu como pai e daí fui jantar e o meu cunhado Quaresma continuou a dizer palavras desagradáveis que me ofenderam e levantando-me da mesa antes de acabar de jantar fui ter com ele sobre o que acabava de dizer, e nesse momento travamos de razão a ponto de trocarmos os socos, nisso quando volto para a varanda a minha sogra disse-me que eu estava cortado nas costas e eu disse a ela que tinha sido cortado por meu cunhado, mas que não sei que qualidade de instrumento foi. (grifo nosso)

Por que Eugênio, após ter esclarecido que ele era o pai e só ele ou a avó – que cria – tem autoridade para “dar na criança” teria se incomodado com o fato de Quaresma estar tendo uma conversa com sua esposa sobre o problema? Percebe-se na narrativa de Quaresma que as relações de família são harmônicas, ele estava deitado no assoalho, a criança estava perto, depois chegou sua mulher e pôs-se a conversar. Segundo ele a criança queria seu lugar de volta e para chorar bastou “tocar-lhe os dedos”. E no momento do choro, o pai chega e procura saber do ocorrido. Vemos também que ambos trabalham, sabem ler e escrever, e a reclamação de Quaresma, tendo em vista isso, pode ter sido porque ambos têm condição de ter uma casa, não havendo necessidade de morar juntos e passar por constrangimentos como esse. A reclamação de Quaresma com sua esposa é em virtude dele saber que a casa não era sua e que disso resultava na sua pouca autoridade. O incômodo de Eugênio em relação a isso pode ser compreendido também por este ser irmão de Raimunda e embora esta seja também esposa de Quaresma, estava, no fim, em sua casa, sob sua “jurisdição”.

O desfecho desse inquérito dá-se com uma declaração feita por Eugênio Napolião Gomes da Costa, na presença do delegado e de todas as testemunhas que depuseram no processo. Nele estava escrito:

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de mil oitocentos e noventa e cinco, cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão, em a primeira delegacia de polícia da capital, onde se achava presente o cidadão Raimundo Licurgo Nunes Lisboa, primeiro delegado de polícia da capital, comigo, escrivão de seu cargo abaixo assinado, aí compareceu o cidadão Eugênio Napolião Gomes da Costa e disse perante a mesma autoridade e das testemunhas abaixo assinadas que, no dia vinte e seis do corrente mês, pelas seis horas da tarde, deu-se entre ele respondente, digo ele declarante, e seu cunhado Raimundo Nonato Quaresma, casado com sua irmã, Dona Raimunda Ignez da Costa Quaresma que moravam juntos, na casa dita a rua do Quebra Bosta, um incidente muito desagradável, escandaloso e vergonhoso, por um motivo simples, e que é o primeiro a reconhecer mais ele, declarante, irritou-se sobre seu cunhado, motivados assim a travar-se uma luta entre ambos e sua irmã e da qual resultou ficar o dito seu cunhado com as ofensas públicas e ferimentos constantes do corpo de delito feito por esta delegacia. Que ele declarante não sabe mesmo como as causas chegaram a tal ponto; pois que nunca teve em mente ofender de leve que fosse quanto mais seu cunhado e nem sua irmã com os quais sempre viveram na melhor harmonia. Que arrependido de seu procedimento irregular; vinha pela presente termo pedir ao dito seu cunhado e irmã que o desculpasse por tão grave falta, aceitando como uma satisfação plena, cabal e verdadeira, todas as declarações acima feitas, com o fim de darem termo no processo crime contra ele declarante instaurado, obrigando-se mais a pagar as despesas do corpo de delito, termo de desistência e outras que tiver. (grifos nossos)

Com esta declaração, observamos a questão da vergonha pela publicização dos problemas dentro da família, como destacamos no início. E ao falarmos de família nesse caso, melhor seria falar em famílias, pois a coabitação não significa a homogeneização. Pode-se fazer essa distinção a partir de dois aspectos explícitos que os próprios envolvidos deixam transparecer

em seus discursos. O primeiro é a relação de pertença com a própria casa. O próprio Quaresma relata essa questão na delegacia e acusa sua esposa de, por ter aceitado o convite de morar em casa de outrem, estar sujeito às ordens do dono da casa. Ao imputar à esposa a culpa da referida situação, Quaresma deixa transparecer que sua consternação também é motivada pela impossibilidade dele impor qualquer tipo de autoridade, pois ele não é o dono da casa. Ele vive ao lado de sua esposa como agregado, e por isso mesmo não pode assumir nenhum papel de decisão ou mando. Somente Eugênio pode arrogar tal condição, todos vivem sob o teto dele. O que nos leva imediatamente a segunda questão, relatado agora por Eugênio e que confirma o seu papel de senhor e dono da casa. Eugênio narra o seguinte acontecimento:

(...) que entrando em sua casa às seis horas da tarde, encontrei uma filhinha minha chorando, indaguei o que tinha, respondeu que seu tio tinha lhe dado, então disse no meu quarto que só podia dar na criança a sua avó, por que criava e eu como pai.
(grifo nosso)

Tal relato confirma a autoridade de Eugênio na casa de sua pertença e ao mesmo tempo demarca de modo muito claro a condição de cada indivíduo dentro do lar. A autoridade é dele, e, principalmente, cabe a ele, em primeiro lugar, e depois à avó, o exercício do poder corretivo sobre a menina. À avó lhe cabe esse direito, pois ela “criava” a menina, ou seja, cuidava, zelava, é um direito derivado de sua função – provavelmente pela ausência da mãe; porém a autoridade de Eugênio estava instalada na própria paternidade, cabia a ele, enquanto pai, o verdadeiro poder de “dar na menina”, segundo seus desígnios e entendimento. Podemos observar que se desenha de modo bem definido os papéis e a função que cabe aos familiares desempenhar dentro do lar. Nada mais óbvio até aqui que essa concepção que Eugênio lança mão para justificar sua conduta. Porém, menos óbvia é sua retratação. Pela narrativa de sua declaração, ele afirma ter entrado em conflito com a família “por motivo simples”. Aqui cabe perguntar: Eugênio relativizou a sua autoridade? Será que ele irritou-se, mas entende que na casa a autoridade pode ser compartilhada? Se o que o autorizou a discutir a conduta de Quaresma foi porque este ultrapassou seu papel dentro do poder constituído dentro do lar, assumindo uma autoridade que não lhe cabia, Eugênio agora flexibiliza sua postura. Por vergonha? Talvez. Por amor à família? Não saberemos. Mas podemos destacar essa questão da vergonha de ver-se publicamente envolvido em uma contenda policial. Eugênio afirmou que o incidente foi “muito desagradável, escandaloso e vergonhoso” e que ele é o primeiro a reconhecer seu “procedimento irregular”. Reconhece ainda que ofendeu publicamente e causou ferimentos no seu cunhado e assume toda a culpa e as custas do processo – desculpa-se frente a todos, polícia e testemunhas. Não nega, porém, que “irritou-se” com Quaresma. Aqui o procedimento irregular para Eugênio parece ser menos a definição do espaço de

autoridade da família e mais ter agredido seu cunhado fisicamente. O erro da situação foi ter sido o problema familiar ter se tornado escandaloso e público.

Este caso nos leva para o começo desta tese. Perguntamos: qual diferença existe entre o discurso e a conduta de Raimundo ao “aconselhar” sua sobrinha e a postura assumida por Eugênio? Substancialmente nenhuma, ambos são defensores de um modelo de família que agrega em sua essência o valor moral e o respeito hierárquico. Porém, enquanto para Raimundo existe uma relação imediata entre autoridade e as obrigações devidas por sua sobrinha, o que ele leva às últimas consequências, Eugênio mesmo depois de defender e justificar a sua autoridade é capaz de reconhecer o ato vergonhoso, “escandaloso”, seu “procedimento irregular” e pedir desculpas públicas. Apenas Raimundo entende que seu espaço de autoridade na família tem que ser reconhecido, tanto que agride Raymunda dentro e fora de casa; enquanto Eugênio envergonha-se de seus atos terem ganhado os olhares externos. Isso nos leva a pensar como a pluralidade é o signo maior do sentido da família, pois mesmo partindo de um princípio substancialmente idêntico, como é o caso de Raimundo e Eugênio, pode-se chegar às contínuas derivações e compreensões do que seja a família.

Em nossa tese tentamos demonstrar como a família, vigiada, controlada, pensada, remodelada, normatizada, pela Igreja e pelo Estado ainda assim produziu formas de existência, por vezes “marginal”, por vezes apenas incompreendida que criaram e criam significados os mais diversos dentro do social, significados que assinam intensamente os modos de viver e existir que hoje nos compõem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o significado da família? Seria mesmo, após 1890, uma “união indissolúvel e perpétua”? Como seriam as vivências e expressões familiares no contexto da modernidade e da secularização dos casamentos?

Ao longo do texto comprovamos que a resposta para esta questão exige o cuidado de se saber, no mínimo, para quem ela se lança e qual o período em que ela é feita. Isso porque as respostas são distintas e devem levar em conta interesses universais atrelados a projetos de sociedade ou mesmo particulares, individuais atrelados à conjuntura dos sujeitos. Assim, afirmamos não ser possível falar de um modelo único e válido para qualquer época e grupo, avaliando todo o resto por ele.

A História da Família, linha de pesquisa que se interessa por esta instituição, despertou a partir dos anos 80, para essa perspectiva de questionar os significados e o modelo imposto de família na sociedade. Inspirada em novas perspectivas teóricas tem dinamizado, desde então, a análise do passado e se aproximado da experiência da população. Se a história deve estudar a sociedade e os homens, a família ao longo do tempo é um objeto importante para essa avaliação, uma vez que é uma instituição presente nos mais diversos grupos e culturas. O interesse pelo casamento, pelo sujeito comum, o homem simples, e pelo cotidiano ganham novas leituras, sobretudo a partir do cotidiano familiar, e os envolvidos no chamado concubinato, por exemplo, ganham um novo espaço nas narrativas.

A princípio os estudos estavam muito apegados aos padrões da moral cristã e suas legislações, privilegiando a família legítima, criando estereótipos e negativizando todas as demais experiências que concorriam com este padrão. Mas a formação da família à margem dos padrões ditados pela legislação colonial, imperial e republicana tem sido tema bastante abordado pela historiografia, que refaz seu percurso e avalia, por sua vez, suas próprias obras fundadoras. É o caso de Freyre e Prado Jr., clássicos obrigatórios para quem quer estudar a família ou revisar sua trajetória.

Assim, na esteira dessas pesquisas, em sua maioria preocupada com o período colonial e imperial, esta pesquisa voltou-se para o período republicano. E com isso promoveu uma leitura da família articulada a outras temáticas. Pensar a família entre o final do século XIX e os anos de 1930 exigiu articulá-la, sobretudo, à modernidade e à religião, eixos da disputa para organização da sociedade nesse período.

A partir da observação das fontes (jornais, legislações e inquéritos policiais), todas produzidas entre 1890 e 1930, colocamos a família *pensada* e *vivida* em discussão. Nem uma nem outra estão livres de questionamento. Isso porque na esfera do discurso, esse momento é emblemático, pois ocorrem muitas mudanças e a família pensada vê-se enfronhada em dois modelos de sociedade distintos. A contribuição desta pesquisa, em parte, foi promover uma reflexão na intersecção desses dois projetos. Se nos acostumamos a uma narrativa de um modelo de família válido para a Igreja e um válido para a República, o que a análise das fontes mostrou, principalmente as legislativas, foi que esses projetos imbricaram-se, gerando um processo de modernidade diferenciado e uma concepção de família ambígua.

Desta maneira, apesar do marco cronológico desta pesquisa coincidir com a divisão tradicional da história do Brasil, provocamos uma reflexão avessa ao discurso de linearidade próprio desse modelo. Há quem prefira redefinir as balizas cronológicas fora das tradicionais para dar maior ênfase à empresa. Nós entendemos que justamente sua manutenção era uma maneira de promover o questionamento sobre a repartição tradicional do tempo. Enfatizamos nesta pesquisa bem pouca transição. E se não há transição e linearidade, também não há homogeneidade.

A instituição familiar foi analisada para defendermos e confirmarmos a hipótese de que, apesar da tentativa de padronização e legitimidade, não há um único modelo que tenha sido experimentado e que explique todas as práticas sociais: há experiências, discursos, controle, vivências. A vida extrapola os modelos, a narrativa não dá conta das experiências. Por isso é preciso muitas narrativas e a História tem descoberto o valor dessa afirmação. Somente o excesso de narrativas historiográficas pode por luz à multiplicidade de aspectos que envolvem a vida em sociedade e a família dentro desta. E para isso é necessário que sejam realizados estudos de caso sem, no entanto, perder de vista a visão macroscópica. Todos os envolvidos nos inquéritos, por exemplo, deixam entrever possibilidades distintas da experiência familiar, deixando à mostra diversas expressões da família no primeiro período republicano brasileiro. Porém, essa diversidade de sentido não pode, por sua vez, negar que ocorre uma divulgação de um discurso que se não encarcera, certamente influencia ou respinga nos sentidos individuais elencados por cada um – o legítimo tem sua força e interfere na sociedade. Neste período, o discurso é o da família civil indissolúvel, cujo sentido e consequência – para a análise da Primeira República e para a própria família – analisamos. Em relação à primeira, encetamos uma leitura que não necessariamente a afasta da religião – o que contribui para lançar novos olhares sobre esse período longo, mas ainda pouco revisado e por demais estereotipado da história brasileira. Para a segunda, observamos que ocorreu um

processo de dessacralização lento e conservador, com resquícios até os dias atuais e que ajuda a compreender as dificuldades e os questionamentos pelos quais a família passa na sociedade contemporânea.

Entre 1890-1930, pois, o discurso que circulou guardou uma mistura conflituosa: a família era civil, mas indissolúvel. Este conceito deixa claro o ponto de litígio que esta instituição significou neste momento. Partindo dessa constatação, investigamos a especificidade do processo de modernidade no Brasil e demonstramos como os valores em torno da família foram processados nesse discurso – promovendo um processo de modernidade diferente do europeu e uma família moderna conservadora. Comprovamos que essa modernidade não pode ser tratada pela ideia da falta. Argumentamos a favor de projetos de modernidade diferentes para cada formação histórica e no caso do Brasil, afirmamos que ele articulou a religião a despeito das iniciativas de afastá-la. Afirmamos que a ideia de modernidade deve ser separada do conceito de secularização e que ela pode ocorrer sem prescindir do afastamento desse poder religioso. A modernidade brasileira não se fez sob o signo da revolução, da transformação radical; e sua chegada ao solo brasileiro não encontrou condição propícia para se efetivar em sua “completude”, se entendida à maneira francesa. A modernidade defrontou-se com o caráter tradicional e clerical da cultura brasileira e apesar dos esforços, como do próprio Beviláqua, para imprimir as inovações, essas se imbricaram e misturaram-se no caldo ambíguo que a sociedade brasileira já vivia desde o Império: o confronto entre liberalismo e clericalismo. No Brasil, os resquícios dessa polêmica trouxeram consequências como o atraso da aprovação do Código Civil que, embora tenha se iniciado antes do início da República, só será finalmente aprovado em 1916, vigendo a partir de 1917. Analisando essa documentação e apoiados em todas essas leituras, as resistências ao liberalismo do tipo francês ficaram evidentes. E uma vez que o projeto de modernidade arrastou a família como ponto central, os reflexos dessa especificidade atingiram essa instituição promovendo uma transformação conservadora, visível principalmente a partir das legislações do período. O nosso primeiro código civil foi envolvido pelo debate que polarizava os mais liberais e os conservadores, mantendo a legislação eclesiástica no que tange ao direito de família em vigor mesmo com a aceleração do processo de secularização. Depois dos decretos de 7 e 24 de janeiro de 1890 (separação entre Igreja e Estado e casamento civil), a família continuou indissolúvel, não consolidando o aspecto do contrato à maneira francesa.

Como afirmamos apoiados nos estudos de Neder e Cerqueira Filho (2007, p. 38), a explicação para ambos os casos pode estar nas escolhas políticas tomistas, herança

portuguesa. A passagem à modernidade em Portugal e no Brasil inscreveu-se em um dos projetos da modernidade da cristandade ocidental e produziu efeitos de longa duração. Sendo uma escolha política e ideológica por um projeto moderno-conservador, calcado no esforço da conciliação, esse processo não pode ser lido sob o signo do atraso ou da falta, sob o risco de ser mais estereotipado que compreendido. A escolha política tomista dessas duas formações históricas implicou em uma opção pelo conservadorismo político que marcou uma visão hierárquica do mundo. E o tomismo, historicamente hegemônico na Península Ibérica, já tinha acolhido e subvertido o individualismo e a concepção de indivíduo no século XVI e irá financiar todo esse processo moderno. Observamos, a partir dessas leituras, que a ideia de indivíduo, apanágio do humanismo renascentista, inscreve-se como problemática filosófico-teológica muito mais cedo do que costuma ser reconhecida e remonta desde os primeiros grandes pensadores da cristandade ocidental e que isso deixou marcas na instituição familiar e na sua transformação na passagem do século XIX para o XX.

Somado a isso, analisamos que apesar do processo de secularização em marcha e do esforço da Igreja em contê-lo, as uniões no quadro da sociedade muitas vezes não foram respaldadas nem no religioso e nem no civil; ao contrário, as uniões se faziam muitas vezes sem formalidades, baseada nos costumes – assim como, observando as experiências, teremos muitas imbricações destes três elementos postos em cena a partir das necessidades e circunstâncias dos envolvidos. Assim, evidenciamos que a República, com o processo de secularização acionado, não transformou essa instituição nos seus dois alvos de combate: na histórica influência católica e na longínqua interferência dos costumes; bem como nota-se as permanências e como elementos contrários se alinhavaram na experiência de fato da população.

A divisão desta pesquisa em pensado e vivido privilegiou o estudo da sociedade nesses dois aspectos. Para isso, as leituras de Certeau nos auxiliaram. A dupla conceitual estratégia-tática, articulada à perspectiva do pensado e do vivido e a utilização de fontes variadas permitiram-nos questionar as visões tradicionais sobre a família no Brasil e evidenciar algumas de suas diferentes expressões. Tratar do que foi pensado e vivido significou, portanto, analisarmos os discursos emitidos e pronunciados; mas também ampliarmos o enfoque, de forma qualitativa, e debruçarmo-nos sobre atitudes e comportamentos de alguns dos diversos atores sociais envolvidos, que com a narrativa de suas trajetórias, ainda que no âmbito policial ou jornalístico, comprovam a diversidade e as possibilidades de experiências e usos da noção de família. Esse resultado atende aos novos interesses da História da Família, que busca revisitar esta instituição e revisar sua própria trajetória em busca de uma

proximidade maior da vida das pessoas comuns. Questionamos, por isso, o discurso da desordem e a acusação de imoralidade em relação àqueles que estão à margem da legitimidade oficial. Mostramos que um senso comum já cristalizado das representações sobre os populares tem reproduzido a imagem de desordeiros e tornado estanque e desnecessária as iniciativas de estudá-los. Esse senso comum levou à interpretação passiva dessa parte da população, como se apenas respondessem às decisões dos poderes verticalizados. Mostramos que, ao contrário, o cotidiano dessas pessoas era bastante ativo e desenhava seu próprio destino e o de todos. O excesso de vigília e controle é prova disso e os inúmeros inquéritos policiais e as muitas narrativas de jornais mostram a iniciativa e a reinvenção do cotidiano por parte dessas pessoas.

Tendo em vista esse quadro, afirmamos que a linearidade/transição para a questão da família não vale nem para a esfera do pensado nem para a esfera do vivido.

Não vale para a primeira esfera porque o processo de modernização e secularização não seguiu o modelo europeu - a Igreja não saiu da zona de influência como desejou a República (isso porque o discurso de modernidade foi incorporado em graus diferentes por sujeitos que decidiram sobre esses processos – marcados eles mesmos pela dubiedade do sentimento cristão e secular). Essa incorporação distinta gerou conflitos e na queda de braços venceu o discurso moderado, cujo produto foi um conceito de família como “união civil indissolúvel”, um conceito muito próximo ao dos códigos religiosos. A transformação da família moderna guardou elementos cristãos embora se esforçasse para incorporar o discurso médico-científico e atender aos preceitos legais mais modernos. Demorou a despir-se da força da religião. Em relação ao aspecto contratual do casamento, foi preciso esperar até 1977 para que o divórcio, elemento chave dessa cisão entre religioso e secular, fosse aceito na legislação brasileira e só nela, porque as pessoas continuaram atribuindo tal peso à indissolubilidade da família que “o divorciado”, especialmente do gênero feminino é ainda hoje alvo de estranhamentos e constrangimentos.

Para a segunda esfera, a do vivido, o discurso da linearidade/transição para a questão da família não vale porque o processo de transformação dos hábitos foi incompleto, inconstante e também não seguiu o modelo europeu – a ilegitimidade é frequente, a privacidade e intimidade familiar não cavou um lugar seguro, convivendo com práticas vistas como próprias do passado. Esta incompletude foi marcada e justificada pelo discurso do “atraso”, mas este não pode continuar a ser o “discurso verdadeiro”, pois inviabiliza o conhecimento real da nossa história, nega complexidade às experiências sociais (e familiares) e retira da história sujeitos que certamente foram mais que vítimas dos discursos –

observamos que, ao contrário, suas ações e táticas direcionaram cotidianamente o controle e justificam o excesso discursivo. Vimos que a adjetivação de desordeiros é fruto, por sua vez, desse excesso discursivo: quanto maior a produção de discurso, quanto mais controle exigido, mais os adjetivos negativos pareciam explicar o incontrolável: o comportamento da população. Daí, mais narrativas sobre o atraso.

Esta narrativa do atraso não levou em conta o aspecto da incorporação distinta dos discursos, e levando-o a sério, podemos olhar de outro modo as experiências populares. Desenhamos uma leitura diferente para a sua participação no desenrolar da história; podemos compreender de outra maneira os conflitos que geraram a própria representação, transformada em senso comum, de desqualificação dos populares. Argumentamos que não é inerente à sua natureza a imoralidade e a desordem, nem sua rotina de conflitos deve-se somente à sua sobrevivência marcada pela instabilidade. A incorporação distinta do discurso oficial gerou conflitos, as condições de sobrevivência e moradia colaboraram para sua publicidade, são muitos os aspectos que influenciam nesse comportamento “escandaloso”, pouco privado, das camadas populares.

Orientados pelas leituras de Certeau, a preocupação foi colocar por um lado em jogo o sujeito, sem, no entanto, colocá-lo no centro do palco; antes se deve ter uma preocupação com as *operações* pelas quais esses sujeitos exercem suas práticas, seus “esquemas de ação”. Se tal concepção de Certeau demonstra que há uma maneira pelo qual o discurso é construído e outra pelo qual ele é assimilado, de outra maneira ele afirma que não existe uma correlação necessária entre o que é construído e instituído pelo discurso e a manipulação por seus praticantes. A circulação de uma representação sofre poderosos reveses quando de sua utilização, não existe uma uniformidade, e não se pode ler um documento por uma lente simplista que uniformiza tudo. Assim falamos da família, de famílias, dos sentimentos e usos da família – e como nossos personagens viveram essa experiência, pondo-os ‘em jogo sem colocá-los no centro do palco’. Ao final, algumas expressões familiares foram percebidas e para realizá-las optamos por observar e interpretar a questão da família por casos individuais, entrevendo gestos, maneiras e significados, sem estabelecer modelos – a despeito das críticas que isso pode gerar. Isso porque, mais uma vez, colocamos luz nas operações, usando os sujeitos que as articulavam para observá-las. Selecionar somente alguns inquéritos para realizar essa tarefa foi uma necessidade, pois não intentávamos construir modelos de ação. Isso é inclusive a diferença entre a estratégia e a tática. Enquanto a primeira é por excelência “o cálculo das relações de forças” que se firma pelo estabelecimento do poder e da autoridade, postulando as regras e as condições de existência num espaço dado e servindo-se dessas

regras para gerir sobre os sujeitos e as relações sociais, a tática não estabelece fronteiras, é a ocasião, processo incessante que a cada momento se modifica e produz trajetos incertos, fragmentados, utilizando-se do sistema imposto ou burlando-o para alcançar sua legitimação, seja enquanto desejo ou razão. A tática é um não lugar, depende do tempo e o que ganha não guarda, daí a falta de modelo. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. (CERTEAU, 2003, p. 46-47). A tática é o modo pelo qual o sem-discurso pode lutar, aparecer, mesmo que silenciosamente e anuviado pelo poder do discurso que o disponibiliza e busca a sua esterilização. No entanto a sua visão pragmática do mundo e, atrelada à enérgica disposição para a ação, para o movimento, e para a dissidência, possibilita-o escapar das liturgias do consenso e criar novas representações da realidade. A questão foi, enfim, observar o poder de criação das práticas gazeteiras geradoras de conflito, fragmentação e a inteligência no combate. Somente as ações, caso por caso, podem dar os contornos dessa operação.

Instituído na Primeira República, vemos agora o casamento civil deixar de ter uma posição central nas questões legais e o próprio conceito de família ser, finalmente, alargado na esfera legal, incluindo outras relações que não somente aquelas formadas e reguladas pelo casamento. O conceito de família estendeu-se tanto que o antigo, escandaloso e repreensível concubinato foi amparado pela lei, respaldando os direitos dessa forma de relação familiar tão comum e presente, e tão marginalizada e estereotipada, em nosso país. Se o casamento civil foi acusado de “concubinato legal” quando de sua instituição em 1890, uma vez que anunciava a possibilidade do divórcio e não valorizava o matrimônio e a “família cristã”, as atuais inovações legislativas e constitucionais confirmam a tendência à dessacralização da instituição familiar iniciada no alvorecer do período republicano com este decreto. Por isso, novas pesquisas devem debruçar-se sobre este tema, colaborando para aumentar nosso conhecimento sobre a Primeira República, sobre a família e o concubinato nesse período atualmente, interrogando-se sobre as relações entre os tempos históricos e como cada um articula os dados que estão em jogo.

Nessa medida, depois da CF/1988, o casamento civil não é mais um requisito necessário para o reconhecimento da família pelo Estado e isso torna relevante, para compreensão da nossa história, o entendimento do período em que o casamento civil foi instituído e servia de base para a regulação da família – e até que ponto ele ainda estava alinhado aos preceitos do matrimônio cristão. Como dissemos anteriormente, não só porque é preciso conhecer as mudanças, mas, sobretudo, para reconhecer a lentidão das mudanças.

Sabendo que as iniciativas de secularização iniciaram-se ainda no Império brasileiro, como compreender as permanências conservadoras na instituição familiar por tantos anos? Por que quando da instituição do decreto do casamento civil o processo de secularização em marcha não se efetivou por completo e só agora (de 1977 com a lei do divórcio em diante) mostra sinais de efetivação? Qual o papel e a importância da família na sociedade atual? E como entender, após tantos anos, a resistência ainda existente atualmente em relação à contínua dessacralização da família? Quais as consequências da saída do casamento como ponto de validação da formação familiar? Como se produz e quais as consequências dos sentidos da família como espaço de realização pessoal? Se procuramos responder às duas primeiras, estas últimas questões estão em aberto para que novas pesquisas que se interessem em explorar o tema.

Por fim, em nossa tese tentamos demonstrar como a família, vigiada, controlada, pensada, remodelada, normatizada, pela Igreja e pelo Estado ainda assim produziu formas de existência, por vezes “marginal”, por vezes apenas incompreendida que criaram e criam significados os mais diversos dentro do social, significados que assinam intensamente os modos de viver e existir que hoje nos compõem. Com a análise das nossas fontes entrevemos algumas das diversas tipologias que a família poderia assumir. Com o exemplo de Cincinato e Thereza temos uma família onde os papéis sociais não se cumprem; com Raimundo Quaresma e Eugênio Napolião vemos vários núcleos familiares coabitando e o conflito de autoridade que se instala por esse motivo; com Saturnino vemos uma família que sobrevive sem o pai e onde o filho se investe no papel de patriarca, cuida dos demais membros e zela por sua honra, embora nem sempre obedecido – com suas irmãs vimos como a ideia de família e autoridade não se dá da mesma maneira, gerando conflitos; com Luis Rosa temos uma família legítima que não se efetiva, porque o amor extravasa o casamento e coabita. Todos esses exemplos demonstram o quadro plural das possibilidades e ao mesmo tempo a dimensão singular da experiência em que cada uma das famílias constituídas. Com eles questionamos o sentido unificador do discurso do legítimo – as expressões familiares à época da secularização dos casamentos extrapolaram o modelo de “união indissolúvel e perpétua”. Se a família é uma instituição chave para compreensão e funcionamento das sociedades, devemos estar atentos aos seus diferentes modos de existência. Essa iniciativa é válida para hoje e esses estudos têm ajudado na construção de um respaldo histórico para se analisar as atuais discussões que a família está envolvida.

FONTES DE PESQUISA

JORNAIS – ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

Diário do Maranhão 1895-1908

Pacotilha 1890-1930

O Federalista 1898-1906

Diário de São Luís 1921-1930

O Jornal 1915-1925

A Civilização 1890-1910

Diário Oficial do Estado do Maranhão 1908-1918

INQUÉRITOS POLICIAIS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM)

Caixa Chefatura de Polícia – 1890 – 1930 – maços por ano

Caixa Chefatura de Polícia – 1900 – 1938 – maços por ano

Caixa Autos diversos / Secretaria de Polícia – Chefatura de Polícia 1890-1937

Caixa Primeira Delegacia de Polícia da Capital / Autuações 1893/ Inquéritos Policiais 1895-1899/

Caixa Segunda Delegacia de Polícia da Capital – Inquéritos Policiais – 1890 – 1930

Ano 1890 -1899

- Inquérito sobre a denúncia feita por Maria Magdalena, mulher do soldado Raimundo Elias da Costa, do Batalhão de Infantaria de ter seu marido cometido duplo homicídio, em 24/02/1890.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Joana Maria de Souza, em 17/04//1890.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Francisco José Maia, em 23/06/1890.
- Inquérito sobre a morte de Andressa Vieira de Jesus, em 13/08//1892.
- Auto de perguntas feitas a Anthero de Castro Gomes, em 05/09/1892.
- Inquérito sobre a agressão feita em Ephigenia de Castro, cujo acusado é Feliciano Barbosa de Amaral, em 11/10/1892.
- Inquérito sobre a agressão causada em Raymunda Francisca de Jesus, em 15/12/1892.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Manoel da Conceição do Nascimento, em 21/07/1893.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Luis Dias de Oliveira, em 05/03/1895.

- Inquérito sobre os tumultos causados por Augusto Marques de Azevedo, em 30/06/1895.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Raimundo Nonato Quaresma, cujo ofensor é Eugênio Napolião Gomes da Costa em 27/12/1895.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Miguel Felix, em 24/07/1896.
- Inquérito sobre a agressão em Manor Miguel, cujo offensor é George Nazareth, em 24/07/1896.
- Inquérito sobre o espancamento causado em João Manoel dos Santos, em 18/10/1896.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Ana Jacinto Silva, em 16/04/1897.
- Inquérito sobre o ferimento causado em João Augusto, em 23/09/1897.
- Inquérito sobre os ferimentos causados em Cyriano Benício Maia, cujos acusados são Graciliano José da Silva e Cyriano José da Silva, em 07/02/1898.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Miguel Azar, José Nicolau Salomão, José Danus, Chique Abraham Eluff, Faraq Nicolau Salomão, cujo acusados são Agramham Pedro Azar e Abelham Behamdomi em 10/04/1898.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Tomazia Melo, em 20/11/1899.

Ano 1900 - 1909

- Inquérito sobre a morte de Thereza de Jesus Victor, cujo investigado é Cyncinato João Victor, em 17/02/1900.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Miguel de tal, em 03/07/1900.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Thiago Barbosa dos Santos, em 10/12/1900.
- Inquérito sobre o defloramento de Maria Raimunda Santos, em 11/01/1901.
- Inquérito sobre as sevícias causadas em Josephina Rebecchi, em 03/03/1902.
- Inquérito sobre a agressão feita a Francisca Candida Chaves, em 08/04/1904.
- Inquérito sobre a morte de Raimunda Ferreira, em 12/08/1905.
- Inquérito sobre o esbordoamento e agressão feitas ao cidadão Saturnino Mariano de Souza, pelos indiciados João Pedro da Costa e Maria da Conceição da Silva, em 12/12/1906.
- Inquérito sobre o ferimento de Rosa Rodrigues de Araújo, seu aborto e etc. cujo acusado foi seu marido, em 11/05/1906.
- Inquérito sobre os ferimentos causados em Ladisláu Frazão da Silva, cujo indiciado é Raumundo Antônio de Santa'Anna, 13/01/1907.

- Inquérito sobre o espancamento e ferimento do paciente Marcelino Gonçalves Belchior, em 19/10/1907.
- Inquérito sobre os ferimentos produzidos na paciente Maria de José da Silva, cujo acusado é Cândido Xavier de Souza, em 12//08/1907.
- Inquérito sobre o ferimento procedido em Victoria Silvina Rebello, em 03/07/1907.
- Inquérito sobre o ferimento causado em João José de Sá, em 02/05/1909.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Manoel Sousa de Oliveira, em 08/08/1909.

INQUÉRITOS POLICIAIS – ARQUIVO DO JUDICIÁRIO - Caixas de documentação avulsa / Inquéritos policiais 1910 – 1930

Ano 1910 - 1919

- Inquérito sobre o defloramento de Veridiana Sousa, em 13/05/1910.
- Inquérito sobre a morte de José do Nascimento, em 24/05/1911.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Cândida Maria Ferreira, em 30/07/1912.
- Inquérito sobre a morte de Maria dos Santos Sousa, em 28/09/1915.
- Inquérito sobre as sevícias causadas em Nazaré de Jesus Silva, em 12/11/1915.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Julio Parente dos Santos, em 14/08/1917.
- Inquérito sobre o espancamento causado em Balbina dos Santos em 25/04/1918.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Manoelina Ribeiro, em 01/10/1918.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Francisco dos Santos, em 20/03/1919.

Ano 1920 -1930

- Inquérito sobre a agressão feita em Josefina Maria de Jesus, em 10/11/1920.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Eduardo Santos Almeida, em 08/08/1921.
- Inquérito sobre a morte de Fernando José da Silva, em 20/05/1922.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Mariano Souza Almeida, em 03/02/1924.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Raimundo Ribeiro, em 05/06/1926.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Raimunda Nonata de Jesus, em 07/12/1928.
- Inquérito sobre o ferimento causado em Antonio da Silva, em 09/04/1930.

LEGISLAÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS LEGAIS

BRASIL. Congresso. Senado. _____. Observações para esclarecimento do Código Civil Brasileiro – 1899. In: Códigos Cíveis do Brasil: do Império à República – uma retrospectiva histórica. Brasília: Senado Federal, 2003. CD ROOM.

BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (de 11 de outubro de 1890). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em: 25 de setembro de 2008.

BRASIL, Decreto 521/1890 de 26/06/1890. Proíbe as cerimônias religiosas matrimoniais antes de celebrado o casamento civil, e estatue a sanção penal, processo e julgamentos aplicáveis aos infratores. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Decreto 233/1890 de 27/02/1890. Manda observar as instruções para execução do dec. N. 181 de 24/01/1890, que promulgou a lei sobre o casamento civil. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Decreto 181/1890 de 24/01/1890. Promulga a lei sobre o casamento civil. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Decreto 1.036A, de 14.11.1890. Publicado na CLBR de 1890. Suprime a cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos do Recife e S. Paulo. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Decreto 119-A, de 7.1.1890. Publicado na CLBR de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

BRASIL, Lei 3.071/1916 de 01/01/1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Acessado em: 25 de agosto de 2008.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Ordenações filipinas on-line. Disponível em: <HTTP://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acessado em 20 de julho de 2008.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Bruno Feitler e Evergton Sales Sousa (org.). São Paulo: Edusp, 2010.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “*O DOTE É A MOÇA EDUCADA*”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, UFF, 2010 (Tese de Doutorado).

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder – o Bacharelismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino uma invenção do falo: Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 - 1940)*. Maceió: Edições Catavento; 2003.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Co-edição Espaço e Tempo/Editora da UFRJ; 1997.

_____. *Família e história – questões metodológicas*. (Texto reelaborado a partir de conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa Redonda “Uma visão Multidisciplinar da Família Brasileira”, organizado pela Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED) e pelo Conselho Federal de Economia Doméstica, com o apoio da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), 12/09/2001).

_____. *Família e modernidade: o pensamento jurídico no século XIX*. São Paulo: Porto Calendário, 1999.

ALVAREZ, Marcos César.; SALLA, Fernando.; SOUZA, Luís Antônio F. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 97-130, 2003.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. *Formação histórica do Direito Privado brasileiro*. (Texto cedido pela autora)

ARAÚJO, Rosa Maria B. de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco; 1993.

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. IN: ARIÈS, Philippe e BÉIJIN, André. (orgs) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

ARIÈS, Philippe. O casamento indissolúvel. IN: ARIÈS, Philippe e BÉIJIN, André. (orgs) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

AZZI, Riolando. *Ascensão ou decadência da Igreja?* São Paulo: Edameris; 1962.

_____. *A Cristandade Colonial: mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A crise na cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Edições Paulinas; 1991.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP; 1997. v. 3.

BARBOSA, R. Código Civil: parecer jurídico. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1968. (Obras completas de Rui Barbosa, vol. XXXII, 1905, tomo III).

BARICKMAN, B.J. *E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835*. Artigo na revista Afro-Asia (p.29-30) 79-132. [s.l]; [s. ed]; 1998.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEOZZO, José Oscar. *História da igreja no Brasil*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulinas; 1986.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*, São Paulo: Paulinas, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERKNER, Lutz K. *The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: An Eitteenth-Century Austrian Example*. The Amerian Historical Review, Vol. 77, No. 2 (Apr., 1972), p. 398-418.

_____. *The Use and Misuse of Census Data for the Historical Analysis of Family Structure*. Journal of Interdisciplinary History, Vol. 5, No. 4, The History of the Family, II (Spring, 1975), p.721-738.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte – RS (1870-1920)*. São Paulo: USP; 2005. (Tese de doutoramento)

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1987.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 1997.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade/ São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Annablume, 2007.

BURITY, Joanildo. Trajetórias da religião e da modernidade: a narrativa histórica de uma objeção. Estudos de Sociologia, 13 (12), 2007. p. 19-48.

BURGUIÈRE, André et ali. *História da Família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. Lisboa: Terramar; 1998.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. vol.2 Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CÂMARA, José Gomes B. *Subsídios para a história do direito pátrio*. Tomo III (1822-1889). Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1966.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo;6)

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAULFIELD, Susan. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH, UFMG, 2008. (Coleção Olhares)

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 2º Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural, entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

COELHO, Vicente de Faria. *O desquite na jurisprudência dos tribunais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1956.

CORREIA, Mariza. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; 1982.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães Correia. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTA, D. J. A família nas Constituições. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 95, n. 847, p. 737-743, maio 2006.

COSTA, Emília Viotti da. A consciência liberal nos primórdios do Império. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, s.d.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Mário Júlio Almeida. *História do direito português*. 3 ed. Coimbra: Almedina, 2005.

CRUZ, Guilherme Braga da. A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol. L, p. 32-77, 1955.

CUNHA, Olivia Gomes. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. RJ: Arquivo Nacional, 2002.

DANTAS, F. C. S. T. Prefácio. In: Código Civil: parecer jurídico. Obras completas de Rui Barbosa, vol. XXXII, 1905, tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1968.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Unesp; 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. IN: PRIORI, Mary Del (org.)/BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DINIZ, Maria Helena. Código civil de 1916. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional*. São Paulo: Atlas, 2008.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DUBY. George. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus; 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves Salgado. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Lúcia de Fátima. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP; 1994.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; 1997.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FLANDRIN, Jean Louis. A vida sexual dos casados na sociedade antiga In: ARIÈS, Philipe; e BÉJIN, André. (Org.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 135-152.

_____. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa; 1991.

FONSECA, R. M. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In: NEDER, G. *História & Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FOUCAULT, Michel. Aula 28 de novembro de 1973. IN: *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 79-116. (Tópicos)

FOUCAULT, Michel. O combate da castidade. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Org.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 25-38.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 41ªed. Rio de Janeiro: Record; 2000.

GALANTE, Rachel de Souza. O punhal da fé: ideias políticas, jurídicas e religiosas sobre o casamento civil no Segundo Reinado. Niterói, RJ: 2008. Dissertação de mestrado/UFF.

GARZONI, Lericce de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação de Mestrado, IFCH/ Unicamp, Fevereiro/2007.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GINZBURG, Carlo. Feitiçaria e piedade popular – notas sobre um processo modenense de 1519. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 2002a.

_____. *O queijo e os vermes*. Tradução: Maria Betânia Amoroso São Paulo: Companhia das Letras 1997.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo, Attar/Pronex, 2002.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado: na sociedade colonial paulista, 1719-1822*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: *História e cidadania*. São Paulo: ANPUH Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1998.

_____. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora da Unb, 1997.

GOMES, Orlando. *Raízes históricas e sociológicas do código civil brasileiro*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GOMES, Tânia. *Não existe pecado ao sul do Equador: uniões consensuais nas camadas populares*. São Paulo: Annablume, 2010.

GRAHAN, Sandra. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRIMBERG, K. *Código civil e cidadania*. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e Direito Civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). *História Geral da Sociedade Brasileira*, 4ªed. São Paulo: Difel, 1985, t.II: O Brasil Monárquico, vol. 5: Do Império à República.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JESUS, Josenildo Pereira. *Representação da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. São Paulo, Tese de Doutorado, 2006.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro? Zahar, 2006.

KUZNESOF, Elizabeth. *Household, family and community studies, 1976-1986: a bibliographic essay*. In. Latin American Population History Newsletter, Fall, 1988.

KUZNESOF, Elizabeth and OPPENHEIMER, Robert. *The family and society in nineteenth-century Latin America: an historiographical introduction*. In: Journal of Family History, 10(3):215-234, fall 1985.

LACROIX, Maria de Lurdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002.

LARAÑA, Ildefonso Camacho. *Doutrina Social da Igreja*: abordagem histórica. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

LASLETT, Peter. *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge Univ. Press; 1972.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão...[et. al]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família*: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

LOPES, Eliane Cristina. *O Revelar do Pecado*: Os filhos ilegítimos na São Paulo do Século XVIII. São Paulo, ANNABLUME / FAPESP, 2001.

LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano*: casamento e família / Vila Rica, 1804-1839. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares)

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.

MARRAMAO, Giacomo. Poder e secularização: as categorias do tempo. Trad. Guilherme Alberto Gomes de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero aos nossos dias*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, t. III: A era do liberalismo.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil – República*: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras; 1998.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da saudade*: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006.

MATOS, Marcos Fábio Belo. ... *E o cinema Invadiu a Athenas*: A história do cinema ambulante em São Luís. São Luís, FUNC, 2002.

_____. *Ecos da modernidade*: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís. Tese de doutorado. UNESP, Araraquara/SP. 2010.

MATTOS, Hebe Maria de Castro. *Ao sul da história*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

MATTOS, Hebe Maria de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova fronteira; 1992.

MEIRA, S. *Teixeira de Freitas: o juriconsulto do Império*. Rio de Janeiro: I. Olimpio. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

MELLO, Maria Tereza. *A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf); 2007.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1988.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

MOTA, Antônia da Silva. *Família e fortuna no Maranhão Colônia*. São Luís: EDUFMA, 2006.

NABUCO, J. *Um estadista no império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NEDER, G (org.). *História & Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

_____. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

NEDER, G e CERQUEIRA FILHO, G. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.16, nº.45, p. 113-125, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio, *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.

O'BRIEN, Patrícia. A história da Cultura de Michel Foucault. In: *A nova História Cultural* (org.) HUNT, Lynn. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 33-62.

PEDRO, Joana. *Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC; 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. (Oficinas da História)

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIORI, Mary Del (org.)/ BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleções Estudos Brasileiros: v 90.)

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)* 2.ed.rev.ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922*. Dissertação de Mestrado/ UFPE, Mimeo, 2003.

_____. *Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade nacional – práticas e estratégias intelectuais: 1890-1930*. Doutorado em História. Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Fabiana. *Ideias jurídicas, família e filiação na passagem à modernidade no Brasil 1890-1940*. Niterói, UFF, 2008. (Tese de Doutorado).

ROSEMBERG, André. *Ordem e Burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Tudo é História; 71)

_____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo no século XIX. São Paulo: Marco Zero/SEEC; 1989.

_____. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX*. In: Cadernos de pesquisa da Revistas de Estudos e Pesquisas em Educação. São Paulo: USP; n. 37; p.17-25, maio de 1981.

_____. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru- SP: Edusp, 2003.

SANDRI, Silvia Taisa Rodrigues. Constituição e dissolução da sociedade conjugal no Direito Canônico: Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. *Revista Jurídica Cesumar*, nº1, vol. 3, 2003, p. 429-244.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luís: Edufma, 2006.

SCHUBART, Walter. *Eros e a religião*. Trad. de Luís Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

SCHUBSKY, Cássio (org). *Clóvis Beviláqua: um senhor brasileiro*. São Paulo: Lettera.doc, 2010. (Coleção grandes juristas)

SCHWARCZ, Lília Motitz. *Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras; 1897.

SCHWARTZ, Roberto. As ideias fora do lugar. IN: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. Departamento de História e Civilização. Instituto Universitário Europeu, 1998.

———. Nos limites da tolerância: casamento e concubinato no Portugal setecentista. In: *CEDHAL – Série Cursos e Eventos/USP*. São Paulo, 2001.

———. Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (séculos XVIII e XIX). Trabalho apresentado no “XIII Encontro da ABEP”. Ouro Preto, novembro de 2002.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras; 1998.

———. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense; 2003.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp; 1984.

———. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás (1860-1920)*. Goiânia, Ed. da UCG, 2009.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: PRIORI, Mary Del (org.)/ BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUSA, Alina Silva. *A família na República: imprensa e casamento civil em São Luís na Década de 1890*. São Paulo, 2007. (Dissertação de mestrado).

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. Trad. Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva/Secr. da Cultura, Ciência e Tecnologia, SP, sd.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. UnB; 1980.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática; 1987.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada*, vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZARIAS, A. *Das leis do avesso: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial*. São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado).